

LUCIO R. RENNÓ é Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília. É PhD em Ciência Política pela University of Pittsburgh e pesquisa nas áreas de estudos legislativos, instituições políticas e comportamento eleitoral. É coeditor do livro *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada e Reforma Política: Lições da História Recente*. Tem diversas publicações em periódicos nacionais e internacionais.

AMY ERICA SMITH é Coordenadora de Pesquisa do Projeto de Opinião Pública da América Latina da Vanderbilt University. É PhD em Ciência Política pela University of Pittsburgh e pesquisa na área de comportamento político comparado e participação política. Sua tese investiga a influência das redes sociais na competência democrática dos cidadãos e cidadãs no Brasil e em perspectiva comparada. Tem publicações nos periódicos *American Journal of Political Science*, *Latin American Politics & Society*, *Latin American Research Review* e *Journal of Politics in Latin America*.

MATTHEW L. LAYTON é estudante de doutorado e assistente de pesquisa do Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP) da Vanderbilt University. É mestre em Estudos Latino-Americanos pela Vanderbilt University e realiza pesquisas sobre opinião pública, comportamento político e assistência social.

FREDERICO BATISTA é estudante de doutorado na Vanderbilt University. É mestre em ciência política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é assistente de pesquisa do Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP). Tem como áreas de interesse comportamento político comparado e desigualdade.

“Este livro é uma excelente contribuição para os estudos que, nos últimos anos, vem enriquecendo os diagnósticos das novas democracias surgidas em várias partes do mundo. Depois das análises sobre a transição política e a consolidação democrática, uma das tendências mais vigorosas e inovadoras da literatura contemporânea é o exame da qualidade dos novos regimes democráticos. A universalização da democracia superou as expectativas geradas pelas análises de Samuel Huntington sobre a terceira onda de democratização mundial. Mas em vários casos a emergência de democracias eleitorais - em que muitas vezes o primado da lei não se estabeleceu completamente, os direitos de cidadania não se universalizaram a contento e os mecanismos de controle horizontal entre os poderes republicanos ainda não estão plenamente consolidados -, aponta para um déficit de desempenho dos novos regimes cujo conhecimento e qualificação científica é uma condição do seu aperfeiçoamento.

Os setes capítulos do livro analisam de forma inovadora esses e outros dilemas enfrentados pela democracia no Brasil e outros países latino-americanos. E, com base em um sólido modelo metodológico de análise dos dados empíricos produzidos pelo programa de estudos de opinião pública da Universidade de Vanderbilt - o LAPOP -, o livro contribui para o conhecimento do modo como os brasileiros vêm a democracia, dos graus de sua satisfação com o regime e do quanto ele efetivamente representa a diversidade política da sociedade brasileira. A partir de uma abordagem comparativa sólida, que permite aos autores examinarem as diferenças e semelhanças da democracia brasileira em relação a casos como os da Bolívia, Equador e Venezuela - por vezes apontados como exemplos do que alguns autores chamam de democracias ‘iliberais’-, o livro explora as percepções públicas sobre o desempenho das instituições democráticas, sobre a relação entre os poderes republicanos e, em especial, sobre os efeitos da corrupção e do crime para a avaliação que os cidadãos fazem da democracia.

Um dos focos mais importantes da análise é a questão da legitimidade dos novos regimes políticos. O livro reatualiza o debate de um dos temas mais centrais da tradição da ciência política, mas o faz a partir de uma abordagem empírica consistente, que permite responder à indagação sobre a qualidade da democracia com base nas percepções dos cidadãos a respeito dos fenômenos que enfraquecem os mecanismos de controle horizontal entre os poderes. Assim, ao lado das avaliações sobre o desempenho dos governos do dia, o livro joga luz sobre as consequências da frustração dos eleitores com o funcionamento do sistema representativo, iluminando, nesse sentido, a natureza da questão da legitimidade democrática. Aborda, ainda, os efeitos da ampliação da participação política para modelos de democracia que, por outra parte, fragilizam as instituições clássicas da democracia representativa.

Trata-se de uma contribuição extremamente importante para o desenvolvimento da teoria empírica da democracia”.

JOSÉ ÁLVARO MOISÉS, Professor do Departamento de  
Ciência Política da Universidade de São Paulo



VANDERBILT UNIVERSITY



LEGITIMIDADE E QUALIDADE  
DA DEMOCRACIA NO BRASIL

# LEGITIMIDADE E QUALIDADE DA DEMOCRACIA NO BRASIL: uma visão da cidadania

LUCIO R. RENNÓ  
AMY E. SMITH  
MATTHEW L. LAYTON  
FREDERICO BATISTA



intermeios

O que os cidadãos brasileiros pensam sobre o funcionamento da democracia no Brasil? Quais são as áreas que mais os preocupam, com quais estão mais frustrados? Há áreas em que estejam satisfeitos? O sistema político favorece alguns brasileiros em detrimento de outros? Até que ponto o sistema político se caracteriza por desigualdades no engajamento cidadão com o mundo político? Em suma, do ponto de vista dos cidadãos e cidadãs, o que podemos concluir sobre a qualidade da democracia no país? Essas são as questões centrais, todas intimamente ligadas ao tema mais amplo sobre como os brasileiros pensam acerca do funcionamento das instituições democráticas no Brasil, que serão exploradas neste livro. Essas perguntas são centrais para entendermos as visões e experiências dos cidadãos e cidadãs brasileiras com a política, sociedade e economia no país. Assim, são questões fundamentais para um balanço amplo da vida democrática no país hoje.

## **Legitimidade e Qualidade da Democracia no Brasil: Uma Visão da Cidadania**

**Lucio R. Rennó – Universidade de Brasília**

**Amy E. Smith – Vanderbilt University**

**Matthew L. Layton – Vanderbilt University**

**Frederico Batista Pereira – Vanderbilt University**

## **Parte 1: Questões Teóricas sobre Legitimidade e Qualidade da Democracia**

### **Introdução: Legitimidade Democrática e Qualidade da Democracia: uma relação óbvia**

O que os cidadãos brasileiros pensam sobre o funcionamento da democracia no Brasil? Quais são as áreas que mais os preocupam, com quais estão mais frustrados? Com quais estão mais satisfeitos? O sistema político favorece alguns brasileiros em detrimento de outros? Até que ponto o sistema político se caracteriza por desigualdades no engajamento cidadão com o mundo político? Em suma, do ponto de vista dos cidadãos e cidadãs, o que podemos concluir sobre a qualidade da democracia no país? Essas são as questões centrais, todas intimamente ligadas ao tema mais amplo sobre como os brasileiros pensam acerca do funcionamento das instituições democráticas no Brasil, que iremos explorar neste livro. Essas perguntas são centrais para entendermos as visões e experiências dos cidadãos e cidadãs brasileiras com a política, sociedade e economia no país. Assim, são questões fundamentais para um balanço amplo da vida democrática no país hoje.

Mais do que isso, queremos investigar como as visões sobre o funcionamento da democracia afetam o apoio da cidadania acerca da continuidade do regime democrático, de sua legitimidade. Dessa forma, este livro insere-se em uma longa tradição de análise que tem como foco os fatores os quais influenciam a propensão de um cidadão de apoiar a democracia, a despeito da situação econômica e social (Booth e Seligson 2009, Moisés 1995, 2010).

Passados mais de 20 anos do regresso da normalidade democrática, com um arcabouço institucional baseado nos princípios de um regime democrático representativo e com separação de poderes, o momento é oportuno para voltarmos a nos perguntar como o brasileiro pensa sobre seu governo, o Estado e o regime e como interage com estes. Esse debate parece ainda mais apropriado quando os desafios que a democracia enfrenta na América Latina de hoje parecem ser distintos daqueles de um passado não tão distante.

Nos anos 60 e 70, principalmente no Cone Sul, os regimes democráticos de então ruíram frente a um cenário internacional bipolar, marcado pela Guerra Fria, e um quadro doméstico radicalizado e permeado por impasses profundos. O caminho de então foi a queda da democracia, em prol de um regime voltado para o alinhamento inquestionável com o hegemon hemisférico norte-americano e que estabelecesse a ordem interna, custe o que custasse. O resultado foram regimes autoritários violentos e excludentes no Brasil, Bolívia, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, que calaram, torturaram, mandaram para o exílio ou mataram a oposição. Diminuindo assim as formas de participação popular e aprofundaram o histórico fosso econômico e social que apartava, e segue apartando, os cidadãos desses países.

Hoje, a situação da democracia na região é afetada pela emergência de novos desafios. O surgimento de alternativas chamadas iliberais parece colocar em cheque a predominância recente de formas representativas de organização do sistema político. Por modelos iliberais entendem-se sistemas os que mantêm eleições e ampliam os espaços de participação popular direta, mas enfraquecem os mecanismos de controle horizontal, entre poderes e entre oposição e situação, gerando uma situação de poder extremado do Presidente (Zacharia 1997, Smith e Ziegler 2008).

Tais alternativas ganharam densidade com a chegada ao poder nos países andinos de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa. Esses países, em graus diferentes de intensidade, têm reformado suas instituições políticas para ampliar as esferas participativas e reduzir os espaços de intervenção das oposições e de controles entre poderes (Mainwaring *et al.* 2006).<sup>1</sup> Ou seja, o surgimento de movimentos

---

<sup>1</sup> Cabe aqui dar ênfase à variação na intensidade e forma das reformas adotadas, algo pouco percebido por Mainwaring (2006) e Mainwaring *et al.* (2006). Para Mainwaring e seus co-autores esses países compartilham das mesmas características e são classificados de forma idêntica. Claramente há diferenças significativas entre as trajetórias recentes adotadas por Bolívia, Equador e Venezuela e que merecem ser mais bem exploradas em estudos comparados. Cabe aqui apontar que a eleição de Humala Ollanta no Peru possa gerar processos similares naquele país, sendo mais um caso a se estudar. Talvez a discussão

bolivarianos e de reformas constitucionais profundas na Região Andina parecem ter colocado os regimes democráticos latino-americanos frente a uma nova encruzilhada. Por um lado, as opções atuais são marcadas pela seguinte encruzilhada: uma radicalização da dimensão participativa e de decisões majoritárias, *incluindo apenas os que participam*, por um lado e, por outro, a manutenção de mecanismos claros e rígidos de controle entre poderes e de garantias para as minorias políticas – entendidas aqui como a oposição – se expressarem. Ou seja, aparentemente há uma nova bifurcação na trajetória da democracia na América Latina. De um lado, coloca-se a manutenção das instituições básicas da democracia representativa como o Congresso e partidos políticos, e de controle, como o Judiciário. De outro, questiona-se a capacidade dessas organizações de gerarem mais igualdade social e econômica e investe-se em instrumentos diretos de participação popular no processo decisório.<sup>2</sup>

Obviamente que esse novo momento da América Latina, marcada pela disputa entre projetos políticos distintos (Dagnino et al, 2006), ganha tonalidades de instabilidade política. Por projetos políticos, compartilhamos com Dagnino *et al.* a lógica de conflito e disputa que existe entre propostas políticas díspares e dentro deles próprios e seguimos sua definição como um conjunto de crenças, valores, interesses e concepções do mundo que orientam a ação política de diferentes sujeitos. Concordamos também que há um projeto participativo na região, mas o contrapomos a um projeto baseado na representação política e não no de projeto neoliberal, como fazem Dagnino et al, o qual confunde questões políticas e econômicas. O importante, a nosso ver, é que o conflito entre visões participativas e

---

sobre esse modelo adéque-se melhor à Venezuela do que aos demais países. Contudo, todos têm encabeçado um processo de reformas e adotado uma retórica distinta das anteriores no continente e não-alinhada a uma tendência anterior, que tinha na via representativa da democracia seu único modelo.

<sup>2</sup> A discussão sobre o aumento na frequência de uso de mecanismos participativos, como plebiscitos e referendos não está fora do debate sobre reforma política no Brasil, como indica a reportagem “Líder do PT aponta reforma política como prioridade do ano”

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/872031-lider-do-pt-aponta-reforma-politica-como-prioridade-do-ano.shtml> consultada em 8 de fevereiro de 2011. Contudo, deve ficar claro que essa proposta é apresentada em conjunção com outras que poderiam fortalecer ainda mais os partidos políticos (lista fechada) e o controle estatal sobre a disputa eleitoral (financiamento exclusivamente público de campanhas), ambas ligadas aos princípios representativos.

representativas ocorre quando o descontentamento popular ou da oposição se transformam em protestos políticos, movimentos pela derrubada dos que estão no poder e presidências falidas ou inconclusas (Hochstetler & Edwards 2009; Hochstetler & Samuels 2011; Negretto 2006; Pérez-Liñán 2007; Llanos e Mainstrensteit 2010), e em tentativas de golpes de estado que levam a impasses constitucionais e crises eleitorais (Boniface 2007). Ou seja, a nova instabilidade política pela qual passa a América Latina (Pérez-Liñán 2007) pode claramente estar relacionada à frustração com alguns aspectos do funcionamento do sistema político democrático representativo e com possíveis demandas por maiores espaços participativos. Essa frustração, por sua vez, pode aprofundar a instabilidade, afetando profundamente a legitimidade do próprio regime democrático e levando não a mais participação, mas à deturpação desta na forma de tendências de co-optação da sociedade civil organizada, formação de redes de clientelismo e recrudescimento do corporativismo, com consequente exclusão da oposição, típicos de um projeto autoritário, no linguajar de Dagnino et. al. Nossa diferença, portanto, do inovador e importante trabalho de Dagnino *et al.* é problematizar a participação em detrimento da representação e pensar como os conflitos atuais podem resultar em perdas da própria democracia na região. Até por isso, definir o conflito em termos de visões liberais e iliberais da democracia parece apropriado.

As perguntas que ficam são: até que ponto essa nova encruzilhada é consequência da frustração com o funcionamento da democracia representativa, baseada na eleição de representantes e na imposição de controles sobre as decisões da maioria? Percepções negativas sobre a qualidade da democracia representativa fortalecem propostas mais radicais de mudança nesses regimes? As crises constitucionais, eleitorais e presidenciais que a região tem enfrentado recentemente denotam uma erosão no apoio popular ao sistema político democrático representativo?

Uma ressalva: a democracia representativa pode e convive com mecanismos participativos. No Brasil, a constituição prevê a existência de conselhos municipais que permitem a participação da sociedade civil em processos decisórios, assim

como institui a possibilidade de referendos e plebiscitos. Há também mecanismos participativos não institucionalizados, mas de sucesso, como os diversos experimentos de orçamento participativo. Na verdade, o caminho da convivência, da co-existência de mecanismos participativos e representativos parece ser o mais apropriado e eficiente. No entanto, o que se está diferenciando aqui são modelos mais amplos de compreensão sobre os princípios da democracia. Nessa ótica, o debate entre modelos, projetos, iliberais e liberais parece descrever bem os dilemas contemporâneos da democracia na América Latina.

Além de relevantes para entendermos a atualidade da situação política na região, essas perguntas, na verdade, remetem a questões centrais no estudo da ciência política e que orientaram a análise aqui empreendida. As perguntas empíricas acima se traduzem em questões teóricas como: Quais são as bases de apoio e sustentação popular de regimes políticos, que estão na essência de sua legitimidade? Quais são os elementos que afetam a legitimidade popular do regime? Mais ainda, como avaliações sobre a qualidade da democracia representativa afetam sua legitimidade? Todas essas perguntas são centrais para debates sobre a origem, continuidade e ruptura de regimes políticos (Linz & Stepan 1978).

Assim, é necessária a retomada de uma discussão sobre valores, atitudes, crenças, opiniões políticas e comportamentos dos cidadãos como indicadores da qualidade da democracia e pilares para a sustentação popular da democracia no Brasil. *Partimos de um pressuposto: quanto maior for o apoio popular à democracia, mais segura e enraizada essa será.* Como será visto adiante, há vários estudos que se debruçam sobre o estudo dessa relação, questionando-se por que há, por exemplo, queda na confiança nas instituições nos países desenvolvidos da Europa sem qualquer ameaça à estabilidade política na região. Obviamente que instabilidade política não é causada apenas pelas visões populares acerca do regime, mas também pela atuação das elites políticas, pela existência de discursos alternativos à democracia, entre outros. Mas, é inegável que havendo bases sociais de apoio à democracia, mais difícil será mudar o regime. Assim, mesmo sem podermos precisar

satisfatoriamente o grau em que apoio popular ao regime é decisivo para sua sobrevivência, não podemos negar que a existência de legitimidade política é central para a manutenção de longo prazo da democracia, que por definição é escrava da vontade popular.

Nossa especulação principal aqui é que o surgimento de visões radicais de reforma constitucional, no sentido de implantação de mecanismos iliberais, e de crises constitucionais, eleitorais e presidenciais passa pela frustração com o funcionamento da democracia representativa. Assim, podemos entender melhor as bases da legitimidade do regime democrático representativo no Brasil se ligarmos essa discussão à crescente linha de pesquisa que investiga a qualidade da democracia, em suas diferentes dimensões, do ponto de vista do cidadão. Dessa forma, nosso propósito principal neste livro é utilizar abordagens teóricas e metodológicas que permitam medir os valores, crenças, atitudes, opiniões e comportamentos dos cidadãos brasileiros, em perspectiva comparada com seus vizinhos da América Latina, e utilizá-las para averiguar a qualidade dos regimes democráticos em que os brasileiros e latino-americanos vivem. Assim, colocaremos duas tradições de pesquisa que raramente dialogam – debates sobre legitimidade medida por meio de pesquisas de opinião pública e sobre a qualidade da democracia – para, enfim, conversarem (Morlino 2009) à luz do caso Brasil.

Dessa forma, nossa discussão precisa rever e discutir alguns dos principais conceitos que serão centrais para o desenvolvimento de nossos argumentos, assim como indicar quais dados utilizaremos para nossa análise. Essa será a tarefa do restante deste capítulo. A ênfase recairá na discussão sobre legitimidade democrática, principalmente na América Latina. Esse debate será também articulado com outro em que raramente dialoga: a discussão sobre as novas formas de instabilidade política na região. Por último, enfocaremos neste capítulo uma descrição do banco de dados que vamos usar para testar nossas hipóteses, o Barômetro das Américas.

Em suma, continuamos nossa discussão a seguir com um debate sobre o principal fator que pretendemos explicar neste livro: variações no apoio difuso e específico à democracia no Brasil e em perspectiva comparada.

No capítulo seguinte, nos voltamos para o debate sobre a qualidade da democracia e as dimensões avaliativas do regime, que serão importantes para explicar as variações no apoio ao regime. Para usar o jargão das ciências sociais: no restante desta introdução vamos conceitualizar nossas variáveis dependentes ou de resultado, que são os fatores que queremos entender e explicar. No capítulo seguinte, o esforço teórico volta-se para as variáveis explicativas, chamadas independentes, e o esforço será em discutir as diferentes dimensões da democracia que serão analisadas como determinantes do apoio difuso e específico do cidadão brasileiro ao seu regime democrático. Assim, no próximo capítulo, usaremos a literatura sobre qualidade da democracia para definir nossas variáveis independentes, que comporão o modelo explicativo sobre o apoio à democracia, em suas diversas formas, no Brasil e América Latina. Por último, passaremos para a análise dos dados, já na segunda e terceira partes do livro.

### **1.1 O Estudo da Legitimidade Democrática**

Obviamente, nossas perguntas sobre as origens e efeitos da legitimidade não são novas no estudo da política. É importante para nossos propósitos aqui retomar algo dessa discussão, não só como uma exploração de sua longínqua linhagem intelectual, mas por que muitos desses conceitos serão úteis para pensarmos a atual situação do apoio popular ao sistema político no Brasil. Por exemplo, Nicolau Maquiavel já se preocupava com o tema quando se perguntava o que é melhor para um soberano, se ser amado ou temido. Na verdade, toda a discussão da teoria política moderna, que vai de Maquiavel a Max Weber, passando por contratualistas e utilitaristas, volta-se para o debate sobre como se constituem os Estados modernos, por que os cidadãos escolhem obedecer a terceiros e a escolher árbitros para seus conflitos e por que se submetem ao jugo de leis e regras. Ou seja, a pergunta básica

desse período é quais são as bases de obediência e respeito às instituições do Estado.

Weber é talvez quem melhor formule essa questão, ligando-a a uma preocupação que passará a ser central no estudo da ciência política contemporânea. Weber está preocupado em entender as formas de dominação existentes e suas bases de legitimidade: entendida muito simplesmente como os motivos pelos quais aqueles sujeitos a alguma forma de dominação acatam-na.<sup>3</sup> Essa temática é retomada, como foi dito, no início dos anos 50 do século passado, em uma roupagem mais claramente científica e usando modernas técnicas de coleta de dados. São esses estudos, em parte, que embasam a retomada da discussão sobre legitimidade na América Latina de hoje.

Um primeiro trabalho importante é desenvolvido por David Easton, que elabora a clássica distinção entre apoio difuso e apoio específico ao regime político (1965). O primeiro refere-se ao apreço e adesão, de forma mais latente e *incondicional*, às instituições básicas do regime. O segundo tipo de apoio diz respeito à aprovação ao desempenho dos atores políticos específicos, do governo, dos funcionários públicos e das instituições prestadoras de serviços aos cidadãos e é *condicional* ao funcionamento das instituições e atuação dessas autoridades. Assim, no pensamento de Easton a primeira forma de apoio ocorre a despeito dos resultados ofertados pelo sistema político: é uma preferência pelo tipo de regime, do qual não se abre mão. Já a outra forma de apoio volta-se para o funcionamento quotidiano das instituições e atores do regime. Essa distinção tornou-se central para entendermos a avaliação de regimes democráticos e embasou todos os estudos subsequentes sobre o tema, como veremos adiante.

Outro estudo clássico é o livro “*The Civic Culture*” de Gabriel Almond e Sidney Verba (1989). É a partir dessa obra que a discussão sobre cultura política ganha

---

<sup>3</sup> Veja textos clássicos como *Política como Vocação*, entre outros.

centralidade no debate sobre política. O foco desse estudo são os valores, crenças, atitudes e opiniões dos cidadãos e como esses fatores influenciam o funcionamento do sistema político. Almond e Verba argumentam que o conjunto de valores subjetivos de uma população influencia a estabilidade do regime político e as características que suas instituições adquirem. Dessa forma, para entendermos as perspectivas futuras de continuidade ou ruptura de um regime e para entendermos como funcionará na prática, é preciso analisar como as pessoas pensam sobre o sistema político em que estão inseridas. Embora extensamente criticada por diversos motivos, desde um determinismo culturalista até a ausência de clareza na afirmação sobre a direção causal da relação entre valores e instituições, esse estudo abre espaço para um debate aprofundado sobre como o que as pessoas pensam e sentem influencia o sistema político.<sup>4</sup>

Esse conjunto de autores, portanto, estabelece as bases para uma grande onda de estudos sobre cultura política, capital social e legitimidade democrática que servirão de inspiração para o debate que será apresentado aqui. Alguns exemplos dessa linha de pesquisa incluem pesquisas sobre como a mudança de valores no processo de modernização afeta a estabilidade da democracia (Inglehart 1988; Inglehart & Welzel 2005) e para pensar como a emergência de públicos críticos afeta o apoio ao regime (Booth & Seligson 2009; Norris 1999).

Em relação específica sobre a América Latina, é indispensável destacar o trabalho de Juan Linz, um dos cientistas políticos que mais se preocupou com o estudo das bases de sustentação e as formas de apoio ao regime democrático na América Latina. Linz cunha a expressão *"the only game in town"*, usada para descrever uma situação de apoio incondicional à democracia, como se o arcabouço institucional da mesma passasse a ser reconhecido como a única alternativa viável e aceitável para a organização do sistema político (1990). Essa ideia permeia todos os demais trabalhos que enfocam o debate sobre transição e consolidação democrática,

---

<sup>4</sup> Para um resumo detalhado dos vícios e virtudes do debate sobre cultura política, veja Rennó (1998).

elaborados por uma geração brilhante de cientistas políticos como Alfred Stepan, Phillip Schmitter, Guillermo O'Donnell, Adam Preworski, Fábio Wanderley Reis e Guillon Albuquerque, entre outros. Essa geração de pesquisadores não só contribuiu para pensar de forma sistemática o funcionamento da democracia na América Latina, mas também a dar forma e caráter a uma ciência política disciplinar na região.

Porém, o enfoque desses autores é em questões outras que não atitudes, valores e opiniões populares. Ou seja, optam por explicações estruturais e institucionais e em âmbito das elites para entender o fenômeno e ignoram o papel de atitudes, opiniões e valores dos cidadãos.<sup>5</sup> Quando Linz e Stepan falam de legitimidade, sua preocupação está muito mais voltada para as elites, para um papel leal dos perdedores em eleições e para a ausência de discursos antidemocráticos entre facções das elites políticas (1978). Ou seja, o enfoque era no estudo de elites políticas, de determinantes históricos e econômicos como decisivos para entender a instabilidade de regimes. Para nenhum desses pesquisadores a instabilidade da democracia na região pode ser entendida com base nos valores, crenças, atitudes e opiniões das massas. Essa é uma postura compreensível, principalmente se pensarmos no caráter controlado e transado de algumas transições na região.

É justamente por esse motivo que Morlino argumenta recentemente que a discussão sobre transições e consolidação da democracia na região senta em “mesas diferentes” do debate sobre cultura e valores políticos (2010). Para Morlino, falta um diálogo mais intenso entre a literatura sobre transições e consolidação democrática e estudos sobre a configuração dos valores e atitudes da cidadania frente ao regime. Podemos acrescentar a isso que o debate mais recente sobre a qualidade da democracia também não se volta inteiramente para indicadores de opinião pública.

---

<sup>5</sup> Essas explicações são todas importantes e não são descartadas aqui como irrelevantes. Apenas enfocaremos em uma dimensão dessa análise nada explorada: as visões populares, das ruas, acerca do regime.

Contudo, acreditamos que a posição de Morlino é apenas parcialmente correta. Na verdade, o estudo sobre atitudes políticas relacionadas à legitimidade do sistema no Brasil e na América Latina não foi completamente ignorado e passa pelas obras de ao menos três importantes pesquisadores: Mitchell Seligson, José Álvaro Moises e Marcello Baquero. Esses autores têm suas obras marcadas pela preocupação com as bases da legitimidade do regime democrático latino-americano e em estudá-las a partir do instrumental teórico e metodológico que enfoca na opinião pública, de massas, acerca do regime. Centraremos nossa análise aqui na contribuição de Seligson e co-autores para entendermos os dilemas e incógnitas (*puzzles*) da legitimidade democrática na região.

## **1.2 A Incógnita da Legitimidade Democrática na América Latina**

John Booth e Mitchell Seligson talvez tenham feito o mais completo e detalhado relato da discussão teórica e empírica sobre legitimidade política na América Latina (2009). Seu livro, lançado recentemente, já pode ser considerado um clássico na área e leitura obrigatória para pesquisadores interessados no tema.

A obra apresenta de forma muito clara aquele que talvez seja o principal desafio, o principal “quebra-cabeças” dessa linha de investigação. O argumento parte do seguinte pressuposto: legitimidade democrática, entendida como apoio difuso e específico da população ao regime democrático, deveria estar relacionado com a estabilidade e sobrevivência de regimes políticos. No entanto, o que se percebe tanto nas democracias mais antigas, como é apontado pela obra de Russel Dalton (2000), quanto na América Latina, é uma corrosão do apoio à democracia, sem necessária ruptura da ordem democrática, e até, para esses autores, convivendo com uma certa estabilidade das instituições democráticas. Nessa visão, a cidadania se mostram cada vez mais descrentes em instituições democráticas básicas, sendo esse um indicador chave da queda de apoio ao regime. Na América Latina há taxas bastante altas de cidadãos que não têm preferência forte pelo regime democrático

em comparação com outras alternativas (Moisés 2010, Moisés e Carneiro 2010, Meneguello 2010).

Não obstante, em grande parte dos países da região, mas principalmente no Cone Sul, no passado recente celeiro de experiências autoritárias, não há rupturas claras no ordenamento democrático, com eleições ocorrendo periodicamente, havendo alternância no poder e competição entre partidos políticos. Ou seja, a possível relação entre perda de apoio popular – legitimidade do regime – e instabilidade democrática, que estava prevista teoricamente, parecem não se confirmar empiricamente. É a esse dilema que Booth e Seligson se dedicam a desvendar em seu livro.

Antes de seguir, acrescentamos, e esse ponto será mais bem discutido adiante, que a queda na legitimidade política das democracias da região pode estar convivendo com a continuidade de regimes democráticos, mas não com regimes democráticos que estejam livres de crises e nem de ameaças de transformação profunda. Ou seja, trata-se de se perguntar de que tipo de estabilidade estamos falando. Para isso, enfocaremos a recente linha de pesquisa que aponta para novas formas de instabilidade política na América Latina, onde caem governos, sem que o regime se desfaça (Hochstetler 2006; Hochstetler & Edwards 2009; Hochstetler & Samuels 2011; Negretto 2006; Pérez-Liñán 2007, Llanos e Mastreintet 2010).

Ou seja, é bem possível que a deteriorização das bases de legitimidade esteja relacionada com o que Mainwaring *et al.* (2006) referme-se à crise das instituições de representação na Região Andina e possa ser um fator que explica quedas de governos, impasses constitucionais e eleitorais e de propostas radicais de alteração constitucional na direção de uma democracia iliberal, conforme aventado na introdução deste capítulo. Portanto, o grande dilema colocado por Booth e Seligson, parece-nos falso, já que a democracia na América Latina não encontra um “céu de brigadeiro” à frente: há turbulências relevantes e projetos políticos distintos,

marcados pelo dilema entre propostas liberais e iliberais. Assim, a dita estabilidade institucional parece-nos exagerada, ou mesmo enganada.

Mas antes, retornemos ao trabalho de Booth e Seligson e sua exploração sobre os dilemas da legitimidade democrática na região.

Esses autores pensam as articulações entre a legitimidade democrática e o funcionamento de sistemas políticos a partir de três perguntas de pesquisa: a) o que afeta a legitimidade do regime, entendida como apoio popular ao mesmo; b) os efeitos que a legitimidade ou sua ausência podem ter no comportamento político de cidadãos e cidadãs; c) a estrutura multidimensional do conceito de legitimidade democrática. Respondendo a essas perguntas, podemos tentar enfocar os mecanismos por meio dos quais as visões populares acerca do regime poderiam ter impacto na própria vida do regime.

O primeiro ponto refere-se ao que causa a legitimidade democrática: suas fontes. Nesse caso, o objetivo é explicar a variação nos níveis de apoio difuso e específico à democracia e quais fatores estariam associados a essas oscilações. Ou seja, nesse caso é importante identificar o que leva uma cidadã a apoiar o regime e respeitar as decisões que este toma. Nesse caso, há duas fontes principais apontadas pela literatura: questões culturais, que são fruto da socialização e da experiência de vida do cidadão, e questões de performance do regime (Easton 1965; Lipset 1959). Como apontado na discussão acima, apoio específico ao regime é fruto de avaliações do desempenho dos atores políticos à frente das instituições democráticas (Easton 1965). Já o apoio difuso é uma consequência de fatores de mais longo prazo, como socialização, experiências de vida e preferências ideológicas (Easton 1965).

Seligson e Booth dedicam pouca atenção a esta primeira questão de pesquisa. Suas conclusões apontam que diferentes dimensões da legitimidade política são geradas por distintas fontes. Primeiramente, um argumento comumente utilizado pela literatura sobre esse tema é que eleitores do partido vitorioso na última eleição, por

motivos ideológicos e políticos, tenderiam a ser mais propensos a apoiar os atores políticos e autoridades, as instituições democráticas e, inclusive a se tornarem mais sólidos apoiadores dos princípios democráticos. Ou seja, ser vitorioso nas eleições passadas e simpático ao governo no poder aumentaria a propensão a apoiar o regime de forma não só específica, mas também difusa. Esse é um ponto importante, que retomaremos à frente, pois nos auxilia a pensar os potenciais legados das crises democráticas na região: um aprofundamento da disparidade do apoio ao regime entre opositores e apoiadores dos governantes que emergiram vitoriosos de crises democráticas.

Booth e Seligson testam também o impacto de variáveis individuais. Cidadãos mais idosos são mais críticos da democracia do que cidadãos mais jovens. Cidadãos com níveis educacionais mais altos e com mais informação política são mais propensos a apoiar o regime em seus aspectos mais difusos, mas são mais críticos sobre o funcionamento do sistema político em seus aspectos mais específicos. Quanto maior o nível educacional, mais apoio aos valores democráticos básicos o cidadão ostenta e mais ele se sente parte e identifica-se com a comunidade política, a nação. Por outro lado, mais crítico esse cidadão é dos atores políticos e do desempenho das instituições. Booth e Seligson também testam o impacto da confiança interpessoal no apoio ao regime, embora não estejam seguros da direcionalidade dessa relação. Por último, esses autores também frisam que percepções e vitimização por corrupção e violência são fatores importantes para se entenderem as predisposições pessoais a rejeitar o regime.

Além de nossa crítica sobre um certo otimismo infundado acerca da estabilidade das instituições democráticas na região, uma outra refere-se exatamente à discussão acima sobre o modelo analítico usado para explicar variações nas diferentes formas de apoio ao regime democrático. Trata-se de uma falta de um modelo teórico unificado e bem justificado acerca das causas do apoio ao regime democrático. Os autores listam diversas variáveis que poderiam afetar o apoio à democracia, com base em estudos anteriores, mas não desenvolvem uma teoria que combine os

diferentes fatores que podem influenciar a legitimidade sob uma abordagem comum. Ao cabo, sabemos os efeitos de algumas variáveis, mas não temos noção sobre como um conjunto de atitudes individuais pode influenciar a forma como as pessoas pensam sobre a democracia na América Latina.

No presente livro, propomos buscar na literatura sobre avaliação da qualidade da democracia (Diamond e Morlino 2005) um modelo avaliativo da legitimidade democrática que poderá nos auxiliar a entender por que alguns cidadãos apoiam o regime democrático e outros não. Essa é a primeira contribuição teórica e empírica inovadora deste livro: a proposição de um modelo teórico único para explicar o apoio popular à democracia.

A segunda pergunta de pesquisa de Booth e Seligson é quais são os efeitos da legitimidade democrática sobre o regime político. Ou seja, a legitimidade democrática realmente afeta a estabilidade do regime? Essa é, na essência, a incógnita inicial que motivou grande parte desta agenda de pesquisa e que salientamos logo na abertura desta seção. A questão, então, de forma mais específica, é como a erosão da legitimidade democrática corrói também o próprio regime. Como a ausência de legitimidade das instituições políticas resultaria em crises e turbulência política que colocariam o regime em risco?

Para Booth e Seligson, a resposta para essa pergunta passa pela discussão sobre as formas de *participação política* que podem ser engendradas pela frustração com as instituições democráticas. A legitimidade afeta o funcionamento do sistema político pela influência na propensão à participação política de cidadãos. Nessa questão, há algumas visões da literatura que merecem destaque. Primeiramente, cabe explorar as visões ditas mais conservadoras de Almond e Verba (1965) e Huntington (1968) de que níveis agudos e extremos de participação política, de amplos setores da sociedade, podem gerar uma sobrecarga de demandas no regime democrático, extremamente prejudicial à sua sobrevivência, ainda mais se atravessando processos de institucionalização. Ou seja, participação política não necessariamente

fortalece a democracia: pode ameaçá-la. O ponto é que a legitimidade do regime pode influenciar diferentes modos de engajamento político dos cidadãos.

Diversos estudos aprimoram esse argumento básico ao explorarem como o apoio ao regime poderia resultar em diferentes formas de participação. Dentre os diversos autores que debatem essa questão, é importante pensar mais detalhadamente na contribuição de Pippa Norris (1999, 2002). Segundo essa autora, também discutida por Booth e Seligson, atores que apresentam alguma forma de apoio ao sistema tenderiam a participar de formas convencionais de participação política, em oposição às formas relacionadas ao protesto político e à desobediência civil. No caso, se atores insatisfeitos com a democracia se mantêm desmobilizados, a participação em seus moldes convencionais não trará rupturas e instabilidade ao regime democrático.

Já, se os que demonstram frustração com a democracia se organizam e partem para mobilizações consideradas de confrontação com o sistema, Norris argumenta que as chances para crises são maiores (1999). Nesse caso, cidadãos com mais baixos níveis de apoio às instituições democráticas seriam mais propensos a se organizarem em protestos e formas de desobediência civil que poderiam contribuir para a queda de governantes, para crises e para mudanças em instituições.

Booth e Seligson criticam essa interpretação, argumentando que as formas de participação política não se resumem a protestos e participação convencional, mas podem ocorrer de diversas formas. Nesse sentido, a proposta de Booth e Seligson relaciona-se com trabalhos anteriores sobre a América Latina, que também “desempacotaram” as formas de participação para diversos tipos e testaram tanto seus determinantes quanto seus efeitos (Rennó 2005). Booth e Seligson testam como diferentes dimensões da legitimidade influenciam diferentes formas de atuação política, incluindo votar, participação em campanhas eleitorais, contatar autoridades públicas, voluntarismo comunal, engajamento em associações da sociedade civil organizada, e envolvimento em manifestações e protestos políticos.

Das diferentes dimensões do apoio ao regime, avaliações sociotrópicas da economia<sup>6</sup>, que são indicadoras do desempenho econômico do regime, e apoio ao governo local são extremamente influentes na disposição de indivíduos de participarem politicamente.

Além disso, visões sobre democracia podem ter uma relação de tipo U com a participação política. Booth e Seligson confirmam que há uma relação não-linear entre apoio ao regime e participação política, sendo que os menos e mais satisfeitos são os mais mobilizados. Os indivíduos com posturas moderadas na avaliação do regime são também os menos propensos a se engajarem politicamente. Assim, indivíduos insatisfeitos com o regime são bastante propensos a participarem da política de diversas formas, incluindo por meio dos mecanismos convencionais de participação (partidos, sindicatos, contatando autoridades etc.), mas são mais propensos a protestos e manifestações do que os cidadãos satisfeitos com o regime. Já, estes também são bastante ativos politicamente, mas menos por meio de formas não-convencionais de participação.<sup>7</sup>

O que Booth e Seligson ignoram é que a incógnita motivadora – ausência de relação entre queda na legitimidade popular da democracia e estabilidade do regime – pode simplesmente ser inválida. Como argumentamos, pode haver uma relação entre perda de apoio específico e difuso ao sistema e participação em movimentos de protesto político e entre estes e as novas formas de instabilidade política na região. Ao mesmo tempo, reconhecemos que a relação entre a legitimidade e a participação nesses movimentos pode ser sutil e variar pelas distintas visões polêmicas do papel da participação na democracia (Smith 2009a, 2009b). Esta é nossa segunda contribuição teórica à discussão existente: quedas no apoio popular ao regime, suas

---

<sup>6</sup> Essas são medidas tradicionais usadas em pesquisas de opinião pública que mensuram as visões populares acerca da economia nacional: se está pior, igual ou melhor do que no ano passado.

<sup>7</sup> Booth e Seligson também analisam o impacto da legitimidade do regime no que eles chamam de capital social negativo, composto por um conjunto de visões e de ações individuais que apoiam medidas extremas, como golpes e ações violentas. Como não exploraremos essas questões em nosso estudo, não entraremos em muitos detalhes aqui.

instituições e seu governo geram protesto político e formas de mobilização popular não-convencionais que resultam em conflitos e crises dos sistemas políticos, traços definidores da nova instabilidade política na América Latina.

Finalmente, a terceira pergunta de pesquisa abordada por Booth e Seligson concerne à multi-dimensionalidade da legitimidade. Ou seja, há diferentes tipos de legitimidade democrática. Embora alguns estudos empíricos tenham medido a legitimidade como unidimensional, por falta de medidas adequadas, o estudo clássico sobre o tema, de David Easton, já apontava para, ao menos, duas dimensões distintas: apoio difuso e específico ao regime. O primeiro é voltado aos princípios que regem um regime democrático e o segundo ao funcionamento prático das instituições democráticas no dia a dia da condução da democracia. Claramente, há uma relação entre essas duas dimensões: constantes frustrações acerca do funcionamento prático das instituições democráticas, com perdas de apoio específico, podem, cumulativamente, gerar erosão de apoio aos princípios básicos de regime e deteriorização do apoio difuso à democracia.

Estudos seguindo na mesma linha conseguiram identificar outras dimensões da legitimidade. Pippa Norris (1999) argumentou que a legitimidade política tem cinco componentes básicos que se orientam a certos aspectos do sistema político: a comunidade política ou nação, os princípios que regem o sistema, desempenho do regime, instituições políticas e atores políticos. Percebe-se claramente que essas dimensões esmiúçam a proposição de Easton, indo do mais amplo e genérico até o mais específico. Assim, cidadãos podem ser apoiadores ou críticos de diferentes aspectos do sistema político e em intensidades variadas, e a relação entre as dimensões da democracia pode ser bastante complexa. Um segundo trabalho, realizado por Russell Dalton (2004) e usando dados do Eurobarômetro, indicou que há quatro dimensões de apoio ao regime. Para Dalton, os cidadãos europeus não levam em consideração uma dimensão identificada com o desempenho geral do regime: ou eles avaliam as instituições desse regime, ou eles apoiam ou não a ideia geral de democracia.

Booth e Seligson acrescentam mais uma perspectiva sobre a dimensionalidade da legitimidade, fazendo contribuições tanto metodológicas quanto teóricas. Utilizando dados de amostras probabilísticas nacionais em oito países da América Central e questionários que incluíram diversas medidas sobre as distintas dimensões conceituais da legitimidade democrática, Booth e Seligson conseguiram identificar, além das cinco dimensões propostas por Norris, mais uma, o apoio ao governo local. Assim, as seis dimensões são: identificação com uma comunidade política ou nação; aceitação dos princípios centrais da democracia; apoio às instituições democráticas; avaliação da performance do regime, direcionada em muito para o gerenciamento da macro-economia; apoio ao governo local; apoio às autoridades e atores políticos. Com essa diferenciação, que é confirmada por diversas formas de análise fatorial dos dados, os autores concluem confirmando a multidimensionalidade clara da legitimidade política.

Tratar a legitimidade democrática como multidimensional, assim como as formas de participação política (convencionais e não-convencionais), não só torna esse debate mais complexo, mas também mais próximo da realidade que tenta refletir. Nosso estudo levará em conta esses achados e os testará no Brasil em perspectiva comparada com o restante da América Latina, usando dados principalmente do Barômetro das Américas de 2010.

O que nos interessa mais de perto em nosso estudo, contudo, é um ponto pouco explorado por Booth e Seligson. Nossa preocupação, quando da avaliação popular sobre a democracia, não é só entender sua estrutura e suas possíveis implicações, mas o que afeta a variação no apoio à legitimidade do regime. Descobrimos suas causas, podemos pensar em políticas públicas que fortaleçam o apoio popular à democracia. Como foi dito antes, é um pressuposto deste estudo, portanto que dispensa maior problematização, pois mais apoio à democracia é sempre mais desejável do que menos ou do que a indiferença. Independente dos dilemas metodológicos enfrentados para mensurar se esse apoio tem efeitos ou não,

assumimos aqui como pressuposto que mais apoio popular é sempre melhor. Dessa forma, desvendar o que está por trás, o que explica o apoio popular à democracia em suas diferentes dimensões é o principal desafio para entendermos o fortalecimento da legitimidade do regime democrático no Brasil.

A esta tarefa é que nos dedicamos neste livro: propor um modelo avaliativo da democracia que nos permita analisar variações no apoio popular ao regime. Usaremos o arcabouço proposto por Diamond e Morlino (2005), em sua proposta analítica sobre a qualidade da democracia, para desenvolvermos um modelo aplicável à América Latina baseado em dados de opinião pública.

### **1.3 Novas Formas de Instabilidade Política nas Américas**

Já discutimos nas seções anteriores desse capítulo o surgimento de novas formas de instabilidade política na região, mas não suficientemente. Nosso argumento é que quem senta em “mesas diferentes”, para usar a analogia de Morlino, são a literatura sobre legitimidade democrática e a sobre instabilidade política na região, conforme proposição inaugurada por Aníbal Perez-Liñan em seu livro sobre processos de impeachment na América Latina (2007). Segundo Perez-Liñan, a América Latina se depara, nos anos 90, com uma nova forma de instabilidade política que não coloca em risco necessariamente o regime democrático, mas que é marcada por enormes turbulências internas e que pode resultar na queda de governos e em transformações profundas da ordem democrática. Essa nova tendência, portanto, não põem em risco a democracia, mas a torna incerta e instável, com governos que não se sustentam no tempo.

Se ampliarmos a lista para incluir não apenas processos de impeachment, mas também autogolpes, remoção de presidentes por outros meios, como renúncia imposta por pressões populares, impasses constitucionais e eleitorais, como o faz Boniface (2009), então nos deparamos com uma enormidade de episódios de turbulência política que tem marcado as mais diversas regiões das Américas. Essa

nova forma de instabilidade política é evidenciada não só, portanto, por processos de impeachment, mas por consecutivas crises que emergiram na região e que foram consideradas como tal pela comunidade internacional (Boniface 2009). Esse novo cenário de instabilidade política pode estar relacionado com as crises de legitimidade do regime, apesar dessa relação ser, em grande medida, ignorada por essa linha de pesquisa (Hochstetler & Edwards 2009; Hochstetler & Samuels 2011; Negretto 2006; Pérez-Liñán 2007, 2008; Llanos e Mainstrensteit 2010).

*Podemos aventar que a ausência de algumas formas de legitimidade popular, principalmente aquelas relacionadas às modalidades de apoio específico ao sistema, podem estar por trás da nova instabilidade política na região.* Assim, é plenamente plausível supor que sistemas políticos com baixo apoio específico – como rejeição a atores políticos e autoridades, visões críticas sobre o funcionamento econômico do país – podem estar associados à emergência da nova instabilidade política na região, que ameaça governos e instituições, mas não a ordem democrática *per se*. Portanto, quando destrinchamos as diferentes dimensões de legitimidade democrática, podemos levantar hipóteses que apontam para uma relação clara entre algumas das modalidades de apoio ao regime com tendências à ocorrência de crises democráticas. A literatura sobre essas novas formas de instabilidade política ainda não atentou para essa possibilidade, à exceção do trabalho de Mainwaring *et al.* (2006).

O que tem, então, sido relacionado com a emergência de crises da democracia nas Américas? É possível, com base nessa literatura, pensar como questões acerca da legitimidade política motivam os determinantes diretos das crises democráticas? Boniface sugere alguns padrões (2009). Primeiro, as novas crises democráticas ocorreram de forma mais frequente nos anos finais da década de 90 e estão bastante concentradas na Região Andina da América Latina e América Central. O Cone Sul não vivenciou tantos desses problemas nos últimos anos, talvez o impeachment do Presidente Collor de Mello sendo o caso mais marcante no Brasil e, claramente, a crise presidencial argentina de 2001 o melhor exemplo recente de convulsão

política nessa parte do continente. Por outro lado, a ascensão ao poder de Hugo Chávez na Venezuela, para Boniface, está bastante associada à intensificação das crises nos países do norte da América do Sul, e ainda com mais intensidade a partir do final dos anos 90.

Mas, coincidências à parte, Boniface não se aprofunda muito em testar hipóteses sobre as causas das crises políticas na região. No entanto, diversos outros autores partem por essa via de investigação. O próprio Perez-Liñan já havia lançado as bases para pensarmos em potenciais suspeitos pela nova instabilidade política da América Latina. Por exemplo, presidentes que se envolvem em escândalos políticos, principalmente de corrupção, e que não conseguem construir maiorias estáveis no Congresso são muito mais propensos a sofrerem impeachment ou serem retirados do cargo do que presidentes que têm maiorias legislativas e cujos problemas não passam por escândalos de corrupção. Por conta do ineditismo de seu trabalho e de realizá-lo em um período em que essas crises começavam a ocorrer, Perez-Liñan não contou com uma amostra muito grande de casos e não pôde explorar muitas explicações causais. Estudos futuros, então, deram sequência às suas investigações.

O conjunto de pesquisas publicadas sobre as novas formas de instabilidade política na América Latina, adotou como seu principal tema de investigação a ideia de “failed presidencies” ou de “presidential breakdowns” (Hochstetler & Edwards 2009; Hochstetler & Samuels 2011; Negretto 2006; Pérez-Liñán 2007; Llanos e Mainstrensteit 2010). A tônica dessa literatura é investigar por que presidentes são levados ao impeachment, são derrubados ou renunciaram. O próprio Perez-Liñan oferece um excelente resumo de parte dessa literatura publicada em número especial voltado ao tema do periódico América Latina Hoy (2008). Os principais determinantes do fracasso de presidentes na região devem-se, além de sua relação com o congresso e envolvimento em escândalos, também com a presença de fortes movimentos populares, de rua, contra o presidente e contra seu governo e forte campanha dos meios de comunicação relatando os escândalos de corrupção. Ou seja, precisa haver, principalmente como destacam Hoschtleter (2008) e Hoschtleter e

Edwards (2009), presença popular nas ruas, em protestos políticos, como condição necessária para a queda de presidentes.

O paralelo aqui com a discussão sobre legitimidade democrática é claro. Como bem apontaram Booth e Seligson em seu livro: descontentamento com o funcionamento do sistema, que resulta em corrosão de formas específicas de legitimidade democrática, é o estopim para formas não-convencionais de participação política. A ligação entre estudos sobre legitimidade democrática e crises correntes da democracia é, portanto, óbvia. Os protestos políticos, motivados pela ausência de apoio aos atores do regime, ao desempenho econômico do regime e ao funcionamento das instituições, são motores para o acirramento das crises políticas que assolam a América Latina.

Cabe apenas uma ressalva: resta ver qual o impacto e que posições ideológicas têm em motivar essas formas de protesto. Pode ocorrer que haja uma relação de reforço entre certas preferências político-ideológicas e baixo apoio ao sistema quando da geração de mobilização de rua. Ollier (2008) e Hoschtleter (2008) argumentam que as mobilizações de rua são realmente efetivas quando não incluem apenas um setor da sociedade, mas quando se generalizam por diversos grupos e se tornam “heterogêneas”. Ora, coalizões de rua heterogêneas denotam nada mais nada menos do que insatisfação generalizada e baixa legitimidade do sistema. Assim, é bastante provável que a questão do apoio específico ao sistema, negligenciada por essa corrente de pesquisa, esteja na essência das novas crises democráticas na região.

Portanto, a literatura sobre as novas formas de instabilidade política ignora a questão da legitimidade democrática, mas baseia sua análise em manifestações desse fenômeno ao observar a relação entre protestos políticos e queda de governos. Mainwaring (2006) e Mainwaring *et al.* (2006) talvez sejam os únicos a claramente fazerem essas ilações. A pesquisa liderada por Mainwaring enfoca em como a queda de confiança nas instituições básicas da democracia, partidos políticos e o poder legislativo, assim como uma insatisfação generalizada com a qualidade da

democracia estão na base das sucessivas crises da democracia na Região Andina da América do Sul. Para Mainwaring, as crises da democracia resumem-se à fadiga popular com partidos e congresso e são, acima de tudo, uma crise de representação (2006). Segundo ele, os mecanismos tradicionais de intermediação de interesses em democracias representativas são extremamente frágeis nessa parte do continente e são suplantados por relações clientelistas e personalistas entre eleitos e eleitores (Mainwaring 2006, 14).

Mainwaring e colaboradores constatarem a existência dessa crise com base em diversas fontes de informação. Dados atitudinais de pesquisas de opinião indicam índices baixíssimos de confiança nos partidos políticos e no Congresso em quatro dos cinco países Andinos – Bolívia, Equador, Colômbia e Peru. A Venezuela é a exceção. Contudo, dados de comportamentos políticos demonstram que a volatilidade eleitoral – que significa votar em partidos diferentes de uma eleição para a outra – também aumentou significativamente. Além disso, os partidos tradicionais nesses países praticamente evaporaram no ar, deixando de ser as máquinas de mobilização popular que foram nas décadas de 60 e 70.

Para Mainwaring, esses fatores são indícios visíveis de algo maior, que marca o funcionamento das instituições políticas centrais nesses regimes democráticos: são as ditas deficiências estruturais do Estado (2006, 20-21). A questão então não é apenas uma de ausência de contato de setores da população com as instituições políticas clássicas, o que seria um sinal de uma “representatividade truncada” de partidos políticos e poder legislativo, mas está intimamente relacionado com a incapacidade do Estado de prover serviços básicos de qualidade<sup>8</sup>. Os principais indicadores dessa incapacidade estatal de oferecer bons resultados tornam-se óbvios nos problemas de desigualdade econômica e social que assolam a região, na corrupção dos funcionários públicos que mina a confiança nestes e nas instituições

---

<sup>8</sup> Nesse sentido, a explicação de Mainwaring não é diferente de um problema apontado por Wanderley Guilherme dos Santos, quando este pensava o Brasil da década de oitenta e que ele classificou como o híbrido institucional, que gerava leis que não “pegavam” e um hobbesianismo social marcado pela busca de meios extra-institucionais para solução de problemas (1993).

que representam e, finalmente, mas não menos importante, nos altos níveis de violência urbana que marcam as grandes cidades da região e aterrorizam moradores. Ou seja, a crise de representatividade, que pode ser entendida como uma de legitimidade, de queda no apoio às instituições democráticas, é fruto dos resultados de baixa qualidade produzidos pelos sistemas políticos desses países.

Para nossos objetivos, podemos traduzir a questão da seguinte forma: *é a qualidade da democracia que condiciona a sua legitimidade*. Regimes que não funcionam bem – que são ineficientes no combate à pobreza e desigualdade, que são corruptos e ineficazes na redução do crime e dos quais o cidadão comum não se sente representado – engendram cidadãos que apresentam baixos níveis de apoio ao regime político, principalmente em suas dimensões específicas.

#### **1.4 Crises e Cicatrizes da Instabilidade**

Como nos baseamos em dados de 2010, não podemos testar diretamente a hipótese de que insatisfação com a qualidade da democracia levou a quedas na legitimidade dos regimes que culminaram em crises. Mas, podemos testar outro lado dessa mesma moeda: quais foram as consequências, o saldo das crises, na forma como opositores dos governantes que saíram vitoriosos das crises pensam sobre a legitimidade de seus sistemas políticos. Ou seja, devemos avaliar as cicatrizes deixadas pelas crises da democracia e os conflitos que essas crises expressaram no comportamento dos perdedores das crises.

Um indicador claro dessas cicatrizes pode se manifestar nas atitudes e valores de pessoas que são opositoras e apoiadores dos atuais governos. Assim, o apoio ao regime, em suas diferentes dimensões, pode ser menor entre membros da oposição do que da situação nos países que atravessaram crises.

Dessa forma, opositores aos regimes atuais de Morales, Chávez e Correa poderão estar profundamente insatisfeitos não só com aspectos específicos do

funcionamento dos regimes democráticos, mas quanto à democracia nesses países. Já a oposição em países como o Brasil, que não atravessou crises recentes, será mais branda, mais leal ao sistema político e menos ressentida devido à moderação dos enfrentamentos recentes. Isto é, ampliamos o conceito de lealdade da oposição, empregado por Linz apenas em referência às elites políticas, para incluir nessa categoria também os cidadãos que se mostram favoráveis e contrários aos políticos no poder.<sup>9</sup> Dessa forma, as expressões de descontentamento acerca do regime serão bastante mais intensas na oposição, nos regimes que viveram crises do que nos que não viveram: essa é uma hipótese central do presente livro.

## **1.5 O Caso Brasileiro**

O Brasil se coloca como um caso interessante para entendermos essas questões, pois não tem sofrido continuamente de crises e tensões que resultam em governos incompletos e fracassados, mas apresenta algumas dimensões dessa problemática que poderiam gerar quedas na legitimidade do sistema. Desde sua redemocratização, o Brasil já experimentou seis eleições diretas para presidente, sendo que cinco delas também acompanhadas de eleições legislativas para o nível federal e de eleições para cargos nos executivo e legislativo estaduais. Além disso, foram realizadas cinco eleições municipais, que ocorrem intercaladas com as eleições gerais. Em nível federal, o país foi governado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de 1994 a 2002 e pelo Partido dos Trabalhadores de 2003 até o presente. Houve circulação de elites e alternância no poder também nos níveis estaduais e municipais. Há competição entre partidos e há eleições livres diretas e, até onde tudo indica, sem fraudes.

Os meios de comunicação no Brasil são variados e livres, assim como os direitos de expressão de opinião, de organização e de manifestação política são assegurados pela Constituição promulgada em 1988. Não há presos políticos e não há repressão

---

<sup>9</sup> Há, claramente, uma articulação entre essa ideia e o argumento resumido no conceito de “losers’ consent” de Anderson *et al.* (2005). Essa questão será bastante explorada no capítulo final do livro.

a manifestações de rua. O sistema partidário é composto por diversos partidos que competem pelo poder sem grandes restrições. Assim, por qualquer critério que se adote, o Brasil é uma democracia vigorosa e caminhando a passos largos para sua consolidação.

Isso não significa que o país esteja imune a problemas políticos. Recentemente aconteceram diversos escândalos de corrupção, que perpassam todos os níveis de governo e da união e que foram amplamente divulgados pelos meios de comunicação. No governo federal, vem à mente, com nitidez, o escândalo do mensalão, que quase resultou em um processo de impeachment do Presidente Lula, e que poderia ter terminado em uma crise profunda da democracia brasileira. Todavia, esse não foi o caminho pelo qual a oposição a Lula optou, esperando que saísse vitoriosa nas próximas eleições. Isso tampouco aconteceu. Mas, a mácula ficou e a questão da corrupção não mais abandonou a cobertura dos meios de comunicação, principalmente em períodos eleitorais.

O Congresso Nacional também tem sua cobertura jornalística, em grande medida, associada a escândalos de abusos e privilégios de políticos que tiram vantagem dos recursos a que têm direito para o exercício de seus cargos. Foi assim nos escândalos das passagens aéreas, nos quais funcionários nos gabinetes de deputados revendiam as passagens que os parlamentares não utilizavam e ficavam com o lucro, é assim na discussão atual sobre acúmulo de aposentadoria com salários de congressistas que já foram governadores, entre outros escândalos. O poder legislativo no Brasil é sempre alvo dessa cobertura negativa, o que pode claramente minar sua legitimidade.

Cada vez mais escândalos são descobertos, graças também ao aumento da capacidade de investigação das entidades que compõem a rede de controle e fiscalização do Estado brasileiro como a Polícia Federal, o Ministério Público, a Procuradoria Pública e os Tribunais de Contas. Sem dúvida isso é um avanço considerável no fortalecimento dos mecanismos de *accountability* horizontal, mas

também resulta em uma exposição negativa do sistema, o que pode gerar crises. É uma ambiguidade do próprio processo democrático que precisa ser mais bem explorada em pesquisas: mais *accountability*, mais crises.

Por outro lado, os sucessivos governos brasileiros no âmbito federal têm feito bastante progresso em melhorar a qualidade de vida da população brasileira, reduzindo a pobreza e a desigualdade entre ricos e pobres (Neri 2007, Singer 2009). A administração tucana de Fernanda Henrique Cardoso conquistou a estabilidade econômica, reduzindo a inflação a níveis historicamente baixos e saneou as contas públicas, limitando a capacidade de endividamento de governos por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal. Esses dois fatores se tornaram pilares do sucesso econômico futuro do país, que foi aprofundado nas administrações petistas com maiores investimentos estatais em infraestrutura, projetos sociais que combatem a pobreza diretamente, aumento na renda de trabalhadores e redução no mercado informal, além de seguir a cartilha “neoliberal” de estabilidade econômica. Para alguns analistas, o Brasil constitui exemplo de país que está na trajetória da boa governança (Alston *et al.* 2008).

Assim, o caso brasileiro se coloca como um de contradições. Inegavelmente fez ganhos consideráveis em fortalecer sua democracia política e em produzir políticas públicas e instituições que asseguram ganhos econômicos e sociais significativos para a população. Por outro lado, ainda sofre com questões relacionadas à corrupção e à violência urbana, que são enormes desafios para o sistema político do país (Hagopian 2005). Como essas contradições afetam as visões da população sobre a legitimidade do sistema político? No Brasil, a ausência de crises democráticas na magnitude das ocorridas nos países andinos e na Argentina em 2001 podem ser atribuídas ao sucesso econômico do regime? Os sucessivos escândalos de corrupção estão minando potenciais ganhos econômicos? Como o Brasil se diferencia nesses aspectos de seus vizinhos na região? Esses dilemas que são bastante claros no Brasil, até certo ponto, podem diferenciá-lo de outros países da região e colocá-lo em uma posição privilegiada para a análise de como diferentes

aspectos da qualidade da democracia no Brasil afetam visões populares sobre o regime.

### **1.6 O Barômetro das Américas**

Abordaremos essas perguntas a partir de uma base de dados pioneira, o Barômetro das Américas (BA). O primeiro estudo do BA no Brasil foi realizado em 2007 e foram feitas mais duas ondas em 2008 e 2010. A característica central do BA é o número de países abrangidos. Em 2010, o ano com maior cobertura das Américas, foram conduzidas aproximadamente 43.900 entrevistas com cidadãos de 26 países: todos os países do continente (desde Canadá até Argentina, incluindo países pouco estudados como Belize, Suriname e Guiana) e muitos países do Caribe, tais como Jamaica, Haiti, Trinidad e Tobago e República Dominicana. Assim, o BA nos oferece uma oportunidade ímpar de entender as ideias, atitudes, lealdades, crenças, hábitos e comportamentos do brasileiro em comparação com seus concidadãos das Américas. O BA ocorre a cada dois anos e é parte do Projeto de Opinião Pública de América Latina (*LAPOP, Latin American Public Opinion Project*) da Vanderbilt University nos Estados Unidos.

Desde a década de 1970, o LAPOP tem estudado as ideias políticas dos latino-americanos, começando na Costa Rica em uma época em que existiam poucos países na América Latina onde era possível pesquisar a opinião pública sem medo da interferência de um Estado autoritário e sem pôr em perigo os cidadãos que se atreviam a responder. Com a terceira onda de democratização, o escopo do LAPOP foi expandido até cobrir quase todo o continente, com a exceção de Cuba. Em 2004, o LAPOP fundou o BA como uma pesquisa que visava “tomar o pulso” da democracia no continente de dois em dois anos. Naquele ano incluíram-se oito países: México, toda a América Central (exceto Belize) e Colômbia. Na rodada de 2006 incluíram-se também Bolívia, Chile, Equador, República Dominicana, Guiana, Haiti, Jamaica, Paraguai e Peru; no ano seguinte, o Brasil também se juntou ao grupo. A rodada de

2008 expandiu de 18 para 24 países, e em 2010 foram adicionados Suriname e Trinidad e Tobago.

Grande parte do financiamento do BA provem da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Mas, em 2010 a pesquisa teve muitos outros patrocinadores. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) generosamente colaborou com uma grande parte do financiamento da rodada de 2007 e 2010 no Brasil. Outros patrocinadores do BA ao longo do continente foram o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI), Princeton University (Estados Unidos), Notre Dame University (Estados Unidos), York University (Canadá) e Université Laval (Canadá), além de Vanderbilt University.

A equipe que dirige o BA também é diversificada. Enquanto o Diretor Mitchell A. Seligson e a Vice-Diretora Elizabeth J. Zechmeister são professores de Vanderbilt University, a equipe do BA consiste em uma grande rede de pesquisadores espalhados por todos os países que compõem a amostra. No Brasil, as rodadas de 2008 e 2010 do BA foram dirigidas pelo Professor Lúcio Rennó na Universidade de Brasília. A rodada de 2007 foi dirigida pela Professora Simone Bohn, em parceria com a Universidade Federal de Goiás, representada pela Professora Denise Paiva. Além disso, o LAPOP trabalha com uma quantidade grande de acadêmicos por todo o mundo, incluindo um conselho consultivo internacional, do qual participa a Professora Rachel Meneguello, da Universidade de Campinas.

O LAPOP orgulha-se da qualidade das amostras científicas e do processo de entrevista aplicado em cada país. Na maioria dos países do BA, a amostra inclui 1.500 entrevistados selecionados em uma amostra probabilística estratificada e em estágios múltiplos, e com seleção em proporção ao tamanho do local. Esses procedimentos garantem uma amostra representativa tanto do país quanto das regiões utilizadas para a estratificação. No Brasil, porém, em 2010 o CNPq

contribuiu financiamento à coleta de uma amostra maior, de 2.482 brasileiros nas cinco regiões do país. O maior tamanho da amostra possibilita inferências melhores em âmbito nacional, com menor erro, e inferências também em âmbito das regiões. Ou seja, graças à colaboração do CNPq, podemos entender melhor como os cidadãos e cidadãs do Nordeste ou do Norte diferenciam-se dos concidadãos no Sul ou no Sudeste ou no Centro-Oeste.

Além das contribuições relacionadas com o desenvolvimento da amostra científica, o BA também se preocupa em garantir que os processos de desenvolvimento, administração e digitação do questionário sejam padronizados em todos os países pesquisados. Após pré-testar e aprimorar o questionário extensamente durante um período de muitos meses, a direção de LAPOP define o módulo comum do questionário, que será traduzido e aplicado de forma idêntica em todos os países. Assim começa uma nova etapa de pré-teste, orientada não para decidir quais questões utilizar, mas sim para adequar o vocabulário usado no questionário e a qualidade das traduções.

O controle do LAPOP não termina com o desenvolvimento da amostra e do questionário. A equipe central do LAPOP treina os entrevistadores em cada país, visando garantir a aplicação padronizada do questionário. Em muitos países, os entrevistadores realizam entrevistas assistidas por computadores (PDAs), com o objetivo de facilitar a aplicação do questionário e de eliminar a necessidade de digitação, evitando os erros introduzidos no processo de digitação. No Brasil, onde a entrada de dados foi feita posteriormente à coleta de dado, sem uso ainda dos PDAs, ocorreu dupla digitação (*double-entry*) de todos os dados, por dois digitadores independentes, também para minimizar as fontes de erros nos dados.

Finalmente, uma vez completada a digitação, ponderaram-se os dados. A ponderação dos dados visa primeiro assegurar que a amostra final seja realmente representativa no âmbito regional e nacional e, segundo, assegurar que cada país tenha o mesmo peso nos dados quando de uma análise que combine todos os países.

Ao mesmo tempo, o LAPOP desenvolveu programas de análise para *software* estatístico que facilitam a análise dos dados e que levam em conta o desenho complexo da amostra do BA. Os gráficos que serão apresentados aqui, principalmente os comparativos entre países e os que expressam os resultados das análises de regressões multivariadas, são bons exemplos do desenvolvimento de formas mais fáceis de visualização de análises estatísticas complexas.

Em resumo, o BA oferece uma inigualável oportunidade para entender as ideias e experiências dos brasileiros e brasileiras, no contexto comparado das Américas. Para mais informações, ver [www.AmericasBarometer.org](http://www.AmericasBarometer.org). Nesse sítio encontram-se instruções sobre como os cidadãos brasileiros podem acessar os dados brasileiros gratuitamente.

## **1.7 A Organização do Livro**

Este livro contém três partes: este capítulo e o próximo delineiam os principais debates teóricos em que nos inserimos. Discutimos até agora aquilo que queremos explicar ao cabo do livro: variações no apoio popular ao regime, em suas diversas modalidades, e participação popular. No segundo capítulo do livro discutimos os principais determinantes do apoio ao regime com base na discussão sobre qualidade da democracia. Voltaremos então para questões direcionadas para o funcionamento do Estado de Direito no país, para questões sobre desigualdade e pobreza, e responsividade e participação política.

A segunda parte do livro dedicará um capítulo para a análise empírica de cada uma dessas dimensões de avaliação da qualidade da democracia, na qual tentaremos descrever as visões populares sobre essas questões no Brasil em comparação com a América Latina. Proporemos também explicações sobre variações nas visões populares acerca das diferentes dimensões da qualidade da democracia. Dessa forma, o capítulo três centra-se na questão do Estado de Direito e enfoca principalmente os temas da corrupção e da violência urbana. O capítulo quatro

discute as visões populares sobre discriminação, que entendemos como uma forma de internalização da desigualdade, e o efeito que ser beneficiário de políticas sociais, como o Bolsa Família, tem tido na melhoria da qualidade de vida das pessoas. O capítulo cinco enfrenta a questão das visões populares sobre a qualidade da responsividade do sistema acerca de suas demandas, análise de questões sobre informação política, envolvimento com partidos políticos e opiniões sobre políticas públicas. Além disso, investiga se cidadãos brasileiros estão satisfeitos com seus governantes e se votariam neles novamente. O capítulo seis, por sua vez, avalia o grau de participação do cidadão brasileiro em várias formas de engajamento com o sistema político, procurando entender até que ponto essa participação distribui-se equitativamente pela cidadania.

Por último, na terceira parte do livro, retomamos a preocupação central deste estudo, na qual avaliamos no capítulo sete como a qualidade da democracia afeta as visões populares sobre as diferentes modalidades de apoio ao regime. Pretendemos, assim, desvendar o dilema sobre como visões e atitudes acerca da qualidade da democracia no Brasil explicam as percepções populares sobre a legitimidade do regime. No mesmo capítulo, remetemo-nos ao nosso segundo ponto principal do livro: como os países que viveram crises recentes podem apresentar cicatrizes mais profundas geradas pelos conflitos, expressas principalmente na descrença e insatisfação mais aguda da oposição frente ao sistema político.

## Capítulo 2. Qualidade da democracia: dimensões gerais

Neste capítulo, o foco é na discussão sobre as dimensões da qualidade da democracia. Pretendemos identificar quais aspectos do funcionamento dos regimes políticos na América Latina são importantes para entendermos sua legitimidade popular. Dessa forma, iremos aqui definir os tópicos que serão explorados empiricamente nos capítulos seguintes, que compõem a segunda parte do livro. Lembrando sempre que esses tópicos, além de serem analisados em detalhe na segunda parte do livro, serão utilizados na terceira parte para explicar variações nas diferentes formas de legitimidade política no Brasil.

Pensar em qualidade da democracia exige, antes de tudo, algumas definições, principalmente sobre os dois conceitos centrais dessa abordagem: qualidade e democracia. Assim, cabe iniciar esta discussão definindo qual é a ideia de qualidade que utilizaremos neste trabalho e como ela se aplica à discussão sobre regimes e sistemas políticos.

Definir a qualidade de algo não é tarefa fácil; Diamond e Morlino (Diamond e Morlino 2005) propõem um caminho. Segundo eles, após revisarem o uso do termo pelas áreas de *marketing* e avaliação industrial, há três diferentes aplicações do conceito de qualidade que podem ser adequadas ao estudo da política e da democracia. A primeira refere-se à qualidade na forma de respeito a procedimentos. A qualidade de um produto é o resultado de um processo conduzido de forma metódica e controlada. O respeito ao processo, a observância correta de seu andamento, portanto, passa a ser importante para avaliar a qualidade do produto.

O segundo uso do conceito de qualidade refere-se ao conteúdo: a qualidade de um produto é definida por suas características estruturais como desenho, material e funcionamento. A estrutura interna do produto, seus atributos particulares, também deve ser o foco da avaliação de sua qualidade.

Por último, qualidade pode ser avaliada por meio dos resultados, enfocando no produto ofertado. Mais especificamente, qualidade pode ser medida pela satisfação do consumidor, independentemente de avaliações sobre as características de conteúdo do produto ou como este é produzido, seus aspectos estrutural e procedimental (Diamond e Morlino, 2005, 11). Assim, a avaliação da qualidade de algo deve focar os procedimentos, o conteúdo e os resultados.

Para aplicar essa lógica à análise de regimes políticos, precisa-se antes concordar sobre quais são as características que definem o regime que queremos avaliar. Poderíamos supor, por exemplo, que queremos avaliar a qualidade de uma ditadura ou de um regime totalitário. Isso é plenamente possível pensando na definição acima dos critérios de qualidade. Portanto, controle de qualidade pode ser aplicado a quase qualquer coisa.

Assim, para pensarmos no controle de qualidade de um regime democrático, primeiramente, é preciso concordar que o regime sendo avaliado é, de fato e de direito, uma democracia. Não é possível falar de qualidade da democracia em um regime que não é considerado, de forma minimamente consensual, como democrático. Define-se a democracia com base em critérios procedimentais mínimos: Uma democracia exige: I) sufrágio universal para adultos; II) eleições livres, competitivas e recorrentes; III) existência de competição entre mais de um partido político; IV) fontes alternativas de informação (Diamond e Morlino 2005, X-XI). Esses procedimentos asseguram ou visam assegurar o objetivo maior de conciliar liberdade e igualdade política, que seriam os fins últimos a que um regime democrático se destina.

De forma mais simples, um regime é democrático quando tem eleições periódicas e livres, em que todas as forças políticas de um país têm direito a lançar candidatos e concorrer por cargos públicos, onde existe a possibilidade alternância no poder, e onde há a possibilidade de acesso a fontes plurais de informação. Assim, um regime democrático não mata, não prende e não exila pessoas por suas opiniões políticas e

permite que todos, de forma irrestrita, possam opinar sobre a política e participar da política. Essa definição inclui como democracias quase todos os países das Américas e Caribe exceto Cuba, toda a Europa, uma boa partes dos países da África, mas exclui países muçulmanos (Norte da África e Oriente Médio) e comunistas (China, Vietnã, Coreia do Norte, Cuba). Óbvio, a implicação da ideia de avaliação de qualidade é que nem todas as democracias funcionam de forma idêntica e que, portanto, algumas acabam sendo de melhor qualidade do que outras. O desafio teórico que se coloca, então, é definir quais os critérios para se avaliar democracias. É a essa tarefa que esse capítulo se dedica.

É fundamental realçar que as características da democracia ditas acima se referem a uma definição de democracia baseada na representação política e que se articula mais claramente à ideia liberal de democracia. As propostas mais radicais de aprofundamento da dimensão participativa da democracia não necessariamente enfocam a necessidade de competição pelo poder político, por exemplo. Ao contrário, defendem uma visão de decisão da maioria se sobrepondo à preservação da capacidade de controle e bloqueio da oposição. Mas, como nosso objetivo é justamente analisar as avaliações populares sobre a democracia representativa, essa proposta é plenamente adequada aos nossos propósitos. No entanto, seria interessante especular, dentro da ótica de que se pode avaliar a qualidade de qualquer regime, mesmo que não sendo uma democracia representativa, quais seriam os requisitos básicos para a avaliação de uma democracia iliberal. Claramente haveria critérios compartilhados na avaliação de democracias mais participativas, ou iliberais, e mais representativas, ou liberais. Nesse sentido, quase todos os pontos que abordaremos aqui, talvez com a exceção do aspecto da responsividade, caberiam para a análise de ambos os casos.

Uma democracia de qualidade, não só essencialmente representativa, mas principalmente nelas, portanto, tem que cumprir com os requisitos procedimentais, de conteúdo e de resultados. Dessa forma, uma democracia de qualidade deve prover a seus cidadãos um alto grau de liberdade, igualdade política e controle

popular sobre os tomadores de decisão e as políticas públicas, por meio do funcionamento legítimo e legal de instituições estáveis (Diamond e Morlino 2005, 11).

Desse modo, no que tange a avaliação da qualidade do regime baseado em resultados, uma boa democracia satisfaz as expectativas de governança dos cidadãos – é responsiva às demandas dos diversos grupos sociais que constituem a sociedade representada. Um regime democrático deve responder às demandas dos cidadãos, expressas, principalmente, mas não exclusivamente, por meio do voto. No que se refere ao conteúdo, uma boa democracia é aquela que garante liberdade e igualdade política. O objetivo final do regime é limitar a privação de oportunidades de expressão da vontade política, principalmente as contrárias ao governo, e assegurar que as oportunidades para expressão das vontades políticas não privilegiem certos grupos em detrimento de outros. Finalmente, o quesito baseado nos procedimentos volta-se a diversos fatores. Entre eles cabe destacar o funcionamento de um estado de direito que assegure direitos políticos e civis e um arcabouço institucional e de procedimentos que garanta amplos mecanismos de participação política, competição entre partidos e recursos para que o governo seja controlado e responsabilizado por seus atos. Portanto, uma democracia de qualidade é baseada na existência de uma rede de prestação de contas, incluindo nesse arcabouço institucional eleições livres, justas e recorrentes, além de agências de controle e fiscalização independentes (Diamond e Morlino 2005, XII).

A partir desse quadro conceitual mais amplo, a discussão sobre a qualidade da democracia procede para o esclarecimento das distintas dimensões concretas de regimes democráticos que devem ser avaliadas. Cinco delas, segundo Diamond e Morlino (2005), são procedimentais: existência de um estado de direito, participação política, competição política e *accountability* democrática horizontal e

vertical.<sup>10</sup> As próximas duas categorias analíticas concernem a questões substantivas: o respeito às liberdades civis e políticas e a implementação de igualdade política e progressiva igualdade social e econômica. Por último, a dimensão da responsividade liga as dimensões procedimentais e substantivas, enfocando os produtos oferecidos pelo sistema político na forma de políticas públicas e leis e como eles refletem os interesses dos cidadãos. Assim, essa última categoria enfoca, de forma complexa, os resultados oferecidos pelo sistema.

Enfocaremos em nossa discussão algumas dimensões que parecem mais centrais e que englobam tanto fatores procedimentais quanto substantivos, de conteúdo e de resultados. Do ponto de vista do cidadão, a qualidade da democracia pode ser pensada a partir dos produtos e insumos (*outputs* e *inputs*) do sistema democrático. Ou seja, de um lado o governo e o sistema político produzem bens públicos que podem ou não satisfazer as necessidades e desejos dos cidadãos. Do outro lado, a cidadania gera ou não insumos, na forma de demandas, comunicação de preferências etc. que informam e estimulam o governo e o sistema político para responder. Pensando nos produtos do sistema político, o cidadão é visto como o objeto das ações do governo. Pensando nos insumos do sistema, o cidadão passa a ser o agente ativo, o protagonista do drama democrático. Obviamente, para ter uma democracia de qualidade, qualquer país precisa de ambos, tanto dos produtos quanto dos insumos.

Assim, nossa discussão passará, mais claramente, por quatro aspectos da avaliação da democracia que nos parecem chave para entender como podem variar as opiniões da cidadania, sobre o funcionamento do regime. Consideramos duas grandes classes de produtos democráticos. Dessa forma, a ênfase recai primeiro em visões acerca do *funcionamento do estado de direito*, principalmente dois temas que têm sido preocupação central do cidadão brasileiro: corrupção e segurança pública.

---

<sup>10</sup> As categorias de *accountability* democrática horizontal e vertical são desenvolvidas mais a fundo por O'Donnell (1997). Controle horizontal refere-se à relação entre poderes. Controle vertical diz respeito à relação entre eleitores e representantes.

Uma rápida leitura de nossos jornais ou análise de campanhas eleitorais deixa claro que essas questões têm sido listadas por cidadãos, políticos, especialistas e acadêmicos como sérios problemas do país. O segundo grande tema a ser tratado nesta análise é uma questão mais substantiva, mas que pode ser avaliada diretamente, que é o debate sobre igualdade no Brasil, suas implicações e o que tem sido feito para atenuar esse problema.

No mesmo tempo, avaliamos a qualidade da democracia brasileira a partir dos insumos gerados pela cidadania. Desse modo, o terceiro elemento de interesse direto é um que combina questões de representação, accountability vertical e responsividade, pois dizem respeito aos mecanismos que cidadãos têm de controle, fiscalização e avaliação de seus representantes. O quarto elemento diz respeito à participação política, entendida como as várias maneiras em que o cidadão engaja o sistema político e faz ouvir as suas preferências e necessidades. A nosso ver, uma avaliação da qualidade da democracia no Brasil passa, necessariamente, pelo tratamento dessas quatro dimensões.

## **2.2 Avaliações sobre o Estado de Direito**

A ideia de Estado de Direito é amplamente discutida por O'Donnell em sua contribuição para o livro editado por Diamond e Morlino (2005). Em primeiro lugar, é importante aqui apontar que um estado democrático de direito não diz respeito apenas à organização do sistema judiciário ou às características das leis, mas sim a princípios básicos que regem o sistema e o tornam, de fato, democrático (O'Donnell 2005, 7). Assim, para que um sistema legal seja democrático ele deve: 1) garantir direitos políticos, liberdades e garantias de um regime democrático; 2) garantir os direitos civis de toda a população; 3) estabelecer mecanismos de controle e fiscalização, garantindo que todos, até as mais altas autoridades da república, estejam sujeitos à lei. Assim, em um estado democrático de direito, ninguém está acima da lei e a ideia de *accountability*, que pode se expressar por meio de controles verticais (eleitorais), horizontais (divisão de poderes) e societais (grupos

organizados), passa a ser central para o funcionamento adequado do estado de direito.

Central também para o funcionamento de um quadro legal como o acima, além dos mecanismos de controle sobre a atuação das autoridades, é a efetividade do sistema legal (O'Donnell 2005). Nesse caso, a questão passa a ser não só de controle sobre autoridades, mas de abrangência e inclusão do sistema legal, não podendo este estar limitado a certas regiões do país, e ausente em outras, e não podendo discriminar de acordo com raça, gênero, etnia ou algum outro atributo. Para tanto, o sistema legal inclui a atuação do Estado na manutenção da ordem pública, incluindo não só as altas cortes nesse sistema, mas o sistema policial, de investigação, defensoria e procuradoria pública etc. Ou seja, a ideia de efetividade do Estado de Direito é assegurada pelo funcionamento de uma rede de instituições e organizações que garantem a aplicação de leis tidas como democráticas e que estão também subordinadas a essas leis. Portanto, a questão aqui, como aponta O'Donnell, citando a Linz e Stepan, é uma de funcionamento das instituições básicas do Estado na garantia da segurança e da ordem legal (2005, 8-9).

É também nesse aspecto que o funcionamento da democracia se mostra mais sensível. Normalmente os direitos de participação política e voto não são muito problemáticos e são respeitados, exceto raramente. Já, no que tange o acesso às instituições do Estado que garantem a lei, o acesso é bastante mais restrito e pode excluir tanto regiões quanto grupos específicos (O'Donnell 2005, 9). Para O'Donnell, e concordamos com ele aqui, o acesso desigual às instituições que lidam com questões públicas e de direito aprofunda e reflete desigualdades econômicas e sócias, tão marcantes na América Latina: esse é, talvez, o calcanhar de Aquiles da qualidade da democracia na região.

Por falar nisso, é importante investigar as formas pelas quais o estado de direito pode não funcionar adequadamente na América Latina. Primeiro, pode haver falhas nas leis existentes. As próprias leis ainda em vigor podem discriminar grupos e

podem gerar desigualdades que são perversas. Um exemplo: no Brasil, cidadãos com nível superior têm direito à prisão especial, diferenciada dos demais, a despeito do crime. Parlamentares, por sua vez, têm direito a fórum privilegiado, tendo seus crimes, mesmo sendo de natureza civil ou penal, julgados apenas pela mais alta corte do país.

Em segundo lugar, pode haver falhas na aplicação das leis. Isso se liga à possibilidade de alguns se eximirem da rigidez da lei, segundo o velho ditado que aos amigos tudo, aos inimigos a lei (O'Donnell 2005, 11). Esse aspecto relaciona-se com a situação de impunidade, na qual alguns, os mais ricos e poderosos, tiram vantagem de seus recursos para ficarem imunes aos efeitos da lei. Relaciona-se também, portanto, com o uso da autoridade, do “você sabe com quem está falando?” para se beneficiar da impunidade.

Esse ponto está claramente ligado ao terceiro, que diz respeito às formas diferenciadas de tratamento de agentes do Estado em relação a cidadãos comuns. A questão aqui diz respeito a uma falha dos funcionários públicos em tratarem de forma desigual a pobres e ricos, pretos, índios e brancos, homens e mulheres. A forma como cidadãos considerados subalternos são tratados pelos agentes públicos em hospitais, escolas, pela polícia e pelo judiciário denota, com frequência, uma atitude de prestação de favor e não de serviços previstos constitucionalmente. Também relacionada a essa questão está mais uma falha do estado de direito na América Latina: o distanciamento e alto custo dos processos judiciais, o que, de início, já exclui muitos.

Por último, um sério problema na América Latina é a simples ausência do Estado em certas regiões dos muitos países. Isso pode ocorrer nos rincões rurais ou nas periferias dos grandes centros urbanos. Um exemplo recente resume bem a situação: em novembro de 2011 as polícias do Rio de Janeiro, com o apoio dos Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, retomaram o controle sobre uma favela, a Vila Cruzeiro, que era reduto de traficantes de drogas e na qual a própria polícia não

entrava há aproximadamente três anos. Ali, como ocorria até muito recentemente em diversas favelas que ocupam os morros do Rio de Janeiro, a lei era ditada pelos contraventores. Eram terras sem o estado de direito democrático. Apesar das investidas recentes das forças estatais, há ainda vários outros casos desse tipo espalhados pelas periferias das grandes cidades brasileiras e pelo interior do país.

O quadro acima aponta para pontos de ruptura do funcionamento do estado democrático de direito no Brasil, o que resulta em uma cidadania de baixa intensidade e uma lei que não é aplicada universalmente. Assim, pode-se argumentar que os cidadãos têm seus direitos políticos assegurados, mas não seus direitos civis. De fato, é justamente a essa constatação que chega Francis Hagopian (2005) quando analisa o caso brasileiro em contraste com o chileno, o que será discutido em detalhes mais à frente.

Dessa forma, fica claro que os desafios postos acerca do funcionamento do estado de direito podem se referir tanto a questões de segurança pública e violência quanto ao controle de políticos e de mantê-los sob o julgo da lei. O tema de fundo, em ambas as questões, é a sensação de impunidade que pode prevalecer quando cidadãos sentem que a garantia de seus direitos e responsabilidades não são asseguradas pelos órgãos públicos que deveriam fazê-lo. Isso acarreta uma dupla perda: perda de apoio às instituições democráticas e de sua legitimidade e distanciamento da cidadania dessas instituições como mecanismos de resolução de seus problemas. Sobre essa segunda questão, Wanderley Guilherme dos Santos já mencionou, em seu livro “As Razões da Desordem”, que prevalece no Brasil a busca por soluções extrainstitucionais e extraoficiais para solução de conflitos, já que não há garantia qualquer que as instituições democráticas assegurem punição aos que infringem a lei e o ressarcimento às vítimas (1993). Em muitos casos, o processo de buscar soluções legais é tão custoso que para amplas parcelas da população não compensa buscar a proteção do aparato legal do Estado.

A sensação de impunidade, portanto, nutre-se do diagnóstico feito por O'Donnell acerca das limitações do estado de direito na América Latina e se coloca como central para as avaliações de apoio popular à democracia. Em particular, a percepção e vitimização por corrupção e crime são centrais para esse debate.

### **2.3 A Questão da Desigualdade**

O tema da desigualdade talvez seja um dos mais tratados na sociologia e na economia, quando articulado a questões sobre combate à pobreza e desemprego, entre outras questões afins. Já no estudo da política, a questão, apesar de muito relevante, não é tão central quanto nas disciplinas mencionadas acima. Claro, isso não significa, de modo algum, que não haja estudos sobre as implicações políticas da desigualdade e sobre ações do Estado e políticas públicas voltadas para o seu combate. Por exemplo, há diversos estudos sobre clientelismo que o definem como relações desiguais de poder, resultantes de processo de exclusão, com implicações claras para as políticas fiscais (Ames 2001; Auyero 2000). Por outro lado, a preocupação com o combate à desigualdade econômica e social, por meio da intervenção do Estado, remete aos estudos sobre o estado de bem-estar, passa por discussões acerca de novos padrões de interação entre estado e sociedade civil e culmina nos trabalhos mais recentes sobre políticas inovadoras que se baseiam em mecanismos participativos para a reversão de prioridades do Estado, passando a privilegiar pobres e excluídos em suas políticas (Baiocchi 2003, 2005; Wampler e Avritzer 2004).

Na discussão sobre qualidade da democracia, a questão da igualdade é aspecto central de avaliações sobre os fins últimos do regime. A pergunta, claro, é tanto se as democracias recentes têm sido eficazes em combater a desigualdade, como também se a manutenção dessas desigualdades pode corroer a legitimidade democrática. Nesse sentido, há um vínculo claro entre desigualdade e crescentes visões negativas sobre o desempenho econômico do regime democrático. O resultado pode ser a queda nessa forma específica de apoio ao sistema político, consubstanciada em

avaliações sobre o gerenciamento da macroeconomia, portanto visões sociotrópicas sobre o estado da economia.

Quem melhor traduz esse debate para o tema da qualidade da democracia é Dietrich Rueschemeyer (2005). O ponto de partida de sua abordagem, e nesse sentido ele se aproxima da visão de Charles Tilly (1998) sobre por que as desigualdades são tão duráveis no tempo, é de que distintas formas de desigualdade se acumulam e se reforçam. Não só os grupos considerados excluídos o são economicamente e socialmente, mas acabam também o sendo politicamente e, como argumentou O'Donnell, civilmente. Esse acúmulo de desigualdades acaba por se expandir para diversas áreas da vida das pessoas, aprofundando ciclos viciosos de exclusão. O outro lado dessa moeda é que grupos poderosos e influentes usufruem dos ganhos da desigualdade, mantendo-se perenemente em posições privilegiadas, enquanto impõem suas vontades aos grupos subalternos. Os mecanismos para a imposição da dominação são os mais variados, desde aspectos culturais, como controle sobre modos de produção cultural e meios de comunicação, até apropriação direta da máquina do Estado por meio de patronagem.

Pois bem, uma situação como essa é diretamente antagônica aos princípios fundamentais dos regimes democráticos, nos quais a igualdade política é assegurada, mesmo que minimamente, por meio do direito ao voto. Ora, essa garantia mínima de igualdade, como aponta Rueschemeyer, não elimina a possibilidade de que grupos privilegiados economicamente usem seus recursos para fazer valer suas vontades nas disputas sobre políticas públicas. Claramente, pode haver um efeito *“spillover”*, quando as desigualdades nas esferas econômicas e sociais transbordam, deságuam na esfera política (Rueschemeyer 2005, 48). Isso se articula com um segundo momento em que a discussão sobre desigualdades passa a ser relevante do ponto de vista político: o combate à desigualdade. Esse segundo ponto pode parecer como algo consensual em regimes políticos, principalmente na América Latina, mas não o é.

Primeiramente, vale mapear os mecanismos por meio dos quais a desigualdade econômica pode se infiltrar no mundo da política. Essa questão, necessariamente, remete ao debate-chave dentro de estudos legislativos e eleitorais sobre o papel do dinheiro na política. Claramente, atores com mais recursos financeiros podem financiar campanhas eleitorais e podem influenciar o resultado de pleitos eleitorais, dando mais chances a alguns candidatos que outros (Rueschemeyer 2004, 50). Esse é um problema clássico da desigualdade econômica gerando desvios na igualdade política e é algo que todas as democracias do mundo enfrentam.

Outro problema que as democracias enfrentam é a influência direta de grupos economicamente poderosos no processo de formulação e implementação de políticas públicas. Rueschemeyer chama a atenção para o efeito perverso que setores estratégicos e oligopolistas da economia podem ter na condução da política fiscal, monetária e na condução da macroeconomia de um país (2004, 50). Mas, a situação não se limita a esses casos. Basta pensarmos no papel do lobby de grandes empresas no Congresso, no acesso privilegiado que podem ter a alguns políticos que logo nos vem à cabeça a pergunta: a quem o sistema político é responsivo? Na literatura sobre política legislativa, por exemplo, há grandes debates sobre se o apoio financeiro às campanhas eleitorais compra acesso a políticos, compra seus votos em decisões do Congresso ou se tem efeito limitado em ambos. Não há consensos claros, mas há sim a suspeita de que dinheiro de campanha, ao menos, compra acesso facilitado.

No caso brasileiro, essa questão é ainda mais grave. Como bem nos mostra Samuels (2001, 2006), o mercado de financiadores de campanha no Brasil é extremamente concentrado em pessoas jurídicas, principalmente nas eleições para cargos majoritários. São poucas as corporações que doam e os doadores normalmente fazem doações voluminosas. Isso é diferente do que ocorre nos Estados Unidos, por exemplo, onde mais pessoas doam quantias menores, o que descentraliza o mercado de doadores.

Mas, então, como combater a desigualdade social para atenuar seu efeito na esfera política? Aqui é importante retomar a discussão de que o combate à desigualdade não é consensual: há divergências valorativas e práticas quanto a isso. Por exemplo, medidas que resultem em quebras de oligopólios e maior intervencionismo estatal em alguns setores econômicos, a fim de domar sua influência política, podem resultar em perdas na arrecadação de impostos para o Estado, e assim indiretamente prejudicar mesmo as políticas que procurem amenizar a desigualdade. Por outro lado, pode simplesmente haver posições, baseadas em valores, que argumentam contrariamente ao combate à desigualdade por medo de que o sistema político torne-se menos eficiente ao se voltar para a redistribuição de riqueza. Teme-se também que políticas voltadas para o combate da pobreza e da desigualdade não “ensinem a pescar, apenas dêem o peixe”, ou seja, não gerem fórmulas para que a assistência estatal seja revertida no futuro, causando dependência dos beneficiários em vez de espírito empreendedor. Tais argumentos não são estranhos às classes médias e ricas da América Latina.

Como então romper com esses ciclos cumulativos de exclusão? Rueschemeyer não deixa dúvidas: a organização política autônoma dos setores subalternos é fundamental (2004, 58). É por meio da estruturação de formas de ação coletiva dos excluídos, de sua concatenação com o mundo político, por meio de partidos políticos, que o combate à desigualdade pode adentrar a agenda política. “In countries whose institutional setting has been shaped by strong unions, strong parties of the left, and significant participation of these parties in government, class and status differences in social and political participation are much reduced or eliminated” (Rueschemeyer 2004, 58). Segundo esse autor, é justamente a ausência de experiências desse tipo na América Latina que tem explicado a durabilidade da desigualdade na região.

Essa afirmação é apenas parcialmente verdadeira hoje, embora provavelmente fosse mais aceitável no momento em que o autor escrevia seu texto, no início dos anos 2000. De fato, a década de 90 na América Latina é marcada por uma onda de

governos que privilegiaram a estabilização da economia e a redução do estado, por isso vindo a serem denominados de neoliberais, que não tiveram a agenda do combate à desigualdade como central. Na verdade, durante os anos noventa, uma consequência clara da redução do tamanho do Estado e de seu intervencionismo na esfera econômica foi um crescimento claro da informalidade (Auyero 2000a). Mas, a partir da década passada, vários governos considerados de esquerda ascenderam ao poder central em muitos países. O Brasil não é exceção.

Como aponta Marcelo Neri (2007), o efeito da subida ao poder de um governo petista no âmbito nacional parece ter tido os efeitos esperados por Rueschemeyer. Houve queda na desigualdade e relevante processo de combate à pobreza. Em parte, isso se deve não só à continuação de políticas macroeconômicas que mantiveram a estabilidade do Real e o controle da inflação, mas também ao acelerado processo de investimento no aumento da renda da população trabalhadora brasileira, aumento na formalidade e no número de carteiras assinadas e facilidades de acesso a crédito (Singer 2009).

Baiocchi também aponta, em seus estudos sobre o nível municipal, como a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores no Brasil contribui para a reversão de prioridades do Estado, valorizando o atendimento ao pobre e excluído, investindo em transparência e controle na alocação de recursos públicos e resultou em práticas de governança mais participativas (2003). Na verdade, o orçamento participativo tornou-se um amálgama dessas agendas e se tornou marca de uma nova forma de governar. Claramente o mesmo não pode ser dito sobre todos esses aspectos para a atuação do PT no governo federal – o calcanhar de Aquiles dos governos petistas em nível nacional são os recorrentes escândalos de corrupção. Mas, como apontam Neri e Singer, ao menos aconteceram ganhos econômicos que em muito atenuaram problemas candentes da população brasileira.

Na segunda parte do livro, abordaremos essas questões empiricamente. Até que ponto os brasileiros e brasileiras sentem discriminados? O que acham sobre os

níveis ainda muito altos de desigualdade no Brasil? Além disso, o que influencia nas percepções de discriminação? A crise econômica recente aumentou sensações de exclusão? Por último, quais as visões sobre políticas de combate à pobreza e desigualdade, como o Bolsa Família? Esses programas têm diminuído a sensação de exclusão? Na terceira parte do livro, consideraremos os efeitos da discriminação, analisando como sensações de discriminação de renda, raça e gênero estão associados a avaliações do governo e do sistema político. Ou seja, cidadãos vítimas de discriminação que resultam de processo de exclusão são mais críticos do governo?

## **2.4 Responsividade e representação de interesses**

Segundo Powell (2005, 62), um governo democrático é responsivo quando implementa políticas que os cidadãos querem. Ao definir responsividade dessa forma tão simples fica claro que sua análise exige, obrigatoriamente, a identificação de alguns fatores-chave, que são um tanto quanto mais complicados de se mapear.

Primeiro, é preciso identificar o que os cidadãos querem. É necessário, assim, identificar as preferências dos cidadãos e como estas passam do nível individual para o agregado, representando interesses de coletividades. Segundo, é preciso analisar como essas preferências adentram o sistema político e são debatidas no seio do processo decisório. Nesse momento, disserta-se especificamente sobre como votos são traduzidos na formação de governos. Por último, é importante verificar qual a semelhança entre o produto final do processo decisório e os interesses originais dos cidadãos. Isso pode também ser assegurado por meio de análises sobre se os cidadãos tendem a votar em candidatos que já estão no poder, premiando-os por seu desempenho.

Assim, de todas as dimensões da democracia analisadas, o debate sobre responsividade é o que mais claramente se aproxima da discussão sobre representação de interesses, que lida com questões muito similares. Para uma

análise da democracia representativa, torna-se imperioso discutir questões de responsividade.

Na verdade, a discussão sobre responsividade e representação de interesses é longa e perpassa diversos estudos importantes da ciência política (Pitkin 1967; Przeworski *et al.* 1999; Stokes 2001). Por exemplo, para Przeworski, Stokes e Manin (1999) e Stokes (2001), responsividade refere-se à capacidade de resposta dos políticos e sistemas políticos às demandas por distribuição e redistribuição vindas da sociedade. Dessa forma, o sistema é mais responsivo quando ele retorna ao eleitor exatamente o que este expressou por meio do voto ou da comunicação de seus interesses aos representantes durante o exercício de seus mandatos.<sup>11</sup>

Mas, na visão dos autores supracitados, responsividade não equivale plenamente ao processo, mais complexo, de representação política. Por exemplo, uma situação de responsividade perfeita pode levar à ineficiência administrativa e à irresponsabilidade fiscal. Ou seja, para responder todas as demandas de todos os setores da sociedade, o sistema político deveria ter recursos infinitos, e isso está muito longe da realidade de qualquer país, principalmente nos mercados emergentes e países subdesenvolvidos que marcam significativa parte do mundo. Portanto, regimes políticos jamais serão completamente responsivos. Se fossem, fatalmente incorreriam em irresponsabilidade fiscal e em distorções dos interesses dos eleitores em longo prazo, resultando em falhas no processo de representação.

Representação de interesses engloba uma variedade de ações que vão além da questão da responsividade. Abarcam também decisões sobre responsabilidade acerca de questões fiscais por parte dos governantes e referem-se, em grande medida, à capacidade dos governantes de poderem explicar aos eleitores por que tomaram certas decisões, mesmo que contrárias aos interesses iniciais destes.

---

<sup>11</sup> Convenciona-se chamar essa segunda forma de expressão de interesses e demandas de *lobby*.

(Stokes, 2001). Ou seja, há também um componente inegável de comunicação entre eleitor e eleito que perpassa a ideia de representação.

Powell (2004 p.67) reconhece a existência de contradições e de disparidades entre os conceitos de responsividade e representação de interesses ao indicar, exatamente, os pontos defendidos por Stokes. No entanto, a única tentativa de conciliação que Powell (2004, p. 67) faz desses dois conceitos, se é que se pode dizer isso, é que responsividade “não é a única virtude pública”. Essa posição, contudo, parece insuficiente para avaliar quando responsividade e representação de interesses podem não estar em contradição.

Aqui vemos o processo de responsividade como um dos componentes da representação de interesse e que pode haver quebras nesse processo, sem que haja rupturas no de representação de interesses. Por outro lado, a busca pela responsividade perfeita – responder a todas as demandas de todos os setores do eleitorado – é inviável em qualquer sistema político. Isso se torna ainda mais agudo frente a recursos escassos e demandas em competição. Então, temos que ter em mente outra questão: quem e a quais interesses o governo é mais responsivo? Entram na questão, assim, discussões sobre quais são os instrumentos e os recursos que os diferentes grupos sociais têm para pressionar o governo – para fazer *lobby* – e se infiltrar no Estado, levando mais ganhos para os setores dos quais fazem parte.<sup>12</sup>

Para Powell (2004), o processo que torna o sistema político responsivo aos interesses de seus cidadãos progride em estágios sucessivos. Primeiro, as escolhas são estruturadas de tal forma que a variedade e a diversidade de interesses dos cidadãos são transformadas em escolhas coletivas nacionais mais amplas, principalmente pela atuação de partidos políticos e outras coletividades

---

<sup>12</sup> A discussão sobre autonomia relativa do Estado é interessante e bastante útil para orientar estudos sobre a relação entre burocratas, políticos e atores econômicos e sociais no Brasil contemporâneo (PRZEWORKI, 1995; CARDOSO JR., 2007).

organizadas. O segundo momento é de agregação das preferências sociais por meio de mecanismos institucionais específicos visando gerar governos. Dessa forma, o segundo momento é de transformação de votos em cadeiras parlamentares; de alocação dos postos de poder em um sistema seguindo a decisão dos eleitores. O terceiro momento é de tradução, pelos eleitos, das vontades e dos interesses dos eleitores em decisões políticas que resultam em *outputs* concretos do sistema político: políticas públicas e leis. As políticas públicas e as leis, por sua vez, são o ápice de um processo de disputa e conflito sobre a alocação dos recursos e bens coletivos e públicos, na forma de distribuição de benefícios materiais e simbólicos.

Além dos três estágios apontados, Powell (2004) fala de estruturas de concatenação entre os estágios. A ruptura dessas ligações ou falhas em seu funcionamento coloca em risco a relação entre os distintos momentos do processo. Para o autor, as estruturas de ligação são também três: *escolhas estruturantes, agregação institucional e produção de políticas*.<sup>13</sup> Esses elos no processo de responsividade do governo são, na sua maioria, configurados pelo arcabouço institucional do desenho democrático de um país. Nessa visão, uma democracia é responsiva quando o arranjo institucional existente produz incentivos para o bom funcionamento das diferentes etapas do processo de representação (POWELL, 2004, p. 63). Portanto, o impacto do quadro institucional no comportamento dos atores políticos desempenha um papel central na construção teórica do autor.

A primeira estrutura de ligação conecta as preferências dos eleitores com as alternativas eleitorais concretas, gerando preferências coletivas. Essa ligação envolve, assim, tanto os desejos e as preferências dos eleitores como as características das alternativas de escolha, que é o conjunto de opções e propostas que o sistema político disponibiliza para os eleitores. O conjunto de opções e alternativas oferecidas aos eleitores é, em grande medida, definido pelos partidos políticos que competem pelo voto popular. Dessa forma, é importante, para

---

<sup>13</sup> Tradução do autor para *structuring choices, institutional aggregation e policy making*.

entendermos a qualidade da responsividade e da representação no Brasil, entendermos as visões que os cidadãos têm sobre os partidos políticos que populam o sistema partidário.

Já a segunda ligação, a de agregação de preferências, embora também complexa, resume-se a dois debates principais da ciência política que já encontram maior nível de consenso na literatura: qual o efeito de sistemas eleitorais majoritários e proporcionais e qual o efeito da diferença entre parlamentarismo e presidencialismo. Nessa perspectiva, claramente, o debate é sobre o quadro institucional e sua influência na transformação de votos em governo. Sistemas eleitorais majoritários são vistos como mais propensos para a formação de maiorias e o enxugamento do quadro partidário. Já sistemas proporcionais privilegiam a representação da diversidade de interesses na sociedade de forma mais equânime, em relação aos seus respectivos pesos na população. Por outro lado, a formação de maiorias no governo é mais difícil em sistemas proporcionais. Sistemas parlamentaristas tendem a ser vistos como mais flexíveis e estáveis do que regimes presidencialistas e menos propensos a conflitos entre poderes. A lógica dual da representação política em sistemas presidencialistas, nos quais os representantes do Poder Executivo são eleitos independentemente do Poder Legislativo, é vista como motivo de maior fricção entre os poderes. Também a regra de mandatos fixos no presidencialismo é criticada por sua rigidez.

O último elo da corrente de responsividade é o que liga os tomadores de decisão, os políticos eleitos às políticas públicas implementadas. O último elo é o que transforma preferência em decisão e depois em implementação – são as instituições que regulamentam o processo de formulação de políticas públicas, de tomada de decisão e de implementação de políticas e que é marcado pela interface entre os três poderes constituídos: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Esse último momento refere-se aos resultados oferecidos pelo sistema político e como os eleitores avaliam as políticas públicas elaboradas e implementadas.

Portanto, fica claro que os estágios do processo de responsividade e as estruturas de concatenação são marcados por potenciais obstáculos para sua concretização, que podem resultar em viés no processo de responsividade do governo ao eleitorado. O esforço na análise da qualidade desse processo é justamente identificar os possíveis entraves para a transformação de preferências dos cidadãos em políticas públicas e a eventual criação de distorções nesse processo que beneficie certos interesses mais do que a outros.

Para sistematizar ainda mais a análise, Powell (2004) denomina as possíveis rupturas nos elos do processo representativo como subversões nas estruturas de ligação. As subversões mais comuns em cada etapa, algumas já mencionadas anteriormente, são momentos em que há potencial para deturpações do processo de responsividade.

Na ligação entre preferências dos eleitores e escolhas eleitorais, as subversões podem ser de três tipos. Primeiro, podem ocorrer problemas na aquisição e no processamento de informações políticas por parte dos eleitores. Isso pode ser decorrente de questões institucionais, que interferem na transparência e na clareza na atribuição de responsabilidades. O segundo problema nessa etapa pode estar relacionado à complexidade do sistema partidário e à incoerência dos partidos. O problema, nesse caso, está na apresentação das propostas dos partidos e na distinção de suas posições pelos eleitores. A ausência de clareza programática entre partidos dificulta as escolhas dos eleitores. Assim, os níveis informacionais dos eleitores estão intimamente ligados aos incentivos de aprendizado e de acesso a informações oferecidas pelo sistema partidário. Eleitores têm poucas informações porque o sistema partidário não os auxilia a diferenciar as alternativas disponíveis. Por último, o terceiro obstáculo possível é a limitação nas alternativas de escolha disponíveis. Eleitores podem não se sentirem representados por nenhum partido ou político porque o sistema político é insuficientemente aberto para a inclusão de pontos de vista variados.

As subversões na ligação que provêm da agregação institucional são de tipo diferente, embora, em parte, também tenham reflexo sobre os desvios no primeiro elo, aquele entre preferências de eleitores e alternativas eleitorais. O principal debate nesse sentido é sobre como as regras eleitorais condicionam a formação de governos e os atributos dos governantes.

Por último, as subversões do processo decisório podem incluir problemas de corrupção e de excessiva influência de grupos de poder por meio de *lobby* e limitações derivadas de baixa qualificação técnica da burocracia. Quando os recursos são desviados pela prevaricação, formação de quadrilha e corrupção ativa e passiva, restringe-se o total de dinheiro que o governo pode mobilizar na implementação de políticas públicas. Quando há *lobbies* poderosos de certos grupos econômicos, pode ocorrer viés na alocação de recursos, beneficiando esses grupos e prejudicando a maioria da população. Por último, quando a burocracia é mal remunerada e treinada, as decisões tomadas podem não atingir os beneficiários por incompetência do corpo burocrático. Todos esses fatores condicionam a transformação das preferências dos políticos em resultados concretos do sistema político, piorando a qualidade do processo de responsividade.

Em suma, a contribuição teórica do modelo de responsividade de Powell (2004) é que ele claramente aponta os estágios do processo de transformação de preferências dos cidadãos e políticos em escolhas eleitorais e de políticas públicas, em cada momento do processo decisório democrático. Porém, o arcabouço teórico proposto por ele apresenta algumas dificuldades para um estudo de responsividade do ponto de vista do cidadão, e focalizado dentro de um país. Isso porque da prioridade e agência para as instituições políticas, que para ele são os determinantes mais importantes da responsividade em qualquer sistema político. Essa questão é mais difícil de ser analisada quando o enfoque é no Brasil e usando dados de opinião pública.

Na segunda parte do livro, propomos avaliar a qualidade democrática no Brasil no que tange à responsividade colocando o cidadão no lugar do protagonista. Com base no nosso enfoque na avaliação da qualidade da democracia pelo olhar da cidadania, analisaremos aqui a questão das preferências políticas dos eleitores. Isso inclui debates sobre perfil de conhecimento do cidadão brasileiro, sobre seu sistema, a quantidade de informação política do eleitor, suas visões sobre políticas públicas e sobre o desempenho de políticos. Inclui também análise dos critérios empreendidos por eleitores para fazerem suas escolhas eleitorais.

## **2.5 Participação Política e Engajamento Cívico**

A discussão sobre participação política talvez seja a que receba menos atenção no compêndio organizado por Diamond e Morlino (2004). Não há qualquer capítulo específico destinado ao tema e apenas uma seção do capítulo introdutório, que oferece uma discussão ampla sobre qualidade da democracia e destina alguns parágrafos ao tema. Contudo, isso não deve ser encarado como descaso frente à questão, mas talvez uma constatação simples de que participação política é tão essencial e óbvia para a existência da democracia, é tão definidora do caráter democrático de um regime, que não é necessário debatê-la muito. Parece ser essa a perspectiva adotada por Diamond e Morlino: “no regime can be a democracy unless it grants all of its adult citizens formal rights of political participation, including the right to vote” (2005, 15). Nesse sentido, a própria definição do tipo de regime, como discutimos na seção inicial deste capítulo, demanda que haja eleições para que um sistema político possa ser visto como democrático. Sem participação política por meio do voto, não há democracia.

Mas, isso não significa que todas as democracias do mundo garantam amplos direitos de participação. Uma democracia de qualidade, na acepção de Diamond e Morlino, deve garantir que todos os cidadãos de fato possam usufruir de seus direitos de participar politicamente, não só por meio do voto, mas também assegurando a possibilidade de organização, de associação, de manifestação, de

protesto, de liberdade de expressão, de fazer lobby e pressionar políticos. Em suma, de influenciar o processo decisório. Assim, para Diamond e Morlino, uma democracia de qualidade assegura ampla e irrestrita liberdade de participação e proteção contra perseguição por conta de opiniões políticas (2005, 16). Para dar mais ênfase, em uma democracia não se restringe a oposição e muito menos a coloca na prisão ou no cemitério. É justamente por esse critério, intimamente ligado com a competição política, que regimes como Cuba, China e Iran não podem ser considerados democráticos.

Mas, a qualidade da democracia não se define só pelo *direito* de participação. Uma democracia a qual todo mundo tem direito a participar, mas ninguém o faz, não é, sustentamos, uma democracia de qualidade. Desse modo, quanto mais ampla for a participação pela sociedade, maior a qualidade democrática, isso especialmente quando falamos do nivelamento das possibilidades reais de participar. Há pressupostos para que a participação possa ser maximizada e, de fato, igualitária. Alguns desses pontos já foram revisados na discussão proposta por Rueschemeyer acerca da igualdade política, mas vale enfatizá-los. As desigualdades em recursos políticos como capacidade de doação financeira para campanhas, o acesso a informações políticas e o conhecimento sobre o sistema político, esses últimos ligados à escolaridade, são condições que maximizam as oportunidades de participação política.

Portanto, investigar questões como a propensão dos cidadãos e cidadãs de participarem de diferentes formas de atuação política, seja por meio do voto, de participação em reuniões de partidos políticos, de associações da sociedade civil, manifestações, protestos e desobediência civil, assim como doando recursos e tempo para campanhas eleitorais ou contatando políticos, é fundamental para mapear a qualidade da participação política em uma democracia.

## **2.6 Análise da Qualidade da Democracia no Brasil**

Em estudo pioneiro e muito interessante sobre o tema no Brasil, e em comparação com o Chile, Hagopian (2005) propõe alguns referentes empíricos para a discussão sobre qualidade da democracia em diversas de suas dimensões. Hagopian contrasta a situação dessas diversas dimensões da qualidade da democracia no Brasil e no Chile e conclui que os dois países apresentam características opostas em algumas dimensões. No Brasil, há ganhos mais acelerados no processo de representação de interesses e de responsividade do sistema político nos últimos anos – leia-se após o governo Fernando Henrique Cardoso – e avanços muito tímidos na esfera do funcionamento do estado de direito. No Chile, ocorre exatamente o oposto: os avanços na esfera de garantia do pleno funcionamento do estado de direito têm sido bem maiores do que na responsividade do sistema. É interessante notar, portanto, que as diferentes dimensões da democracia nem sempre melhoram, ou progridem, no mesmo ritmo. Ganhos em alguns setores podem conviver com atrasos ou estagnação em outros, indicando que o avanço para boas avaliações da democracia não são simultâneas em todas as frentes. No caso brasileiro, segundo Hagopian (2005), apesar de avanços em matéria de responsividade, o funcionamento do estado de direito é o dito “calcanhar de Aquiles” do regime político.

Hagopian (2005) tira vantagem de diversos referentes empíricos para a avaliação da dimensão da responsividade e estado de direito no Brasil e no Chile. Os principais indicadores usados por Hagopian para aferir responsividade são posicionamentos ideológicos e preferências sobre políticas específicas da população, preferência declarada da população acerca do regime democrático, satisfação com a democracia e confiança nas instituições, todos mensurados por intermédio de pesquisas de opinião pública. Além desses dados de opinião pública, a autora usa dados de participação dos eleitores em eleições, medido por comparecimento e número de votos válidos. Por último, ela avalia o distanciamento ideológico dos partidos políticos, baseado nas preferências expressas de políticos em pesquisas de opinião pública com elites.

Apesar de bastante ampla e refinada, a análise peca porque carece de uma abordagem teórica sólida, como a proposta por Powell (2004), para discutir como os diferentes aspectos acima se articulam. Ou seja, sua análise não relaciona esses diversos fatores com um esquema teórico claro, que facilite a compreensão dos diferentes estágios do processo de responsividade. Falta-lhe um quadro analítico bem definido.

Já no que concerne à análise sobre o estado de direito, Hagopian também usa diversos indicadores. Para comparar a extensão das liberdades e direitos nos dois países, Hagopian usa dados do Freedom House, que avaliam vários países do mundo em diferentes aspectos do funcionamento de sua democracia com base na opinião de especialistas. O problema é que o último relatório do Freedom House (2011), apesar de apresentar o questionário aplicado, não discute os processos de seleção dos entrevistados. O site, [www.freedomhouse.org](http://www.freedomhouse.org), consultado em três de março de 2011, também é pouco transparente sobre essa questão. Assim, apesar de amplamente utilizado, essa medida não pode ser a única a avaliar o respeito a direitos políticos e civis. Hagopian não comete esse erro, já que também utiliza taxas de homicídio como um indicador do grau de violência no Brasil e Chile, associado ao funcionamento do estado de direito. Também utiliza taxa de juízes por 100.000 habitantes para indicar a cobertura do sistema jurídico. Além disso, baseia-se em estudos de outros pesquisadores para argumentar sobre o grau de discriminação que existe dentro do sistema judicial e penal brasileiros, embora não apresente dados semelhantes para o Chile. Por fim, utiliza dados do índice de corrupção da Transparency International, embasados em pesquisas de opinião com empresários e cidadãos dos países, e dados do Latino Barômetro para argumentar que percepções sobre corrupção nos dois países são bastante distintas. Em todos esses indicadores, o Chile se apresenta em melhor situação do que o Brasil.

Novamente, o principal problema da análise de Hagopian é o uso de diversos indicadores que não dialogam entre si de forma coesa e coerente. Cada um parece

ser uma peça de um grande quebra-cabeça, mas que não se encaixam perfeitamente, pois lhes falta um tema, uma história que os una de forma eficiente. Esses dados, sem dúvida, dão uma visão ampla da situação do estado de direito e da responsividade nos dois países, usando elementos tanto atitudinais (opinião pública) quanto comportamentais (taxas de homicídio), o que é interessante, pois triangula fontes para realizar inferências. Mas, falta-lhe certa consistência teórica interna em sua argumentação.

Não obstante, sua valiosa contribuição para pensar questões de representação e do funcionamento do estado de direito na América Latina, pretendemos aqui contar uma história um pouco mais ampla e detalhada da qualidade da democracia no Brasil em perspectiva comparada, adotando um modelo teórico que articula essa discussão com o debate sobre legitimidade da democracia e crises da democracia na região. Além disso, optamos por uma abordagem empírica mais simples, que se baseia em uma fonte de dados voltada para analisar as percepções populares, das ruas, sobre a legitimidade e qualidade da democracia na região. Assim, esperamos poder contar uma história mais coesa do que a que nos passa Hagopian.

## **2.7 Conclusão: Qualidade da Democracia, Legitimidade e Participação**

Consideramos, então, que a qualidade da democracia brasileira pode ser medida por meio de quatro grandes áreas avaliativas: as primeiras duas relacionadas com a maneira que o sistema político trata o cidadão e as segundas duas relacionadas com os comportamentos dos cidadãos frente ao sistema político. Na terceira parte do livro, como já explicamos, amarraremos esses quatro fios. A tapeçaria resultante, como mostraremos, revela que a qualidade da democracia tem consequências importantes, tanto para a legitimidade política quanto para a participação.

Vários componentes da qualidade da democracia podem restringir diretamente ou indiretamente a participação política. Um desses problemas é a apatia ou indiferença que pode ser nutrida por dúvidas sobre o funcionamento e qualidade

dos procedimentos democráticos. Nesse caso, sistemas em que políticos e funcionários públicos são vistos como corruptos, incompetentes ou como abusando de seu poder desincentivam a participação (Diamond e Morlino 2005, 17). Na presença de alternativas de reforma do sistema, ainda segundo Diamond e Morlino, essa insatisfação pode ser canalizada na forma de participação política. Mas, apenas nessa condição. Outro fator desmobilizador é a violência e a ausência de respeito à lei. Nesse sentido, pode ser muito arriscado para que cidadãos se mobilizem (Diamond e Morlino 2005, 17).

É curioso notar que há algumas semelhanças na discussão de Diamond e Morlino, com o papel que a participação política tem nas proposições teóricas de Booth e Seligson e na literatura sobre crises da democracia, debatidas no primeiro capítulo. Claramente, a participação política reflete insatisfação popular acerca do funcionamento do regime. Cidadãos podem participar mais ou menos, e de diferentes formas, dependendo de como o regime e os políticos eleitos se comportam. Democracias de baixa qualidade levam a protestos, quando há espaços para que esses protestos possam ser manifestados.

Mais ainda, entender se as bases dessa participação surgem de visões críticas ao regime, que o ameacem, ou de falta de apoio específico a atores e instituições, é fundamental para entendermos como legitimidade democrática e crises da democracia se entrelaçam. A revelação dessa tapeçaria nos ajudará a solucionar o incógnito que planteamos no primeiro capítulo. Explicará também o papel da qualidade democrática e da legitimidade nas crises democráticas da região.

## **Parte 2: Visões acerca da Qualidade da Democracia no Brasil e nas Américas**

### **Capítulo 3. Corrupção e Violência: Dilemas do Estado de Direito no Brasil**

Na segunda parte do livro, iremos explorar várias dimensões da qualidade da democracia brasileira do ponto de vista do cidadão, usando dados do Barômetro das Américas. No presente e nos seguintes capítulos, o cidadão será visto como objeto receptor dos *outputs* do sistema político. O papel do estado, sustentamos, é garantir o Estado de Direito, o que inclui direitos civis e políticos, e oportunidades econômicas para todos os cidadãos e cidadãs. Portanto, procuraremos descrever a qualidade democrática no país, mensurando até que ponto o Estado brasileiro alcança essas metas.

Corrupção e segurança pública são sérios problemas na América Latina e estão intimamente ligados com questões sobre o funcionamento do Estado de Direito. O'Donnell se refere à existência de enormes áreas marrons, esparramadas pelas zonas rurais e periferias de grandes centros urbanos aonde a lei simplesmente não chega (2005). A preservação da ordem pública e do mandato do vigor da lei, constituída sob a ordem democrática, é papel fundamental do desempenho do Estado na região, algo em que ele deixa muito a desejar. Não é por menos que diversos dos autores aqui citados – Guillermo O'Donnell, Scott Mainwaring, Wanderley Guilherme dos Santos – apontam esta questão como um dos principais desafios da legitimidade das instituições públicas na região.

Na verdade, há muito que esses autores, e inúmeros outros, vem apontando para esse problema. A sua resiliência no tempo, seguindo sem resolução, o coloca, sem sombra de dúvidas, ao lado da desigualdade como um dos problemas perenes da América Latina. Neste capítulo, iremos explorar algumas facetas dessa questão, usando dados da onda de 2010 do Barômetro das Américas, destacando o caso brasileiro, mas em comparação com o resto das Américas, e em face a uma literatura específica voltada para os temas sobre violência urbana, corrupção e opinião pública.

### 3.2 A Magnitude do Problema

Primeiro, é importante destacar o grau de visibilidade dessas duas questões – corrupção e violência/crime – na visão dos cidadãos brasileiros. A tabela 3.1 e a figura 3.1 contêm dados sobre a saliência dos principais problemas que os cidadãos enfrentam, conforme resposta ao item A4 no questionário do Barômetro das Américas: Em sua opinião, qual é o problema mais grave que o país está enfrentando? Essa é uma questão sem alternativas de resposta pré-definidas, mas com códigos determinados que o entrevistador precisa marcar com base na resposta dada pelo entrevistado. A tabela apresenta todas as respostas codificadas exceto uma, terremoto, que não foi relevante para o Brasil e a maioria dos países incluídos no projeto, à exceção do Haiti e Chile. Para a apresentação aqui, os dados foram mais uma vez recodificados para serem aglutinados em categorias mais amplas, que congregam várias respostas referentes a um mesmo tema. Essas categorias aparecem em negrito abaixo e representam a soma das respostas que a seguem em itálico.

Fica clara que a preocupação predominante do brasileiro é com questões relacionadas à violência urbana. Embora esse problema preocupe nossos vizinhos hemisféricos, ele não é o principal para eles, ficando em segundo lugar em suas preocupações, perdendo para questões econômicas. Isso coloca um ponto importante que será retomado mais à frente: a situação econômica do Brasil é bastante privilegiada, frente aos demais países da região e não é mais nem a primeira, nem a segunda maior preocupação do brasileiro. Por exemplo, apenas 2% dos brasileiros citaram a crise econômica que afetou o mundo em 2010 como um problema, enquanto 16% dos cidadãos dos demais países mencionaram a crise como principal problema. É provável que ausência de turbulência política no Brasil esteja, em grande medida, alicerçada em nossa estabilidade econômica. Mas isso será mais bem avaliado adiante.

Os motivos para insatisfação dos brasileiros parecem estar mais claramente associados à violência urbana, à situação das políticas públicas na área de saúde, ao desemprego e à corrupção. Duas dessas questões estão claramente associadas ao funcionamento do estado de direito no país. Serão elas que ocuparão o restante das páginas deste capítulo.

Tabela 3.1. Principais Problemas da População no Brasil e Américas, 2010.

Problema	Brasil	EUA / Canadá	Resto das Américas e Caribe
<b>Violência Urbana</b>	<b>31.95</b>	<b>7.59</b>	<b>30.5</b>
<i>Violência</i>	<i>15.37</i>	<i>0.96</i>	<i>2.72</i>
<i>Segurança, falta de</i>	<i>4.41</i>	<i>0.19</i>	<i>3.97</i>
<i>Delinquência, crime</i>	<i>4.39</i>	<i>1.92</i>	<i>21.31</i>
<i>Uso de drogas (vício)</i>	<i>3.99</i>	<i>1.22</i>	<i>1.00</i>
<i>Tráfico de drogas</i>	<i>2.77</i>	<i>0.61</i>	<i>0.57</i>
<i>Impunidade</i>	<i>0.64</i>	<i>1.48</i>	<i>0.26</i>
<i>Ganges, quadrilhas</i>	<i>0.36</i>	<i>0.95</i>	<i>0.33</i>
<i>Seqüestros</i>	<i>0.02</i>	<i>0.26</i>	<i>0.34</i>
<b>Economia</b>	<b>25.90</b>	<b>32.84</b>	<b>44.15</b>
<i>Desemprego</i>	<i>12.69</i>	<i>11.62</i>	<i>16.74</i>
<i>Desigualdade</i>	<i>5.65</i>	<i>1.54</i>	<i>1.17</i>
<i>Pobreza</i>	<i>4.04</i>	<i>4.11</i>	<i>6.24</i>
<i>Economia</i>	<i>2.42</i>	<i>11.27</i>	<i>16.32</i>
<i>Inflação</i>	<i>1.06</i>	<i>3.50</i>	<i>3.54</i>
<i>Dívida Externa</i>	<i>0.04</i>	<i>0.80</i>	<i>0.14</i>
<b>Políticas Públicas</b>	<b>25.30</b>	<b>16.91</b>	<b>8.51</b>
<i>Saúde, falta de serviço</i>	<i>13.17</i>	<i>9.15</i>	<i>0.75</i>
<i>Educação, falta de, má qualidade</i>	<i>4.07</i>	<i>1.62</i>	<i>1.58</i>
<i>Meio ambiente</i>	<i>1.52</i>	<i>3.68</i>	<i>0.72</i>
<i>Eletricidade, falta de</i>	<i>1.41</i>	<i>0.07</i>	<i>0.91</i>
<i>Êxodo forçado</i>	<i>1.30</i>	<i>--</i>	<i>0.14</i>

<i>Água, falta de</i>	<i>1.05</i>	<i>0.43</i>	<i>1.17</i>
<i>Habitação, moradia</i>	<i>0.84</i>	<i>0.66</i>	<i>0.96</i>
<i>Estradas/Rodovias em mau estado</i>	<i>0.71</i>	<i>0.39</i>	<i>1.23</i>
<i>Discriminação</i>	<i>0.58</i>	<i>0.66</i>	<i>0.43</i>
<i>Má nutrição</i>	<i>0.41</i>	<i>0.07</i>	<i>0.19</i>
<i>Terra para cultivar, falta de</i>	<i>0.18</i>	<i>0.11</i>	<i>0.20</i>
<i>Transporte, problemas com o</i>	<i>0.06</i>	<i>0.07</i>	<i>0.23</i>
<b>Corrupção</b>	<b>9.04</b>	<b>4.76</b>	<b>6.05</b>
<b>Outros</b>	<b>4.76</b>	<b>10.02</b>	<b>7.10</b>
<i>Outro</i>	<i>2.97</i>	<i>4.40</i>	<i>3.53</i>
<i>Direitos humanos, violações de</i>	<i>0.52</i>	<i>0.89</i>	<i>0.62</i>
<i>Guerra contra terrorismo</i>	<i>0.47</i>	<i>1.63</i>	<i>0.23</i>
<i>Crédito financeiro, falta de</i>	<i>0.37</i>	<i>0.55</i>	<i>0.66</i>
<i>Conflito armado</i>	<i>0.25</i>	<i>0.79</i>	<i>0.58</i>
<i>Terrorismo</i>	<i>0.11</i>	<i>1.17</i>	<i>0.10</i>
<i>Migração</i>	<i>0.07</i>	<i>0.59</i>	<i>0.14</i>
<i>Terremoto</i>	<i>--</i>	<i>--</i>	<i>1.24</i>
<b>Governança</b>	<b>2.74</b>	<b>26.89</b>	<b>3.60</b>
<i>Os políticos</i>	<i>1.91</i>	<i>6.75</i>	<i>1.61</i>
<i>Mau governo</i>	<i>0.73</i>	<i>19.71</i>	<i>1.86</i>
<i>Protesto</i>	<i>0.10</i>	<i>0.43</i>	<i>0.13</i>

Fonte: Barômetro das Américas por LAPOP.

### 3.2 Corrupção, Violência e Legitimidade Política: Questões Teóricas e de Mensuração

O tratamento teórico e empírico da questão da violência e corrupção não é tema fácil nas ciências sociais. A mensuração da corrupção e da violência, usando dados de opinião pública ou coletados por meio de outros meios, é sempre tarefa

complexa. Vejamos o caso da violência. O uso de ocorrências criminais, como indicador do funcionamento da segurança pública de um país, é uma medida falha. As taxas de crimes podem ser simplesmente baixas, pois os indivíduos não os reportam ou não buscam auxílio das instituições públicas voltadas para esse fim. Portanto, baixas taxas de ocorrências criminais, baseadas em arquivos da polícia, por exemplo, podem subestimar o grau de violência na sociedade. De forma similar, é muito complexo medir corrupção por meio de contagens oficiais de sua ocorrência. Às vezes, envolvendo políticos, explodem escândalos que são facilmente detectáveis por meio da análise da mídia, mas estes também são bem menos comuns do que os atos quotidianos de corrupção. Assim, basear a análise apenas em escândalos da mídia pode subestimar a ocorrência da corrupção na sociedade, embora seja um indicador possível da extensão da percepção sobre o problema. Por exemplo, subornar um policial para evitar uma multa de trânsito, ou dar algum “incentivo” para algum funcionário público apressar um processo são ocorrências muito menos relatadas pela mídia, embora aconteçam com mais frequência do que os grandes escândalos. Por essa razão, usar um indicador apenas de corrupção resultaria em vieses.

Isso não significa que inexistam medidas para a violência e a corrupção. Por exemplo, é comum se ver a utilização de número de homicídios por 100.000 habitantes como um indicador clássico de violência. Soares e Naritomi apresentam dados da Organização Mundial da Saúde para diversos países da região, relacionando violência - medida como número de homicídios por meio de pesquisas de opinião pública sobre vitimização - ao desenvolvimento econômico e expectativa de vida (2010). Os países que encabeçam essa lista são: Colômbia, de longe, o país com a maior taxa de homicídios na região, devido obviamente à sua luta contra o narcotráfico e guerra civil, seguido por El Salvador, Brasil e Chile praticamente empatados, Venezuela e México.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Ver a tabela 1 em Soares e Naritomi (2010).

Já, para mensurar os graus de corrupção, costuma-se usar os processos judiciais relacionados ao tema ou aparição em escândalos noticiados nos meios de comunicação. Esses são indicadores possíveis e úteis dependendo do objetivo do estudo.<sup>15</sup> Não são, contudo, confiáveis para indicar o grau de corrupção em um país, pois ambos levariam também a uma subestimação do problema. Um indicador tradicional, que visa oferecer uma medida sobre o grau de corrupção em países, é Corruption Perception Index (CPI), da ONG Transparency International, baseado em pesquisas de opinião com empresários e especialistas. Os resultados de 2010 indicam a Dinamarca, Nova Zelândia e Singapura como os países vistos como menos corruptos do mundo. Afeganistão, Mianmar e Somália são os três vistos como mais corruptos.<sup>16</sup> Nas Américas, Chile aparece em primeiro lugar, com a 21ª colocação no ranking do CPI de 2010, seguido por Estados Unidos em 22º lugar, Uruguai em 24º, Costa Rica em 41º, Brasil em 69º empatado com Cuba, El Salvador em 73º, Colômbia em 78º, México em 98º. Venezuela é o pior classificado dentre os países da região, aparecendo em 164º lugar, dentre os 178 países classificados. Essas pesquisas, como diversas outras baseadas em amostras de elites, não deixam muito claras as escolhas dos especialistas entrevistados, a representatividade de suas opiniões e, portanto, podem estar permeadas de vieses. Outro problema, que aflige tanto as taxas de homicídio quanto o CPI, é que essas são medidas agregadas ao nível do país, que não permitem análises ao nível individual sobre como os cidadãos pensam e são afetados por corrupção e violência.

Primeiramente, é importante destacar que tanto no que concerne violência quanto no que diz respeito à corrupção, o Brasil e grande parte dos países da América Latina não se encontram em boas posições em comparação com o resto do mundo. Ou seja, essas questões se tornam fundamentais para entendermos o funcionamento do sistema político nessa parte do mundo. Segundo, e mais importante, além das formas acima de mensurar corrupção, também é prática comum utilizar pesquisas

---

<sup>15</sup> Rennó usa a contagem de escândalos da mídia para avaliar as taxas de reeleição de Deputados Federais envolvidos em notícias sobre corrupção (2009).

<sup>16</sup> Resultados no site: [http://www.transparency.org/policy\\_research/surveys\\_indices/cpi/2010/results](http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2010/results), consultado em 10 de fevereiro de 2010.

de opinião pública para avaliar as percepções populares sobre o problema. Pode-se mensurar tanto a percepção sobre o grau de generalização da corrupção e da violência/crime, quanto às experiências pessoais dos entrevistados com esses problemas, por meio de itens sobre vitimização. Essas pesquisas coletam dados diretamente com os cidadãos dos países, por meio de amostras probabilísticas e questionários estruturados, e estão fundamentadas em perguntas bastante diretas e objetivas, que não dão margem para grandes imprecisões. Além disso, são baseadas em amostras representativas da população estudada, o que lhes garante maior representatividade.

Nas pesquisas do Barômetro das Américas são incluídas diversas medidas de percepção e de vitimização de corrupção e violência. Desse modo, a pesquisa permite avaliar não somente visões gerais da população sobre a extensão do problema em seus países, mas também se o sofreram pessoalmente. Essa dupla estratégia de mensuração nos dá um quadro mais amplo e diversificado do problema no país e em perspectiva comparada.

Mais uma vez, é importante destacar que corrupção e crime não são problemas triviais para a avaliação da democracia, sua legitimidade e sua instabilidade na região. Seligson e Booth (2009) apontam alguns fatos que parecem estar correlacionados muito claramente na América Central: há altos índices de criminalidade e violência, grave crise econômica e de moderados para baixos índices de apoio a valores democráticos e instituições políticas do regime democrático. Pérez (2003, 2009) claramente articula o aumento na violência e criminalidade com uma demanda maior por ações duras de combate e prevenção por parte do Estado. Essa demanda, não por acaso, dá sustentação para ações estatais que podem ser altamente repressivas, em afronta aos princípios básicos de proteção aos direitos humanos, e fundamentalmente antidemocráticas. Em seu estudo de 2009, usando dados da rodada de 2008 do Barômetro das Américas, Pérez confirma que ter sido vítima de crime e também percepções sobre níveis de criminalidade do país são importantes determinantes de apoio pessoal a golpes de estado. Ou seja, cidadãos

que já foram vítimas e acreditam que o crime ocorre com frequência no país estão mais propensos a apoiarem alternativas políticas radicais contrárias à democracia.

Diversos estudos também têm apontado para o efeito prejudicial que a corrupção exerce no sistema político, principalmente afetando sua legitimidade. Novamente, Seligson tem devotado muita atenção à análise sobre como práticas de corrupção minam o apoio popular ao regime, gerando descrença nas instituições e desconfiança no mundo da política (2002, 2006). Seligson encontra não só uma forte relação entre percepção e experiências com corrupção e queda nos níveis de apoio às instituições democráticas, mas também em níveis de confiança interpessoal (2002). Ou seja, experiências com corrupção tornam os cidadãos mais arredios a suas instituições e a seus co-cidadãos, ambos os fatores debilitam possibilidades de engajamento político e cívico. Assim, Seligson demonstra claramente que visões, bastante difundidas na ciência política dos anos 70, de que a corrupção “agilizava” o processo político, lubrificava as engrenagens do serviço público, e teria um potencial efeito positivo no funcionamento do sistema, não se sustentam frente aos testes empíricos.<sup>17</sup>

No Brasil, pesquisas têm demonstrado que o eleitor brasileiro não está imune à corrupção e não a premia. A análise da 52ª Legislatura da Câmara dos Deputados indica que os Deputados Federais, mencionados pelos meios de comunicação, envolvidos em escândalos como os do “Mensalão” e “Sanguessugas”, tiveram maior probabilidade de perder as eleições do que os não envolvidos em escândalos (Rennó 2008). Rennó também demonstra que, no primeiro turno das eleições de 2006, Lula da Silva não foi eleito diretamente, sem a necessidade do segundo turno, por conta da insatisfação de eleitores com os diversos escândalos que marcaram seu primeiro mandato (2007). Esses eleitores exerceram um voto estratégico punitivo, pois alguns antigos apoiadores de Lula deixaram de apoiá-lo em 2006 e votaram em

---

<sup>17</sup> O estudo clássico aqui que representa a perspectiva mais otimista frente ao papel da corrupção é o de Samuel Huntington, *Ordem Política em Sociedades em Mudança* (1968).

Heloísa Helena, justamente por conta de suas percepções de que a corrupção era o principal problema então (Rennó e Hoeper 2010).

Por último, é fundamental lembrar o grande destaque que a literatura, sobre presidências interrompidas ou falidas, amplamente discutidas no capítulo 1, dá à questão da corrupção (Pérez-Liñan 2008). Para essa vertente de pesquisa, um fator-chave, que provoca imensa instabilidade política, é a ocorrência de escândalos de corrupção envolvendo a alta cúpula política do país. Esse elemento serve para catalisar uma reação em cadeia de perda de apoio do governo, manifestada por meio de protestos nas ruas, que culminam em deposições, autogolpes ou renúncias. Assim, é a existência da corrupção, no alto escalão e a percepção da mesma pela população, que muitas vezes acaba por levar a protestos e instabilidade política.

Resta ver agora, então, como os cidadãos brasileiros percebem e sentem em suas vidas diárias as questões da violência, crime e corrupção e como esses fatores podem levar à descrença no estado de direito. Pensamos que tanto percepções quanto experiência concreta com a corrupção e o crime são importantes para entendermos formas diferenciadas de apoio ao sistema político, por isso, ambas serão analisadas adiante.

### **3.3 Percepções sobre Corrupção e Violência**

Conforme dito anteriormente, a mensuração das questões de corrupção e violência, por meio de pesquisas de opinião pública, tem se tornado cada vez mais rotineira. No Barômetro das Américas, há duas perguntas que diretamente aferem as percepções dos cidadãos brasileiros e das Américas sobre esses temas.

A pergunta abaixo, aplicada em 2010, mede a percepção sobre corrupção e é um amálgama da percepção do cidadão sobre a extensão da corrupção no funcionalismo público. Para a análise, na figura 3.2 abaixo, as categorias foram recodificadas, para que valores mais altos representem percepções de que a corrupção é mais comum.

A variável também foi recodificada para variar entre zero e cem, para facilitar a compreensão dos números expostos na figura abaixo. Assim, os respondentes que recebem o valor de zero, na variável recodificada, são os que responderam que a corrupção é “nada comum”, enquanto os que recebem o valor de 100 são os que achavam a corrupção “muito comum”.

**EXC7.** Considerando sua experiência ou o que ouviu falar dos funcionários públicos, a corrupção dos funcionários públicos é... ? **[LER]**

(1) Muito comum (2) Algo comum (3) Pouco comum (4) Nada comum

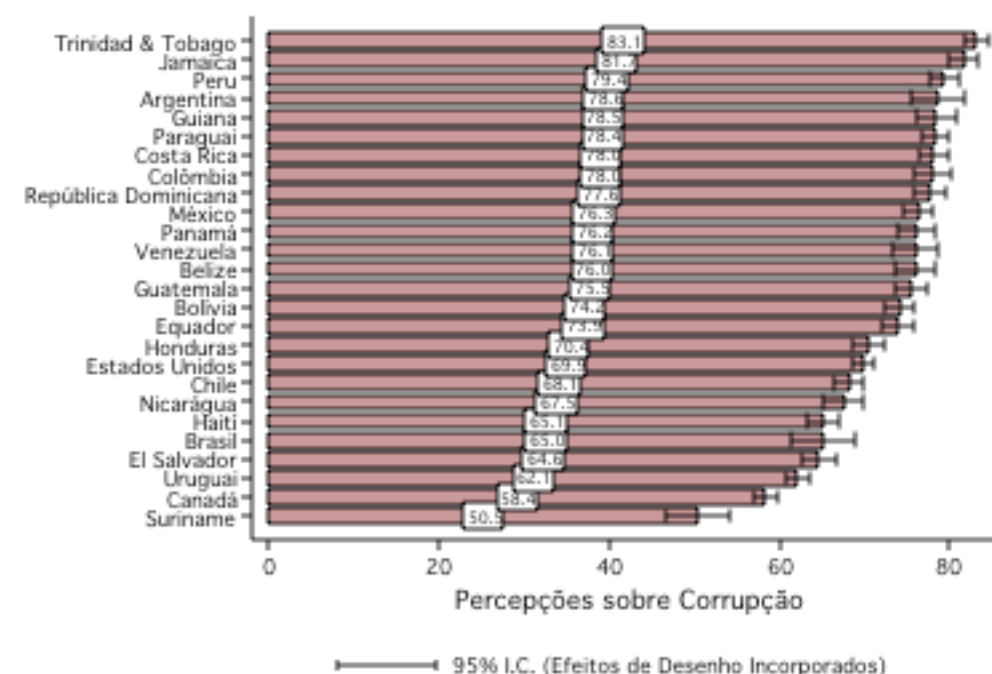
(88) NS (98) NR

Fica claro na figura 3.2 que a corrupção é um problema sério em todos os países analisados, já que em todos, a maioria da população acredita que a prática de corrupção é disseminada pelo funcionalismo público. Os valores médios nacionais variam entre 50.5 no Suriname e 83.1 em Trinidad e Tobago. Mas, se observarmos os intervalos de confiança dessas medidas, que nos dizem a amplitude da variação dentro da margem de erro ao redor da média, há bastante sobreposição, ao menos, do primeiro colocado até Honduras, ao 17º colocado na lista. Ou seja, esses dezesseis países não se diferenciam muito, no que tange às percepções de corrupção. Dentre estes, estão vários que sofreram crises democráticas recentes como Argentina, Honduras e os países andinos (Venezuela, Peru, Bolívia e Equador).

Um segundo grupo é constituído por países que, em geral, não atravessaram crises recentes e apresentam percepções mais baixas sobre corrupção. Nesse grupo estão Brasil, Chile e Uruguai, além de Estados Unidos, Canadá e alguns casos surpreendentes como Nicarágua, Haiti e El Salvador.

Portanto, a situação brasileira, pelo menos no nível da opinião pública, não é tão dramática quanto nossos meios de comunicação tendem a projetar e parte de nossa sociedade acredita. Ou seja, embora muitos profissionais da mídia e intelectuais

retratam o Brasil como um país altamente corrupto, parece que o brasileiro “médio” não o percebe assim, ou pelo menos não em maior medida do que os cidadãos de países como os Estados Unidos e Canadá percebem os governos de seus próprios países. Em perspectiva comparada, estamos no mesmo patamar de países que muitos crêem ser muito menos corruptos. Contudo, as *percepções* de corrupção não necessariamente correspondem às taxas verdadeiras de corrupção. Em seguida, exploraremos as taxas de vitimização por corrupções declaradas pelos cidadãos das Américas.



Fonte: Barômetro das Américas por LAPOP

Figura 3.2 Percepções sobre Corrupção nas Américas, 2010.

No que tange a percepções sobre violência, usamos a questão abaixo que mede a sensação de segurança do(a) entrevistado(a) na região onde mora. A pergunta aborda claramente o medo de ser assaltado ou roubado. Novamente, como será praxe em todas as análises, os valores foram recodificados para que variem entre zero e cem e aqui foram mantidos no ordenamento presente no questionário, em que muito inseguro recebe o valor mais alto.

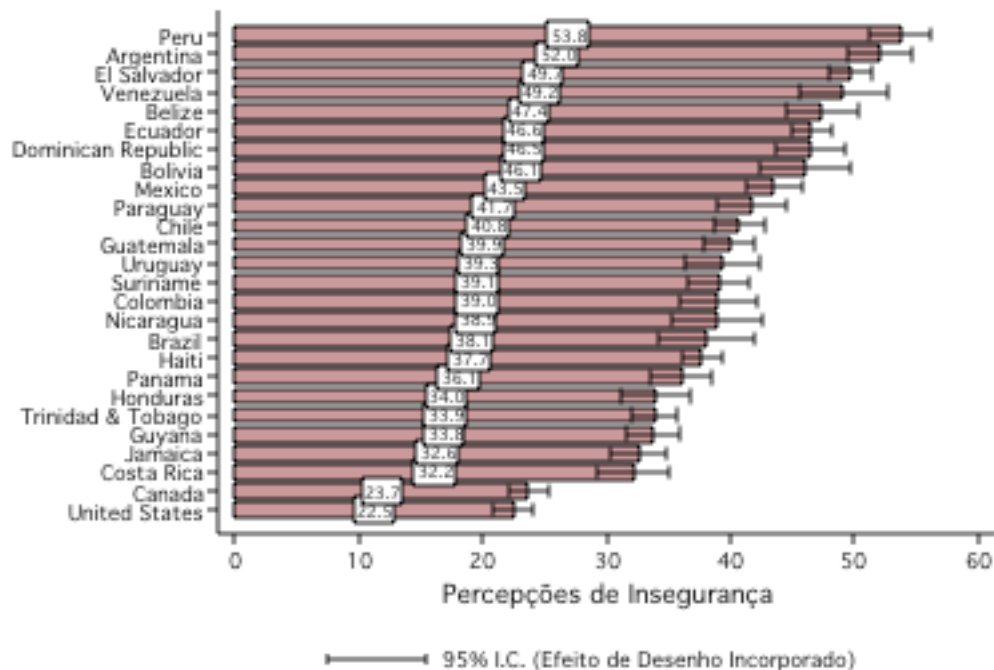
**AOJ11.** Falando do lugar ou bairro onde o(a)sr./sra. vive, e pensando na possibilidade de ser vítima de um assalto ou roubo, o(a)sr./sra. se sente muito seguro(a), pouco seguro(a), pouco inseguro(a) ou muito inseguro(a)?

(1) Muito seguro(a) (2) Pouco seguro(a) (3) Pouco Inseguro(a) (4) Muito Inseguro(a) (88) NS (98) NR

---

Estados Unidos, Canadá e Costa Rica aparecem, como é de se esperar, como os países onde os cidadãos se sentem mais seguros. Os cidadãos da Argentina, Peru, El Salvador e Venezuela são os que se sentem mais inseguros. Mas, até o caso da Bolívia, há uma sobreposição dos intervalos de confiança, que, em geral, são mais amplos no caso da violência do que no da corrupção. Ou seja, as médias abaixo são menos confiáveis para distinguir vários países e há maior discordância interna, mais heterogenia, entre as sensações de violência dentro de países do que acerca de visões de corrupção. Isso reflete, claramente, que a violência dentro de países está desigualmente distribuída e que nem todos os cidadãos sentem-se ameaçados em seus bairros. Nicarágua, Brasil, Bolívia e Venezuela aparecem com os maiores intervalos de confiança, denotando maior desigualdade interna nos níveis de insegurança. Esses países também são bastante desiguais em medidas socioeconômicas, o que pode indicar uma relação entre desigualdade nas percepções de violência e outras formas de exclusão. Por causa do tamanho do intervalo de confiança, as percepções de insegurança no Brasil são estatisticamente indistinguíveis das mesmas em dezoito países, desde Equador até Costa Rica.

Assim, podemos dizer que os dois países da América do Norte claramente se diferenciam dos demais, que passam todos a compartilhar um grau mais alto de temor que não os diferencia exageradamente entre si. Dessa forma, fica claro que as sensações de insegurança são compartilhadas por boa parte dos cidadãos latino-americanos, embora os índices de percepção desse problema sejam mais moderados do que os que concernem à questão da corrupção.



Fonte: Barômetro das Américas por LAPOP

Figura 3.3. Percepções de Insegurança nas Américas, 2010.

Todavia, como argumentamos acima, as percepções não necessariamente são uma indicadora boa da realidade. Muitos estudiosos têm mostrado que a mídia influencia muito nas percepções cidadãos dos problemas que o país enfrenta. Nos países onde a mídia focaliza mais o crime e a violência, as percepções de insegurança podem ser mais elevadas do que em países onde a mídia focaliza outros problemas, independente das taxas reais de crime. Além do mais, suspeitamos que em alguns países ocorra um processo de “normalização” da violência, de modo que o cidadão torna-se imune aos sentimentos de insegurança. Isso pode explicar por que, por exemplo, os guatemaltecos declaram se sentir muito menos inseguros do que os salvadorenhos.

### 3.4 Vitimização por Corrupção e Violência

Obviamente que a percepção da corrupção e violência são insuficientes para avaliarmos esses dois problemas no Brasil e América Latina, assim, passa a ser importante também analisar as declarações de vitimização dos entrevistados. Ou

seja, é importante mensurar a ocorrência de eventos de corrupção e criminalidade vividos pelos cidadãos. Isso nos dá uma noção da extensão em que práticas corruptas e violentas afetam o dia a dia da cidadania.

Para mensurar a vitimização, foram usadas diferentes baterias de perguntas presentes no questionário do Barômetro das Américas e que foram desenhadas exclusivamente para esse fim. Vale dizer que essas perguntas, como todas as demais do Barômetro, foram amplamente testadas em rodadas anteriores da pesquisa.

No que tange ter sido vítima de violência e crime, são usadas as perguntas abaixo que exploram não só se o entrevistado foi vítima, mas também quantas vezes, em que local e se outros membros da família também foram. Essas perguntas permitem, assim, um quadro amplo sobre vitimização por violência e crime.

---

**VIC1EXT.** Agora mudando de assunto, o(a)sr./sra. foi vítima de algum tipo de crime nos últimos doze meses? Ou seja, você foi vítima de assalto, roubo, sequestro relâmpago, fraude, chantagem, extorsão, ameaças violentas ou qualquer outro tipo de crime nos últimos doze meses?

(1) Sim [**Siga**] (2) Não [**Vá para VIC1HOGAR**] (8) NS [**Vá para VIC1HOGAR**]  
(98)NR [**Vá para VIC1HOGAR**]

---

**VIC2AA.** O(A) Sr./sra. pode me dizer em que local esse crime ocorreu? [**Leia as opções**]

(1) Em sua casa  
(2) Neste bairro  
(3) Neste município  
(4) Em outro município  
(5) Em outro país  
(88) NS (98) NR (99) NSA

---

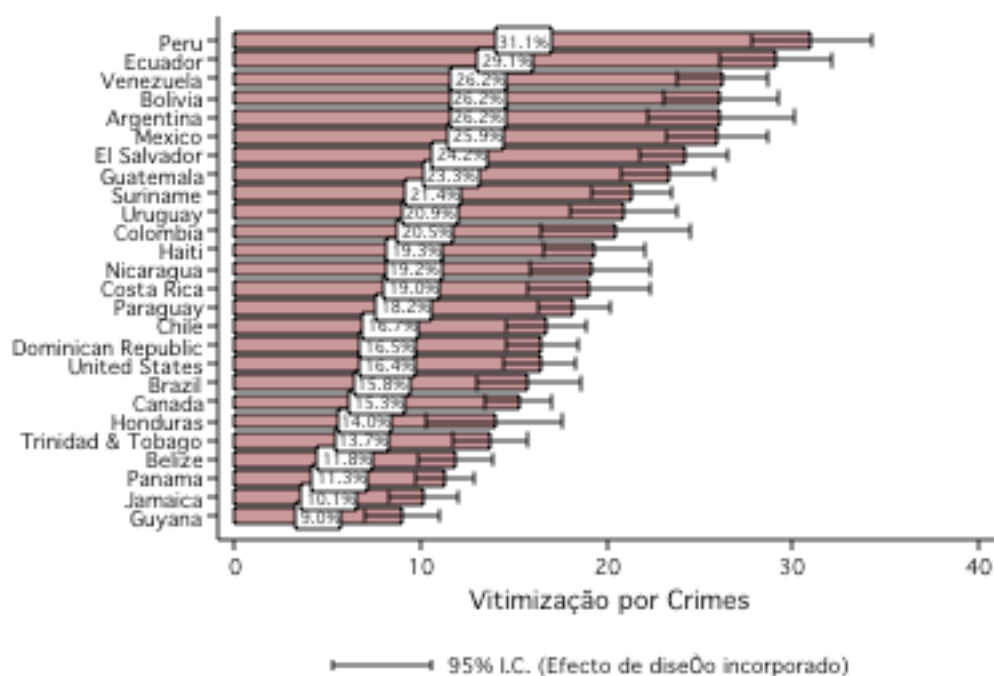
**VIC1HOGAR.** Alguma outra pessoa que mora na sua casa foi vítima de algum tipo de crime nos últimos doze meses? Ou seja, alguma pessoa que mora em sua casa foi vítima de assalto, roubo, sequestro relâmpago, fraude, chantagem, extorsão, ameaças violentas ou **qualquer outro tipo** de crime nos últimos doze meses?

(1) Sim (2) Não (88) NS (98) NR

---

A figura 3.4 indica a média das respostas por país ao item VIC1EXT acima. Novamente os intervalos de confiança são bastante grandes, indicando que há grande variação na vitimização dentro de cada país. A incidência de entrevistados

que se dizem vítima de crime é alarmante também. Até o caso da Colômbia, 20% da população diz ter sido vítima de crimes. Ou seja, até esse caso, pelo menos um em cada cinco cidadãos, maiores de 18 anos nesses países, foi assaltado, roubado, agredido e vítima de algum crime nos doze meses anteriores à pesquisa. Essa situação é claramente endêmica, denotando uma pandemia de crime nas Américas. Além disso, todos os países que encabeçam a lista passaram por alguma crise democrática nos últimos anos: Peru, Equador, Venezuela e Bolívia, todos na região andina e Argentina. O Brasil encontra-se em âmbito bem abaixo destes e também de Uruguai e Chile, embora nesse último caso não haja diferença nos intervalos de confiança. De qualquer forma, Chile, Brasil, Estados Unidos e Canadá aparecem em um mesmo patamar de vitimização por algum tipo de crime, todos na parte inferior do gráfico abaixo.

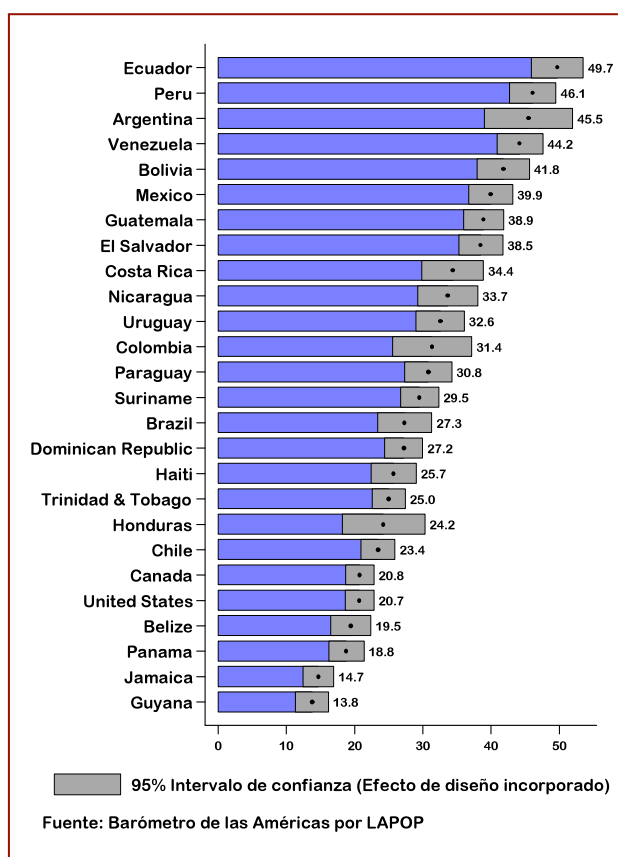


Fuente: Barômetro de las Américas por LAPOP

Figura 3.4 Vitimização por Crimes nas Américas, 2010.

Também é importante expandir a questão da vitimização para além da própria pessoa do entrevistado e incluir mais membros da família. A mensuração, baseada apenas na experiência do entrevistado, pode levar a uma subestimação do crime. De fato, isso parece ocorrer, como fica claro na figura 3.6. Quando incluímos também

membros da família na equação, o valor - que no Brasil é de cerca de 15% dos entrevistados que se dizem vítimas - sobe para 27%, o que denota uma incidência bem mais elevada do crime. Cabe notar que agora o Brasil sobe também no ranking comparado, com um nível de vitimização significativamente maior do que no Canadá ou nos Estados Unidos, e com níveis estatisticamente indistinguíveis de onze países, desde o Chile até a Costa Rica.

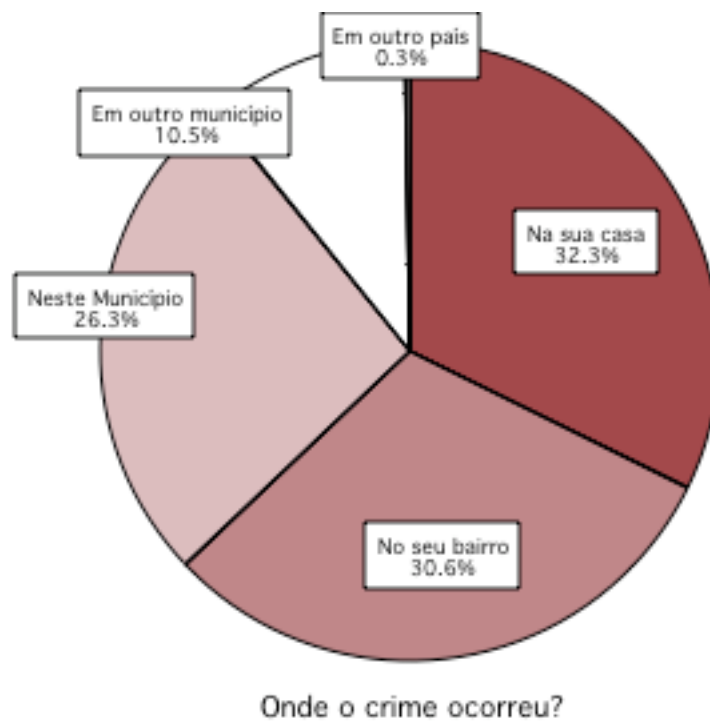


### 3.6 Vitimização de algum membro do hogar nas Américas, 2010.

Essa medida, contudo, pode sofrer de maior imprecisão, já que depende da narrativa do entrevistado sobre algo que ocorreu com outro ou que ele, o entrevistado, ouviu falar. Além do mais, depende do tamanho da família, pois as pessoas com famílias maiores têm mais chances de ter algum membro da família vitimizado. Ainda assim, isso nos dá uma ideia do potencial de exposição ao crime que as pessoas sofrem no dia a dia. Desse modo, o problema é grave e aflige parcelas relevantes da população brasileira. Porém, pode-se concluir que a situação não é tão ruim quanto retratada pela mídia. Estes resultados confirmam de novo que a visão midiática do crime, no

Brasil, não corresponde completamente com a realidade experimentada pela maioria dos brasileiros e brasileiras.

Resta agora avaliar mais detalhes sobre a situação do crime no Brasil. A figura 3.5 mostra que indivíduos são vitimizados em suas casas ou próximos a elas, na localidade onde moram. Isso dá ainda mais lógica para a argumentação sobre a heterogeneidade da vitimização e da percepção de insegurança no Brasil. Os crimes no Brasil são contextualizados, localizados, já que ocorrem com mais frequência perto de onde se mora. As pessoas são vitimizadas onde estão presentes com mais frequência, isso é óbvio, mas também há indícios de que certas regiões podem sofrer mais com o crime do que outras.



Source: AmericasBarometer by LAPOP

Figura 3.5 Local de Ocorrência do Crime no Brasil, 2010.

Passemos agora a discutir a vitimização por corrupção, mensurada também no Barômetro das Américas por uma bateria bastante extensa de perguntas, as quais

objetivam identificar as diferentes instâncias em que uma cidadã pode ser vítima de corrupção. Conforme pode ser visto abaixo, a questão abrange situações de pagamento de propina para a polícia, para algum funcionário público, em escolas e hospitais e se o próprio entrevistado recebeu alguma oferta de propina. As respostas a essa bateria de perguntas foram somadas e depois transformadas em uma escala de zero a cem.

	<b>NSA [Não tentou ou não teve contato]</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>	<b>NS</b>	<b>NR</b>
Agora queremos falar de sua experiência pessoal com coisas que acontecem na vida...					
<b>EXC2.</b> Algum policial pediu ao (à)sr./sra. uma propina (suborno) nos últimos 12 meses?		0	1	88	98
<b>EXC6.</b> Nos últimos doze meses algum funcionário público solicitou ao (à)sr./sra. uma propina (ou suborno)?		0	1	88	98
<b>EXC11.</b> O(A)sr./sra. encaminhou algum pedido na prefeitura nos últimos doze meses? <b>SE RESPONDEU NÃO ASSINALAR NSA (99)</b> <b>SE RESPONDEU SIM Perguntar:</b> Para fazer algum pedido na prefeitura, durante o último ano, o(a)sr./sra. teve que pagar algo a mais do que a lei manda? <b>(ASSINALE 0 OU 1)</b>	99	0	1	88	98
<b>EXC13.</b> O(A)sr./sra. trabalha? <b>SE RESPONDEU NÃO ASSINALAR NSA (99)</b> <b>SE RESPONDEU SIM Perguntar:</b> Nos últimos doze meses no seu trabalho, alguém solicitou alguma propina (suborno)? <b>(ASSINALE 0 OU 1)</b>	99	0	1	88	98
<b>EXC14.</b> Nos últimos doze meses, o(a) sr./sra. teve que resolver alguma questão com a justiça? <b>SE RESPONDEU NÃO ASSINALAR NSA (99) E VÁ PARA EXC15.</b>	99	0	1	88	98

	<b>NSA [Não tentou ou não teve contato]</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>	<b>NS</b>	<b>NR</b>
<b>SE RESPONDEU SIM Perguntar:</b> O(A)sr.sra. teve que pagar alguma propina (suborno) aos juízes neste último ano? <b>(ASSINALE 0 OU 1)</b>					
<b>EXC15.</b> O(A)sr./sra. usou serviços públicos de saúde nos últimos 12 meses? <b>SE RESPONDEU NÃO ASSINALAR NSA (99)</b> <b>SE RESPONDEU SIM Perguntar:</b> Nos últimos 12 meses, para ser atendido em um hospital público ou em um posto de saúde, o(a)sr./sra. teve que pagar alguma propina (suborno)? <b>(ASSINALE 0 OU 1)</b>	99	0	1	88	98
<b>EXC16.</b> O(A)sr./sra. teve algum filho na escola ou no colégio nos últimos doze meses? <b>SE RESPONDEU NÃO ASSINALAR NSA (99)</b> <b>SE RESPONDEU SIM Perguntar:</b> Nos últimos 12 meses, o(a)sr./sra. teve que pagar alguma propina (suborno) na escola ou colégio? <b>(ASSINALE 0 OU 1)</b>	99	0	1	88	98

Fica claro na figura 3.7 que a incidência de corrupção é também bastante alta em vários países das Américas. No Haiti, a situação é de calamidade, com mais da metade da população tendo sido vítima de corrupção em seu cotidiano. Em um patamar um pouco acima do Haiti, mas também com níveis alarmantes, seguem México, Bolívia, Peru, Paraguai, Brasil e Argentina. Ou seja, o Brasil, dessa vez, claramente se encontra nos mesmos níveis de corrupção de países que atravessaram impasses democráticos recentes. E logo seguido de Equador e Venezuela, também países com bastante instabilidade política. Assim, os níveis de corrupção no Brasil, diferentemente dos de violência, o colocam dentre os países com grande turbulência política recente. Cabe também notar que os resultados

indicam uma situação na qual as taxas de vitimização no Brasil revelam outra realidade, do que as percepções cidadãos.

Por outro lado, na ponta de baixo da tabela estão Chile e Uruguai, dois países que têm demonstrado extrema estabilidade política e ausência de grandes escândalos de corrupção, além de Canadá e Estados Unidos. Ou seja, essa distribuição dos países, em um ranking de incidência de corrupção diária, não se distancia de nossa impressão do senso comum.

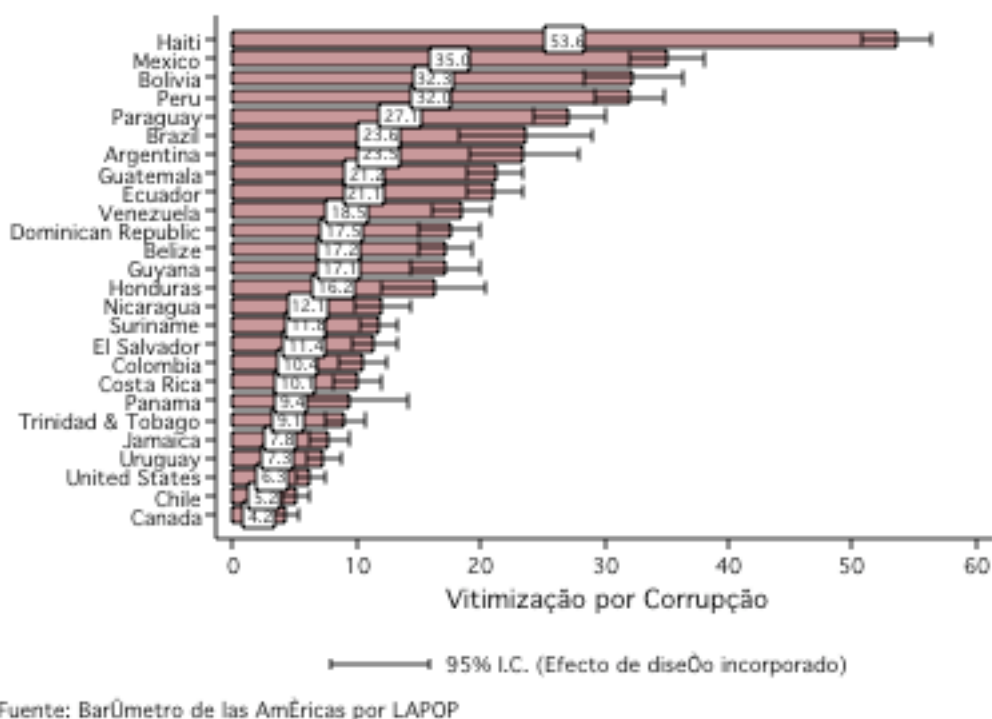
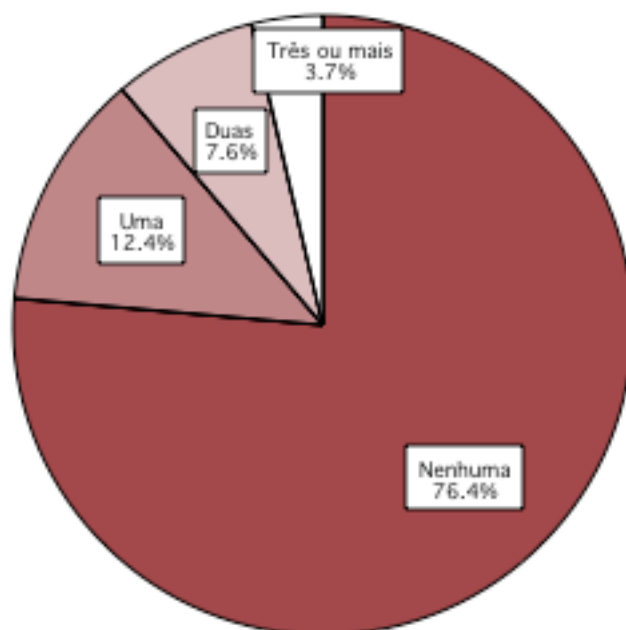


Figura 3.7 Vitimização por Corrupção nas Américas, 2010.

Conforme dito acima, o Brasil é uma exceção no que tange a corrupção: é um país que tem demonstrado altas taxas de estabilidade política a despeito de altíssimos níveis de corrupção. Como fica claro na figura abaixo, 3.8, não só a corrupção é bastante frequente no Brasil, mas ela também incide com alguma frequência sobre as mesmas pessoas. Quase a metade dos entrevistados, que admitiram terem sido vítimas de corrupção, disseram que o foram em mais de um contexto.



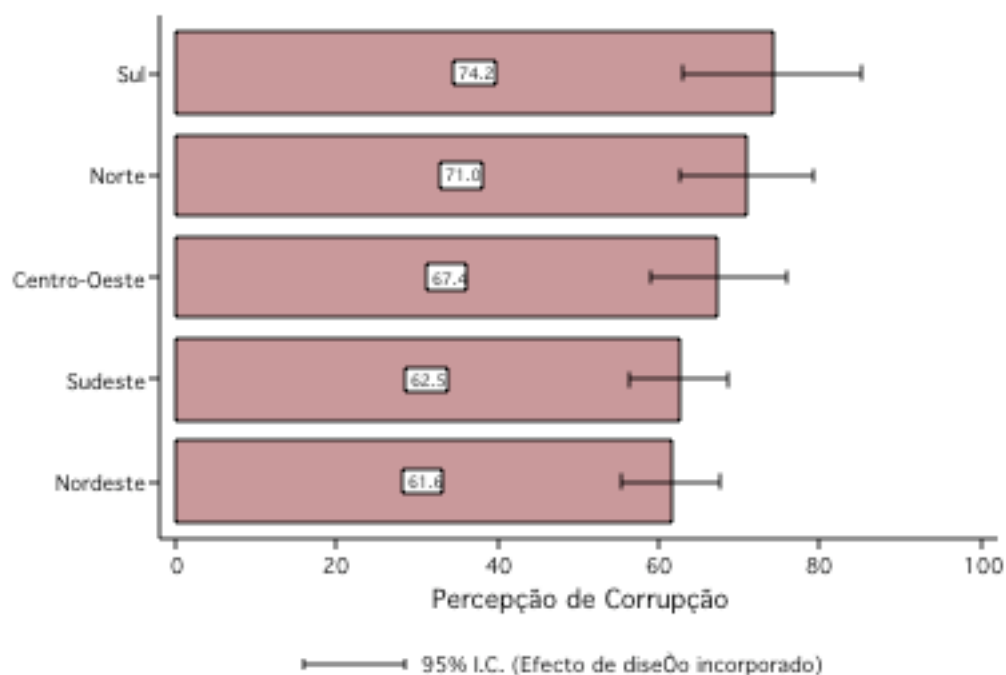
De quantos tipos de corrupção foi vítima

Fonte: Barômetro das Américas por LAPOP

Figura 3.8 Frequência de Ocorrência de Corrupção no Brasil, 2010.

Por último, cabe avaliar se os níveis de vitimização por violência e crime e corrupção variam significativamente pelas regiões do Brasil e por diferentes características socioeconômicas dos entrevistados. Os gráficos abaixo, 3.9 a 3.12, realizam uma comparação das percepções e vitimização por corrupção e crime nas cinco regiões brasileiras. Isso é possível graças à característica da rodada do Barômetro das Américas de 2010 no Brasil que o diferencia das anteriores. Foram coletadas amostras com número de entrevistas para fazer inferências ao nível regional no país.

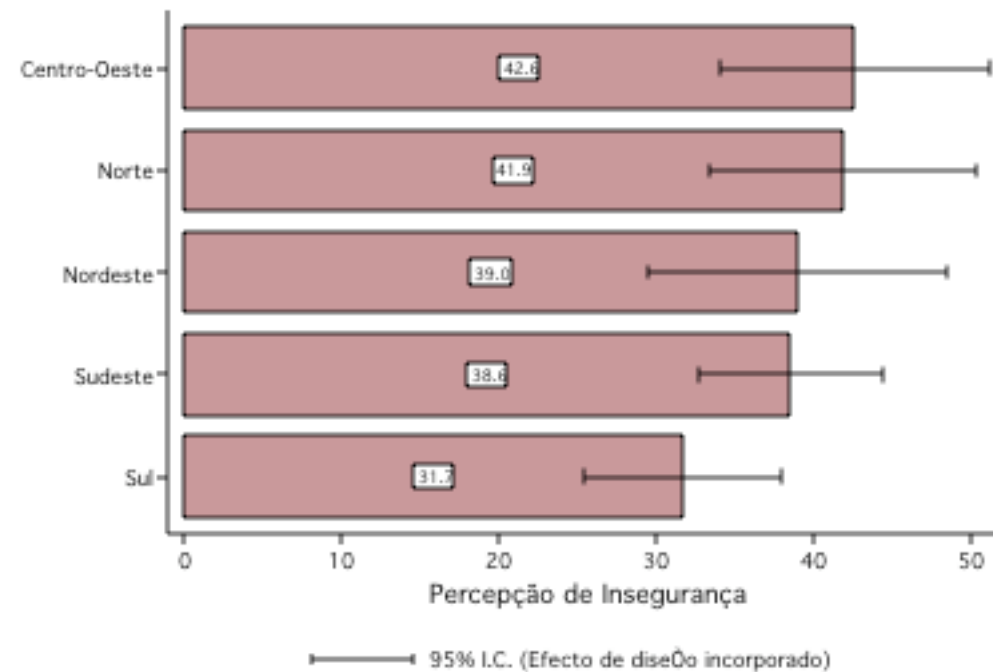
Os dados tendem a apontar que as percepções sobre corrupção são bastante altas em todas as regiões do país, mas atingem seu nível mais elevado na região sul e mais baixo na Nordeste.



Fuente: Barómetro de las Américas por LAPOP

Figura 3.9 Percepções sobre Corrupção nas Regiões Brasileiras, 2010.

Já sobre insegurança e crime, a principal diferença fica entre o Sul, mais seguro, e o Centro-Oeste, com os mais altos níveis de insegurança, seguido de perto pelo Norte. Na verdade, o Sul é o que mais se distancia das demais regiões, que aparentam compartilhar os níveis de temor ao crime.



Fuente: Barómetro de las Américas por LAPOP

Figura 3.10 Percepções de Insegurança nas Regiões Brasileiras, 2010.

Já no que tange à vitimização, primeiro é importante destacar os enormes intervalos de confiança nas medidas, que se devem às amostras menores em cada região, mas também denotam ampla variação intrarregional. Ou seja, precisaremos posteriormente investigar ao nível individual o que condiciona a vitimização. De qualquer forma, o caso que mais se diferencia dos demais é o Centro-Oeste.

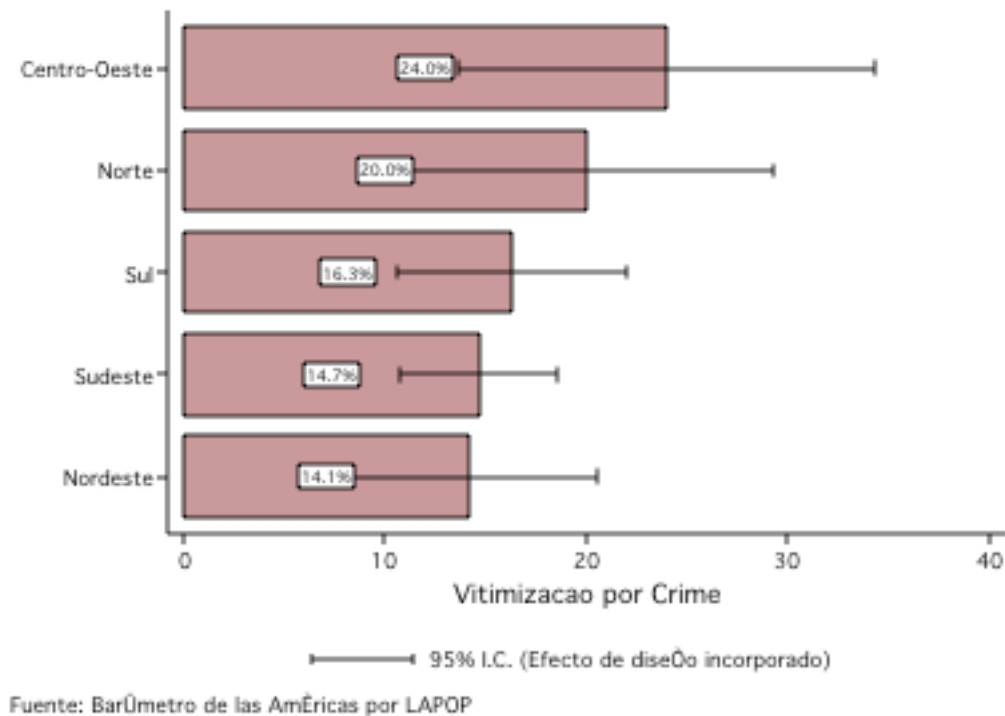


Figura 3.11 Vitimização por crime nas Regiões Brasileiras, 2010.

Por último, a situação da vitimização por corrupção também apresenta ampla variabilidade interna por região, com o Norte e o Sul do país ocupando posições polares na distribuição. Mesmo assim, a variabilidade interna é tão grande que as regiões não apresentam diferenças que possam ser consideradas estatisticamente significativas.

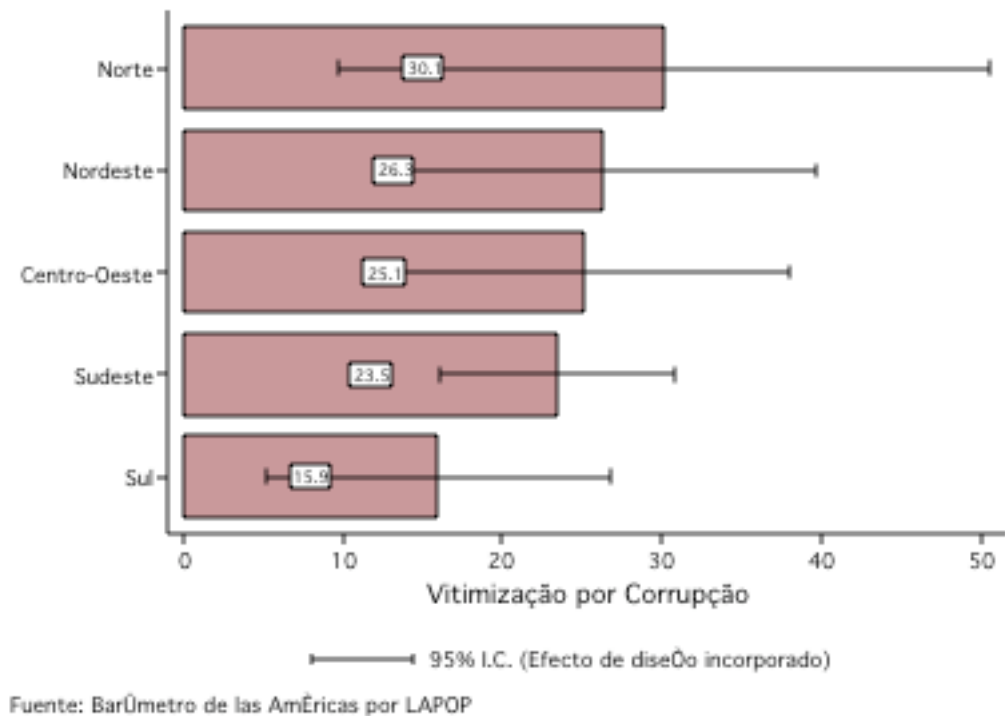


Figura 3. 12 Vitimização por Corrupção nas Regiões Brasileiras, 2010.

Para nos assegurarmos sobre quais são os determinantes da vitimização ao nível individual, já que há grande variabilidade interna também nas regiões, passamos agora para uma análise estatística mais sofisticada, que estimará os determinantes socioeconômicos, demográficos e das características da localidade os quais melhor explicam a vitimização por crime e por corrupção.

A figura 3.13 é uma representação gráfica de uma equação de regressão logística, apresentando o impacto de cada uma das variáveis incluídas no modelo, congregando indicadores das características individuais dos entrevistados e dos seus locais de moradia. Os pontos na figura representam as estimativas dos coeficientes padronizados e as barras mostram o intervalo de confiança de 95% para esses coeficientes. Se uma barra cruza a linha vertical em 0.0, não há efeito estatisticamente significativo para o coeficiente correspondente. Quando o ponto e a barra ficam à esquerda da linha, há uma relação negativa estatisticamente significativa entre a variável e percepções econômicas. Quando o ponto e a barra se encontram à direita da linha, a relação é significativa e positiva. Foram incluídas na

análise, além das regiões, também o gênero, no qual a variável indica que a entrevistada é mulher; afro-descendente, incluindo os entrevistados que dizem ter cor da pele preta, em pergunta tradicional do IBGE presente na pesquisa; idade, que varia na amostra de 18 a 89 anos; uma variável que mede a situação econômica da família, indicando se o salário recebido sobra, é suficiente ou insuficiente; renda, indicada por uma variável composta pela distribuição dos quintis; e, finalmente, o tamanho do município e se é urbano ou rural.

O gráfico indica o aumento ou diminuição da probabilidade de vitimização, com base em cada variável explicativa, e o intervalo de confiança ao redor dessa medida. Isso nos dá o grau de certeza com que podemos afirmar que o efeito pode ser generalizado para a população brasileira. Só quando o intervalo de confiança não transladar o eixo no “0”, podemos ter uma confiança de pelo menos 95% de que o efeito é estatisticamente significativo.

Nenhum dos resultados é fortemente significativo, indicando que a vitimização por corrupção não privilegia classe, raça ou idade. Apenas o gênero parece ter algum efeito, distanciando-se negativamente do valor zero e com um intervalo de confiança pequeno. Homens tendem a ser mais vítimas de situações em que se pede algum suborno do que as mulheres. A diferença entre as regiões norte, que é a categoria com que se compara às demais, só é relevante frente à região sul, que mais se distancia do valor zero e com um efeito negativo. Portanto, confirma-se que a vitimização por corrupção tende a ser menor na região sul do Brasil.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> As tabelas de regressão logística estão disponíveis nos anexos.

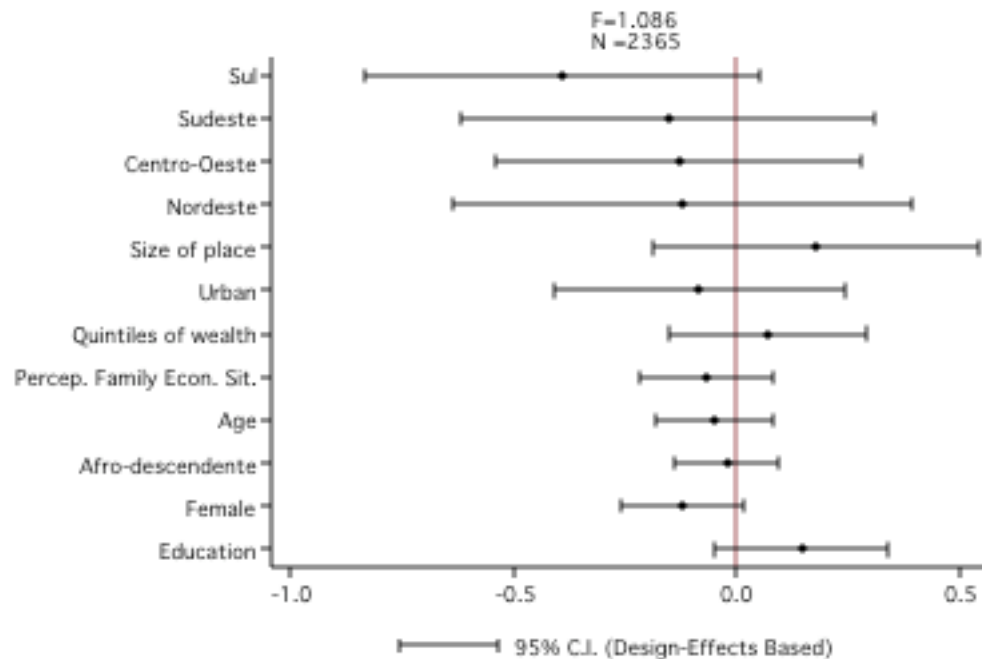
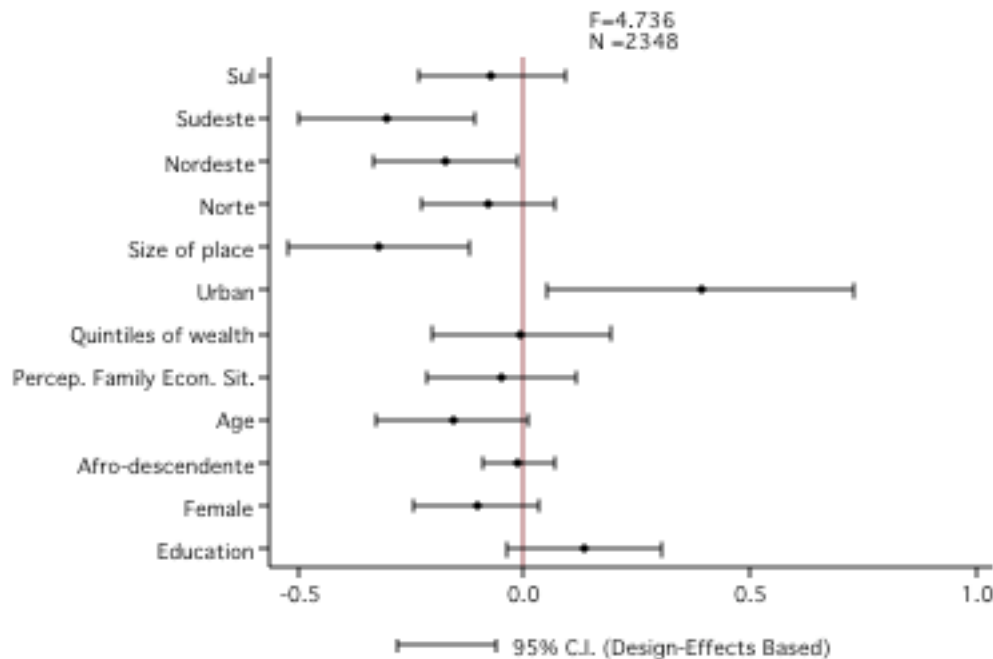


Figura 3.13 Resultados de Regressão Logística para Vitimização por Corrupção no Brasil, 2010.

No caso da vitimização por crime, alguns fatores têm efeitos mais claros no aumento da probabilidade de uma pessoa ser vítima. O tamanho da localidade onde mora, se pequena, diminui em muito a chance de ocorrência de crimes. Ou seja, há mais crimes em cidades grandes. Há também mais crimes em regiões urbanas do que rurais. Por último, pessoas mais jovens são mais vitimizadas por crimes.



Source: AmericasBarometer by LAPOP

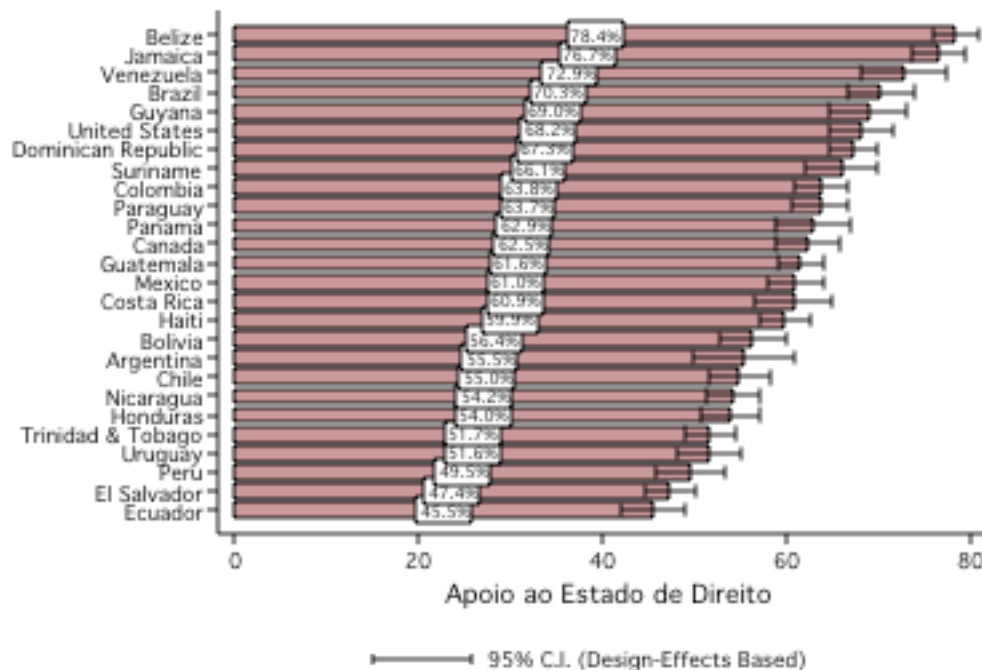
Figura 3.14 Resultados de Regressão Logística para Vitimização por Crime no Brasil, 2010.

### 3. 5 Visões sobre o Estado de Direito

Como o crime e a corrupção afetam a opinião pública e as atitudes democráticas? No último capítulo do livro, consideramos a relação entre essas falhas no Estado de Direito e a legitimidade do regime. No que resta do presente capítulo, porém, cabe analisar algumas atitudes e crenças da população, associadas ao estado de direito e que podem estar relacionadas com vitimização e percepção de corrupção e crime. Os estudiosos da psicologia política, especialmente no contexto dos Estados Unidos, têm mostrado que, em condições de ameaça, os cidadãos querem mais a ação militar, podem se tornar mais conservadores e até autoritários (Hetherington and Weiler 2009; Huddy *et al.* 2005; Merolla and Zechmeister 2009). Isso também ocorre no Brasil? Os brasileiros que percebem ameaças criminais tendem mais a apoiar táticas militarísticas ou não completamente legais das autoridades?

Para responder a essas perguntas, avaliamos as posições dos entrevistados frente ao item **A0J8** no questionário do Barômetro das Américas: *“Para poder prender criminosos, o(a) sr./sra. acredita que as autoridades devem sempre respeitar as leis ou que, em certas ocasiões, as autoridades podem agir sem respeitar a lei?”* O entrevistado escolheu uma das alternativas que melhor representa sua forma de pensar. Os dados foram então recodificados, sendo que respostas indicando que a lei deve sempre ser respeitada receberam valor 100. Os resultados abaixo comparam os países na região e valores mais altos indicam apoio à lei.

Em geral, a situação na maior parte das Américas é positiva, com oito países tendo mais de dois terços de sua população favoráveis ao respeito incondicional à lei, dentre eles o Brasil. À exceção da Venezuela, que também apresenta forte compromisso popular com o respeito à lei, todos os demais países que atravessaram crises recentes estão na parte de baixo do gráfico: Bolívia, Argentina, Honduras e Equador lá se encontram. Surpreendentemente, Chile e Uruguai também aparecem muito mal posicionados nesse ranking. Portanto, as atitudes sobre o respeito à lei não parecem ser um grande diferencial, entre países que atravessaram crises democráticas recentes, e os que não atravessaram.



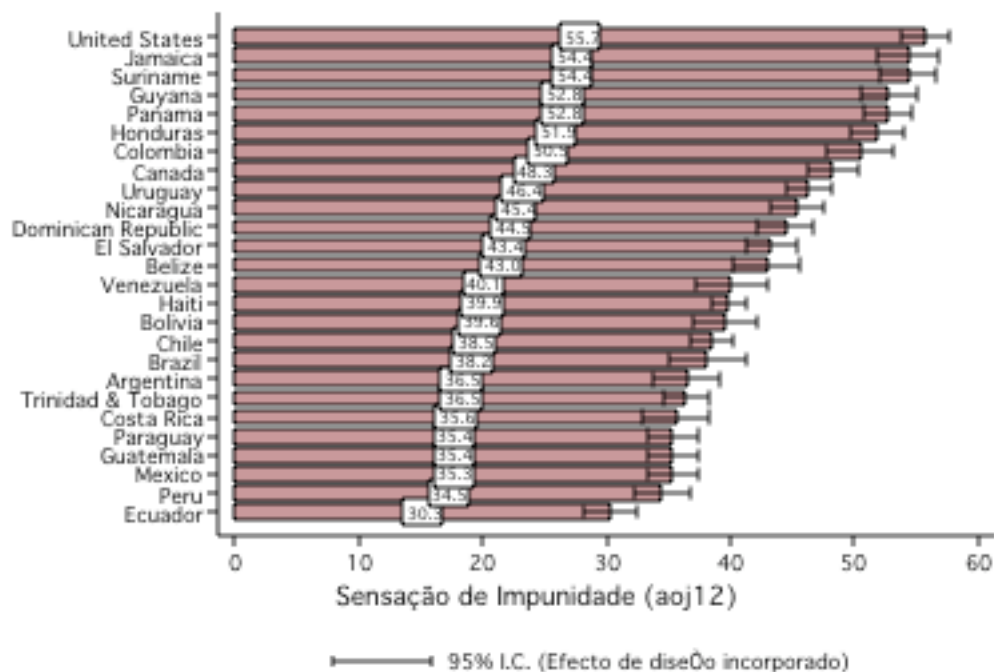
Source: AmericasBarometer by LAPOP

Figura 3.15 Visões sobre o Estado de Direito nas Américas, 2010.

Uma segunda questão atitudinal, sobre o estado de direito, é a expectativa de que infratores sejam punidos. Tal atitude é um componente importante do estado de direito e pelo tanto da qualidade da democracia. Se a cidadania não acreditar na capacidade do estado de processar os culpados, dificilmente vai respeitar o estado de direito no país. A questão **A0J12** aborda essa questão: “Se o(a) sr./sra. fosse vítima de um roubo ou assalto, o quanto confiaria que o sistema judiciário puniria o culpado? Confiaria ... (1) Muito (2) Algo (3) Pouco (4) Nada.” A pergunta, portanto, aborda diretamente algo que é visto como extremamente problemático no Brasil: a sensação de impunidade. A pergunta trata desse tema a partir da avaliação do cidadão sobre a capacidade do sistema judiciário de punir, de fazer valer a lei. A variável foi recodificada entre zero e cem para que respostas positivas à questão recebam valores mais altos.

Os resultados apontam uma descrença generalizada na capacidade do sistema jurídico na região. Em apenas seis casos uma maioria da população avalia positivamente a capacidade da justiça em fazer valer a lei. Mesmo assim, não se trata

de uma ampla maioria. No Brasil ocorre o esperado: apenas 38% da população acreditam na possibilidade de punição pela justiça. Esse valor é praticamente idêntico ao de Chile, Bolívia, Haiti, Argentina, Costa Rica, Paraguai, Guatemala e Peru. O pior situado na escala é o Equador, com índices realmente inferiores a todos os demais países, conforme fica claro pelo valor do limite superior do intervalo de confiança, que ainda é menor do que valores inferiores dos intervalos de confiança para os demais países. Mas, a lição é clara: o sistema jurídico em quase todos os países das Américas foi reprovado pela cidadania em 2010.

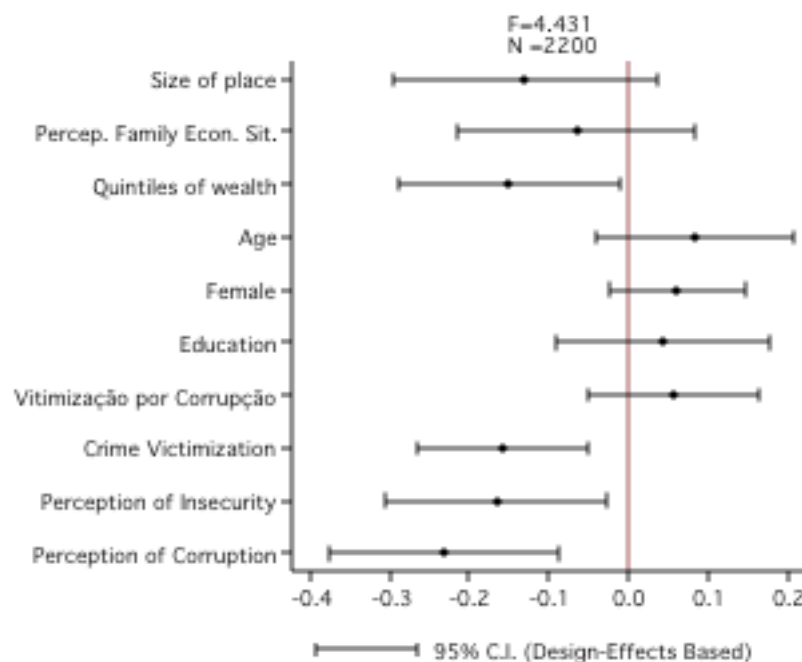


Fuente: Barómetro de las Américas por LAPOP

Figura 3.16 Visões sobre Impunidade nas Américas, 2010.

A última pergunta que fica, então, é como a vitimização, percepção sobre violência e corrupção afetam as atitudes frente ao respeito à lei, e as avaliações da capacidade do sistema judicial de imporem penas aos culpados? O modelo a ser testado será idêntico para ambas as questões e é composto pelos indicadores de vitimização e percepção de corrupção e crime discutidos acima, além de controles para características socioeconômicas dos entrevistados.

Os resultados não deixam margem para dúvidas: ter sido vítima de crime e percepção da disseminação do crime e corrupção diminuem a probabilidade do cidadão apoiar o respeito incondicional à lei. Apenas ter sido vítima de corrupção não tem qualquer efeito, já que não é estatisticamente significativa. Portanto, vitimização por crime e percepções de crime e corrupção são extremamente deletérias para atitudes dos cidadãos brasileiros quanto à aplicabilidade incondicional da lei. As percepções sobre corrupção apresentam o efeito mais forte dentre todas as variáveis.

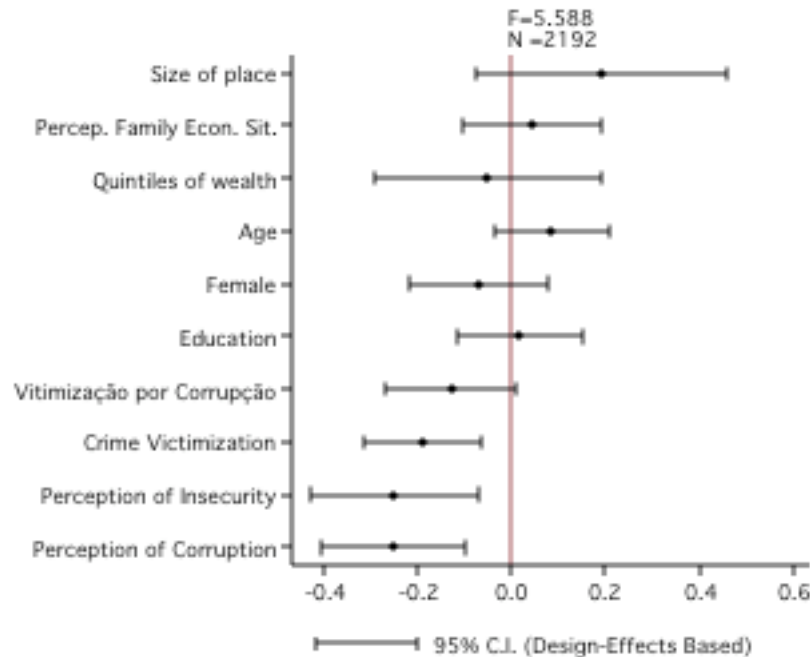


Source: AmericasBarometer by LAPOP

Figura 3.17 Determinantes de visões sobre o Estado de Direito no Brasil, 2010.

Por fim, cabe avaliar o impacto dessas mesmas variáveis na avaliação da cidadania sobre a capacidade de punição do sistema judiciário. Novamente, percepção sobre corrupção e crime e vitimização por crime são as variáveis mais importantes para explicar visões sobre o sistema judiciário no Brasil, todas reduzindo a probabilidade de o cidadão avaliá-lo positivamente. Vitimização por corrupção novamente tem um efeito mais tímido, em avaliações sobre o sistema judiciário, mas dessa vez é levemente significativa e tem o efeito na direção esperada. Ou seja, todos, que foram

vítimas e que percebem corrupção e crime como correntes, não acreditam na capacidade de punição da justiça. Nenhuma outra variável mostra-se relevante.



Source: AmericasBarometer by LAPOP

Figura 3.18 Determinantes da avaliação sobre a impunidade no Brasil, 2010.

### 3.6 Conclusões

Neste capítulo, exploramos as visões dos cidadãos brasileiros e das Américas sobre questões relacionadas à qualidade da democracia em sua dimensão referente ao estado de direito. Essa dimensão diz respeito a violações dos direitos civis da cidadania e engloba questões candentes como corrupção, crime, impunidade e respeito à lei. Cada um desses fatores foi amplamente discutido e analisado com dados do Barômetro das Américas.

As conclusões apontam para um efeito bastante deletério da corrupção e crime, tanto no que tange percepções quanto vitimização, em visões dos brasileiros sobre o respeito à lei e sua crença na capacidade da justiça de impor punições aos contraventores. Por sua vez, cabe destacar que a percepção sobre corrupção e

crime mostrou-se mais influente do que a vitimização, indicando que o problema não diz respeito apenas ao combate direto ao crime e à corrupção, mas também numa maior divulgação, por parte do Estado, sobre sua atuação nessa área. É necessário combater a visão de que a corrupção é generalizada entre o funcionalismo público e aumentar a sensação de segurança nas localidades de moradia das pessoas, principalmente em cidades grandes e centros urbanos.

Também encontramos, na comparação entre países, os que enfrentaram crises recentes da democracia - países andinos e a Argentina - se diferenciam dos que não enfrentaram - Cone Sul à exceção da Argentina em diversas questões acima - principalmente nas percepções sobre corrupção e vitimização por corrupção. Ou seja, a instabilidade política na região parece estar intimamente associada à corrupção, mais do que com relação à violência e crime. Isso já dá um indício de que países que atravessaram crises recentes da democracia continuam marcados por visões negativas de seus cidadãos sobre o grau de corrupção em seus sistemas políticos.

Cabe agora concluir que a situação do estado de direito, como bem apontam diversos estudiosos, é lastimável na América Latina como um todo. A qualidade dessa dimensão é bastante baixa e o Brasil, apesar de não se destacar tão negativamente em comparação aos demais países da região, também apresenta limitações sérias nessa questão. Mais à frente, no Capítulo sete, retomaremos a discussão sobre corrupção, crime, punição e estado de direito quando avaliarmos o impacto desses fatores nas diferentes formas de apoio ao sistema político. Os indícios, apresentados aqui, são de que essas questões deverão ter um efeito bastante negativo nas avaliações populares sobre o funcionamento da democracia na região.

#### **Capítulo 4: Desigualdade e Discriminação: Perspectivas sobre a Marginalização Social no Brasil**

O capítulo atual avaliará empiricamente a desigualdade social e discriminação de raça, gênero, e classe no Brasil contemporâneo. Como Edward Telles (2004) demonstrou, os efeitos sociais de raça, desigualdade e discriminação social no Brasil estão intimamente ligados. Isso requer uma avaliação simultânea para um melhor entendimento de como esses fatores levam à exclusão social. O nível de desigualdade econômica no Brasil foi e continua a ser elevado, de acordo com critérios internacionais (Ferreira, Leite, and Litchfield 2008; Weyland 2005). Assim, não surpreende que esse fator tenha recebido atenção significativa, tanto no âmbito acadêmico quanto nos debates políticos, apesar de alguns argumentarem, erroneamente a nosso ver, que seu efeito na democracia do Brasil é “não-decisivo” (Weyland 2005, 106). A discriminação social, por outro lado, permaneceu ignorada como problema no Brasil até o fim do regime militar (Lovell 2006; Marx 1998; Telles 2004). De fato, alguns observadores continuam defendendo a ideia de que discriminação social, como conhecida e praticada nos Estados Unidos ou África do Sul (exemplos comparativos típicos), não existe no Brasil (Kamel 2006). Os dados do Barômetro das Américas 2010 permitem reavaliar esses argumentos ao colocar o Brasil num contexto comparativo dentro da América Latina. É imperativo avaliar até que ponto a marginalização social existe numa sociedade, que há muito tempo tem sido “inclusivamente desigual” frequentemente *devido* à política oficial do estado (Holston 2008). Nos capítulos finais deste livro, serão avaliados os efeitos da marginalização e exclusão social na participação e legitimidade democrática. Os dados aqui utilizados mostram que raça, em vez de classe social ou nível educativo, é o fator crucial para determinar vitimização de discriminação no Brasil e que raça também importa na avaliação de políticas sociais.

Assim, ao analisar tanto as percepções sobre discriminação e exclusão sentidas pelos cidadãos brasileiros quanto o possível impacto de políticas sociais do governo na visão da cidadania, tratamos de dois aspectos centrais da qualidade da democracia, conforme apontado por Ruschemeyer (2004) e já discutidos nos

capítulos teóricos deste livro. Um dos papéis do estado democrático é garantir igualdade de oportunidade para todos os seus cidadãos. Neste capítulo avaliamos esse aspecto do ponto de vista do cidadão brasileiro. Naqueles momentos e para aquelas pessoas que o Estado falha, a qualidade da democracia sofre. As consequências negativas dessas falhas incluem: a perda de fé no sistema político e até no regime democrático por parte dos cidadãos.

De fato, o Brasil apresenta um paradoxo: o sistema democrático continua se consolidando no país, apesar da resiliência, durabilidade das desigualdades econômicas, sociais e políticas. Mas, qual a extensão da percepção popular sobre a desigualdade como um problema? Aparentemente, o tema é bastante saliente. Como revelado na Tabela 3.1 do capítulo anterior, desigualdade é um dos problemas mais importantes para o Brasil, de acordo com os resultados de uma pergunta aberta no questionário do Barômetro das Américas 2010. Podendo apenas oferecer uma única resposta espontânea, 5.65 % (ponderadas) dos entrevistados disseram que a desigualdade é o problema mais importante e outros 4.04 % identificaram a pobreza, o que está intimamente relacionada à desigualdade. De forma interessante, mesmo que dados agregados sugiram que a desigualdade esteja melhorando no Brasil, esta é um problema que não vem arrefecendo do ponto de vista dos cidadãos brasileiros. Em resposta à enquete de 2006-2007 do Barômetro das Américas, 2.26% dos entrevistados indicaram a desigualdade como problema mais grave (sendo o 11º mais citado) e 3.17 % dos entrevistados a mencionaram (sendo o 9º mais citado) no estudo de 2008. Consequentemente, mesmo se considerarmos a desigualdade um problema perene em âmbito nacional, e portanto pouco afeito à análise estatística que exige variação, os efeitos não são constantes para indivíduos ou com o passar do tempo. Um dos propósitos deste capítulo é identificar os indivíduos que são, em média, mais afetados pela desigualdade.

Na literatura acadêmica existem duas explicações principais sobre o fenômeno da desigualdade no Brasil. A primeira enfatiza fatores históricos, principalmente a escravidão, a falta de investimento em educação, o baixo nível educacional da

população e de investimento no capital humano, em geral, como as causas da profunda divisão entre ricos e pobres no Brasil. De acordo com essa linha de pensamento, o Brasil sofre com um tipo de “classismo” que tem raiz histórica na divisão de trabalho tradicional. A solução é relativamente simples: aumentar a frequência e investimento nas escolas públicas (Kamel 2006). A segunda perspectiva enfatiza a discriminação ativa, porém sutil, baseada na raça e gênero, como a força social que torna impossível a erradicação de desigualdade (Lovell 1994; Telles 2004). Aqueles que seguem esse raciocínio tendem a propor e apoiar o ativismo dos grupos afetados e intervenções governamentais (ação afirmativa) como cotas raciais para realinhar oportunidades sociais em favor dos grupos menos favorecidos.

Apesar de nossos esforços, tratados neste capítulo, para contribuir ao debate sobre o papel de discriminação na sociedade brasileira, encontramos outro paradoxo difícil de ser tratado. Somente 0.58 % dos entrevistados na enquete do Barômetro das Américas de 2010 mencionaram discriminação como o problema mais grave para o Brasil (e foi somente o 24º mais citado). Porém, em âmbito individual, muitos entrevistados indicaram que foram vítimas de discriminação, devido a sua classe social, raça ou gênero. Além disso, quando questionados sobre o que explica o fato de que as pessoas negras são, em média, mais pobres que o resto da população, 76.85 % (ponderadas) dos entrevistados responderam que é porque as pessoas negras são tratadas de maneira injusta.<sup>19</sup> Portanto, enquanto os brasileiros não percebem a discriminação como um problema sério no país, eles a compreendem como um problema para os indivíduos que mais frequentemente são alvo do prejuízo. Mas também estão dispostos a empregar a discriminação como uma explicação para a desigualdade econômica. Frente a esse paradoxo, de negação da discriminação como principal problema nacional, mas o reconhecimento de sua existência no dia a dia das pessoas mais afetadas pelo problema, o objetivo deste capítulo é identificar até que ponto a desigualdade e discriminação existem no

---

<sup>19</sup> Estes resultados receberão mais atenção na última seção desse capítulo.

quotidiano dos cidadãos brasileiros, e, então, determinar como *ambos* criam uma barreira para o estabelecimento de uma sociedade mais democrática.

## **4.2. Desigualdade no Brasil**

### *4.2.1. Perspectiva em âmbito Nacional*

A renda no Brasil é distribuída desigualmente há muito tempo no Brasil. Dados do Banco Mundial (World Bank Development Indicators), de acordo com a Figura 4.1, apresentam dois elementos sobre o nível de desigualdade de renda no Brasil nos últimos 26 anos: o índice de Gini e a proporção relativa entre o primeiro e último quintil de renda.<sup>20</sup> Em ambas as medidas houve um aumento acentuado de desigualdade no final dos anos 80 – quando o índice de Gini chegou a um valor de 63.56 – seguido por uma queda e novo crescimento moderado durante os anos 90. A partir dos anos 2000, a tendência é de queda acentuada na desigualdade. O valor do índice Gini foi de 54.28 em 2009 (IPEA Data).

[Figura 4.1: Índices de Desigualdade no Brasil, 1981-2007.]

A Figura 4.2 mostra o coeficiente de Gini do Brasil em perspectiva comparada com os países da região sul da América Latina – Argentina, Chile, e Uruguai – e México de 1981 até 2008. A vantagem dessa comparação é que todos os países incluídos são relativamente desenvolvidos economicamente. Assim, há uma menor preocupação com as diferenças do coeficiente de Gini, devido a uma mera diferença de produção econômica. Essa figura mostra que o Brasil tem sido o país com o indicador de desigualdade mais elevado dentre todos os países durante esse período, mas com quedas constantes, embora haja evidência de uma convergência entre os países aqui

---

<sup>20</sup> O índice de Gini mede até que ponto a distribuição de renda desvia de uma distribuição perfeitamente igual. Um valor de zero representa uma distribuição perfeitamente igual, enquanto um valor de 100 representa uma distribuição perfeitamente desigual. A proporção de renda é calculada ao dividir a porcentagem de renda recebida pela quintil, da população mais rica pela porcentagem de renda recebida pela quintil, da população mais pobre. Valores mais altos indicam que há mais desigualdade.

analisados. Assim, México e Uruguai apresentam índices de crescimento da desigualdade, principalmente o primeiro.

[Figura 4.2: O Coeficiente Gini em Perspectiva Comparada, 1981-2008.]

Mesmo que pesquisas sobre desigualdade muitas vezes cite essas medidas estatísticas como indicadores das condições gerais dos países, também é importante considerar indicadores subnacionais para melhor entender a desigualdade nacional. Indivíduos que moram em regiões mais produtivas podem se beneficiar de oportunidades indisponíveis àqueles que moram em áreas menos produtivas. A Figura 4.3 mostra que as regiões mais produtivas do Brasil, em termos de produto interno bruto *per capita* (PIB/pc em termos de mil reais (R\$) de 2000), são o Sudeste e o Sul. Apenas recentemente, o Centro-Oeste alcançou as regiões Sul e Sudeste em produtividade. Historicamente, as regiões Norte e Nordeste são as mais pobres comparadas às outras regiões. De fato, só foi recentemente que o Nordeste obteve um crescimento econômico positivo em relação ao crescimento de sua população; estando previamente estagnado. No entanto, em média, a região nordestina teve baixo crescimento econômico em relação às demais regiões do país, assim, contribuindo para o nível de desigualdade agregado observado. É importante lembrar-se deste fato porque, mesmo que não houvesse diferenças individuais entre cidadãos *dentro* de qualquer região, as regiões já exibem altos níveis de desigualdade, níveis suficientemente altos que resultam em desigualdade nas pesquisas estatísticas nacionais. Portanto, os níveis de desigualdade observados podem mudar depois de controlado por contexto regional.

[Figura 4.3: PIB *per capita* por Região no Brasil, 1985-2007.]

#### 4.2.2. *Perspectiva em âmbito Individual*

Apesar das tendências observadas na desigualdade nacional, nada pode ser dito com esses dados sobre o âmbito individual. Como os cidadãos entendem e lidam com o

problema? Os dados de produção regional também podem esconder variação significativa nas circunstâncias dentro de cada região. A pesquisa do Barômetro das Américas fornece as informações necessárias para a criação de uma análise alternativa que afere a condição econômica do lar de cada entrevistado e suas perspectivas individuais sobre desigualdade e discriminação. Nesta análise, podemos determinar qual é a percepção da situação econômica individual. Se a desigualdade está realmente sendo atenuada no Brasil, então a percepção econômica dos indivíduos deve refletir essa realidade.

A Figura 4.4 apresenta uma comparação com recorte transversal entre países da percepção média da situação econômica individual, com base nos dados do Barômetro das Américas 2010. Entrevistados responderam às seguintes perguntas:

**IDIO2.** O sr./sra. acha que sua atual situação econômica está melhor, igual ou pior que a de há doze meses?

**IDIO3.** O sr./sra. diria que em doze meses sua situação econômica vai ficar melhor, igual ou pior do que está agora?

Os entrevistados podiam responder que a situação estava melhor, igual, ou pior do que há doze meses. Respostas foram codificadas com o valor de ‘-100’ se responderam “pior,” ‘0’ se responderam “igual,” e ‘100’ se responderam “melhor.” Assim, se na média as pessoas sentem que sua situação econômica piorou nos últimos doze meses, o valor para o país será negativo. Se a situação econômica melhorou, o valor para o país será positivo. Um valor próximo a zero indica que as pessoas sentem que não houve mudança.

[Figura 4.4: Avaliação da Situação Econômica Individual em Perspectiva Comparada, 2010.]

Um resultado interessante nesta figura é que mesmo com a crise econômica global, os brasileiros, em média, expressaram que sua situação econômica em 2010 melhorou em relação ao ano anterior. Somente os uruguaios consideraram que houve uma melhoria em sua situação econômica em maior proporção que os brasileiros. Além disso, os brasileiros são os mais esperançosos de que a sua

situação continuará melhorando no futuro. A próxima seção procura explicar de forma mais detalhada esse primeiro resultado para o Brasil. Afinal, a percepção de que a situação econômica tem melhorado pode estar desigualmente distribuída pela sociedade.

#### *4.2.3. Modelo de Condições Econômicas em Âmbito Individual*

O modelo estatístico, apresentado nesta seção, procura demonstrar quais características individuais melhor explicam a percepção da situação econômica de cada indivíduo no Brasil relativa ao ano anterior da pesquisa. Propõe-se um modelo que incorpora não somente as cinco regiões do país como já discutido, mas vários controles relevantes. As variáveis incluídas no modelo podem ajudar a distinguir quem sentiu mais progresso econômico no ano anterior ao da pesquisa.

Primeiro, há uma série de perguntas na enquete que pede ao entrevistado que responda quais bens materiais possui em seu lar (e.g. televisão, geladeira, telefone, carro, água encanada). A partir dessas perguntas, construímos um índice de riqueza no âmbito individual. Esse indicador é então utilizado para definir limiares específicos para cada país e é empregado também para dividir cada população da amostra em cinco quintis de riqueza.<sup>21</sup> Incluímos o índice de quintis de riqueza, neste modelo, para que possamos avaliar se a melhoria na condição econômica beneficiou um setor da população mais do que os outros.

A variável dependente mede a *mudança* na situação econômica geral do entrevistado. Portanto, o modelo inclui um controle para uma mudança na renda do lar. Se o entrevistado responde que a família perdeu renda durante os últimos *dois* anos, então ele recebe um valor de '1' na variável de perda de renda. Por outro lado (estabilidade na renda ou aumento na renda), recebe um valor de '0.' Incluir esta

---

<sup>21</sup> Para mais detalhes na construção do índice de riqueza ver: Abby Córdova, "Methodological Note: Measuring Relative Wealth using Household Asset Indicators," *Insights Series No. 10806* Vanderbilt University: Latin American Public Opinion Project (LAPOP).  
<http://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/10806en.pdf>

variável no modelo torna o teste das demais hipóteses bastante rigoroso, já que, uma perda de renda deve explicar uma boa porção da mudança na situação econômica de uma família. As famílias que perderam renda devem, em média, expressar que a situação econômica delas piorou.

Não obstante, há outros fatores econômicos que também devem contribuir para a percepção econômica de um entrevistado. Por exemplo, independente do nível de renda no lar, a perda de emprego por parte de alguém na família pode afetar negativamente a percepção da situação econômica da residência. Incluímos uma medida para testar essa possibilidade. Outro exemplo é o nível de estudo alcançado pelo entrevistado. Esse nível pode afetar tanto a percepção da situação econômica de um indivíduo quanto a possibilidade de ter uma crise financeira na família. A expectativa é que pessoas com mais estudo sintam-se mais estáveis em sua situação econômica.

Adicionalmente, as políticas sociais do governo Lula têm recebido um status de elevada importância na melhoria das condições econômicas dos brasileiros. O principal programa nesse sentido é o *Bolsa Família*. Procuramos testar o efeito desse programa nas percepções econômicas ao incorporar uma medida de participação no programa no modelo.<sup>22</sup> A ideia crítica apresentada aqui é de que o efeito do programa nas percepções econômicas é condicional. Se pensarmos bem, ser beneficiário do programa é reservado para pessoas em níveis baixos de renda. Assim, é possível que esses entrevistados, por estarem nas camadas mais baixas de renda, possam ainda se sentir em má situação econômica a despeito de serem beneficiários do programa. Nosso argumento é o de que o efeito de participação do programa *Bolsa Família* nas visões sobre situação econômica pessoal dependerá das atitudes políticas do indivíduo.<sup>23</sup> Como o programa é um aspecto muito visível da

---

<sup>22</sup> Baseado na questão: **CCT1BRA**. Nos últimos três anos, o sr./sra. ou alguém que vive em sua casa foi beneficiário do programa Bolsa Família?

<sup>23</sup> Esta observação é crítica porque quando testamos a possibilidade do programa ter um efeito direto, participação em *Bolsa Família* não tem qualquer efeito estatisticamente significativo na percepção econômica do indivíduo.

política social da administração petista, ser favorável a Lula deverá contribuir para amplificar o impacto do Bolsa Família. Portanto, a interação entre apoio para Lula na eleição de 2006 e participação no programa explica melhor os efeitos deste na percepção econômica do entrevistado.

Como mencionado anteriormente, a região de residência é importante para determinar as oportunidades econômicas do entrevistado. Incluímos variáveis de efeito fixo para cada região (variáveis que recebem o valor de '1' para todos os residentes de certa região e '0' para todas as outras), tendo a região Nordeste como referência. Residentes das regiões mais pobres devem perceber positivas mudanças econômicas em maior proporção, em média, que residentes das outras regiões, pois essas mudanças serão relativamente mais importantes para os primeiros do que para entrevistados mais abastados. Já que o índice de riqueza incorpora diferenças entre regiões urbanas e rurais, não faz sentido incluir este fator no modelo. Finalmente, o modelo também inclui controles para gênero e idade.

A Figura 4.5 apresenta os resultados de uma regressão logística ordinal do modelo de forma gráfica.<sup>24</sup> Conforme explicamos antes, os pontos na figura representam as estimativas dos coeficientes padronizados, e as barras mostram o intervalo de confiança de 95% para esses coeficientes. Se uma barra cruza a linha vertical em 0.0, não há efeito estatisticamente significativo para o coeficiente correspondente. Quando o ponto e a barra ficam à esquerda da linha, há uma relação negativa estatisticamente significativa entre a variável e percepções econômicas. Quando o ponto e a barra se encontram à direita da linha, a relação é significativa e positiva.

[Figura 4.5: Determinantes da Avaliação da Situação Econômica Individual – Retrospectiva no Brasil, 2010.]

---

<sup>24</sup> Usamos regressão logística ordinal porque a variável dependente, “percepção econômica retrospectiva,” é uma escala de três pontos ordenados. A distribuição dos entrevistados nos valores possíveis da variável viola a hipótese de distribuição normal que é necessária para avaliar o modelo usando regressão de quadrados mínimos ordinários.

Os resultados mostram que, como esperado, a perda de renda no lar é um fator importante em determinar a percepção do entrevistado sobre sua situação econômica. Aqueles que perderam renda, nos últimos dois anos, sentem que a situação econômica piorou. Esse resultado não é surpreendente. Além dele, também notamos que os mais velhos e os sulistas sentiram piora na sua situação econômica em 2010, comparada com o ano anterior. Também é notável que não há diferenças estatisticamente significativas entre os quintis de riqueza, o que significa que as percepções positivas sobre a situação econômica são distribuídas igualmente pela sociedade e não são concentradas numa ou outra classe.

O destaque desse modelo é o resultado relativo ao programa *Bolsa Família*. Embora o programa seja visto como causa da melhoria na desigualdade brasileira, originalmente não conseguimos achar evidência de que os brasileiros o percebam dessa forma. Somente conseguimos dar sentido a esse resultado depois de incluir a interação com apoio ao presidente Lula na eleição de 2006, como visto na Figura 4.5. Para esclarecer o significado dos coeficientes apresentados na figura, apresentamos uma tabela, 4.6, com as percepções médias da situação econômica calculada com base nas probabilidades preditas do modelo.

Tabela 4.6. Percepção Média da Situação Econômica Individual – Retrospectiva no Brasil, 2010

Mulher do NE	Participante em Bolsa Família	Não participante em Bolsa Família
Votou em Lula	26.15	27.05
Não votou em Lula	-21.84	14.21

Os números na tabela são calculados com base nas probabilidades preditas de uma mulher hipotética do segundo quintil de riqueza e da região nordeste. Mudando as características representativas de cada uma das células da tabela e mantendo todas as outras variáveis nos seus valores médios, calculamos as probabilidades preditas de observar cada opção de resposta quatro vezes. Com as probabilidades de observar cada opção de resposta calculada, multiplicamos essas probabilidades pelo

valor da sua respectiva resposta para chegar à resposta média apresentada na tabela.

Substantivamente, esses números indicam que entre pessoas que relataram ter votado em Lula em 2006, a participação no *Bolsa Família* não tem efeito significativo nas percepções econômicas. Tanto participantes quanto não-participantes têm, em média, uma perspectiva positiva da sua situação pessoal. Apenas entre aquelas pessoas que confessam não ter apoiado Lula em 2006, aparece um efeito de participar do *Bolsa Família* e, neste caso, o efeito é negativo: os participantes têm uma perspectiva muito mais *negativa* da sua situação econômica do que os não-participantes. Ou seja, opositores ao governo petista que são beneficiários do programa Bolsa Família têm uma visão muito ruim sobre sua situação econômica pessoal. Tudo isso indica que a ligação entre questões políticas e questões sociais é significativa e merece maior atenção. Na verdade, como argumentou Ruschmeyer (2005), a leitura de questões sociais é sempre feita a partir de pontos de vista políticos.

A próxima seção irá examinar como desigualdades sociais afetam a experiência individual. Se cidadãos são ou percebem que foram discriminados, devido às desigualdades de raça, gênero ou classe, é possível que isso leve à queda nos apoios à democracia como praticada no Brasil.

#### **4.3. Discriminação no Brasil**

A evidência apresentada até agora tem confirmado um aspecto-chave, e óbvio, da sociedade brasileira: há muita desigualdade econômica. O próximo passo dessa análise é determinar até que ponto indivíduos passam por tratamento preconceituoso ou, pelo menos, até que ponto *percebem* que foram tratados dessa forma por causa de sua raça, sexo, ou classe social. Posteriormente serão examinados os determinantes de tais percepções. Ou seja, analisaremos quais os

possíveis impactos ou causas da desigualdade econômica, a partir do ponto de vista do cidadão.

Em última instância, a presença de desigualdade econômica numa sociedade é, de certa forma, inevitável. Mesmo que uma sociedade crie políticas para equilibrar a distribuição de renda, diferenças em esforço, capacidade, ou preferência pessoal perpetuarão desigualdades nos resultados. Contudo, a manifestação mais perversa da desigualdade é a discriminação ativa. Se uma sociedade permite tratamento preconceituoso e assim exclui sistematicamente certos indivíduos, isso passa a ser um problema sério, de perpetuação e aprofundamento de desigualdades que poderiam ser problemáticas. Além disso, se desigualdade causa os cidadãos afetados a perceber que são mais excluídos, os sentimentos de isolamento causados talvez os levem a perceber menos legitimidade nas condições sociais e no sistema democrático (Mitchell 2010).

#### *4.3.1. Vítimas de Discriminação*

O Barômetro das Américas realizou perguntas sobre discriminação de raça, sexo, e classe social no Brasil. As perguntas foram:<sup>25</sup>

Pensando nos últimos cinco anos, alguma vez se sentiu discriminado ou tratado mal ou de maneira injusta.

---

<sup>25</sup> As perguntas estão listadas como aparecem no questionário. Neste caso, os códigos numéricos das perguntas não correspondem à ordem atual. Os entrevistadores foram instruídos a repetir as alternativas de resposta após cada pergunta. Essas perguntas foram feitas somente no Brasil, Bolívia, Peru, México, Guatemala, Equador, República Dominicana e Colômbia. Portanto, quaisquer comparações ou generalizações sobre os resultados estão limitados a esses países. Uma pergunta a mais foi feita (sobre discriminação linguística) em quatro países: México, Guatemala, Bolívia e Peru.

**DIS11.** Por sua cor da pele? O sr./sra. diria que isso aconteceu muitas vezes, algumas vezes, poucas vezes, ou nunca?

**DIS13.** Por sua condição econômica?

**DIS12.** Por seu gênero ou sexo?

Essas perguntas nos permitem analisar tanto a presença quanto a *frequência* de experiências de discriminação. Primeiramente, o Brasil será analisado numa perspectiva comparada em relação à presença e frequência de discriminação, e posteriormente serão analisados quais os determinantes da discriminação entre os cidadãos brasileiros.

A Figura 4.7 apresenta os resultados de análises entre países das proporções (ponderadas) de entrevistados que afirmam ter sido vítimas de cada um dos tipos de discriminação (raça, sexo, ou classe social) e a proporção daqueles que foram vítimas de pelo menos um tipo de discriminação. A figura também mostra a proporção de *mulheres* que foram vítimas de discriminação de gênero em vez de toda a população da amostra. A proporção de brasileiros que dizem ter sido vítimas de cada forma de discriminação é: 12% foram vítimas de discriminação racial; 14% (das mulheres) foram vítimas de discriminação de gênero; 26% foram vítimas de discriminação econômica. Em geral, 32% dos brasileiros dizem que foram vítimas de pelo menos um tipo de discriminação.<sup>26</sup>

Em conjunto, esses resultados sugerem que o Brasil tem um menor índice de discriminação que em quase todos os outros países onde foram feitas as perguntas. Entre os oito países incluídos na análise, o Brasil se encontra na sétima colocação em termos de vitimização de qualquer tipo de discriminação. É colocado em sexto lugar em relação à discriminação racial, e em sétimo em relação à discriminação econômica. Todavia, o Brasil se encontra em terceiro lugar em termos de discriminação de gênero entre mulheres. Além disso, é interessante notar que,

---

<sup>26</sup> Essa figura inclui homens que afirmaram serem vítimas de discriminação de gênero.

entre todos os oito países, os cidadãos afirmam ter sido vítimas de discriminação *econômica* muito mais do que discriminação de raça ou gênero.

Embora pareça que o Brasil saiu-se comparativamente bem nessa análise da *presença* de discriminação social, a Figura 4.7 não relata toda a história. Se conclusões sobre discriminação no Brasil fossem baseadas apenas nesta figura, talvez, as conclusões iriam dissipar algumas das angústias que tantas vezes envolvem a discussão de questões raciais no Brasil. Poderia, de fato, dar credibilidade àqueles que argumentam que a “democracia racial” do Brasil esteja intacta e que desigualdade social ou apenas discriminação econômica são os verdadeiros problemas no Brasil. Porém, essa figura não incorpora a frequência com que os atos de discriminação ocorrem. Os dados do Barômetro das Américas permitem a realização de mais análises que podem sondar a natureza verdadeira de discriminação em cada um desses países.

[Figura 4.7: Vitimização por Discriminação em Perspectiva Comparada, 2010.]

A Figura 4.8 apresenta um gráfico, analisando a frequência com que aqueles que são vítimas de discriminação afirmam ter sido vitimizados.<sup>27</sup> Devido a estes resultados serem baseados apenas na análise daqueles que relatam a discriminação, o valor mínimo possível é ‘1,’ o que significa, neste caso, que discriminação ocorreu “poucas vezes” nos últimos cinco anos. Um valor de ‘2’ significa que, em média, discriminação ocorreu “algumas vezes.” Um valor de ‘3’ significaria que, em média, discriminação ocorreu “muitas vezes.”

Os resultados indicam que discriminação econômica ocorre com mais frequência do que os outros tipos de discriminação. Não obstante, existem outros padrões interessantes que surgem na análise. Primeiro, aqueles no Brasil que experimentam discriminação racial a experimentam mais que cidadãos de qualquer outro país,

---

<sup>27</sup> Para esclarecimento: a análise para discriminação de sexo foi realizada apenas utilizando respostas de mulheres como representado na Figura 4.7.

exceto a República Dominicana. A diferença entre a frequência média no Brasil e a de todos os outros países (exceto a República Dominicana) é estatisticamente significativa. Por exemplo, a diferença entre Brasil e Guatemala – o país com a média mais próxima do Brasil – é 0.173 ( $t= 2.58$ ;  $p= .010$ ). Independente desse resultado, o Brasil se encontra em quarto lugar em termos da frequência de discriminação de gênero e em sétimo lugar em termos da frequência de discriminação econômica. Esses resultados sugerem que, entre as vítimas de discriminação, pode haver variação na frequência com que estes eventos ocorrem. Por esse motivo, não é suficiente estudar a presença de discriminação sem considerar a frequência dos atos preconceituosos na sociedade.

[Figura 4.8. Percepção da Frequência de Discriminação em Perspectiva Comparada, 2010.]

#### 4.3.1. Testemunhas da Discriminação

O Barômetro das Américas também incluiu perguntas sobre a possibilidade de ter *testemunhado* discriminação. Relatos de discriminação contra outros servem como outro indicador do índice de discriminação entre os países. Quando o entrevistador pergunta se um entrevistado já foi vítima de discriminação, é possível que o entrevistado esteja relutante em se rotular como vítima. Os entrevistados talvez sejam mais francos, quando perguntados se já testemunharam discriminação contra outros. As perguntas na pesquisa são:<sup>28</sup>

Agora pensando no que pode acontecer com outras pessoas, o sr./sra. testemunhou ou presenciou situações nas quais uma outra pessoa foi discriminada, tratada mal ou injustamente: **RAC1A**. Por sua cor de pele? O sr./sra. diria que isso aconteceu muitas vezes, algumas vezes, poucas vezes ou nunca?

**RAC1D**. Por sua condição econômica?

**RAC1E**. Por seu gênero ou sexo?

---

<sup>28</sup> Estas perguntas seguiram imediatamente após das apresentadas logo antes.

Como as perguntas anteriores, estas proporcionam a oportunidade de estudar tanto a ocorrência quanto a frequência da discriminação testemunhada em cada país.

Na Figura 4.9 é apresentada a proporção de entrevistados em cada país que afirmam ter testemunhado discriminação de raça, sexo ou classe, ou que testemunharam pelo menos um tipo de discriminação contra outra pessoa.<sup>29</sup> Ao comparar as Figuras 4.9 e 4.7, é notável que as proporções de entrevistados os quais afirmam ter testemunhado discriminação são muito mais altas do que as proporções de auto-relatos de vitimização. Como na Figura 4.7, a proporção de brasileiros que testemunharam discriminação é baixa comparada com os outros sete países incluídos na análise. Contudo, 48% dos brasileiros afirmam ter testemunhado discriminação racial, 37% (de todos os brasileiros) afirmam ter testemunhado discriminação de gênero, e 48% afirmam ter testemunhado discriminação de classe. Embora o Brasil tenha a proporção mais baixa de entrevistados que testemunharam qualquer tipo de discriminação entre esses oito países, 59% dos entrevistados brasileiros – bem mais que a metade dos entrevistados – afirmam ter testemunhado tratamento preconceituoso de outra pessoa.

[Figura 4.9: Testemunhas de Discriminação em Perspectiva Comparada, 2010.]

A outra parte desta história aparece na Figura 4.10. Assim como na Figura 4.8, este gráfico retrata a frequência média do entrevistado ter testemunhado cada tipo de discriminação. Note as diferenças entre Figura 4.10 e Figura 4.8. Na Figura 4.10, entrevistados relatam que os três tipos de discriminação ocorreram com quase a mesma frequência. Já a Figura 4.8 indica que as vítimas afirmaram que a discriminação econômica ocorria com muito mais frequência. Entre os brasileiros, mesmo que os entrevistados tenham relatado ter testemunhado menos discriminação, esta ocorre com frequência, quando a testemunham. Não obstante,

---

<sup>29</sup> Na Figura 4.9, homens não foram excluídos da análise de testemunhar discriminação de gênero como na Figura 4.7.

quando comparamos os países, as diferenças estatísticas de frequência são raramente significativas.<sup>30</sup>

[Figura 4.10: Percepção da Frequência de Discriminação Testemunhada em Perspectiva Comparada, 2010.]

#### 4.3.2. *Discussão*

Antes de passar para a análise multivariada dos determinantes de discriminação no Brasil, é importante avaliar melhor os resultados descritivos apresentados até aqui. Há uma série de nuances na explicação de discriminação no Brasil. Em termos comparativos, o Brasil não parece sofrer com uma proporção de comportamentos discriminatórios tão alta quanto outros países da América Latina. Por outro lado, em termos absolutos, o impacto da discriminação que existe no Brasil é grande. Afinal, mesmo que apenas 12% dos brasileiros sejam vítimas de discriminação racial, esses 12% ainda representam quase 23 milhões de pessoas.<sup>31</sup> Não obstante, o importante é que a prevalência de comportamento discriminatório e excludente não é tão alta no Brasil como em outros países e, portanto, talvez não seja uma influência tão desestabilizadora como poderia ser na Bolívia, por exemplo. De fato, no último capítulo deste livro, veremos que a vitimização por discriminação tem efeito bastante forte em apoio ao regime na Bolívia e apenas ocasionalmente afeta visões sobre democracia no Brasil.

O mais preocupante é que entre aqueles que são vítimas de discriminação, os relatos dos incidentes ocorrem com uma alta frequência. Isso pode levar o núcleo de indivíduos que sofrem discriminação no Brasil a se sentirem excluídos da sociedade, aumentando a marginalização desses indivíduos ou estimulando comportamentos antissistema. Esse processo pode prejudicar a estabilidade e qualidade da democracia brasileira. Se o processo ocorre ou não entre as vítimas de

---

<sup>30</sup> Uma exceção notável é a República Dominicana onde entrevistados afirmam ter testemunhado discriminação com mais frequência do que no Brasil. A diferença é estatisticamente significativa.

<sup>31</sup> Ver a página do Censo 2010 do IBGE para estimativas atuais da população no Brasil: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>.

discriminação, é uma questão empírica que será abordada nos capítulos finais. No presente momento, é imperativo determinar exatamente quem são esses indivíduos e quais características individuais determinam a probabilidade de serem vitimizados por discriminação.

#### *4.3.4. O que determina vitimização por discriminação no Brasil?*

Nesta seção, desenvolvemos um modelo para explicar vitimização por discriminação para cada um dos três tipos de discriminação. Isso nos ajudará a determinar quais características individuais mais aumentam a probabilidade de discriminação. Por exemplo, é possível descobrir se raça ou classe determinam melhor discriminação econômica. É necessário identificar os determinantes da experiência *individual* com discriminação, por essa razão, a medida de auto-relato como variável dependente foi utilizada. Se o modelo esclarece quem enfrenta maior risco de vitimização, então potencialmente contribuirá para o debate sobre soluções políticas para tal problema. Podendo ainda indicar quais cidadãos possivelmente liderariam a luta contra discriminação na sociedade.

Discriminação baseia-se fortemente em estereótipos com base em características atributivas de grupos sociais (Brewer 1999; Lippmann 1922). A expectativa é que as principais características individuais que determinam vitimização serão aquelas que identificam indivíduos como parte de um grupo social ou outro (i.e. indicadores de raça, gênero, ou classe). Portanto, o modelo focaliza principalmente em como raça (cor de pele), gênero, e riqueza determinam vitimização.<sup>32</sup> Em sociedades como

---

<sup>32</sup> A medida de raça/cor utilizada aqui é uma das inovações do Barômetro das Américas 2010 e requer uma discussão mais pormenorizada. Na pesquisa de 2010, os entrevistadores mediram a cor do rosto da pessoa entrevistada utilizando uma paleta de cores desenvolvida por Edward Telles do Projeto Etnicidade e Raça na América Latina (PERLA por suas siglas em inglês) da Universidade de Princeton. O uso da escala é baseado em pesquisas previamente realizadas no Brasil e nos Estados Unidos. A escala tem 11 pontos, de 1 a 11, onde 1 representa a cor de pele mais clara e 11 representa a mais escura. A escala foi construída com a ajuda de René Flores da Universidade de Princeton e o uso de computadores e uma tecnologia que baseia as cores imprimidas nas paletas com as cores de pele em pessoas. A paleta é usada discretamente pelos entrevistadores para classificar cada entrevistado de forma que os entrevistados nunca percebam as opções de cor na paleta. O propósito do uso da paleta é providenciar uma medida alternativa e mais objetiva das diferenças raciais do que consegue na típica autorresposta dada pelos

a do Brasil, é bastante provável a existência de um efeito social associado com a raça do indivíduo, o que leva pessoas a dizer que têm pele mais clara ou que pertencem a um grupo étnico mais favorecido, mesmo que sua cor de pele seja mais escura ou que não pertençam a tal grupo étnico (Bailey 2009; Sansone 2003; Schwartzman 2007). Para evitar esse efeito psicológico, usamos uma medida de “raça” na qual o entrevistador relata objetivamente a cor do rosto da pessoa entrevistada. Além disso, o modelo controla pela idade do entrevistado, seu nível educacional, confiança na polícia militar, confiança interpessoal, residência urbana ou rural e região do país de residência.

O modelo inclui variáveis para lugar de residência, isso devido a potencial variação em vitimização baseada na região e na divisa urbana/rural. Se residentes rurais estiverem sujeitos a estruturas sociais mais autoritárias (Grzybowski 1990; Hagopian 1996), então se deve observar mais discriminação em áreas rurais porque autoritarismo geralmente promove e facilita atitudes mais preconceituosas (Feldman 2003; Stenner 2005). No caso do Brasil, a expectativa é encontrar diferenças em atitudes raciais entre as regiões, dada a distribuição geográfica desigual de afro-brasileiros no país. O mesmo poderá ocorrer acerca de atitudes frente à discriminação econômica, mas é improvável que discriminação de gênero exiba variação geográfica. Não obstante, o modelo de cada tipo de discriminação incluirá lugar de residência para verificar essas expectativas.

Idade, nível educacional, confiança na polícia e nível de confiança interpessoal aparecem no modelo para controlar mecanismos que potencialmente poderiam confundir os efeitos observados entre as principais variáveis independentes e vitimização por discriminação. Essas características individuais poderiam alterar a interpretação e percepções individuais de experiências potencialmente discriminatórias. Os entrevistados mais velhos, aqueles com um nível de estudo mais elevado, aqueles que confiam mais na polícia ou aqueles que têm mais

---

entrevistados. A escala também providencia uma medida mais graduada e sutil da cor de pele que as medidas categóricas geralmente usadas no censo oficial do Brasil ou em outras enquetes, o que então oferece a possibilidade de aumentar a precisão da análise.

confiança interpessoal talvez sejam menos propensos a relatar comportamento discriminatório do que outros, não porque tal comportamento não foi discriminatório, mas porque eles percebem o ato de forma diferente. Os debates sobre discriminação tornaram-se mais prevalentes no Brasil nas últimas décadas e são mais comuns entre os brasileiros de maior nível educacional. Portanto, espera-se que os brasileiros mais velhos tenham uma menor probabilidade de reconhecer ou denunciar a discriminação, enquanto que aqueles com níveis mais elevados de ensino sejam mais propensos a fazê-lo. Além disso, os entrevistados que confiam em seus concidadãos podem estar menos dispostos a acreditar que eles sejam capazes de discriminação. Deixando de controlar por esses fatores, poderia resultar em conclusões incorretas a respeito dos efeitos de interesse.

As Figuras 4.11, 4.12A, 4.12B, 4.12C e 4.13 apresentam os resultados de regressão logística para cada um dos três tipos de discriminação. Uma figura por vez será analisada, mas em geral pode-se dizer que, como esperado, cada uma das três principais variáveis independentes (cor de pele, gênero, e riqueza) está significativamente correlacionada com a probabilidade de ser vítima de sua respectiva forma de discriminação. Além disso, esses efeitos estão na direção esperada em todos os casos. Para estabelecer o significado dos efeitos mais substantiva e concretamente, também são apresentadas as probabilidades (expressas como porcentagens) de indivíduos típicos como vítimas de discriminação na Tabela 4.14.<sup>33</sup>

[Figura 4.11: Determinantes de Discriminação Racial no Brasil, 2010.]

[Figura 4.12A: Determinantes de Discriminação de Gênero no Brasil, 2010.]

[Figura 4.12B: Determinantes de Discriminação de Gênero (Com Interação)]

[Figura 4.12C: Determinantes de Discriminação de Gênero (Somente Mulheres) no Brasil, 2010.]

[Figura 4.13: Determinantes de Discriminação de Classe no Brasil, 2010.]

---

<sup>33</sup> A Tabela focaliza apenas em residentes de áreas urbanas do Nordeste. Os resultados para residentes das outras regiões aparecem no Apêndice em tabelas A.4.1A, A.4. 1B, A.4.1C, A.4.1D.

Tabela 4.14: Probabilidade de Ser Vítima de Discriminação no Brasil (em porcentagem), 2010

Urbano NE		1º (mais baixo) Quintil de Riqueza		5º (mais alto) Quintil de Riqueza	
Modelo	Cor de pele	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Raça	Mais clara	2.09	2.86	1.69	2.32
	Mais escura	48.63	56.63	43.28	51.27
Gênero	Mais clara	2.43	7.13	2.80	8.13
	Mais escura	9.38	24.16	10.66	26.86
Gênero/Raça (interativo)	Mais clara	4.22	5.97	4.72	6.66
	Mais escura	3.96	30.96	4.43	33.50
Gênero (só mulheres)	Mais clara	--	4.88	--	6.83
	Mais escura	--	27.81	--	35.51
Classe	Mais clara	21.48	22.51	15.30	16.09
	Mais escura	36.02	37.40	27.10	28.29

Na Figura 4.11, a cor de pele do entrevistado é a variável que mais está relacionada ao relato de ser vítima de discriminação racial. Aqueles com pele mais escura estão muito mais propensos a relatar serem vítimas de preconceito racial do que aqueles com pele mais clara. Por exemplo, se consideramos um homem, residente numa área urbana do Nordeste, que está no primeiro quintil de riqueza e mantivermos suas outras características no valor médio, a probabilidade deste homem ser vítima de discriminação racial aumenta de 2.09% para 48.63%, se sua cor muda entre a mais clara e a mais escura (ver Tabela 4.14). Note que gênero também tem um efeito estatisticamente significativo no modelo. Se considerarmos o mesmo cenário que acabamos de tratar com uma mulher em vez de um homem, a probabilidade desta mulher ser vítima de discriminação racial aumenta de 2.86% para 56.63% (ver Tabela 4.14). Também há outros resultados de interesse. Entrevistados mais velhos têm menos probabilidade de serem vítimas de discriminação do que entrevistados mais jovens. Os residentes da região Centro-Oeste têm mais probabilidade de serem discriminados racialmente do que residentes do Nordeste e Sudeste.<sup>34</sup> Além disso, aqueles que confiam mais na polícia têm menos probabilidade de relatar serem vítimas de discriminação racial. Não obstante, nenhum outro efeito pode se comparar ao da cor de pele. Nos dois exemplos citados

<sup>34</sup> O coeficiente (não-padronizado) para comparar o Centro-Oeste e Sudeste é 0.831 ( $t = 2.39$ ;  $p = .021$ ).

aqui, se o indivíduo mudou entre o menor e o maior nível de confiança na polícia, essa mudança somente diminuiria a probabilidade de relatar ser vítima de discriminação por 5.43 % no caso do homem e 7.05 % no caso da mulher. Apesar de ser uma mudança significativa, o efeito é relativamente fraco comparado à grande mudança causada pela cor de pele.

Na Figura 4.12A o sexo do entrevistado é a variável-chave que prediz a discriminação de gênero. As mulheres entrevistadas têm uma maior probabilidade de relatar tal discriminação que os homens. Mesmo assim, note que cor de pele também tem um papel importante sugerindo que o relacionamento verdadeiro de raça e gênero é interativo como confirmado na Figura 4.12B. A Figura 4.12C confirma que esse mesmo relacionamento aparece quando limitamos a análise somente para mulheres. A Tabela 4.14 apresenta as probabilidades de relato de discriminação de gênero para oito indivíduos hipotéticos residentes numa área urbana do Nordeste baseadas nos resultados dos três modelos. O que fica claro, entre os três modelos, é que as mulheres de cor mais escura têm a maior probabilidade de vitimização. Para enfatizar os resultados do modelo interativo, os homens têm uma probabilidade de serem vítimas de discriminação de mais ou menos 4 % em todos os casos. Mulheres de pele clara também têm baixa probabilidade de serem vitimizadas. Porém, mulheres com pele escura têm, relativamente, alta probabilidade de serem vitimizadas. Mantendo todas as outras variáveis em seu valor médio, a probabilidade para uma mulher de pele escura que está no primeiro quintil de riqueza ser vitimizada é de 30.96 %, enquanto a mulher do quinto quintil tem probabilidade de vitimização de 33.50 %. Claramente, o peso da discriminação de gênero recai sobre este grupo em particular.

A Figura 4.13 apresenta os resultados para o modelo de discriminação de classe. Como esperado, o nível de riqueza do lar do entrevistado é um preditor de relatos de discriminação de classe. Entrevistados, nos quintis de riqueza mais altos, têm menos probabilidade de relatar tratamento preconceituoso. Em nossos casos hipotéticos, continuamos a analisar os residentes da área urbana do Nordeste (ver

Tabela 4.14). O homem de pele clara do primeiro quintil de riqueza tem uma probabilidade de ser vítima de discriminação econômica de 21.48 enquanto o homem de pele escura tem uma probabilidade de 36.02%. Mudando para o quinto quintil, a probabilidade é 15.30% para o homem de pele clara e para o homem de pele escura é 27.10%. As mulheres têm mudanças semelhantes. Não obstante, a medida de riqueza não é a variável com maior efeito nos relatos de discriminação econômica. De fato, a variável de maior importância é ser residente na região Centro-Oeste. Se considerarmos um homem hipotético do primeiro quintil de riqueza e mudarmos sua residência de uma área urbana do Nordeste para uma área urbana do Centro-Oeste, a probabilidade de ser vítima de discriminação econômica muda 18.99%(ou 16.24% para um homem do quinto quintil) para aquele indivíduo, mantendo todas as suas outras características (incluindo cor de pele) no valor médio para a população da amostra.<sup>35</sup> Além disso e como nos outros modelos de discriminação, a raça do entrevistado também tem um efeito significativo na incidência de discriminação de classe. Percebemos esse efeito, claramente, ao prestar atenção à diferença de probabilidade de relato de vitimização de discriminação entre os homens e as mulheres de pele mais clara e os de pele mais escura. Por exemplo, uma mulher do primeiro quintil de riqueza com pele mais clara tem uma probabilidade de vitimização de 22.51%. A mulher de pele mais escura tem probabilidade de vitimização de 37.40%. As diferenças para homens são semelhantes. Confiança na polícia é outra variável com efeito significativo, juntamente com a idade do entrevistado. Os que confiam mais na polícia e os mais velhos têm menos probabilidade de relatar serem vítimas de discriminação econômica. Nenhuma outra variável no modelo tem um relacionamento significativo com discriminação de classe.

#### 4.3.5. Discussão

---

<sup>35</sup> Ver o Apêndice (Tabela A.4.2) para resultados mais completos. O Centro-Oeste também é estatística e significativamente diferente das regiões Sul (coef. não-padronizada = 0.871;  $t = 2.62$ ;  $p = .012$ ) e Sudeste (coef. não-padronizada = 0.717;  $t = 2.53$ ;  $p = 0.15$ ).

De todos os resultados nesses modelos, talvez a mais notável seja a sempre presente influência da cor de pele. Em cada modelo, cor de pele tem um efeito significativo na variável dependente e parece determinar os resultados, explicando vitimização por discriminação. De fato, tanto o nível de riqueza quanto o nível educacional são preditores relativamente fracos de discriminação no Brasil, o que contraria o argumento que nega a presença de discriminação racial no país em favor de mera discriminação econômica. Caso a discriminação presente no Brasil fosse apenas discriminação de classe, o esperado seria observar um efeito mais consistente da riqueza e escolaridade nos relatos de vitimização individuais. Porém, este não é o caso. De fato, esses modelos fornecem alguma evidência da prevalência generalizada do preconceito racial no Brasil. Além disso, observamos que as mulheres brasileiras de pele mais escura podem enfrentar um fardo ainda mais pesado. Elas enfrentam discriminação com base em sua raça, são alvo predominante de discriminação de gênero e sua raça também as tornam prováveis alvos de discriminação econômica. Enquanto a discriminação racial e a discriminação de classe parecem ser mais frequentes na região Centro-Oeste, a discriminação contra as mulheres com pele mais escura não tem qualquer viés regional particular. Não importa onde essas mulheres residam, elas enfrentam o mesmo nível de discriminação.

Adicionalmente, é revelador que a idade tende a aliviar um pouco a tendência de sofrer (ou pelo menos perceber) discriminação, exceto entre as mulheres. Entrevistados mais velhos relatam, significativamente, menos discriminação de raça e classe, mas isso não é o caso para discriminação de gênero. Mulheres que sofrem discriminação de gênero serão, provavelmente, discriminadas por toda a vida. O fato de que confiança na polícia não é um preditor significativo de discriminação de gênero também está ligado a essa narrativa. Parece que, enquanto a discriminação racial e de classe podem, muitas vezes, envolver a interação dos cidadãos com uma instituição do estado, tendo um forte impacto sobre as minorias raciais, a discriminação de gênero – embora focalizada em mulheres de minorias raciais – é um fenômeno mais amplo que envolve atitudes sociais em relação às mulheres, e mulheres de pele escura em particular. Discriminação de gênero talvez esteja menos

propensa a ocorrer numa interação direta com a Polícia Militar, como pode acontecer com discriminação racial ou de classe. É mais provável que esteja sempre presente na sociedade.

#### **4.4. Brasileiros Expressam Preconceito Explícito?**

Agora que as vítimas de discriminação foram identificadas, será considerada a forma pela qual os brasileiros explicam a desigualdade no país. O Barômetro das Américas concedeu uma oportunidade aos entrevistados para especular sobre as causas da pobreza entre as minorias raciais, com respeito ao resto da população.<sup>36</sup>

A questão apareceu no Brasil como:

**RAC1C.** Segundo dados do censo, as pessoas negras são mais pobres, em geral, que o resto da população. Em sua opinião, qual é a principal razão disso?

- (1) Porque as pessoas negras não trabalham o suficiente.
- (2) Porque as pessoas negras são menos inteligentes.
- (3) Porque as pessoas negras são tratadas de maneira injusta.
- (4) Porque as pessoas negras têm baixo nível educacional.
- (5) Porque as pessoas negras não querem mudar sua cultura.

Algumas das alternativas claramente providenciam uma oportunidade de expressar, aberta e explicitamente, um ponto de vista preconceituoso em relação às pessoas negras. Outras respostas são menos preconceituosas ou potencialmente ambíguas.

Na Figura 4.15, examina-se a distribuição de respostas a esta pergunta no Brasil e nos outros sete países onde a pergunta foi feita. Algo que se percebe de imediato, nesta figura, e é  *muito* mais provável, que os brasileiros respondam que as pessoas negras são vítimas de injustiças (são discriminadas) que os entrevistados de

---

<sup>36</sup> Dependendo do grupo que representa a maior minoria em cada país essas pessoas foram identificadas como indígenas, negras ou escuras.

qualquer outro país. A porcentagem de entrevistados que escolhe essa categoria de resposta no Brasil (76.8%) é quase 20 pontos acima do país mais próximo: Colômbia (57.3%). Considerando que apenas 12% dos brasileiros indicam que foram *vítimas* de discriminação racial e 48% de brasileiros indicam que *testemunharam* discriminação racial, esse resultado é ainda mais impressionante. Em outras palavras, muitos brasileiros estão dispostos a reconhecer que discriminação racial ocorre no seu país, mesmo que não a tenham pessoalmente experimentado ou testemunhado. Ao mesmo tempo, os resultados apresentados aqui sugerem que sua percepção de que discriminação existe está correta.

Os altos níveis de concordância de que discriminação é a causa da desvantagem racial observada são compatíveis com as baixas porcentagens de entrevistados que escolhem qualquer outra categoria de resposta. A maioria dos demais brasileiros entrevistados indica que a desvantagem racial se deve a baixos níveis educacionais entre pessoas negras. Apenas 2.5% de brasileiros escolheram uma das duas opções mais claramente preconceituosas as quais afirmam que os negros são menos inteligentes ou não trabalham o suficiente. Nenhum país tem uma grande quantia de pessoas que escolheram essas opções, mas a porcentagem que as escolheram no Brasil é a metade daquela de qualquer outro país. Finalmente, aproximadamente um de cada 12 brasileiros concorda que as pessoas negras são pobres porque não querem mudar sua cultura. Portanto, essa última categoria constitui a opção de tom prejudicial que ganha maior apoio entre os brasileiros. Todavia, a porcentagem que escolhe essa resposta é mais baixa no Brasil do que em qualquer outro país; uma porcentagem de entrevistados quase três vezes maior escolheu essa opção na República Dominicana.

[Figura 4.15: Avaliações das Causas de Pobreza entre Pessoas Negras/Indígenas.]

Esses resultados sugerem que a presença de preconceito explícito e auto-declarado são baixas no Brasil. Não obstante, aproximadamente 11% dos brasileiros concordam com uma das três opções de resposta mais preconceituosas. Além disso, suspeita-se, fortemente, que preconceito racial não aparece tão facilmente no

contexto de uma pesquisa de opinião pública, devido ao viés de aceitabilidade social, o que quer dizer que o entrevistado resiste em expressar atitudes que seriam rejeitadas ou vistas de forma depreciativa pelos entrevistadores e a sociedade como um todo. Essa tendência talvez seja mais forte no Brasil do que em muitos outros países da América Latina, devido tanto à adesão histórica com as normas da democracia racial quanto ao surgimento recente do movimento negro. Nos Estados Unidos (reconhecidamente um contexto muito diferente), pesquisas utilizando métodos experimentais inovadores têm mostrado que métodos padronizados de pesquisas falham ao medir atitudes raciais sistemática e substantivamente (Kuklinski, Cobb, and Gilens 1997; Kuklinski *et al.* 1997). Além disso, várias pesquisas demonstram que preconceito *implícito* existe e, mesmo se existe sem consciência, ele pode influenciar atitudes e comportamentos (Fazio, Jackson, Dunton, and Williams 1995; Greenwald, McGhee, and Schwartz 1998; Payne, Cheng, Govorun, and Stewart 2005).

Apesar dessas preocupações, é importante estudar quais pessoas ainda citam explicações que parecem ser preconceituosas no contexto aberto de nossa pesquisa. Para analisar as probabilidades de respostas categóricas simultaneamente, foi desenvolvida uma regressão probit multinomial que modela as opções de resposta como função da cor de pele, nível de riqueza, nível educacional, gênero, idade e região de residência do entrevistado.<sup>37</sup> Também foi incluído um fator que mede a interação entre riqueza e nível de escolaridade.

A Tabela A.4.2 (no Apêndice) apresenta os resultados da regressão para os entrevistados brasileiros. Análises multinominais comparam as probabilidades de observar cada opção de resposta simultaneamente e, por isso, é mais complicado apresentar os resultados de forma gráfica, como feito para os outros modelos. Além disso, o fato de que a interação entre riqueza e nível educacional (que é

---

<sup>37</sup> Como há poucos casos em que o entrevistado cita as respostas preconceituosas, essas respostas foram reunidas em uma só categoria a qual foi chamada de explicações de “caráter” no lugar de explicações de injustiça ou de educação.

estatisticamente significativa) foi incluído, significa que se requer um certo cuidado ao interpretar o significado dos coeficientes para riqueza e escolaridade. Para facilitar a interpretação dos resultados, calcularam-se probabilidades preditas para saber com que probabilidade indivíduos hipotéticos iriam escolher cada uma das categorias de resposta, com o objetivo de explicar a pobreza de pessoas negras. Neste caso, é mais fácil ver os padrões observados ao usar um residente hipotético da região Sul.<sup>38</sup>

A Figura 4.16 apresenta as probabilidades calculadas para um homem na região Sul escolher cada opção de resposta baseado em seu nível de riqueza e escolaridade, caso sua cor de pele e idade fossem mantidas constantes.<sup>39</sup> O resultado mais importante da figura é que entre todos os grupos, a probabilidade de citar injustiças (discriminação) como causa da pobreza de pessoas negras é a mais alta. Porém, existem diferenças significativas entre os grupos em relação às probabilidades de relatar cada uma das opções de resposta. A figura mostra que pessoas com menos estudo e riqueza têm probabilidades mais altas de citar que o caráter das pessoas negras é a causa de sua própria pobreza. Outro fato interessante na figura é que as pessoas de elevada riqueza e estudo citam a falta de educação com mais probabilidade que os outros grupos. Numa análise adicional (não replicada aqui), os padrões aqui observados ainda aparecem entre as pessoas de pele mais clara e pele mais escura. A probabilidade de citar caráter como causa da pobreza diminui entre pessoas com pele escura, como seria esperado, mas ainda são as pessoas com baixa riqueza e baixo nível educacional que mais citam essa causa. Pessoas com mais riqueza e mais estudo também têm uma maior probabilidade de citar estudo como causa da pobreza de pessoas negras do que os outros grupos.

O que esses resultados indicam? Primeiro, os brasileiros geralmente evitam culpar as vítimas de pobreza por sua situação econômica. Preferem culpar a sociedade de

---

<sup>38</sup> Os padrões observados no Sul também aparecem nas outras regiões, a única diferença é que são um pouco mais pronunciadas no Sul.

<sup>39</sup> Os resultados da análise indicam que as mulheres são menos propensas a escolher as opções de educação e caráter que a opção de injustiça.

forma geral por tratar as pessoas negras de forma injusta. Porém, nas classes mais baixas e mais altas, algumas pessoas buscam outras causas para a situação atual dos pobres. Quando não escolhem a injustiça, indivíduos pobres optam por estereótipos de caráter. Os mais ricos optam por a falta de estudo. Esses resultados poderiam sugerir que pessoas com estudo e com mais riqueza podem ter aprendido que normas de tolerância requerem a não expressão de preconceito sobre o caráter de minorias raciais.<sup>40</sup> Ao mesmo tempo, a figura mostra que pessoas ricas e com mais estudo estão um pouco mais propensas a citar caráter como causa da pobreza do que as pessoas com riqueza e estudo médios. Uma explicação desse resultado requer uma análise mais extensiva do que é possível oferecer aqui, mas talvez seja que no Brasil, como nos Estados Unidos, o relacionamento entre estudo, tolerância e atitudes raciais seja mais complexo, pois o estudo ensina tolerância e também facilita o processo cognitivo que conecta estereótipos com atitudes raciais (Federico 2004).

[Figura 4.16: Atribuições da Pobreza das Pessoas Negras no Brasil, 2010.]

#### 4.4.1 O Preconceito Tem Efeitos Práticos?

Algo que podemos oferecer aqui, para começar a explicar a importância dos resultados apresentados na Figura 4.16, é analisar se essas atitudes raciais estão relacionadas com atitudes práticas sobre programas sociais que podem ajudar a resolver problemas de pobreza e desigualdade na sociedade brasileira. Por exemplo, o programa *Bolsa Família* procura eliminar a pobreza extrema na sociedade brasileira e ajudar a quebrar o ciclo de pobreza ao enfatizar e incentivar a importância de estudos entre as famílias mais pobres no país.<sup>41</sup> O questionário do Barômetro das Américas perguntou aos entrevistados sobre seu apoio ao programa: **CCT4BRA**. O sr./sra. pensa que o governo deve ampliar a quantidade de famílias

---

<sup>40</sup> É interessante, todavia, destacar que esses achados confirmam os resultados semelhantes de pesquisas realizadas por Alberto Almeida (2009), embora nossa interpretação seja um pouco distinta da oferecida por ele.

<sup>41</sup> Para mais detalhes sobre o programa ver: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>

que recebem o Bolsa Família, manter como está, diminuir ou acabar com o Programa Bolsa Família?

Também perguntamos se era justo para o governo implementar uma sistema de cotas raciais nas universidades: **RAC2**. Mudando de assunto, mas ainda usando o mesmo cartão, por favor, diga até que ponto o(a)sr./sra. concorda ou discorda da seguinte frase: É justo que as universidades públicas reservem vagas para pessoas afrodescendentes (pessoas negras ou mulatas). (Escala 1-7)

Essas perguntas nos permitem analisar se atitudes raciais levam as pessoas a apoiar ou a se oporem ao programa *Bolsa Família* e às cotas raciais. A expectativa é que pessoas as quais indicam que o caráter de pessoas negras causa sua própria pobreza irão se opor aos programas, pois os verão como inúteis. Se pessoas que citam falta de estudo como causa da pobreza, exibem as mesmas atitudes sobre o programa Bolsa Família ou sobre cotas raciais que pessoas que citam caráter, então isso indicaria que essas pessoas são semelhantemente preconceituosas e só respondem diferentemente das outras porque estão mais atentas à desejabilidade social. Se são diferentes, então é evidência da conclusão oposta.

A Figura 4.17 apresenta os valores médios de apoio aos programas para os indivíduos que escolheram citar cada tipo de explicação da pobreza de pessoas negras. O fato interessante é que apoio para *Bolsa Família* é mais alto entre todos os grupos. Adicionalmente, os padrões de apoio não são consistentes. Pessoas que indicam que o caráter de pessoas negras causa sua própria pobreza demonstram níveis baixos de apoio aos dois programas. Porém, pessoas que citam falta de estudo como causa da pobreza apoiam menos as cotas raciais, enquanto apresentam apoio mais alto ao *Bolsa Família*.

[Figura 4.17: Apoio à Políticas Públicas Baseado nas Perspectivas sobre a Pobreza Negra no Brasil, 2010.]

A Figura 4.18 apresenta os resultados de uma regressão logística ordinal na qual atitudes para o programa Bolsa Família é a variável dependente.<sup>42</sup> Logo depois, a Figura 4.19 apresenta os resultados do mesmo modelo em que atitudes para as cotas raciais é a variável dependente. Os resultados da Figura 4.18 mostram que ao controlar pela idade, gênero, cor de pele, nível educacional e nível de riqueza as atitudes raciais dos indivíduos estão relacionadas significativamente com as atitudes sobre o Bolsa Família. Aqueles que citam falta de estudo ou injustiça como causas da pobreza entre pessoas negras têm muito mais probabilidade de apoiar o Bolsa Família do que pessoas que citam o caráter dos negros como o fator mais importante. Ao mesmo tempo, pessoas com mais estudo ou mais riqueza têm muito menos probabilidade de apoiar o programa. Os mais velhos também demonstram menos apoio ao programa.

[Figura 4.18: Determinantes do Apoio ao Bolsa Família no Brasil, 2010.]

[Figura 4.19: Determinantes do Apoio às Ações Afirmativas no Brasil, 2010.]

Os resultados da Figura 4.19 mostram que os padrões observados na Figura 4.17 ainda aparecem, mesmo depois de controlar pelas outras variáveis no modelo. Para resumir, pessoas que citam a injustiça como causa principal da pobreza de pessoas negras exibem muito mais apoio às ações afirmativas do que pessoas dos outros dois grupos. Neste caso, pessoas que citam falta de estudo são iguais às pessoas que citam caráter. Além disso, raça entra na equação significativamente. Pessoas com pele mais escura apoiam mais programas de cotas. Por outro lado, as pessoas com mais estudo e mais riqueza e os mais velhos são muito menos dispostos a apoiar intervenções raciais do governo.

---

<sup>42</sup> A escala utilizada para a variável coloca apoio para o programa como o valor mais alto e eliminação do programa como o valor mais baixo. Para avaliar se houve contaminação dos resultados por participantes do programa, analisamos o modelo apenas para não-participantes. Os resultados não mudaram significativamente.

Esses resultados sugerem que atitudes raciais contribuem para atitudes sobre políticas sociais. A maioria de brasileiros não está disposta a aparentar explicitamente comportamentos preconceituosos. O mais desconcertante, dos resultados, é que a medida objetiva de cor de pele é apenas marginalmente significativa como determinante de atitudes sobre o *Bolsa Família*. Tudo isso indica que, embora a ideologia possa contribuir para essas atitudes, o programa também é visto de forma racial. Se atitudes sobre políticas sociais começam a ser interligadas com atitudes raciais, é possível que um conflito entre legitimidade democrática e estereótipos sociais possa dividir a sociedade brasileira, quando grupos começam a perceber debates políticos como jogos de soma zero. Como Kurt Weyland (2005, 104) argumentou, “como resultado da profunda desigualdade socioeconômica, qualidade e estabilidade democrática tem um relacionamento inverso no Brasil. Tragicamente, uma representação mais fiel de interesses populares poderia diminuir a estabilidade democrática ao alertar elites estabelecidas sobre a necessidade de montar uma resposta defensiva feroz.” Tais desigualdades não são baseadas apenas em classe, mas, como visto aqui, também em raça e gênero.

#### **4.5. Conclusão**

Embora muitos brasileiros percebam que a desigualdade é um dos problemas mais importantes para o país atualmente, os resultados aqui sugerem que, pelo menos para as muitas vítimas de discriminação, o problema fundamental do país é raça e não desigualdade econômica em si. Além disso, considerando que raça e atitudes raciais estão relacionadas com atitudes sobre políticas sociais, não fica claro até que ponto tais políticas podem ajudar a resolver o problema de desigualdade econômica, até que o preconceito mais profundo na sociedade brasileira seja resolvido. Acima de tudo, este capítulo aponta a necessidade de ampliar o estudo de atitudes raciais e seus efeitos políticos no Brasil e, especialmente, seu impacto nas mulheres. Os resultados do capítulo esclarecem que o Brasil não tem problemas tão sérios com preconceito como alguns de seus vizinhos na América Latina, mas isso não quer dizer que o Brasil deva ignorar os problemas que tem. Em termos absolutos, o problema de discriminação no Brasil afeta milhões de pessoas.

Nos últimos anos, o Brasil progrediu muito em termos econômicos. O país também está à procura de um papel maior na política internacional. Uma questão que a comunidade internacional ainda pode fazer é verificar se o Brasil tem estabilidade democrática suficiente para ser um parceiro estável e confiável, com o objetivo de ajudar a contribuir para as soluções de problemas globais. À medida que discriminação e desigualdade social afetam a legitimidade do sistema democrático do Brasil, a pergunta mais importante seria qual a resposta das elites políticas e econômicas do país, caso as milhares de pessoas discriminadas comecem a exigir mais legitimidade no sistema democrático (Booth and Seligson 2009). Os capítulos finais deste livro procuram desvendar qual a importância de desigualdade para a legitimidade do sistema brasileiro, para saber até que ponto precisamos nos preocupar com essa segunda pergunta no contexto brasileiro.

## **Capítulo 5: Assegurando a responsividade: Uma análise em âmbito individual**

Nos dois capítulos anteriores, abordamos a questão da qualidade da democracia brasileira do ponto de vista dos *outputs* do sistema político. Pesquisamos a

incidência de vitimização por crime, corrupção e discriminação e as experiências de desigualdade, indagando até que ponto essas experiências, tão nocivas para a legitimidade do sistema político, são concentradas em certos setores da cidadania brasileira. Consideramos esse conjunto de experiências um indicador da capacidade do Estado de garantir um Estado de direito pela extensão do país e, portanto, serve como medida da qualidade da democracia. No presente capítulo e no capítulo a seguir, passamos a considerar o cidadão não como objeto influenciado pela capacidade do Estado, mas antes como um protagonista ativo que influencia na capacidade do Estado de responder às necessidades e preferências dos cidadãos.

Conforme se discutiu no Capítulo II, o processo por meio do qual um governo democrático responde aos interesses de seus cidadãos se constitui em diversos estágios. Em linhas gerais, o processo tem início por meio da formação de decisões coletivas, das instituições políticas eleitorais e partidárias, que por sua vez traduzem a agregação de preferências na formação de governos, os quais procuram traduzir os interesses dos eleitores em forma de políticas públicas e leis (Powell, 2004). Notavelmente, a responsividade de um governo democrático se configura não apenas por meio de um processo composto de múltiplas etapas, como também se revela multifacetado, podendo ser analisado a partir de distintos ângulos.

O presente capítulo focaliza os cidadãos e a maneira como estes se inserem no processo democrático que envolve a responsividade. Para que se promova a conexão efetiva entre as preferências dos cidadãos e os *outputs* do sistema político, não basta apenas que as instituições traduzam eficientemente os votos em governos. Cabe também aos cidadãos manifestarem de maneira informada as suas preferências, além de monitorarem e até mesmo responsabilizarem os representantes pelas decisões tomadas no âmbito governamental. Para que isso se concretize, é preciso que o ambiente político forneça estímulos claros e recursos para a participação dos cidadãos, e também que os cidadãos estejam minimamente dispostos a se engajarem no processo democrático.

Nesse sentido, este capítulo analisa os recursos que os cidadãos brasileiros dispõem e utilizam para cumprirem seu papel no processo democrático. Mais especificamente, o capítulo examina três aspectos que são considerados importantes para a literatura de comportamento político: a informação política, a preferência partidária e a avaliação dos políticos. Três perguntas mais gerais orientam as análises de cada um desses objetos: 1) de que maneira a desigualdade entre os cidadãos afeta seu acesso ao recurso que é a informação sobre política?; 2) que fatores levam os cidadãos brasileiros a aderirem aos partidos?; 3) em que bases os brasileiros avaliam os políticos? Como sustentamos acima, a participação cidadã constitui também uma condição necessária para a capacidade do sistema de responder a suas preferências. No capítulo seguinte, passamos a considerar uma quarta pergunta geral relacionada a essas três: até que ponto a participação distribui-se equitativamente pela cidadania brasileira?

As próximas três seções do capítulo examinam separadamente cada uma das questões acima. A análise dos dados não apenas busca mostrar alguns aspectos relevantes na descrição do “lado” dos eleitores no processo democrático, mas também tenta examinar algumas hipóteses derivadas da extensa literatura que tratou do tópico.

## **5.2 Informação política e desigualdade**

Para que os cidadãos formem suas preferências e participem do processo democrático, é preciso que sejam informados sobre o que se passa na vida política de seu país. Mais ainda, é preciso que tenham o conhecimento contextual mais amplo da política para entenderem os novos acontecimentos políticos que a imprensa comunica. Os estudiosos do comportamento político utilizam diversos termos para se referirem a esse tipo de conhecimento. A sofisticação ou o simples conhecimento político tem sido usado para se tratar do número e da organização das informações políticas que o indivíduo possui (Neuman, 1981; Luskin, 1987). Dessa forma, o conceito se divide em duas subdimensões. A diferenciação tem a ver

com a quantidade de informações que se possui. A integração, por outro lado, refere-se à capacidade de estabelecer conexões entre as diferentes informações que se tem a respeito de um aspecto do mundo político.

Cidadãos que possuem mais conhecimento político se comportam de maneira diferente do que os cidadãos que sabem menos. De acordo com a literatura sobre o tópico, cidadãos mais politicamente sofisticados utilizam diferentes estratégias para tomarem decisões políticas (Sniderman, Brody & Tetlock, 1991). Eles tendem a basear seus julgamentos políticos em conjuntos mais amplos de considerações e em referências mais complexas. Além do mais, cidadãos mais politicamente sofisticados tendem a ter opiniões políticas mais estáveis ao longo do tempo, sendo menos suscetíveis a influências de curto prazo do ambiente (Converse, 1964; Zaller, 1992). Finalmente, cidadãos com mais conhecimento participam mais da política e levam em conta as posições ideológicas e as divisões partidárias mais frequentemente ao votarem do que os cidadãos que sabem menos sobre política (Delli Carpini & Keeter, 1996). Em geral, os estudiosos reconhecem que o conhecimento político está associado com a participação política mais crítica e autônoma. Dessa forma, o conhecimento político não se refere propriamente à direção ou ao resultado das decisões dos cidadãos, mas antes à maneira como se chega a elas.

Para examinar as questões relacionadas à desigualdade de conhecimento no Brasil, as análises a seguir se valem de três perguntas presentes no questionário do Barômetro das Américas 2010. Como se trata de três perguntas sobre informações factuais sobre política, passar-se-á a falar, então, apenas em informação política, uma subdimensão do construto mais amplo de conhecimento político. As perguntas são as seguintes:

**GI1:** Qual é o nome do atual presidente dos Estados Unidos? (Barack Obama)

**GI3:** Quantos estados tem [**o Brasil**]? (27 ou 26 mais o distrito federal)

**GI4:** De quanto tempo é o mandato do presidente [**do Brasil**]? (Quatro anos)

Obviamente, em cada país os itens GI3 e GI4 foram modificados para acomodar as particularidades nacionais. As perguntas eram abertas e foram pós-codificadas em acertos (1) e erros ou não resposta (0). As proporções de acerto no Brasil foram de 66% para a primeira pergunta, 27% para a segunda e 81% para a terceira. A figura abaixo mostra a distribuição dos respondentes em termos do número de acertos obtidos na bateria de questões:

### **Figura 1: Número de acertos nas questões de informação política**

Nota-se, na figura acima, que a maioria dos respondentes consegue acertar duas ou mais perguntas. Cabe ressaltar que a bateria de perguntas não pretende refletir exatamente a real distribuição da informação política no eleitorado (haja vista que as perguntas são, em geral, fáceis se comparadas a outros temas possíveis de serem perguntados), mas apenas reproduzir a desigualdade entre os indivíduos na variável. Abaixo, outra figura mostra a localização do Brasil comparado aos demais países da América Latina<sup>43</sup>:

### **Figura 2: Níveis de informação política por país na América Latina**

O panorama apresentado acima coloca o Brasil em uma posição extremamente desfavorável quando comparado aos demais países da América Latina nos níveis de informação política. O Uruguai é o primeiro colocado na lista com uma média de 2.6 acertos, enquanto a Nicarágua é o último país com uma média de 1.3 acertos. O Brasil é apenas o vigésimo colocado com uma média de 1.7 acertos nas três questões da bateria. Contudo, cabe lembrar que vários fatores institucionais e históricos, no nível dos países, podem afetar as taxas de acertos nessas três perguntas específicas. A tarefa de lembrar o número de estados pode resultar mais difícil para o brasileiro “médio” do que para os cidadãos de muitos outros países, por razões tendo a ver com a história das divisões territoriais no Brasil, com o sistema federal e com a

---

<sup>43</sup> Estados Unidos e Canadá não aparecem na comparação porque a questão **GI1** não foi perguntada nesses dois países, o que inviabilizou a construção de um índice com escala comparável à dos demais países.

extensão do país. Porém, os resultados são, sem dúvida, preocupantes. Tendo em vista o quadro apresentado nas duas figuras acima, torna-se importante entender as causas da informação política para se saber não apenas por que certos cidadãos são mais informados do que outros no Brasil, mas também como os níveis gerais de conhecimento sobre política podem ser elevados.

Nesse sentido, um importante tópico que perpassa as temáticas da representação e da responsividade é sobre como os cidadãos se informam. Do ponto de vista normativo, não apenas é preferível um conjunto de cidadãos altamente informados, mas também que a distribuição da informação ocorra livremente e seja acessível a todos os cidadãos. A produção sobre o tópico parece concordar que as principais variáveis, as quais explicariam a posse de informações políticas, podem ser agrupadas em três grandes categorias: habilidade, motivação e oportunidade (Rennó, 2004, p. 64). Habilidade representa as capacidades cognitivas do indivíduo para processar informação. Motivação tem a ver com o interesse dos cidadãos em procurar informações. Oportunidade se refere à disponibilidade das informações no ambiente e aos recursos que os cidadãos têm para adquiri-las.

Apesar da definição mais ampla dessas três categorias parecer direta e inequívoca, alguns autores discordam no que se refere às variáveis que representam cada categoria. Luskin (1990), por exemplo, argumenta que oportunidade seria representada exclusivamente pela variável de exposição à informação política (por meio da imprensa, conversas, e outras formas de comunicação). Diferentemente, Rennó (2004) defende que oportunidade se refere à medida que a informação se encontra disponível nos ambientes nos quais os indivíduos estão. Em vez de falarem de oportunidade, Delli Carpini e Keeter (1996) apenas apresentam dois diferentes conjuntos de variáveis definidos como sendo as dimensões estrutural e sociodemográfica do aprendizado sobre política. Para esses autores, a exposição à informação política seria um aspecto motivacional, assim como o interesse, porque cidadãos mais interessados se exporiam com mais frequência à informação política.

De acordo com Luskin e Rennó, variáveis estruturais e sóciodemográficas representariam a dimensão da habilidade.

Essas divergências revelam que os vários autores dedicados ao tema acertam em diferentes pontos. Delli Carpini e Keeter (1996) parecem estar corretos em seu argumento de que a autoexposição à informação política (nos meios de comunicação e em conversas, por exemplo) se refere à dimensão da motivação. O quanto alguém aprende sobre política na TV depende menos de quantas TVs se tem em casa do que da disposição do indivíduo para assistir ao noticiário político. Portanto, se um respondente diz que assiste TV frequentemente, isso significa que ele procura o fazer frequentemente. Por outro lado, o acesso ao aparelho de TV se refere à oportunidade. Uma pessoa pode desejar muito saber sobre os últimos acontecimentos políticos, mas ela só poderá o fazer se, de fato, puder acessar os meios para esse fim. Nesse sentido, exposição à informação política representa unicamente motivação para aprender na medida em que também se leva em conta a dimensão do acesso aos meios para esse fim, ou seja, as oportunidades que um indivíduo tem para se expor à informação. Dessa forma, é também possível tratar variáveis econômicas como a renda como indicadores de oportunidade. A propósito, parece complicado seguir Delli Carpini e Keeter quando os autores abandonam a tríade “motivação-oportunidade-habilidade” e simplesmente passam a falar em variáveis socioeconômicas e estruturais. Essa substituição leva os autores a perderem de vista o fato de que as dimensões em questão remetem precisamente aos mecanismos por meio dos quais os indivíduos aprendem (em níveis desiguais) sobre política. Falar em determinantes sociodemográficos simplesmente joga na sombra os processos sociológicos que levam, por exemplo, um homem ou um indivíduo que se declara branco a ser mais informado do que uma mulher ou um indivíduo que se declara negro. Assim, as variáveis demográficas como sexo, raça e idade não se referem diretamente à motivação, oportunidade ou habilidade. As diferenças de conhecimento entre essas categorias devem elas mesmas ser explicadas por meio de mecanismos, aos quais servem justamente a tríade proposta acima.

Outro ponto controverso na literatura se refere à dimensão da habilidade. Um indivíduo que possui habilidade para aprender um conteúdo abstrato é alguém que tem os atributos cognitivos para tanto, tais como a capacidade de processamento de informações e a memória. Portanto, com base nessa definição, a qual busca conectar a dimensão da habilidade aos mecanismos causais que a ideia evoca, as variáveis socioeconômicas apenas se relacionam a essa categoria de maneira indireta. É bem provável que indivíduos mais escolarizados tenham mais habilidade cognitiva para aprender sobre política, mas a escolaridade não representa em si mesma a habilidade cognitiva. Os atributos cognitivos necessários para o aprendizado de qualquer assunto são as características que impactam diretamente o processamento de informação, como a inteligência e a capacidade de memorização. Em certo sentido, o conhecimento político é em si mesmo uma habilidade cognitiva que também aumenta o aprendizado sobre política. Quanto mais um indivíduo sabe sobre política, mais facilmente ele absorve e processa novos estímulos do ambiente político. As variáveis que medem habilidade dificilmente são encontradas nas pesquisas de survey<sup>44</sup>.

A propósito da escolaridade, essa é possivelmente a variável mais controversa na discussão. Como foi dito, a educação tem a função básica de ajudar os indivíduos a desenvolverem habilidades cognitivas que são necessárias para o aprendizado de qualquer assunto, inclusive política. No entanto, o sucesso escolar de um indivíduo é apenas parcialmente explicado por essas habilidades. Alguns estudos clássicos no campo da estratificação social demonstraram que fatores socioeconômicos têm forte impacto sobre o sucesso escolar dos indivíduos (Sewell, Haller & Portes, 1969; Filmer and Pritchett, 1999). Estudantes cujos pais são mais escolarizados e ocupam

---

<sup>44</sup> Luskin (1990) pediu que os entrevistadores em sua pesquisa atribuíssem notas que serviriam como uma medida da inteligência dos respondentes. Sua análise buscando explicar o conhecimento político encontrou um efeito forte da “inteligência” sobre o conhecimento político, e ao mesmo tempo nenhum efeito da escolaridade. Posteriormente, Delli Carpini e Keeter (1996) apontaram os possíveis problemas com a medida de inteligência utilizada por Luskin: os entrevistadores poderiam basear seus julgamentos a respeito da inteligência dos respondentes com base no próprio conhecimento político apresentado pelos respondentes durante a entrevista.

posições socioeconômicas mais altas tendem a ir mais longe na trajetória escolar. Além disso, é também comum, em certos contextos, muitos alunos abandonarem a escola precocemente para entrarem no mercado de trabalho e incrementarem a renda familiar. Finalmente, a motivação do aluno também impacta no seu sucesso e no progresso na trajetória escolar. Nesse sentido, a variável escolaridade pode captar tanto os mecanismos da dimensão da habilidade quanto os das dimensões da oportunidade e da motivação. Só é possível distinguir esses efeitos quando se leva em conta as variáveis que medem mais diretamente as dimensões da habilidade, como a inteligência, por exemplo, e da motivação. Caso contrário, é preciso que o analista interprete com cuidado a relação entre anos de escolaridade e conhecimento político.

A pesquisa do Barômetro das Américas permite acessar até que ponto a desigualdade de informação política entre categorias sociodemográficas no Brasil é explicada por mecanismos de desigualdade de oportunidade ou desigualdade de motivação. Infelizmente é muito raro encontrar pesquisas de opinião com questões relacionadas à dimensão da habilidade. Sendo assim, as dimensões da motivação e da oportunidade podem ser representadas, cada uma, por quatro variáveis na pesquisa. Motivação é representada por interesse por política (variável ordinal), autoexposição à informação na imprensa (variável ordinal), eficácia política subjetiva (escala contínua de um a sete) e competência política subjetiva (escala contínua de um a sete). O interesse por política foi medido pela pergunta clássica sobre o quanto o respondente se considera interessado por política. Exposição à informação na imprensa também foi medida pela pergunta sobre com que frequência o respondente acompanha as notícias nos diversos meios de comunicação. A eficácia política subjetiva foi medida pela questão sobre em que medida os respondentes concordavam com a afirmação segundo a qual o governo se preocupa com o que eles pensam. Competência política subjetiva (Krosnick & Milburn, 1990), também chamada de eficácia interna, foi medida perguntando o quanto os respondentes acreditavam que eram capazes de entender a política.

A dimensão da oportunidade foi representada por quatro variáveis sócio-econômicas. A renda é um índice composto por dez categorias de renda. Educação foi medida em anos de estudo completos. Uma variável binária indicando se o respondente é empregado ou não também foi inserida (a variável é igual a um se o respondente é empregado e igual a zero em caso contrário). Finalmente, os respondentes foram perguntados se eles possuíam aparelhos de TV, telefone fixo, telefone celular, computador e acesso a Internet em suas casas. A variável “acesso à comunicação” é um índice que resulta da adição das respostas positivas a essa bateria de questões.

Por fim, a variável de informação política também foi modificada para ser utilizada nas análises. Em vez da simples adição das respostas corretas, optou-se por utilizar um modelo de Teoria de Resposta ao Item (TRI) para gerar um construto contínuo, uma vez que a escala aditiva geraria uma variável de apenas quatro pontos (0 a 3). Foi utilizado o modelo logístico de dois parâmetros para estimar diferentes pesos para cada questão no construto (Baker & Kim, 2004; Rizopoulos, 2006)<sup>45</sup>. As questões foram ponderadas de acordo com seu grau de dificuldade e seu poder de discriminação. O resultado foi uma variável contínua com oito pontos distribuídos entre zero e três, a qual permite que se ajuste um modelo de regressão linear pela estimação por mínimos quadrados ordinários.

Sendo assim, os gráficos a seguir reportam os resultados de três modelos de regressão linear, tendo como variável a ser explicado o nível de informação política dos respondentes brasileiros da pesquisa. A análise se constitui de quatro passos. No primeiro modelo, são inseridos apenas variáveis que representam as categorias sociodemográficas, tais como a região (uma série de variáveis binárias tendo como referência o Nordeste), área urbana ou rural, sexo, raça (não branco sendo a categoria de referência) e idade em anos. O segundo passo é a inclusão das variáveis que representam a dimensão da motivação. O objetivo é verificar em que medida a

---

<sup>45</sup> O trabalho de Levendusky e Jackman (2003) utilizou a mesma técnica para estimar e gerar um construto de conhecimento político.

desigualdade de informação política entre as categorias sociodemográficas é explicada por diferenças de motivação. O terceiro passo é a inclusão das variáveis de oportunidade, sem as variáveis de motivação. Por fim, o modelo completo é ajustado. Os resultados seguem abaixo:

Figura 3: Modelo 1 (Variável dependente: informação política)

Figura 4: Modelo 2 (Variável dependente: informação política)

Figura 5: Modelo 3 (Variável dependente: informação política)

Os resultados do primeiro modelo mostram que existem diferenças nos níveis de informação política em todas as variáveis sociodemográficas. Entre as regiões do país, o Nordeste apresenta o menor nível. Centro-Oeste, Sudeste e Norte apresentam os maiores níveis. Também há uma diferença entre os respondentes de áreas urbanas e rurais que favorece os primeiros. Homens têm um escore médio de informação mais alto do que mulheres, e o mesmo ocorre para brancos em relação a não-brancos. A idade apresenta um impacto negativo<sup>46</sup>. Com a inclusão das variáveis de motivação no Modelo dois, as diferenças que foram encontradas no Modelo um são atenuadas, mas não desaparecem. Entre as mudanças mais salientes estão a queda do coeficiente da variável indicadora da região Sul (de 0.21 para .12) e a queda da diferença entre os sexos (-0.31 para -0.23, porém segue estatisticamente significativa). Interesse por política, autoexposição à informação política na imprensa e competência política subjetiva são as variáveis de motivação que têm efeitos positivos fortes no nível de conhecimento político. Surpreendentemente, a

---

<sup>46</sup> Em um modelo alternativo, foram inseridas categorias binárias para diferentes faixas de idade (25 a 39 anos, 40 a 59 anos, 60 anos ou mais, tendo como categoria de referência “de 16 a 24 anos”). Os resultados mostraram tendência de efeito negativo linear entre as quatro categorias. Sendo assim, optou-se pela inclusão da variável contínua em anos de idade.

variável de eficácia política subjetiva (eficácia externa) teve um efeito negativo e estatisticamente significativo sobre o conhecimento, indicando que os respondentes, os quais acham que os políticos levam em conta as suas opiniões, são os menos informados. Isso provavelmente se deve ao fato de que a baixa eficácia externa, isto é, a sensação de ceticismo em relação à possibilidade de que os políticos levem em conta as opiniões do público, é antes causada por níveis mais altos de conhecimento político.

No entanto, é o Modelo três que apresenta os resultados mais substantivos. Quando se leva em conta a desigualdade de oportunidade, especialmente a escolaridade e o acesso aos meios de comunicação em casa, algumas diferenças entre as categorias sociodemográficas caem substantivamente. Os efeitos de raça, idade e área urbana ou rural praticamente se tornam nulos. As diferenças entre as regiões do país caem mais do que quando da inclusão das variáveis de motivação, apesar de ainda serem substanciais. Apenas o efeito da variável sexo se modifica menos do que no Modelo dois. O modelo final inclui as duas dimensões para ver o que resta de desigualdade a se explicar. Em suma, três variáveis sociodemográficas revelam desigualdades que não são totalmente explicadas pelas dimensões da oportunidade e da motivação: sexo, raça e região do país. No que se refere à última, pode-se conjecturar que características do ambiente informacional, que vão além dos atributos individuais, podem ser responsáveis por tornar os cidadãos de certas regiões mais informados do que os de outras. O efeito da raça, por sua vez, mostra uma queda substancial do primeiro para o último modelo, e é apenas estatisticamente significativo em um nível menos exigente de confiabilidade. Apesar desse efeito ter diminuído, parece haver ainda uma parte da desigualdade de informação política entre brancos e não brancos não inteiramente captada pelas dimensões da oportunidade e da motivação. No que se refere à desigualdade entre homens e mulheres, o efeito se mostra substancial mesmo quando se levam em conta as dimensões da oportunidade e da motivação, o que revela uma agenda de pesquisa a ser explorada em maior profundidade por estudos posteriores.

Seja como for, o que se pode notar na análise acima é que desigualdade de oportunidade explica mais a desigualdade de informação política entre diferentes categorias sociodemográficas do que a desigualdade de motivação, ainda que a última tenha efeitos fortes sobre a desigualdade de informação. Obviamente, é possível argumentar que os modelos especificados aqui não levam em conta diversos tópicos importantes sobre o processo de aprendizado sobre política. É possível, por exemplo, que os fatores que representam a dimensão da oportunidade não apenas tenham um efeito direto sobre o conhecimento político, mas também que eles afetem as próprias motivações dos indivíduos para aprenderem sobre política. As correlações entre as variáveis de oportunidade e motivação sugerem essa possibilidade. Adicionalmente, outra possível dinâmica que as análises conduzidas aqui não abordaram é o efeito recíproco que o conhecimento político pode ter sobre a motivação dos indivíduos para aprenderem mais. É possível que os cidadãos que sabem mais, simplesmente se sintam mais interessados e capazes de aprender sobre política, fazendo com que ocorra a relação recíproca. Finalmente, as análises não puderam incluir variáveis que representam a dimensão da habilidade na aquisição do conhecimento político. Isso se deve ao fato de que a mensuração de características como a inteligência e a capacidade de memorização é muito difícil de ser realizada em pesquisas com um grande número de observações, como a que se utiliza aqui.

Em suma, os resultados mostram que as desigualdades socioeconômicas se traduzem em desigualdade de informação política, o que constitui um tópico importante a ser examinado pelos estudiosos da democracia no Brasil, uma vez que a informação é um recurso importante dos indivíduos no processo de representação.

### **5.3 Partidarismo**

Outro aspecto que merece ser examinado no que se refere à perspectiva dos cidadãos no processo de representação é sua relação com os partidos políticos. Os partidos são importantes não apenas porque têm uma função organizacional dentro do sistema político, mas, sobretudo, pelo fato de que são referências que podem estruturar as escolhas dos indivíduos. De acordo com Downs (1999 [1957]), os partidos serviriam como “pacotes” de preferências políticas e seriam usados como atalhos informacionais pelos eleitores. Em vez de se informarem plenamente sobre os processos eleitorais, os eleitores poderiam simplesmente aderir ao partido mais próximo de suas preferências iniciais e seguir as orientações fornecidas por ele.

No Brasil, a adesão dos cidadãos aos partidos tem sido estudada há muito tempo. As oscilações mais visíveis da distribuição das preferências partidárias no Brasil sempre acompanharam as mudanças drásticas ocorridas na formação do sistema partidário. Foram três os principais arranjos partidários analisados pelos estudiosos do comportamento eleitoral: o período multipartidário pré-64 (Lavareda, 1991), o bipartidarismo do regime militar de 1964 a 1985 (Lamounier, 1975, 1978, 1980; Reis, 1975, 1978), e o retorno ao multipartidarismo nos anos oitenta (Balbachevsky, 1992, Reis & Castro, 1992; Castro, 1994; Carreirão & Kinzo, 2004; Kinzo, 2005).

O sistema multipartidário atual é o foco da atenção desta seção do capítulo. A principal pergunta a ser examinada aqui é quais os principais fatores que levam os cidadãos a aderirem aos partidos. Trata-se de uma pergunta que já foi estudada por outros autores, os quais serão lembrados aqui. Primeiramente, cabe mencionar que alguns dos principais estudos sobre o tema relatam pesquisas mostrando que as taxas de partidarismo entre 1989 e 2002 teriam variado de 40% a 50% do eleitorado (Carreirão & Kinzo, 2004, p. 141; Kinzo, 2005; p. 68; Samuels, 2006, p. 4). Esse resultado é inferior ao dos períodos anteriores, além de se referir a um sistema com uma quantidade muito maior de partidos (atualmente são 27 registrados no TSE).

Os dados da pesquisa do Barômetro das Américas permitem o exame tanto do quadro atual quanto da perspectiva comparada. A Figura abaixo mostra a distribuição da preferência pelos partidos em 2010:

Figura 6: Distribuição da preferência partidária no Brasil, 2010

Como se pode notar, a maioria dos respondentes declara não ter preferência por nenhum dos partidos brasileiros. Dos 30% que declaram ter preferência partidária, a maioria se concentra em um único partido, o Partido dos Trabalhadores (18%). Dos demais 26 partidos, apenas dois apresentam proporções de adesão que estão acima de 1% do eleitorado: o PMDB com 4.8% e o PSDB com 2.3%.

Do ponto de vista da comparação do Brasil com os outros países do continente americano, nota-se que o Brasil não ocupa posição privilegiada no que se refere à taxa de adesão aos partidos pelos eleitores.

Figura 7: Partidarismo nas Américas

Com a inclusão de Estados Unidos e Canadá na comparação, o Brasil é apenas o décimo sexto colocado, com cerca de 30% de respondentes que declaram ter preferência partidária. O primeiro colocado é o Uruguai com cerca de 70%, enquanto o último é o Chile com pouco mais de 10% de respondentes partidários.

Voltando ao exame do que se vê no Brasil, cabe perguntar o que faz com que os cidadãos tenham preferência por um partido. Quais são os determinantes do partidarismo no Brasil? Um excelente ponto de partida para a discussão dessa questão é o trabalho de Kinzo (2005). Segundo as análises empíricas da autora, os eleitores que declaram possuir preferência partidária são justamente os mais politicamente informados (p. 73). De acordo com sua interpretação, isso seria resultado do fato de que o sistema partidário teria se tornado mais complexo, o que faria com que os menos sofisticados tivessem mais dificuldade em manifestar

adesão pelos partidos. Diferentemente do período militar, no qual até segmentos menos escolarizados do meio urbano conseguiam identificar o partido predileto, o novo sistema partidário dificultaria a adesão partidária do eleitorado como um todo, e mais ainda por parte dos eleitores menos informados. Além de Kinzo, Mônica M. Castro (1994) também discutiu o efeito da informação e seus correlatos sobre o tipo de preferência partidária dos eleitores. Conforme esta autora, boa parte do eleitorado que manifesta preferência partidária não expressa uma atitude política estável e efetiva em relação aos partidos, mas antes uma atitude que é volátil e segue estímulos de curto prazo encontrados no ambiente eleitoral. Adicionalmente, Samuels (2006) também propôs que o entendimento a respeito do partidarismo no Brasil deve ser diferenciado dependendo do partido. Nas palavras do autor, a maior parte do partidarismo dos brasileiros se daria em relação ao PT (Partido dos Trabalhadores), e nesse caso fatores como a organização do partido, o conhecimento político e o pertencimento a redes sociais levariam à identificação com o partido. Em relação aos demais partidos, Samuels argumentou que a adesão a eles seria em grande parte explicada pelos vínculos personalísticos em relação a líderes partidários<sup>47</sup>.

Tem-se, portanto, a partir da contribuição dos autores acima, uma hipótese preliminar a respeito das causas do partidarismo no Brasil. Seguindo essa linha de argumentação, é de se esperar que fatores como a informação política e alguns de seus correlatos (como escolaridade e interesse por política, por exemplo) afetem a probabilidade de que um cidadão tenha preferência por um dos partidos no Brasil.

No entanto, há outras razões para se pensar que mesmo indivíduos informados não tenham preferência por partidos. A outra parte da narrativa não se refere à complexidade do ambiente eleitoral, mas antes à sua credibilidade diante dos eleitores. Em geral, mesmo cidadãos mais informados podem encontrar razões para

---

<sup>47</sup> No presente capítulo, seguimos Samuels quando o autor propõe que se analise a adesão aos partidos separadamente. No entanto, a pesquisa do Barômetro das Américas não apresenta as questões a respeito das visões dos respondentes, a respeito dos líderes partidários, o que impede que seu modelo explicativo seja inteiramente levado em conta nas nossas análises.

se sentirem distantes dos partidos, especialmente em contextos em que são comuns os escândalos de corrupção, como no Brasil. Ainda que o impacto da corrupção sobre o voto seja limitado e às vezes contradiga outras percepções do eleitor (Rennó, 2007a), a corrupção pode afetar as orientações do eleitor em relação às instituições políticas de um modo geral (Canache & Allison, 2005). Sendo assim, é preciso também levar em conta a imagem que os eleitores têm dos partidos e das instâncias do sistema político, ocupadas pelas divisões partidárias.

Com base nesses dois tipos de fatores que podem causar a preferência partidária, os cognitivos e os atitudinais, é possível ir adiante e analisar de que maneira os dados disponíveis corroboram essas expectativas. Os modelos de regressão logística, apresentados abaixo, procuram explorar de que maneira fatores relacionados ao entendimento da política e à credibilidade dos partidos e das instituições afetam o partidarismo. Os fatores relacionados com a proximidade cognitiva e motivacional do cidadão em relação à política no modelo são a escolaridade, a informação política, o interesse por política e a capacidade de autolocalização ideológica. Essas variáveis não são todas exatamente cognitivas, mas se referem a atributos que aumentam a propensão de um indivíduo a ser cognitivamente próximo dos partidos. A autolocalização ideológica busca diferenciar os indivíduos que se localizam no espectro ideológico dos que não o fazem. Por outro lado, quatro variáveis atitudinais procuram refletir a imagem e a avaliação que os eleitores fazem dos partidos. As quatro são indicadores clássicos de confiança nas instituições políticas, aqui representadas pelos partidos, pelo Governo Federal, pelo Congresso Nacional e pelo sistema político como um todo. Cabe ressaltar que tais variáveis são utilizadas aqui apenas como *proxies* para se tentar captar de que maneira os recorrentes escândalos e outros episódios negativos da política brasileira afetam a imagem dos partidos e de outras instituições. Evidentemente, tais variáveis representam mais claramente percepções de longo-prazo a respeito dos partidos e das instituições, tanto que serão utilizadas como indicadores de legitimidade nas análises finais do livro. No entanto, é possível também se argumentar que elas são também causadas por fatores de curto-prazo do ambiente eleitoral, o que leva a certo grau de

reciprocidade entre partidarismo e legitimidade. Para os propósitos da presente análise, tomamos essas variáveis como aproximações das orientações dos indivíduos que são afetadas por fatores de curto-prazo, que colocam em cheque a credibilidade dos partidos, e não exatamente como indicadores de legitimidade, como serão tratados nas análises dos capítulos posteriores.

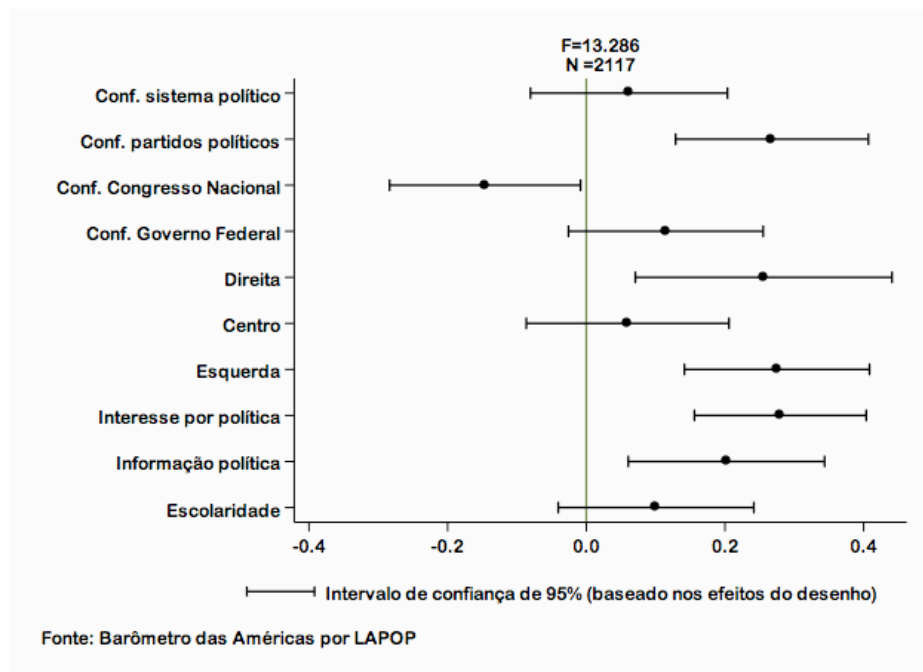
As três primeiras variáveis atitudinais se referem diretamente aos partidos e às instituições que ocupam. A confiança no sistema político funciona como uma espécie de “placebo”: como o sistema político representa uma instituição muito maior do que os outros dois, é de se esperar que indivíduos que não são partidários sejam igualmente propensos a confiar no sistema do que indivíduos que são partidários.

Os gráficos abaixo apresentam os resultados de três modelos logísticos. O primeiro tem como variável dependente a adesão a qualquer partido do sistema político brasileiro. Os gráficos omitem, por questões de espaço, variáveis de controle que não são de maior interesse na análise, tais como região, área urbana ou rural, sexo, idade, raça e renda<sup>48</sup>. O segundo focaliza a adesão ao PT, o partido que tem mais adeptos no eleitorado brasileiro. O terceiro analisa a preferência por um dos quatro principais partidos de oposição ao PT: o PSDB, o Democrata, o PPS e o PP.

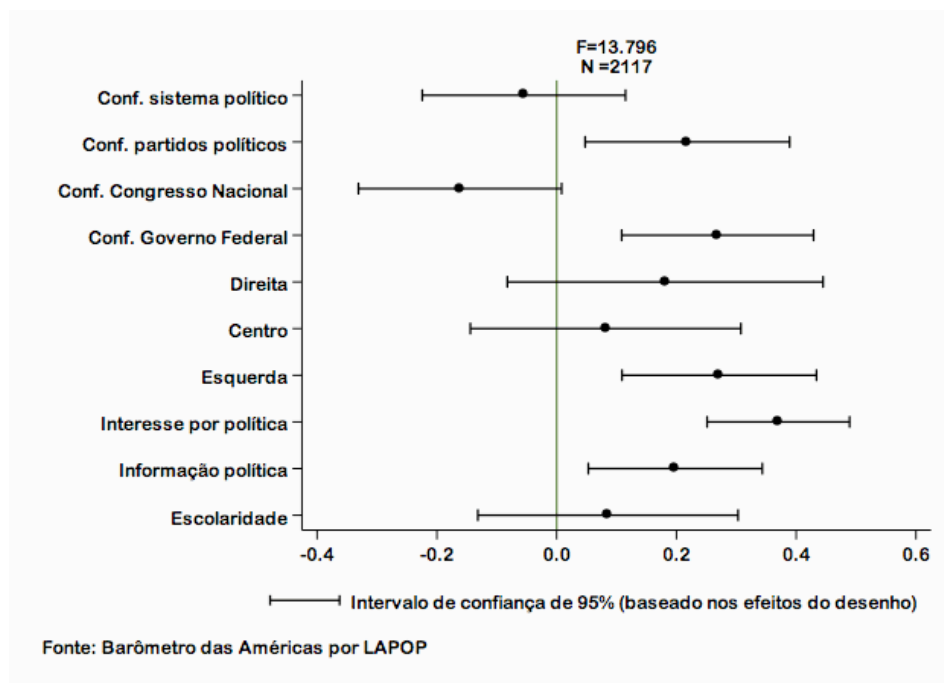
**Figura 8: Modelo logístico (Variável dependente: partidarismo)**

---

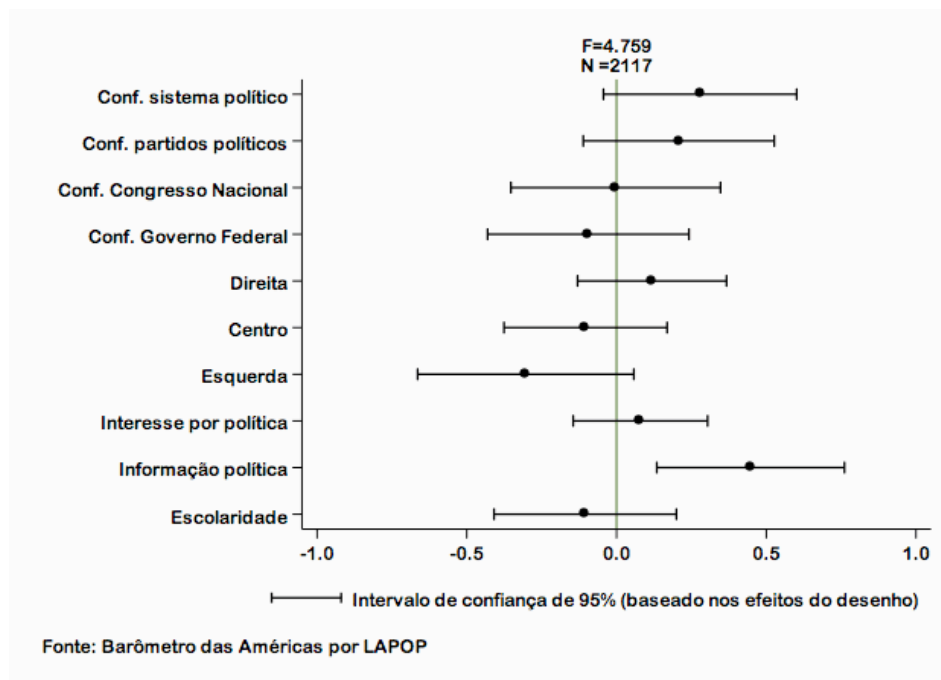
<sup>48</sup> Os coeficientes omitidos se encontram no apêndice.



**Figura 9: Modelo logístico (Variável dependente: identificação com o PT)**



**Figura 10: Modelo logístico (Variável dependente: identificação com partido de oposição)**



Os resultados mostrados acima contêm matizes importantes. No que se refere às variáveis chamadas aqui de “cognitivas”, os efeitos positivos e fortes de informação política, interesse e autolocalização ideológica confirmam as expectativas da literatura a respeito das barreiras cognitivas que a complexidade do sistema político impõe ao eleitor. Esse padrão, aliás, se repete no modelo de adesão ao PT e parcialmente no modelo de adesão a um partido da oposição, em que só a informação tem efeito forte e claro.

Um achado muito interessante é o efeito não linear da autolocalização ideológica. Os respondentes, que se autolocalizam na esquerda, têm uma tendência forte de se identificar com o PT e de não se identificarem com a Oposição. Porém, a autoidentificação com a direita não tem os efeitos opostos que se poderia esperar. Embora os declarados direitistas tenham níveis maiores de partidarismo, parece que esse partidarismo distribui-se de modo igualitário entre todos os partidos. De fato, tal grupo tem maior tendência de identificar com o PT do que os respondentes de centro e sem autolocalização ideológica, porém essas diferenças não são estatisticamente significativas. O coeficiente para o impacto de autolocalização na

direita na identificação com o PT é *maior* do que o mesmo coeficiente no modelo de identificação com a Oposição. Assim, não existem diferenças estatisticamente significativas entre os declarados direitistas e os que não se localizam no espectro ideológico na propensão de identificar com a Oposição. Esses resultados são consoantes com estudos recentes que demonstram a natureza problemática da autolocalização ideológica no Brasil no nível dos cidadãos e que argumentam que no nível das elites as divisões ideológicas entre os partidos estão crescentemente indistintas (Ames & Smith, 2010; Lucas & Samuels, 2010).

Por outro lado, os resultados das variáveis atitudinais são mistos. A confiança nos partidos tem efeitos substanciais no primeiro e no segundo modelo. A confiança no sistema político não tem efeito em nenhum dos três modelos, o que corrobora as expectativas lançadas anteriormente. A confiança no Governo Federal se relaciona positivamente com a adesão aos partidos e especialmente com a adesão ao PT. Contudo, o resultado curioso diz respeito à confiança no Congresso Nacional. A variável tem efeito negativo estatisticamente significativo nos dois primeiros modelos, o que contraria o que se esperava. Indivíduos que alegam confiar no Congresso Nacional tendem a ser menos partidários do que os que desconfiam. Trata-se de um resultado que precisa ser explicado.

Evidentemente, os modelos acima simplificam muito o tratamento que se pode dar ao tema do partidarismo no Brasil. Um aspecto importante que não é tratado aqui é o do possível efeito de fatores de curto prazo sobre a adesão dos eleitores aos partidos, especialmente a imagem dos próprios candidatos. Trata-se do componente instável das orientações partidárias do qual tratou Castro (1994). Com dados de pesquisa coletados em um único ponto do tempo e fora da época de campanha, é difícil examinar os efeitos de tais fatores instáveis. Os modelos acima apenas procuram examinar o efeito de atributos e orientações que se supõe serem mais estáveis do que a própria preferência partidária. Assume-se, assim, que a preferência partidária é mais um determinante de outras orientações instáveis do que é determinada por elas.

De todo modo, os resultados apresentados apontam para padrões que à primeira vista parecem convincentes. A adesão aos partidos no Brasil é afetada por fatores relacionados às limitações informacionais dos eleitores, à desconfiança destes com os partidos e às instituições políticas. Lendo-se por outra perspectiva, pode-se dizer que o partidarismo é afetado pela complexidade do sistema multipartidário brasileiro, a qual torna a tarefa de seguir os partidos mais difícil para os cidadãos menos sofisticados, e por certa incapacidade dos partidos de produzirem vínculos afetivos mais fortes com o eleitorado, talvez por conta dos inúmeros escândalos de corrupção que cercam a política brasileira.

#### **5.4 Avaliação dos políticos**

Em que bases os brasileiros avaliam os políticos do país? Que tipos de categorias e referências os eleitores utilizam para julgarem se seus representantes estão fazendo um bom papel na política brasileira? As respostas têm implicações para a responsividade e a qualidade da democracia brasileira. Para a democracia funcionar, as avaliações que fazem os cidadãos dos políticos devem basear-se no desempenho dos últimos. A literatura sobre voto no Brasil fornece muitas ideias para se tentar responder às perguntas acima. Vale à pena passar por algumas delas.

Uma primeira resposta da literatura a respeito de como os eleitores avaliam e escolhem políticos afirma que a economia é um fator crucial no sistema multipartidário atual (Mendes & Venturi, 1994; Meneguello, 1996; Camargos, 1999). A linha de argumentação do conjunto de autores que se apoia nessa ideia é simples e direta: mandatários são recompensados se a economia vai bem e são punidos se a economia vai mal.

Outro fator importante que determina a maneira como os cidadãos avaliam políticos e escolhem candidatos é a própria preferência partidária. Alguns autores brasileiros já exploraram o impacto da preferência partidária sobre a decisão do voto e seu

efeito sobre a avaliação dos políticos não pode ser negligenciado (Carreirão & Kinzo, 2004; Nicolau, 2007). Cidadãos que possuem vínculos de longo prazo com certos partidos são mais propensos a utilizarem essa referência para julgarem o desempenho dos políticos em suas funções. Sendo assim, eleitores que preferem o PT provavelmente avaliam melhor o trabalho de Lula do que eleitores que preferem o PSDB.<sup>49</sup> Enfim, trata-se aqui também de uma relação causal simples e direta.

Outra parte da literatura conjectura sobre o papel da autolocalização ideológica (no eixo direita-esquerda) na maneira como os brasileiros pensam sobre a política e os políticos. O trabalho de André Singer (1999) é certamente a principal referência nesse tópico. Utilizando dados eleitorais correspondentes às eleições presidenciais de 1989 e 1994, o autor procurou mostrar a centralidade da autolocalização do entrevistado como sendo esquerdista ou direitista, como determinante do voto. Disso decorreria que eleitores que se definiram esquerdistas tenderiam a votar mais em Lula e eleitores que se definiram como direitistas tenderiam a votar mais em Collor e Fernando Henrique Cardoso. Seria com base em uma operação como essa que o eleitorado brasileiro escolheria seu candidato. Segundo Singer, a escala de autolocalização entre direita e esquerda seria útil, ao contrário do que consideravam os estudos eleitorais brasileiros realizados durante a década de 70. Para o autor, que se apóia em Sartori, haveria um outro sentido em que a ideologia poderia operar entre os cidadãos, sem que necessariamente esteja conectada a conteúdos políticos mais sofisticados. De acordo com o autor, qualquer conteúdo simbólico mais geral ou tosco relacionado à política poderia ser tomado como ideologia. De fato, nesse ponto o autor parece estar correto. Entretanto, seu equívoco consiste em achar que tais conteúdos estejam de alguma maneira conectados aos rótulos “direita” e “esquerda” na cabeça do eleitor de massa no Brasil.

---

<sup>49</sup> Porém, especialmente no caso brasileiro em que os vínculos partidários são muitas vezes fracos, os eleitores podem escolher os partidos a base de suas avaliações dos políticos.

No entanto, alguns autores questionaram o alcance da explicação de Singer baseada na autolocalização ideológica. Reis (2000), por exemplo, questionou o fato de Singer considerar “central” na explicação do voto categorias que, segundo o próprio Singer, uma parcela significativa dos entrevistados se recusava a empregar. Além disso, Reis também sugere que boa parte dos indivíduos que se autolocalizam no eixo direita-esquerda o faz com base em um entendimento no mínimo equivocado das categorias, assimilando-as à dicotomia entre situação e oposição (conforme também mostra o próprio Singer). Mais tarde, Carreirão (2002) testou em que medida eleitores com diferentes níveis de escolaridade empregariam as categorias direita e esquerda para votarem. Seus resultados mostraram que isso somente ocorreria entre os eleitores mais escolarizados, o que, em certa medida, confirma as sugestões de Reis. Em suma, o que se nota é que há um debate instaurado entre os estudiosos do tópico no Brasil, o qual pode ser examinado a partir dos dados mais a frente.

Além da avaliação da economia, da preferência partidária e da auto-localização no eixo direita-esquerda, estudos mais recentes têm apontado para a importância dos programas sociais do Governo Federal na maneira como os eleitores avaliam o governo Lula (Licio, Rennó & Castro, 2008). Eleitores beneficiados por esse tipo de política tenderiam a ter atitudes positivas salientes em relação ao governo.

Outro ponto importante tem a ver com aspectos do desempenho do político (do governo ou do Congresso). Eleitores avaliam os políticos em questões específicas tais como a corrupção (Rennó, 2007), o combate à pobreza e o gerenciamento da economia. Nesse sentido, além das variáveis clássicas que habitam as explicações do comportamento eleitoral, também é necessário levar em conta a visão dos cidadãos a respeito de assuntos como corrupção e economia como problemas para o país.

De maneira geral, as considerações acima não esgotam toda a variedade de fatores que a literatura levanta a respeito das referências que os eleitores utilizam para avaliarem candidatos e políticos. No entanto, grande parte dos principais fatores que compõe a explicação do fenômeno aparece nas linhas acima.

Os dados da pesquisa do Barômetro das Américas permitem acessar até que ponto os fatores acima afetam as avaliações que os brasileiros fazem de seus políticos. Três questões específicas da pesquisa fornecem um material interessante a ser analisado. Primeiro, os respondentes foram perguntados sobre sua avaliação a respeito do trabalho de Lula e do trabalho do Congresso Nacional. A distribuição das respostas é apresentada nas duas figuras abaixo:

Figura 11: Avaliação do governo Lula

Figura 12: Avaliação do Congresso Nacional

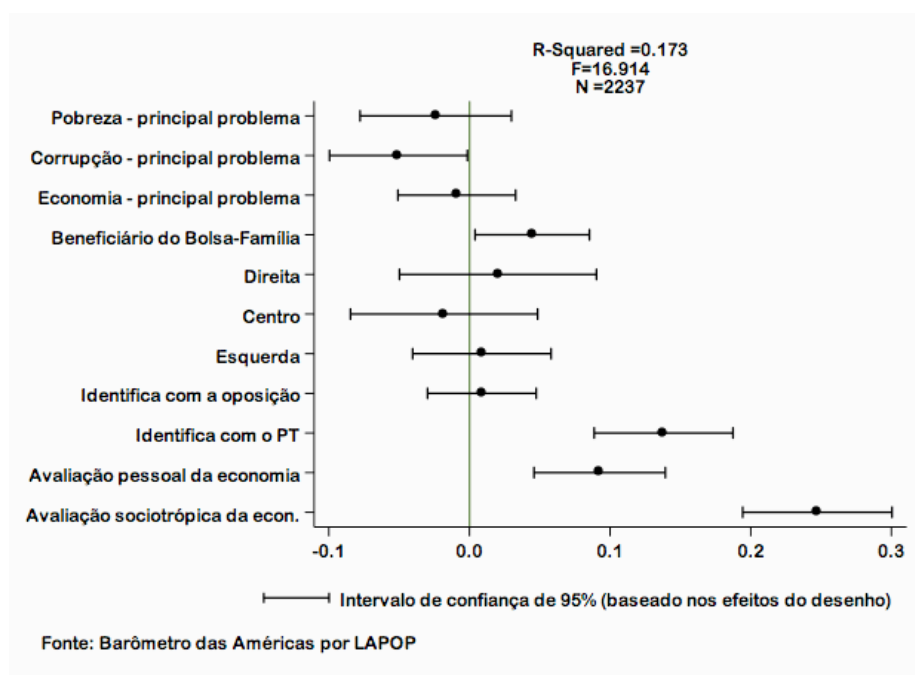
Como se nota, as distribuições das duas variáveis diferem substancialmente. Lula tende a receber avaliações mais positivas do que o Congresso Nacional. Ainda mais interessante do que essas duas perguntas é a pergunta sobre se os respondentes pretendiam votar no candidato indicado por Lula nas eleições que viriam. Cerca de 54% responderam que votariam no candidato indicado pelo então presidente.

Utilizando as variáveis que a pesquisa Barômetro das Américas fornece, é possível explorar em que medida cada um dos fatores levantados na discussão acima afeta as avaliações dos brasileiros a respeito dos políticos, representadas aqui pelas três perguntas expostas acima. As análises a seguir permitem verificar quais dos fatores listados acima de fato servem como referências para os cidadãos em suas avaliações dos políticos.

As figuras abaixo apresentam os resultados de modelos multivariados que levam em conta os diversos fatores que, segundo as sugestões da literatura dedicada ao tema no Brasil, podem afetar as avaliações do presidente Lula, do Congresso Nacional e a propensão a votar no candidato indicado pelo presidente. O modelo controla pelas variáveis de região, área urbana ou rural, sexo, raça, educação e escolaridade. Os

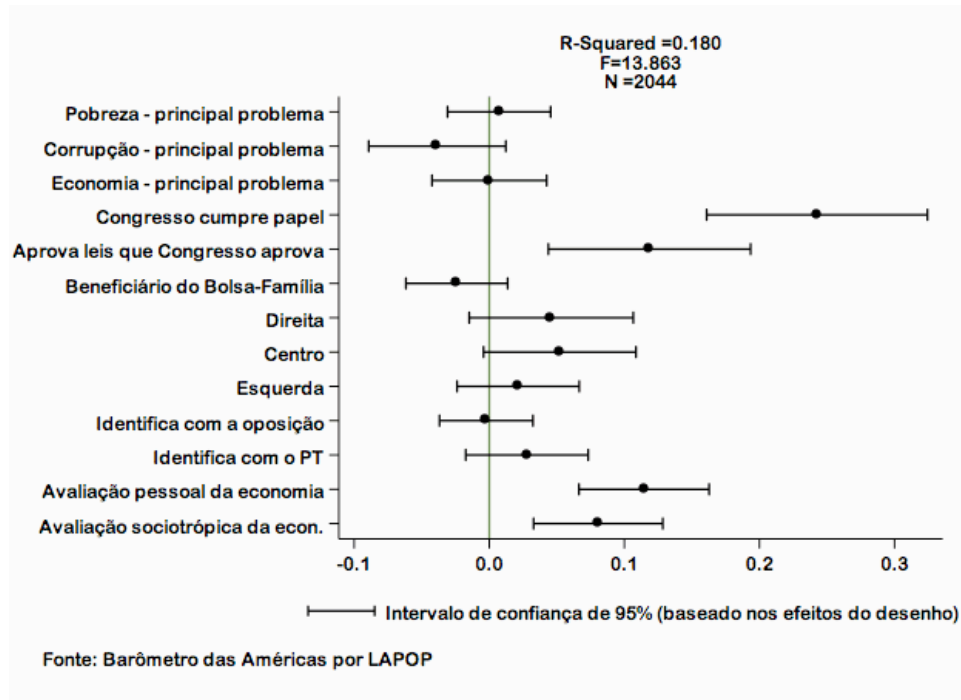
efeitos dessas variáveis são omitidos porque não são de interesse teórico direto para as análises desta seção<sup>50</sup>. Outras das variáveis de controle, mas cujos efeitos são apresentados, são informação política e interesse por política. As variáveis de interesse no presente momento são várias. Dois tipos de avaliação da economia aparecem como variáveis independentes nos modelos: a avaliação sociotrópica, isto é, a avaliação da situação econômica do país de uma forma geral, e a avaliação que o respondente faz da própria situação econômica. Além da preferência partidária e da autolocalização ideológica, que já foram utilizadas nas análises anteriores, também se incluiu uma variável indicadora sobre se o respondente é beneficiário do programa Bolsa-Família. Além disso, são incluídas duas variáveis indicadoras sobre se o respondente considera economia ou corrupção como o principal problema do país. Por fim, as avaliações do Congresso Nacional em dois tópicos (leis aprovadas e o cumprimento de seu papel de forma mais geral) aparecem no modelo do Congresso. A avaliação de Lula (variável dependente no primeiro modelo) também é inserida para explicar o voto no candidato indicado por ele (terceiro modelo).

**Figura 13: Modelo linear (Variável dependente: avaliação de Lula)**

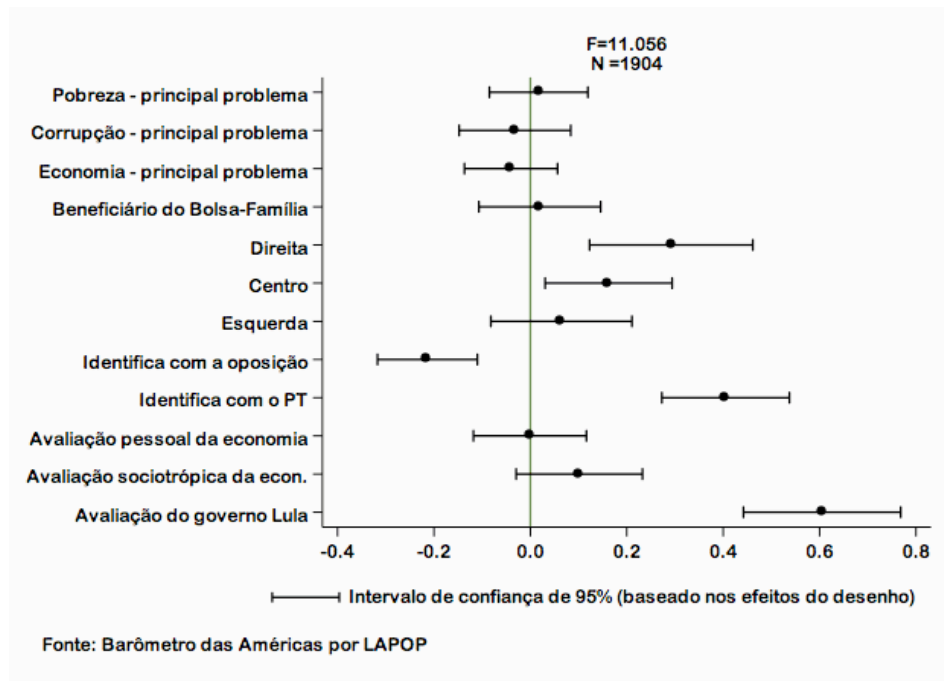


<sup>50</sup> Ademais, a inserção de todos os efeitos pelos quais se controlou ocuparia muito espaço. Os efeitos omitidos podem ser encontrados no apêndice.

**Figura 14: Modelo linear (Variável dependente: avaliação do Congresso Nacional)**



**Figura 15: Modelo logístico (Variável dependente: voto para candidato do governo)**



O primeiro modelo procura explicar a avaliação de Lula. De início, nota-se que as avaliações da economia exercem o efeito positivo esperado, sendo a avaliação sociotrópica mais importante. A preferência pelo PT obviamente tem um impacto positivo e forte, como era de se esperar. A autolocalização ideológica não apresenta efeito substancial sobre avaliação de Lula, o que corrobora o ceticismo de certos autores com relação à tese de Singer. O efeito de ser beneficiário do Bolsa-Família é fraco, o que provavelmente ocorre pelo fato de que a variável exerce um efeito indireto sobre a avaliação da economia e do desempenho econômico do Governo Federal. Por fim, nota-se também que a preocupação com a corrupção como o principal problema do país impacta negativamente a aprovação de Lula.

O segundo modelo mostra que a avaliação do Congresso Nacional também é baseada no desempenho da economia. No entanto, nem a preferência partidária ou a autolocalização ideológica afetam a avaliação do Congresso de forma sistemática. Todavia, as avaliações mais específicas do Congresso sobre a aprovação de leis e sobre o cumprimento de seu papel no governo afetam significativamente a avaliação que a instituição recebe por parte dos respondentes.

Por fim, o último modelo apresenta os efeitos sobre a probabilidade do voto no candidato indicado por Lula. O primeiro aspecto que salta aos olhos é que as avaliações da economia não mais têm efeitos substanciais. Isso provavelmente acontece por conta da inserção da avaliação de Lula no modelo (última variável independente inserida), a qual exerce um efeito positivo forte sobre a variável dependente. A preferência partidária novamente exerce impacto forte, assim como ocorreu para a avaliação de Lula. Outro resultado importante e até surpreendente é o de que a autolocalização ideológica apresenta os efeitos contrários aos que se poderia esperar. Respondentes de centro e de direita tendem a votar mais no candidato indicado por Lula do que os demais respondentes. Isso coincide com os resultados do modelo de identificação partidária, discutidos acima e parece indicar que, em geral, os eleitores tendem mesmo a interpretar essas categorias de forma

confusa no contexto da pesquisa de opinião. Devido aos controles estatísticos, a variável indicativa de que o respondente é beneficiário do Bolsa-Família também não teve efeito relevante neste último modelo.

Em suma, o que os resultados acima revelam é que os cidadãos emitem avaliações dos políticos com base em alguns dos aspectos que a literatura sobre o Brasil já levantou. A economia, o desempenho do governo e a preferência pelo PT tendem a ser as mais importantes referências nesse sentido. Tudo isso indica que, apesar da complexidade do ambiente eleitoral no Brasil, boa parte dos eleitores procura fazer sentido da política e leva em consideração aspectos salientes que a situação do país prove. No contexto da discussão da qualidade da democracia brasileira, essas são boas notícias.

## **5.5 Considerações finais**

O presente capítulo procurou explorar algumas ideias a respeito de aspectos importantes para a responsividade da democracia brasileira. Focalizou aqui, sobretudo, a perspectiva dos eleitores e dos recursos dos quais dispõem para acompanharem a política e a emitirem seus julgamentos.

Mostrou-se que a desigualdade de informação política no país traduz as desigualdade sócioeconômicas, e que as diferenças de informação política entre diversas categorias sociodemográficas se devem, antes de tudo, à desigualdade de oportunidade, mais do que à desigualdade de motivação.

Outro aspecto analisado foi a adesão dos eleitores aos partidos. Discutiu-se quais são os principais determinantes do partidarismo no Brasil de acordo com os estudiosos que se dedicaram ao tópico. As análises permitiram concluir que tanto fatores cognitivos quanto atitudinais explicam por que certos indivíduos têm preferência por partidos e outros não. Fatores cognitivos (em especial, a informação política) se referem à facilidade maior ou menor em entender as clivagens

partidárias e desenvolver vínculos afetivos com as organizações. O que se chamou de fatores atitudinais tem a ver com a relação de maior ou menor confiança que os eleitores desenvolvem no longo prazo com os partidos e as instituições políticas que eles ocupam.

Por fim, o último tópico do capítulo tratou das bases em que os eleitores avaliam o presidente e o Congresso Nacional. Um levantamento da literatura sobre o assunto no Brasil forneceu diversos fatores que foram postos à prova na análise dos dados. Os resultados mostraram que a economia e a preferência pelo PT são as principais referências que os eleitores utilizam para avaliarem os políticos no Brasil.

## Capítulo 6: Nas urnas e nas ruas: Participação política no Brasil e nas Américas

A participação cidadã é a base dos sistemas democráticos de governo. Sem a participação ativa e robusta de um leque amplo de cidadãos, a democracia eleitoral logo perde a vitalidade e as elites podem passar a representar segmentos estreitos da sociedade. Os teóricos argumentam que várias formas da participação cidadã fortalecem a democracia. Em primeiro lugar, a participação política por meio das urnas é a condição indispensável da democracia representativa; quanto mais pessoas votarem em um determinado país, mais representativas são as eleições, no sentido de representar as opiniões de todos os cidadãos. Essa relação existe em todos os casos, mas especialmente quando eleitores de grupos marginalizados, que de outro modo talvez não tenham oportunidade para expressarem a vontade política própria, comparecem às urnas; e quanto maior o número de eleitores, menor a probabilidade de a votação estar concentrada em certos setores da sociedade (Rosenstone & Hansen 1993).

Em segundo lugar, os cidadãos que participam de campanhas eleitorais, tentando convencer outras pessoas ou mesmo trabalhando para candidatos, dão fôlego ao processo eleitoral. Adicionalmente, servem como uma fonte de informação para os concidadãos, democratizando as campanhas e promovendo opções eleitorais baseadas em processos deliberativos e que resultam em escolhas melhor informadas (Baker *et al.* 2006; Barber 1999; Gutmann & Thompson 1996; McClurg 2004; Smith 2010). Em terceiro lugar, afora a atuação em campanhas, os cidadãos podem contatar seus representantes eleitos para expressar suas opiniões políticas, fazer demandas que representam interesses coletivos ou para pedir ajuda com problemas pessoais. Tal forma de participação política tem um papel ambíguo na democracia. Se de um lado facilita ao representante ter uma visão concreta e imediata do ponto de vista de pelo menos alguns representados; por outro lado, esse tipo de contato pode ter efeitos nocivos ao contribuir para que alguns grupos tenham uma influência *desmedida* sobre a política. Na maioria dos casos, porém, é provável que tal classe de contato seja orientada para o cidadão que pede ajuda do

político para solucionar problemas pessoais (pedir dinheiro, favores etc.). É nesse contexto que o contato com os políticos pode levar ao clientelismo e talvez à corrupção.

Em quarto lugar, os movimentos sociais e os protestos formam outra dimensão da participação. Os movimentos sociais desempenham um papel importante, embora discutível, no processo de democratização. Para alguns autores, os movimentos sociais fortalecem a democracia; para outros, eles podem, pelo menos sob certas condições, miná-la. Na visão do primeiro grupo de autores, os movimentos sociais promoveram as transições para a democracia durante a chamada “terceira onda” de democratização (Cohen & Arato 1992; Gill 2000; Markoff 1996; Tilly 2004; Avritzer 2005). Além disso, nos regimes democráticos atuais as formas não convencionais de participação como os protestos têm se convertido em um componente do “repertório” de métodos legítimos de influenciar o sistema político (Kaase & Marsh 1979; Norris 2002).

Contudo, outros autores atribuem a instabilidade política, tanto nas democracias quanto nos regimes não democráticos, aos movimentos sociais. Uma linha conservadora, representada por acadêmicos como Huntington (1996), argumenta que a mobilização social ameaça o desenvolvimento político no processo de modernização e torna-se preciso limitar a voz do cidadão. Nos últimos anos, pesquisadores de outra tendência têm retomado o assunto, expondo a posição de que depois da terceira onda da democratização as mobilizações sociais de rua já contribuíram, em vários instantes, para a queda de presidentes, mas não resultaram na queda da democracia em si (Hochstetler 2006; Hochstetler & Edwards 2009; Kim & Bahry 2008; Pérez-Liñán 2007). Ou seja, o novo padrão da instabilidade política na América Latina consiste não em ameaças ao regime democrático, mas em desafios à longevidade de executivos individuais. A partir do começo do novo século, movimentos sociais contribuíram para instabilidade na presidência em vários países da América Latina: amplamente conhecida na Argentina em 2001, mas também na Bolívia em 2003 e 2005, no Peru em 2000, na Venezuela em 2002, no

Equador em 2000 e 2005 e em Honduras em 2009. Vale lembrar, todavia, que em todos esses casos o regime democrático sobreviveu, mesmo que tenha sido interrompido por curtos interregnos. Assim reconhecemos um papel duplo da participação de movimentos sociais, sustentando que tais movimentos contribuem para a democratização da sociedade e ao mesmo tempo para um novo padrão de instabilidade política.

No presente capítulo, então, buscamos descrever e entender a participação política nas Américas, como outro indicador do funcionamento e da qualidade da democracia. Abordamos a participação a partir das quatro dimensões discutidas acima: a votação, a participação de campanha, o contato com os políticos e a participação em protestos. Esperamos que nem sempre todas as formas de participação coincidam. Em alguns países das Américas os cidadãos participam mais da política eleitoral, enquanto em outros países os “repertórios” participativos destacam mais o protesto político como forma de expressão de preferências.

O resto do capítulo divide-se em várias seções. A próxima seção lida com a pergunta de pesquisa: “Quem participa?”, desenvolvendo nossas expectativas teóricas e empíricas. Logo depois, apresentamos os resultados do Barômetro das Américas 2010, descrevendo os níveis de engajamento nas quatro formas de participação política e procurando entender quem participa com mais frequência. Em seguida, abordamos a questão da participação na sociedade civil, com o propósito de entender não somente o nível de engajamento no chamado “terceiro setor” no Brasil, mas também como esse tipo de engajamento afeta a propensão dos brasileiros a participarem na política. Na penúltima seção empírica, investigamos o papel da geografia na participação política no Brasil, pesquisando até que ponto a participação nas áreas urbanas diferencia-se da participação rural, assim como até que ponto a participação distribui-se equitativamente pelas distintas regiões do país. Por último, desenvolvemos modelos multivariados de participação política, procurando especialmente entender o papel do capital social, concebido como participação em organizações da sociedade civil e confiança interpessoal, na

explicação da participação política. Investigamos também se tais fatores influenciam no comportamento das brasileiras de modo distinto do que influenciam no comportamento político de seus concidadãos do sexo oposto.

Na conclusão, consideramos uma série de perguntas. Em primeiro lugar, o que podemos dizer a respeito da qualidade da democracia brasileira a partir dos resultados apresentados aqui? Até que ponto a participação é disseminada pela cidadania brasileira? E até que ponto as clivagens de caráter pessoal ou atributivo, tais como a raça, gênero e a classe social, afetam as taxas de participação? Para antecipar algumas conclusões, ao contrário dos capítulos anteriores, na presente análise não achamos nenhum fator explicativo baseado em cor, gênero ou escolaridade que desempenhe papel central na explicação. É importante destacar que a escolarização não configura uma clivagem principal na explicação de quem participa na política e quem não; do mesmo modo, o gênero do entrevistado tem pouca importância, à exceção da participação em campanhas eleitorais, e o nível de riqueza tem uma influência importante só na participação de campanha e na sociedade civil. Em algumas circunstâncias, a raça importa, mas de modo sutil. Os brasileiros que se autoidentificam como pretos comparecem às urnas a uma taxa levemente inferior à taxa encontrada entre os demais cidadãos. Mas, essa baixa participação na dimensão eleitoral é compensada no que tange à participação em protestos políticos, manifestada com mais frequência. Enquanto isso, os cidadãos indígenas engajam-se a níveis significativamente maiores do que os não indígenas em todas as formas de participação, menos a de campanha.

Em segundo lugar, na conclusão, consideramos também a seguinte questão: Qual a relação entre a participação e as atitudes dos cidadãos e cidadãs brasileiros no que tange à legitimidade do sistema político e da democracia brasileiros? Desenvolvemos nossa teoria, sustentando que os cidadãos latino-americanos decidem participar ou não na política em parte em função das atitudes políticas, embora a relação seja frágil e não linear. Esses argumentos logo servem como base

do próximo e último capítulo do livro, sobre os determinantes da legitimidade política no Brasil e na América Latina.

## **6.2 Quem participa? Expectativas teóricas e empíricas**

Como os brasileiros e brasileiras comparam-se aos cidadãos dos outros países das Américas no que tange à participação política? Participam mais ou menos do que os cidadãos de outros países? Têm alguma “especialização” dentro do leque amplo de possíveis ações políticas? Ou seja, o brasileiro participa mais de campanhas políticas ou de protestos na rua?

Após abordar essas questões, em seguida exploraremos uma pergunta que tem implicações para a nossa capacidade de entender o quão representativa e democrática é a participação política no Brasil: Quem participa e quem não participa? Para responder essa pergunta, faremos uma primeira abordagem por meio das características pessoais demográficas, tais como a cor, o gênero, a idade, a escolaridade e o nível de riqueza. O voto obrigatório no Brasil pode fazer com que a votação seja distribuída de um modo mais equitativo pela cidadania do que em outros países, embora vários estudiosos tenham identificado fatores demográficos que influenciam na evasão eleitoral no Brasil (Castro 2007; Katz 2008; Kerbaux 2004; Power 2009). Ademais, é preciso investigar o grau de representatividade das outras formas de participação para podermos entender a qualidade da democracia no Brasil.

Contudo, nossa exploração da resposta à pergunta destacada acima vai além das características atributivas que influenciam no grau de participação do cidadão. Buscamos também identificar quais os contextos e as atitudes que levam os cidadãos a participar, tomando como marco teórico a perspectiva do capital social. O capital social abrange duas características dos cidadãos: a participação na sociedade civil e a confiança interpessoal. Esses dois fatores facilitam a participação política e promovem a qualidade democrática.

Embora o estudo fundador de Almond e Verba tenha concluído que a sociedade civil era mais ativa nas democracias industriais avançadas (1989), as transições democráticas e o estabelecimento de novos governos na América Latina demonstraram a extensão da participação cívica através do continente (Avritzer 2005)<sup>51</sup>. Na América Latina, assim como em muitas outras regiões do mundo, os cidadãos participam ativamente de associações locais da sociedade civil, como as associações de pais e mestres e as associações de bairro. Os teóricos da sociedade civil argumentam que o engajamento de cidadãos em grupos cívicos é crítica para a qualidade democrática. O mais conhecido desses teóricos, Robert Putnam, em sua obra clássica sobre a cultura política da Itália, sustenta que a participação cívica estimula a formação do capital social, o conjunto de “confiança, normas e redes” necessário para a cooperação cidadã visando solucionar problemas comunitários (Putnam 1993).

Assim, a participação da sociedade civil pode facilitar a participação em outras formas de engajamento mais tradicionais da política. Tal efeito ocorre por meio de diversos mecanismos. O capital social formado nas associações sociais pode facilitar a formação de grupos independentes de cidadãos para resolver problemas políticos. Além disso, por meio da participação em associações da sociedade civil os cidadãos podem conhecer políticos e pessoas engajadas na política, ampliando as redes de contatos políticos dos cidadãos. Assim, as organizações da sociedade civil podem se transformar em pontos de recrutamento de futuros cabos eleitorais, de pessoas engajadas em campanhas eleitorais e, inclusive, dispostas a se juntarem a protestos políticos. As associações criam oportunidades para esse tipo de recrutamento por três razões: primeiro, é mais fácil contatar muitas pessoas de uma vez; segundo, os participantes, uma vez convencidos por políticos ou ativistas políticos, ajudam a convencer e agregar outros participantes; terceiro, os políticos sabem que os cidadãos engajados em associações e grupos sociais são pré-dispostos à

---

<sup>51</sup> Ver também os capítulos sobre mobilização da sociedade civil no livro editado por Alfred Stepan, *Democratizando o Brasil*.

participação e, portanto, os esforços para estimular a participação política terão maior chance de sucesso. Finalmente, os cidadãos podem se politizar por meio do associativismo, passando a entender melhor os problemas que enfrentam suas associações e localidades e obtendo ganhos informacionais sobre alternativas para a solução desses problemas.

De modo similar, a confiança interpessoal, a qual constitui a outra face do capital social, pode também fomentar a democracia de alta qualidade. Putnam (1993) argumenta que os cidadãos que participam da sociedade civil aprendem a trabalhar juntos e a confiar nos outros. Ao mesmo tempo, os cidadãos com maior nível de confiança interpessoal podem ser mais propensos a se engajar na vida pública por meio das urnas, das campanhas e dos protestos (Benson & Rochon 2004; Sullivan & Transue 1999). Isso porque a confiança interpessoal pode fazer com que os cidadãos estejam mais otimistas ao avaliar a probabilidade da participação alcançar o resultado esperado. Adicionalmente, muitos tipos de participação requerem contato e cooperação com pessoas desconhecidas. Dessa forma, os que mais confiam nos concidadãos em geral podem estar mais dispostos a aceitar os riscos que acompanhem tal contato com desconhecidos.

Assim, na última seção empírica, avaliamos os efeitos da confiança interpessoal e da participação na sociedade civil no engajamento político dos brasileiros. Contudo, vamos além dos efeitos diretos do capital social. Consideramos que a literatura ignora uma questão importante ao desconsiderar as diferenças entre homens e mulheres nos efeitos do capital social. Pode ser que o capital social tenha maior influência no comportamento político dos homens. Isso aconteceria se os homens que participam na sociedade civil tivessem uma maior tendência de fazê-lo na capacidade de líderes, em vez de membros comuns e, por tanto, de se politizar mais. Porém, do outro lado talvez o capital social influencie mais na participação feminina. Isso poderia ocorrer se as mulheres estiverem mais em sintonia com o entorno social e forem mais suscetíveis às influências que provêm dele. Um estudo recente dos efeitos das redes sociais nos Estados Unidos demonstrou que esses espaços

virtuais importam muito mais para a politização das mulheres do que dos homens (Djupe *et al.* 2010). Voltando para o Brasil, sabe-se que existem diferenças importantes entre os sexos na sociabilidade e na composição das redes sociais (Marques 2009a, 2009b; Oliveira 2007). Em estudos recentes, Rennó (2010) e Desposato e Norrander (2009) demonstraram que na maioria dos países da América Latina ainda permanecem diferenças entre os sexos na participação política e que fatores pessoais e contextuais impactam de modo diferencial na participação dos homens e das mulheres.

### 6.3 Participação eleitoral no Brasil e na América Latina

Começamos com a análise do comparecimento às urnas no Brasil e em perspectiva comparada. Nos países presidenciais do Barômetro das Américas 2010, perguntou-se para cada entrevistado se ele tinha votado na última eleição presidencial, especificando o ano da eleição. O texto da questão no Brasil é o seguinte:

VB2. O(A) sr./sra. votou nas últimas eleições presidenciais de 2006?
--

(1) Sim, votou	(2) Não votou	(88) NS	(98) NR
----------------	---------------	---------	---------

Nos países com sistema parlamentarista, indagou-se sobre as eleições nacionais mais recentes. Obviamente, a última eleição ocorreu em momentos distintos em cada país. No Brasil, a pesquisa de 2010 perguntou sobre o comparecimento na eleição de 2006, já que a pesquisa foi realizada em março e abril e as eleições daquele ano só ocorreram em outubro.

Fazemos também uma comparação da declaração de haver votado com dados oficiais sobre comparecimento nas últimas eleições. Isso porque há uma tendência forte em alguns países de ocorrer uma sobre-representação do comparecimento às urnas, uma tendência que curiosamente não existe no Brasil. Tal tendência é um fenômeno que tem sido explorado por muitos estudiosos em vários países há muito tempo

(Belli *et al.* 1999; Bernstein *et al.* 2001; Clausen 1968; Jackman 1998; Karp & Brockington 2005; Traugott & Katosh 1981). Considera-se que quanto maior a pressão social para comparecer, maior é a sobre-representação do comparecimento. O viés da aceitabilidade social (*social desirability bias*) leva algumas pessoas que não compareceram a declarar o inverso para evitar admitir ao entrevistador um comportamento que consideram indesejável.<sup>52</sup>

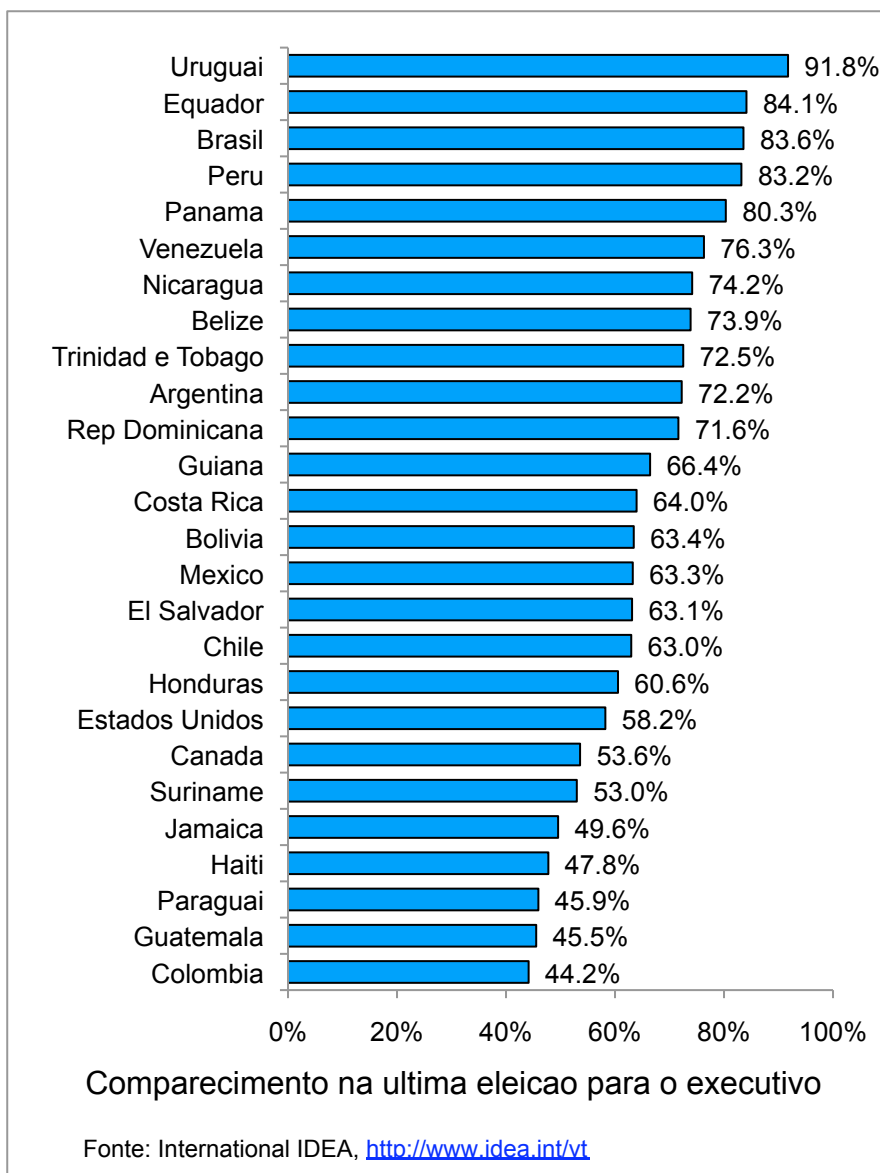
Por exemplo, a taxa de comparecimento declarada pelos chilenos na pesquisa do Barômetro das Américas de 2010 é de 94%, quando na realidade a taxa de comparecimento, medida oficialmente, naquele país é de 63%.<sup>53</sup> Nos Estados Unidos, as cifras respectivas são de 83% e 58%. Contudo, no Brasil o comparecimento declarado é de 83.4% e os dados oficiais indicam 83.6%, uma correspondência bastante alta.<sup>54</sup> Além do mais, em alguns poucos países o voto é sub-representado, ou seja, menos entrevistados declararam ter comparecido às urnas na pesquisa de opinião pública do que nas estatísticas oficiais. Por isso, na figura 6.1 apresentamos os resultados oficiais para que se aprecie melhor o lugar do Brasil em comparação aos outros países das América.

---

<sup>52</sup> Entretanto, vale a pena notar que a tendência a sobre-representar o comparecimento também é elevada nos Estados Unidos e no Canadá, onde a pesquisa foi conduzida pela internet e, portanto não contou com a presença de um entrevistador, o que diminui o viés de aceitabilidade social.

<sup>53</sup> Estatísticas oficiais da fundação International IDEA, <http://www.idea.int/vt>.

<sup>54</sup> Comparando os dados do Barômetro das Américas de 2010 com o comparecimento oficial reportado pela International IDEA, é notável que haja uma correlação forte ( $r = .345$ ,  $p = .08$ ) entre voto optativo e a tendência a sobre-representar o comparecimento. Ou seja, os países onde menos se sobre-representa o comparecimento às urnas são os países onde o voto é obrigatório.

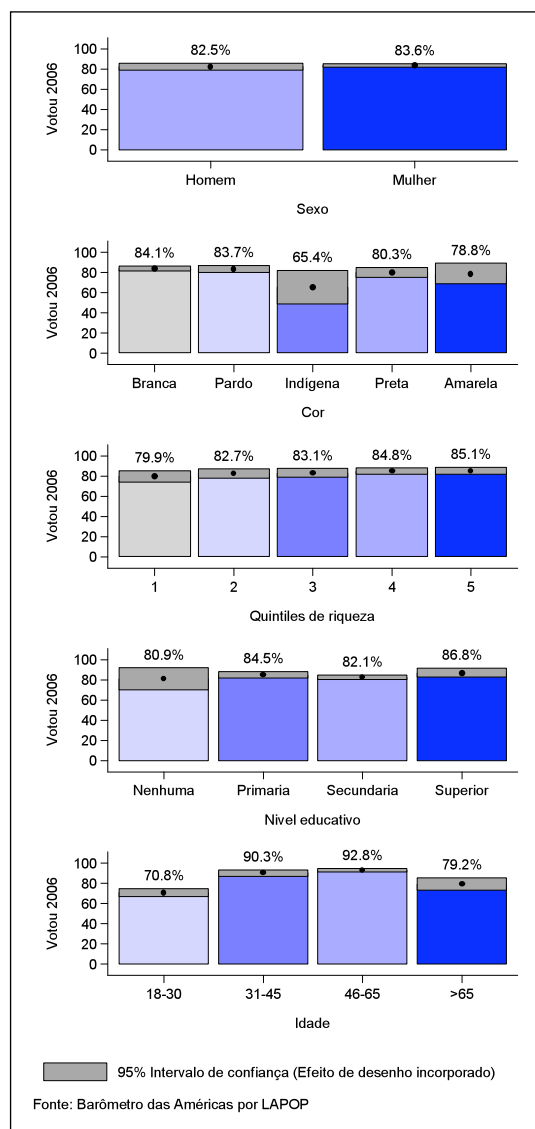


**Figura 6.1 Comparcimento do eleitorado na ultima eleição para o executivo**

O resultado que sobressai da figura acima é a elevada taxa de comparecimento no Brasil. Dentre os 26 países das Américas, a votação brasileira é menor apenas em relação ao comparecimento no Uruguai e no Equador. Pode-se afirmar que tal fenômeno é o resultado do voto obrigatório no Brasil e essa especulação seria justificada, mas só até certo ponto. O Barômetro das Américas de 2010 foi conduzido em 11 países com voto obrigatório, incluindo, além do Brasil, Argentina,

Bolívia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Honduras, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Não há dúvida de que a votação nesses 11 países é maior do que nos países onde o voto não é obrigatório; as médias das taxas de comparecimento são de 62% nos países com voto facultativo e de 71% nos países com voto obrigatório. Contudo, mesmo dentre os países com voto obrigatório, o comparecimento eleitoral no Brasil é elevado. Tal resultado contribui para uma conclusão preliminar de que as eleições brasileiras talvez sejam mais representativas do que em outros países.

Entretanto, para logarmos entender melhor o quão representativas são as eleições no Brasil, é preciso identificar *quem* vota e *quem* não vota. O fato de concluirmos que definitivamente *não* há sobre-representação do comparecimento no Brasil fortalece a confiança no nosso poder de analisar o comparecimento eleitoral brasileiro a partir dos dados do Barômetro das Américas no que tange à declaração de ter comparecido nas últimas eleições. Ou seja, esse indicador apresenta ter validade externa, conforme o jargão das ciências sociais. Na figura 6.2, exploramos a incidência de votação por gênero, cor, nível de riqueza, idade e nível educacional. Vemos que as diferenças no comparecimento são irrelevantes entre homens e mulheres. Contudo, as diferenças são mais pronunciadas para os níveis de escolarização e de riqueza, de tal modo que os entrevistados com maior educação formal e maiores recursos participam mais; para a idade, em que o comparecimento é maior nas faixas etárias entre 31 e 65 anos e menor entre os entrevistados de 30 anos para abaixo; e para a cor ou etnicidade, em que os indígenas comparecem a taxas bem inferiores do que os outros brasileiros, enquanto as pessoas pretas e amarelas participam um pouco menos do que os brasileiros que se auto-identificam como brancos ou pardos. Esses resultados confirmam o que outros estudos já mostraram: apesar do voto ser obrigatório no Brasil, algumas pessoas tendem a comparecer mais do que outras (Katz 2008; Kerbaux 2004; Power 2009).



**Figura 6.2 Comparecimento eleitoral em 2006 no Brasil, 2010, segundo características demográficas**

#### 6.4 Participação de campanha

Até que ponto o brasileiro participa das campanhas eleitorais? Consideramos três aspectos da participação em campanhas: o comparecimento às reuniões partidárias, as tentativas de convencer outras pessoas a votar em certo candidato e o trabalho para candidatos ou partidos. Tais aspectos se mensuraram por meio das seguintes questões:

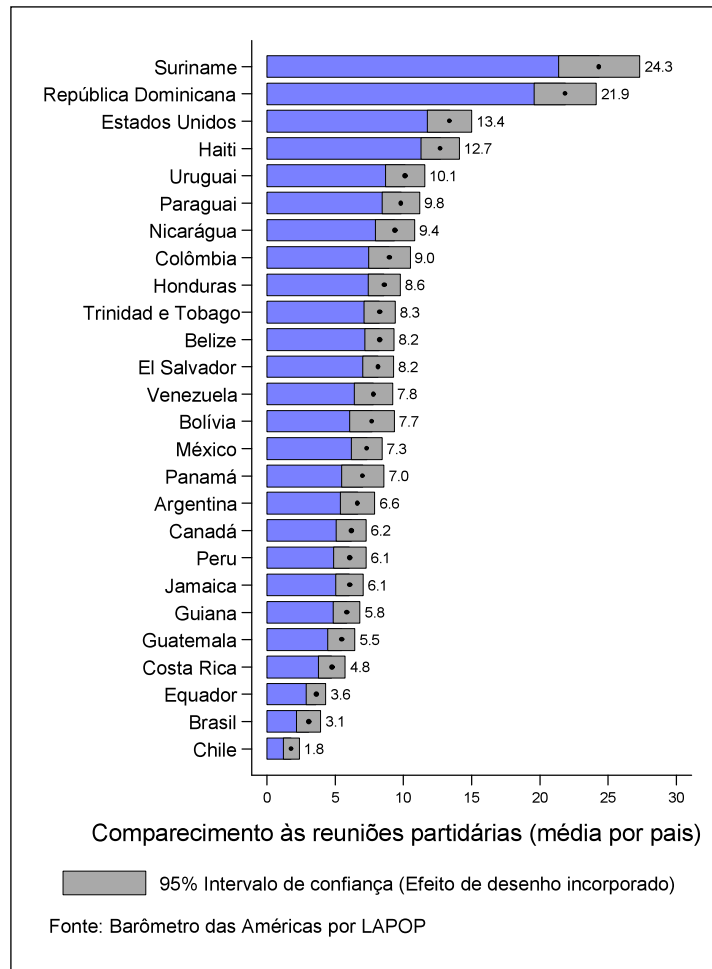
<p><b>CP13.</b> Agora vou ler uma lista de grupos e organizações. Por favor, diga se o(a) sr./sra. assiste às reuniões dessas organizações pelo menos uma vez por semana, uma ou duas vezes ao mês, uma ou duas vezes ao ano, ou nunca. <b>Reuniões de um partido ou movimento político?</b> Assiste...</p>			
(1) Uma vez por semana	(2) Uma ou duas vezes ao mês		
(3) uma ou duas vezes ao ano	(4) Nunca	(88) NS	(99) NR
<p><b>PP1.</b> Durante as eleições, algumas pessoas tentam convencer outras pessoas a votar em algum partido ou candidato. Com que frequência o(a) sr./sra. tentou convencer outras pessoas a votar em um partido ou candidato? <b>[Ler alternativas]</b></p>			
(1) Frequentemente	(2) De vez em quando		
(3) Muito raramente	(4) Nunca	(88) NS	(98) NR
<p><b>PP2.</b> Existem pessoas que trabalham para algum partido ou candidato durante as campanhas eleitorais. O(A) sr./sra. trabalhou para algum partido ou candidato nas eleições presidenciais de 2006?</p>			
(1) Sim, trabalhou	(2) Não trabalhou	(88) NS	(98) NR

Obviamente, a questão PP2 teve de ser modificada para cada país, segundo o calendário eleitoral. As respostas para todos os itens foram recodificadas seguindo o padrão do Barômetro das Américas, utilizando uma escala de 0 a 100, onde “0” representa nenhuma participação e “100” representa a maior participação possível. Assim, na primeira e na segunda variáveis um valor de “0” representa não participar nunca, “33.3” representa participar muito pouco/umas vezes ao ano, “66.7” representa participar de vez em quando/umas vezes ao mês, e “100” representa participar frequentemente/uma vez por semana. Na terceira variável, por enquanto, “0” representa não ter trabalhado para nenhum partido ou candidato e “100” representa ter trabalhado. Em seguida consideramos as respostas brasileiras no contexto comparado para cada questão; logo depois, faremos uma escala das três questões.

Até que ponto os brasileiros participam de reuniões partidárias? A avaliação da importância dos partidos brasileiros para explicar o comportamento político no país tem sido uma discussão polêmica na ciência política que estuda o Brasil. Embora vários autores tenham mostrado a crescente consolidação do sistema partidário em âmbito das elites (Braga 2006; Figueiredo & Limongi 2000; Leoni 2002; Lyne 2008; Zucco 2009; para uma visão contrária, ver Lucas & Samuels 2010), a fraqueza dos

partidos no âmbito das massas, à exceção do PT, é ponto de maior consenso entre estudiosos do tema (Ames *et al.* Forthcoming; Carreirão 2007; Kinzo 2005; Veiga 2007). Os laços partidários que existem no Brasil traduzem-se mais por simpatia partidária do que participação ativa na estrutura organizacional dos partidos. Além do mais, os resultados apresentados no capítulo anterior confirmam que mesmo a identificação partidária no Brasil é menor do que em muitos outros países das Américas. Assim, não esperamos achar níveis elevados de participação de reuniões partidárias entre os brasileiros.

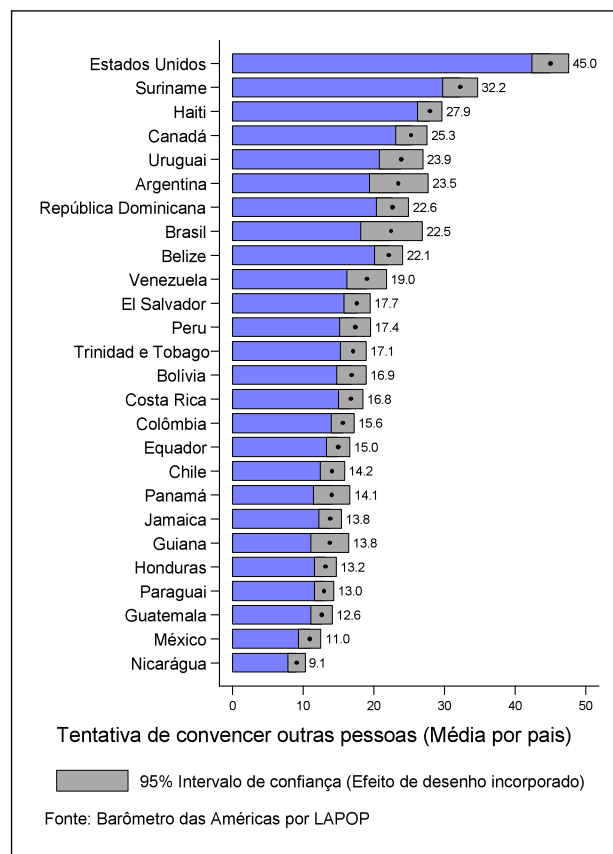
A figura 6.3 confirma tal expectativa. Esse gráfico representa a média por cada país na escala recodificada da questão CP13. De fato, o Brasil é o país com o segundo mais baixo nível de comparecimento às reuniões partidárias em todas as Américas, com uma média baixíssima de 3.1, uma participação só maior que a do Chile. No outro lado, a maior participação encontra-se em três países do Caribe e nos Estados Unidos.



**Figura 6.3. Comparcimento às reuniões partidárias, 2010**

O desengajamento brasileiro em partidos políticos estende-se a outras formas de participação em campanhas eleitorais, especificamente às tentativas de convencer outras pessoas e a trabalhar para candidatos e partidos? Apostamos em uma resposta negativa para essa pergunta. Ou seja, nossa hipótese é que os níveis dessas duas formas de participação sejam bem maiores do que a participação em reuniões partidárias. Uma nova linha de pesquisa demonstra a influência das redes sociais no comportamento eleitoral brasileiro (Ames *et al.* Forthcoming; Baker *et al.* 2006; Smith 2010). Esperamos que a discussão política seja não somente influente, mas também relativamente comum. Além disso, a proeminência da política personalista (às vezes clientelista) no Brasil leva a uma situação na qual muitos brasileiros trabalham para políticos e não para partidos.

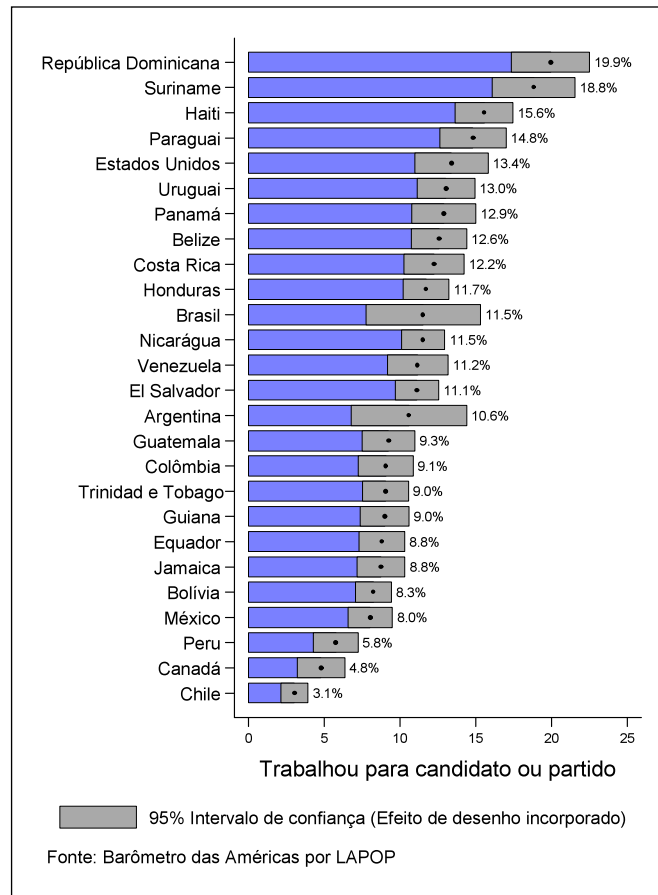
Na figura 6.4, consideramos a média por país na variável PP2, a qual mede as tentativas de convencer outras pessoas a votarem em algum candidato ou partido. Encontramos o Brasil em oitavo lugar dentre os 26 países das Américas nesse formato de participação, com uma média de 22.5. É importante frisar que uma quarta parte dos brasileiros reporta tentar convencer outras pessoas pelo menos “de vez em quando”. Esse grau de participação, em combinação com a baixíssima adesão partidária, sugere fortemente que os brasileiros se engajam nas campanhas não por meio dos partidos, mas por meio de vínculos pessoais e personalistas com os políticos.



**Figura 6.4. Tentativa de convencer outras pessoas, 2010**

Por último, indagamos até que ponto o eleitor brasileiro trabalha para candidatos ou partidos. Os resultados acima resumidos sugerem hipóteses diferentes: por um lado, engajamento com os candidatos e por outro distanciamento da organização partidária. Na figura 6.5 consideramos a porcentagem de cidadãos de cada país que

declarou ter trabalhado para algum candidato ou partido na última eleição. Agora, o Brasil fica no décimo primeiro lugar dentre os países das Américas, com aproximadamente um em cada nove cidadãos reportando ter trabalhado de campanha.

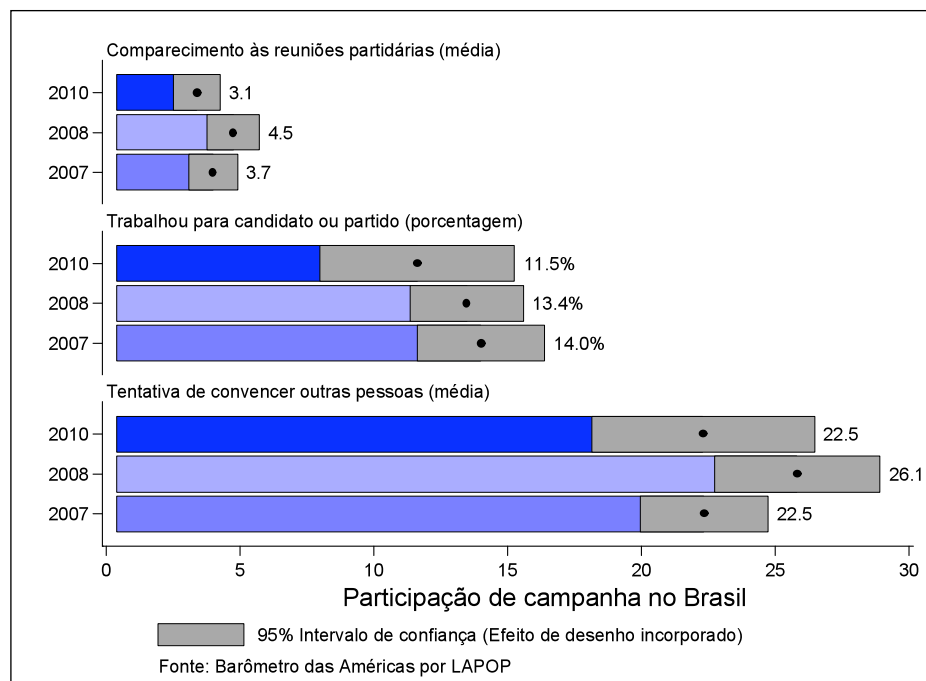


**Figura 6.5. Porcentagem que trabalhou para candidatos e partidos, 2010**

Cabem mais duas observações com respeito à relação entre essas três medidas de participação de campanha. Em primeiro lugar, embora haja uma correlação entre as tentativas de convencer outras pessoas e trabalhar para candidatos ou partidos, a elevada taxa de tentativas de convencer outras pessoas não se explica apenas pelas pessoas que trabalham para candidatos. De fato, 76% dos brasileiros que reportam ter tentado convencer outras pessoas “de vez em quando” ou “frequentemente” dizem não trabalhar para candidatos ou partidos. Em segundo lugar, o fato de tão poucas pessoas comparecerem às reuniões partidárias, mas um número bem mais elevado trabalhar para candidatos ou partidos, sugere que há muitas pessoas que

trabalham para candidatos, mas que não tem nenhum laço partidário. Confirmamos nos dados que 79% dos brasileiros que dizem ter trabalhado para algum candidato reportam nunca comparecer às reuniões partidárias.

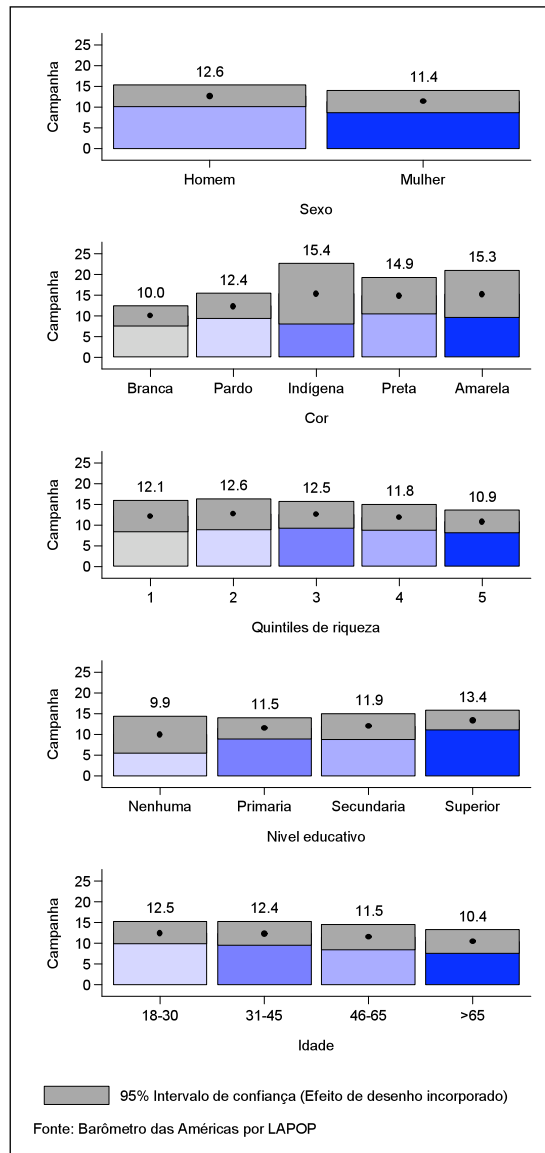
Como tem variado a participação de campanha no Brasil por meio das três medições do Barômetro das Américas? Na figura 6.6, apreciamos que o nível de participação tem flutuado pouco desde a primeira onda de entrevistas no Brasil, em 2007. Embora a participação tenha sido um pouco maior em 2008, essa diferença não é significativa para nenhuma das três variáveis. O leve aumento em 2008 talvez tenha sido por causa das eleições locais daquele ano.



**Figura 6.6. Participação de campanha no Brasil através do tempo**

Até que ponto a participação em campanhas distribui-se equitativamente pela cidadania brasileira? As diferenças de gênero, instrução e lugar de residência se traduzem em vantagens de participação? Na medida em que a participação não se distribui de um modo igualitário, os pontos de vista e preferências políticas de alguns brasileiros serão mais bem representados do que os pontos de vista e preferências políticas de outros. Para responder a essas questões, calculamos a

média das três medidas de participação para chegar a um índice de participação de campanha. Na figura 6.7 vemos a distribuição desse índice por sexo, nível de instrução, nível de riqueza, idade e cor. Nota-se que a participação em campanhas eleitorais é maior entre os homens, as pessoas com maior educação formal, as pessoas com menor riqueza e os mais jovens; contudo, nenhuma diferença é estatisticamente significativa. Ou seja, não parece haver distorções causadas por gênero, escolaridade, riqueza e idade na participação política em campanhas eleitorais no Brasil. Também nota-se que a participação em campanha é bem menor entre os brancos do que entre os brasileiros que se autoidentificam como indígenas, amarelos ou pretos, embora essas diferenças também não cheguem à significância estatística na análise bivariada. A maior participação entre grupos minoritários é bem interessante, quando se leva em consideração que o comparecimento eleitoral é menor entre os indígenas e amarelos. Indica que a participação política talvez esteja mais polarizada entre grupos étnicos minoritários, de tal modo que alguns cidadãos de minorias étnicas estão muito desengajados e outros cidadãos estão muito engajados. Esse padrão poderia resultar, pelo menos até certo ponto, da discriminação descrita no capítulo 4.



**Figura 6.7. Participação de campanha no Brasil, 2010, segundo características demográficas**

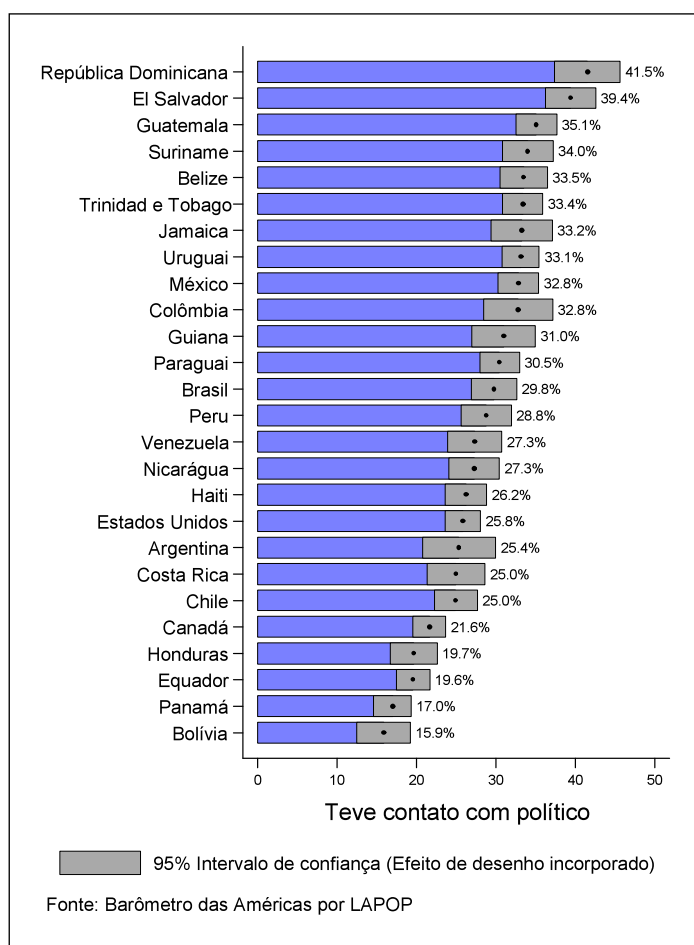
## 6.5 Contato com políticos

Até que ponto o cidadão brasileiro tem contato com políticos? Como expusemos acima, o contato com políticos desempenha um papel ambíguo nas democracias. Por um lado, facilita a comunicação das opiniões políticas dos cidadãos aos políticos, servindo como um mecanismo de retroalimentação (*feedback*). Por outro, pode levar a uma situação na qual alguns interesses pesam mais do que outros, podendo também levar ao clientelismo.

Mensuramos o contato com políticos entre os brasileiros por meio de seis questões dicotômicas (ou seja, com resposta “Sim/Não”). Como a incidência de cada tipo de contato é muito baixa, na presente análise calculamos uma variável para as pessoas que reportam algum contato em qualquer uma das seis questões. Na análise multivariada, no final do capítulo, utilizamos uma variável que conta o número de diferentes tipos de contatos que o entrevistado reporta.

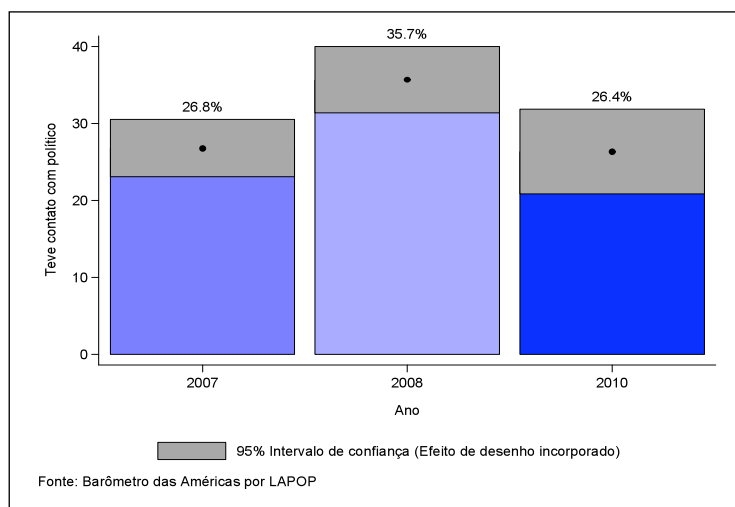
Para poder resolver seus problemas, o(a)sr./sra. pediu ajuda ou cooperação alguma vez...? <b>[Leia as opções e marque as respostas.]</b>			
<b>CP2.</b> A algum deputado federal ou senador?			
(1) Sim	(2) Não	(88) NS	(99) NR
<b>CP4A.</b> A alguma autoridade local como o prefeito, vereador, governador?			
(1) Sim	(2) Não	(88) NS	(99) NR
<b>CP4.</b> A algum ministério/secretaria (federal), instituição pública, ou órgão do estado?			
(1) Sim	(2) Não	(88) NS	(99) NR
<b>CP5BRA.</b> A algum deputado estadual ou distrital?			
(1) Sim	(2) Não	(88) NS	(99) NR
<b>NP1.</b> O(A) sr./sra. assistiu a alguma audiência pública na Câmara dos Vereadores (E DA PREFEITURA) <b>[No DF, diga CÂMARA DISTRITALE DO GOVERNO DO DF]</b> nos últimos 12 meses?			
(1) Sim	(2) Não	(88) NS	(98) NR
<b>NP2.</b> O(A) sr./sra. solicitou ajuda ou enviou pedido a algum vereador <b>[No DF, diga Deputado Distrital]</b> , funcionário ou órgão da prefeitura nos últimos doze meses?			
(1) Sim <b>[Continue]</b>	(2) Não <b>[Vá para SGL1]</b>		
(88) NS/Não se lembra <b>[Vá para SGL1]</b>	(98) NR <b>[Vá para SGL1]</b>		

Em que lugar o Brasil situa-se em comparação com o restante das Américas no nível de contato entre cidadãos e políticos? Na figura 6.8 apresentamos os resultados para o Brasil no contexto comparado das Américas. O Brasil encontra-se bem no meio da distribuição, dessa vez em décimo terceiro lugar entre os 26 países. Aproximadamente 30% dos cidadãos brasileiros declararam algum contato com políticos em alguma das medidas acima listadas.



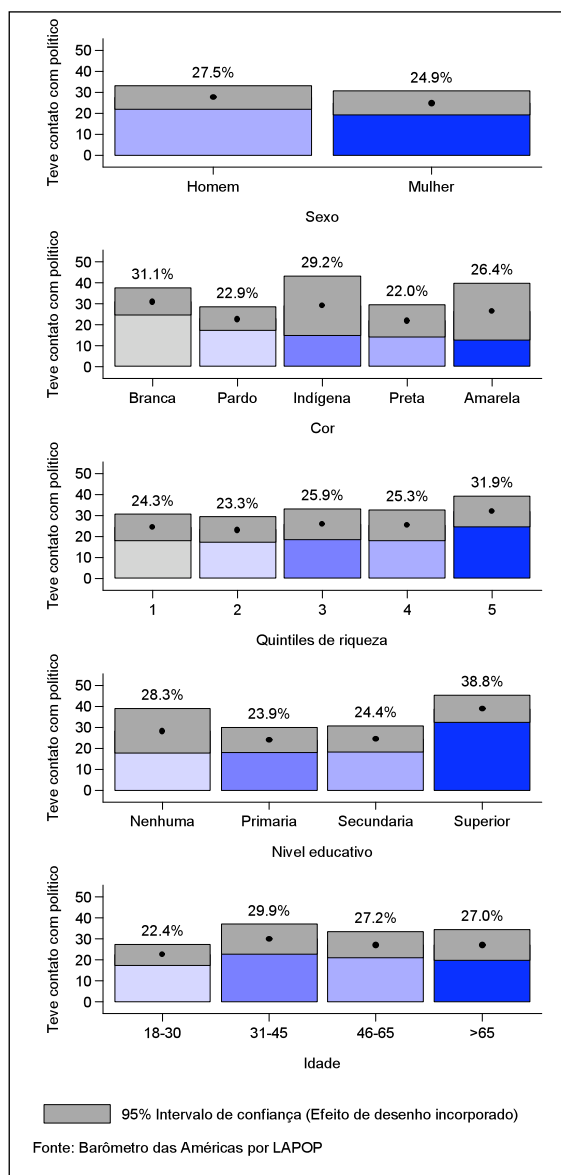
**Figura 6.8. Porcentagem com algum contato com político, 2010**

Como tem evoluído o contato com políticos desde a primeira rodada do Barômetro das Américas no Brasil? Na figura 6.9, de novo vemos o mesmo padrão que descobrimos para a participação em campanhas eleitorais: o contato com políticos foi maior em 2008 do que em 2007 ou 2010, entretanto a diferença é estatisticamente significativa no presente caso. Novamente suspeitamos que esse resultado deve-se à mobilização em torno às eleições locais em 2008.



**Figura 6.9. Porcentagem com algum contato com políticos no Brasil, através do tempo**

Como se distribuem os contatos com políticos? Na figura 6.10, analisamos as diferenças em contato político de vários grupos definidos por gênero, idade, escolarização, riqueza e cor. Embora o contato seja levemente maior entre os homens e menor entre os brasileiros mais jovens e os que se declaram pardos e pretos, os resultados mais fortes e significativos encontram-se para a escolaridade e a riqueza. O contato é mais elevado entre os brasileiros mais instruídos e os encontrados no patamar mais alto de riqueza.



**Figura 6.10. Porcentagem com algum contato com políticos no Brasil, 2010, segundo características demográficas**

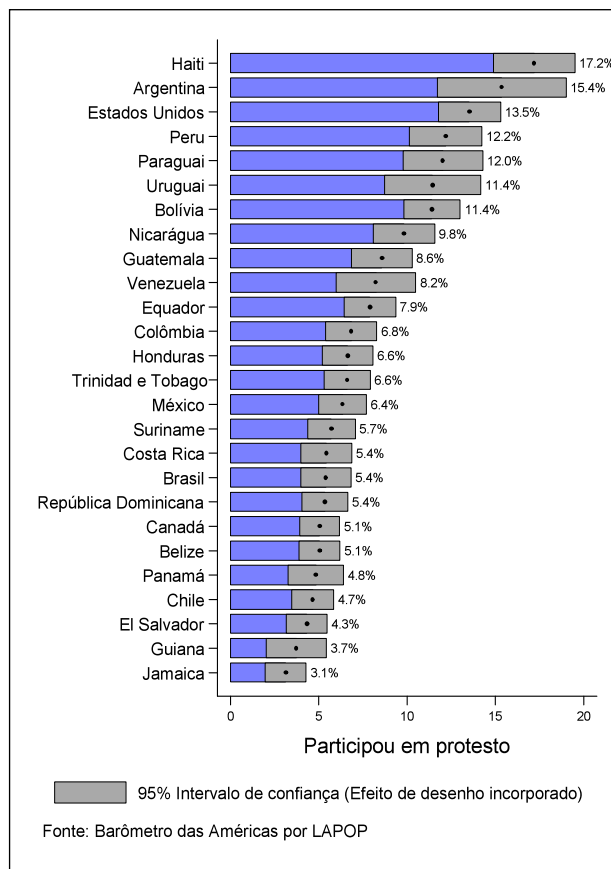
## 6.6 Participação em movimentos sociais

Além da participação política dentro do sistema político tradicional, os cidadãos das Américas também tentam influenciar na política por meio de métodos não convencionais. Para alguns brasileiros, a participação em protestos pode complementar outros tipos de participação. Já para outros, a participação é mais um substituto, por exemplo, o cidadão opta pelo protesto em vez de trabalhar de

campanha. Medimos a participação de movimentos sociais nas Américas com a seguinte questão:

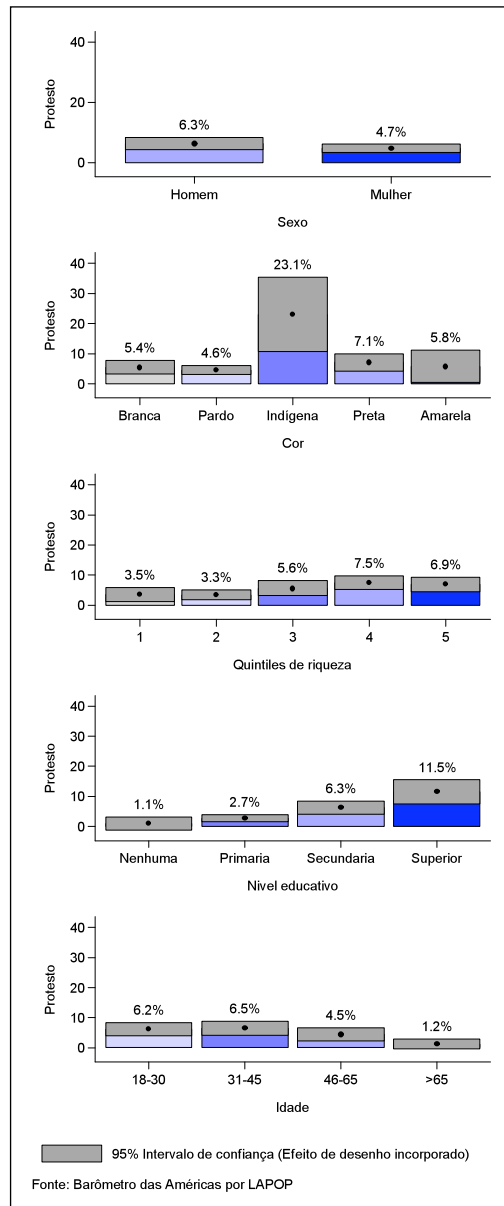
**PROT3.** Nos últimos doze meses, o(a)sr./sra., participou de alguma manifestação ou protesto público? (1) Sim (2) Não (88) NS (98) NR

Até que ponto o cidadão brasileiro participa de protestos? Na figura 6.11, vemos que somente 5% dos brasileiros reportam ter participado de protestos no último ano. Tal cifra coloca o Brasil no décimo oitavo lugar nas Américas, mas o Brasil encontra-se em um conjunto amplo de países com níveis de participação que são estatisticamente indistinguíveis do nível brasileiro, da Colômbia até Guiana. Conclui-se que nesses países o protesto político *não* é uma alternativa importante de participação para a grande maioria dos cidadãos.



**Figura 6.11. Porcentagem que participou em algum protesto, 2010**

Quem participa de movimentos sociais no Brasil? Na figura 6.12, analisamos as taxas de participação de protestos, segundo várias características demográficas. Descobrimos que a participação é maior entre os homens e as pessoas mais jovens e com maior riqueza. Todavia, o nível de escolaridade tem um impacto bem maior na participação. Os brasileiros com escolaridade mais alta são muito mais participativos em formas de protesto do que os brasileiros com baixa escolaridade. Entre os brasileiros com educação superior, a participação é similar ao nível encontrado em países como o Uruguai e a Bolívia. Contudo, sem dúvida o efeito mais forte encontra-se na autoidentificação com o indígena. Quase um de cada quatro brasileiros neste grupo étnico declara ter participado de protesto no último ano, uma taxa de participação até maior do que no Haiti, o país onde mais se participa em movimentos sociais nas Américas.



**Figura 6.12. Porcentagem que participou em protesto no Brasil, 2010, segundo características demográficas**

O nível de participação nos movimentos sociais tem mudado nos últimos anos? A resposta, segundo os dados do Barômetro das Américas, é negativa. A porcentagem de cidadãos reportando alguma participação em protesto em 2007 foi de 5.1%, subiu para 5.7% em 2008 e caiu para 5.4% em 2010. Contudo, essas diferenças estão longe de serem estatisticamente significativas.

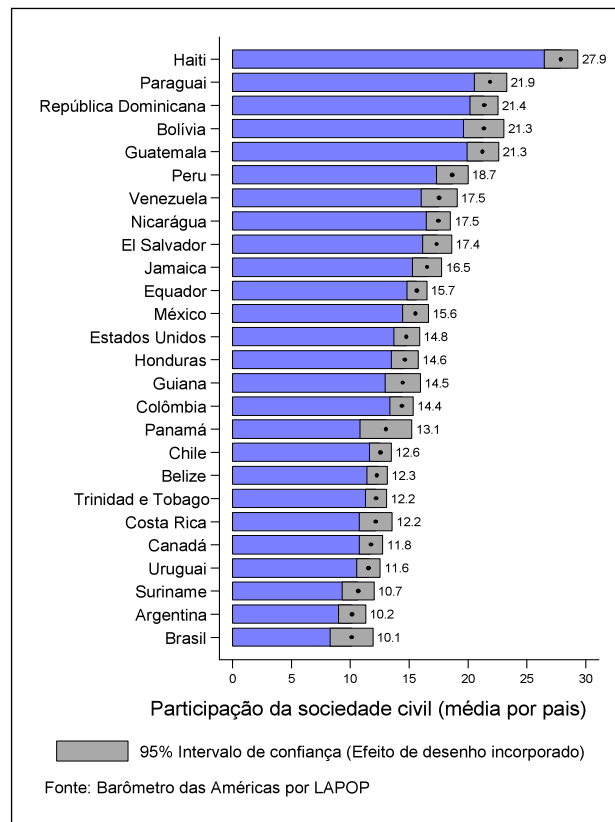
## 6.7: Participação na sociedade civil e participação religiosa

Analizamos aqui também a participação em organizações da sociedade civil. Como explicamos na segunda seção do capítulo, os cidadãos que participam de organizações da sociedade civil adquirem capital social e informação, recursos que os ajudam a participarem também da política. No Barômetro das Américas de 2010, mensuramos a participação na sociedade civil não-religiosa por meio de cinco perguntas, a última feita somente para mulheres. Adicionalmente, medimos a adesão religiosa, com o objetivo de entender outra fonte de informação e capital social.

<b>CP5.</b> Mudando de assunto, nos últimos 12 meses o(a) sr./sra. contribuiu para a solução de algum problema da sua comunidade ou dos seus vizinhos de bairro? Por favor, diga-me se fez isso pelo menos uma vez por semana, uma ou duas vezes ao mês, uma ou duas vezes ao ano, ou nunca nos últimos 12 meses. (1) Uma vez por semana                      (2) Uma ou duas vezes ao mês (3) Uma ou duas vezes ao ano              (4) Nunca                                      (88) NS (99) NR
<b>CP7.</b> Reuniões de uma associação de pais e mestres da escola ou colégio? Assiste.... (1) Uma vez por semana                      (2) Uma ou duas vezes ao mês (3) Uma ou duas vezes ao ano              (4) Nunca                                      (88) NS (99) NR
<b>CP8.</b> Reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade? Assiste (1) Uma vez por semana                      (2) Uma ou duas vezes ao mês (3) Uma ou duas vezes ao ano              (4) Nunca                                      (88) NS (99) NR
<b>CP9.</b> Reuniões de uma associação de profissionais, comerciantes, produtores, e/ou organizações rurais? Assiste... (1) Uma vez por semana                      (2) Uma ou duas vezes ao mês (3) Uma ou duas vezes ao ano              (4) Nunca                                      (88) NS (99) NR
<b>CP20. [Apenas para Mulheres]</b> Reuniões de associações ou grupos de mulheres ou donas de casa? Assiste... (1) Uma vez por semana                      (2) Uma ou duas vezes ao mês (3) Uma ou duas vezes ao ano              (4) Nunca                                      (88) NS (99) NR
<b>Q5A.</b> Com que frequência o(a) sr./sra. vai à missa ou culto religioso? <b>[Leia as Alternativas]</b> (1) Mais de uma vez por semana              (2) Uma vez por semana (3) Uma vez por mês                              (4) Uma ou duas vezes por ano (5) Nunca ou Quase Nunca                                      (88) NS (98) NR

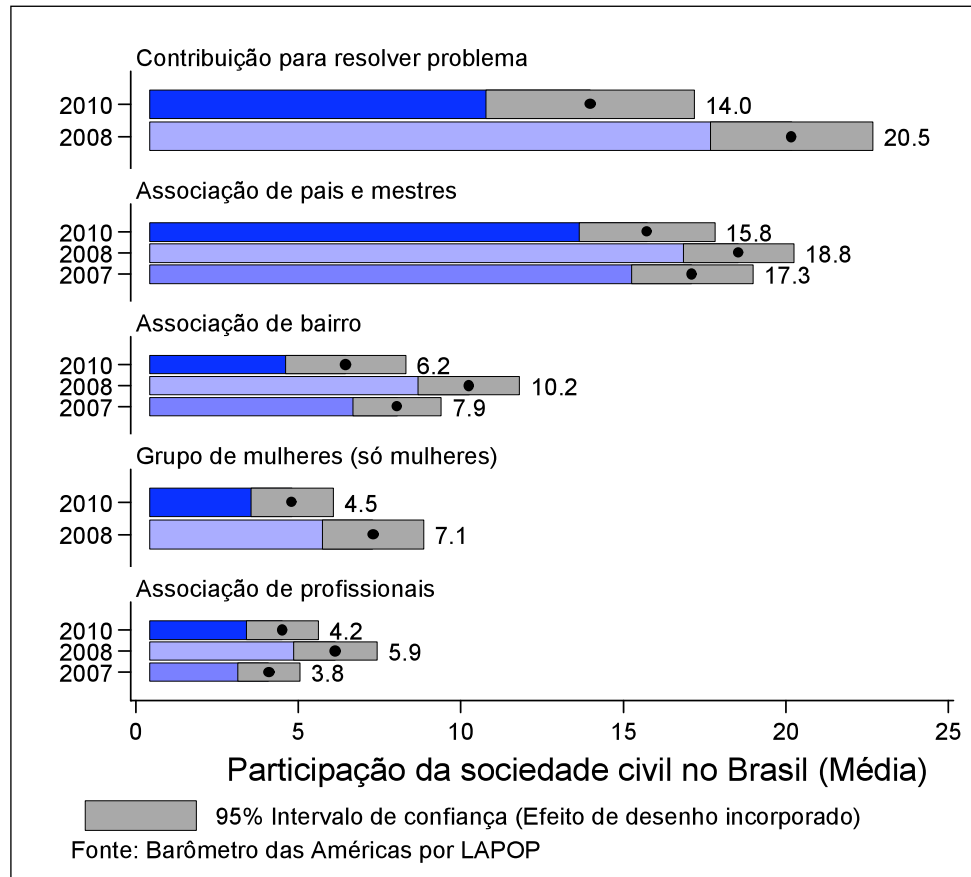
Recodificamos as respostas a cada pergunta em uma escala de 0 a 100, onde “0” representa nunca participar e “100” representa participar pelo menos uma vez na semana. Depois criamos um índice, calculando a média das primeiras cinco perguntas nessa listagem.

Até que ponto os brasileiros participam de organizações tradicionais da sociedade civil? A figura 6.13 revela que tal tipo de participação é muito baixo no Brasil; encontrando-se no último lugar dentre os países das Américas. Quando consideramos cada tipo de participação separadamente, descobrimos que o Brasil se mantém no último ou penúltimo lugar em cada uma das distintas formas de engajamento cívico. Assim, parece que os brasileiros “especializam-se” na participação eleitoral e em campanhas eleitorais e evitam a participação em modos menos convencionais, como o protesto e formas de engajamento cívico.



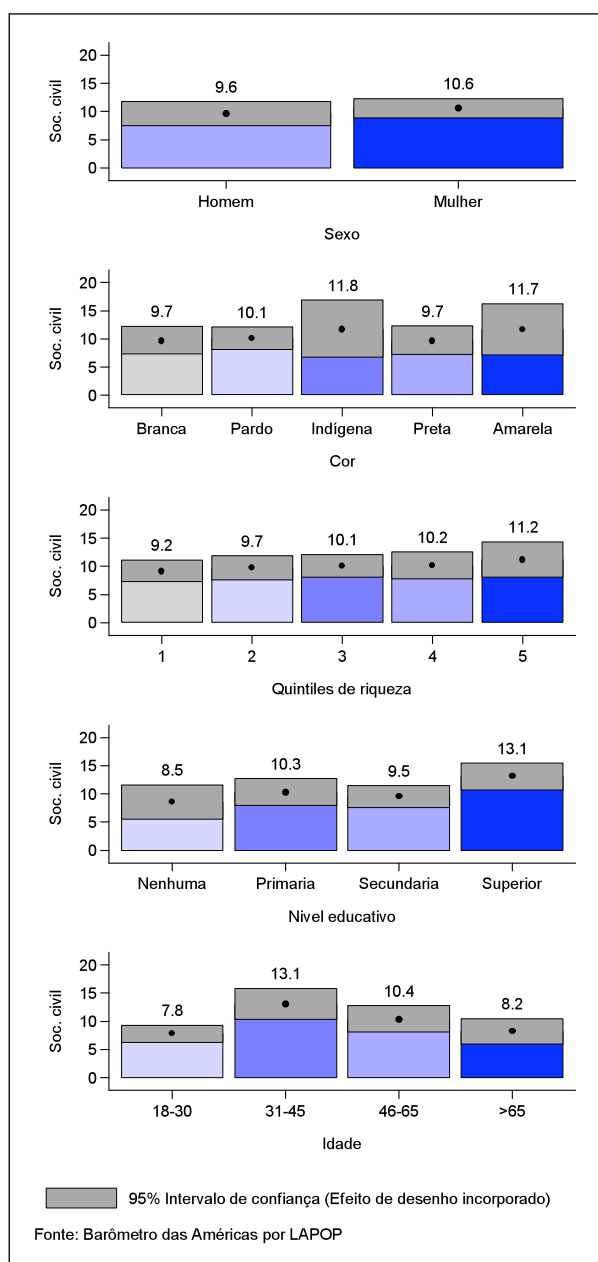
**Figura 6.13. Participação da sociedade civil, 2010**

A participação na sociedade civil tem mudado ao longo das três medições do Barômetro das Américas? Abordamos essa pergunta na figura 6.14. Vemos pouca mudança desde 2007; em 2008 a participação foi um pouco mais elevada, mas a diferença não é estatisticamente significativa. Esse resultado corresponde com os achados da análise de participação de campanha e de contato com políticos.



**Figura 6.14. Participação da sociedade civil no Brasil, através do tempo, 2010**

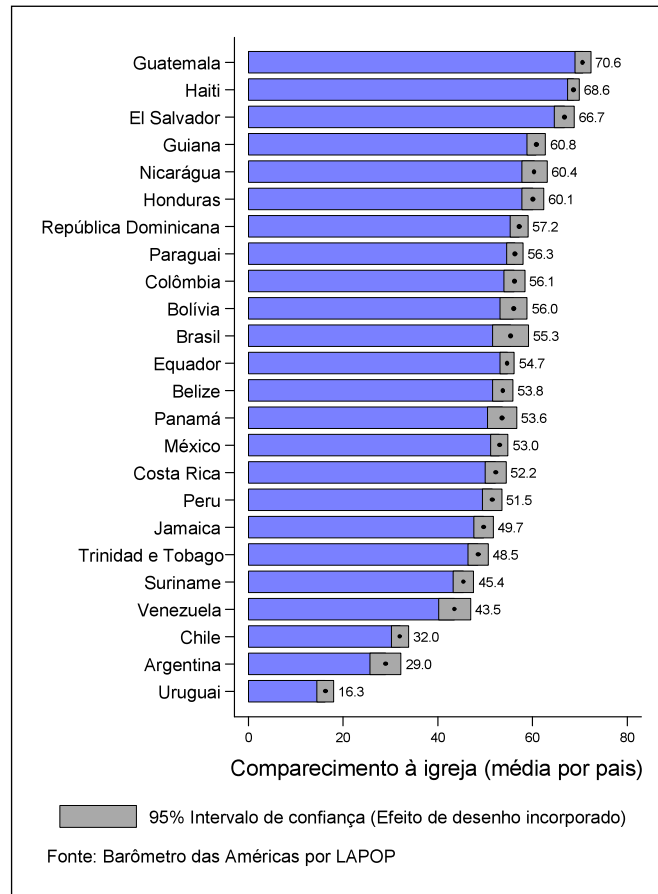
Quem participa da sociedade civil? Na figura 6.15, consideramos essa pergunta, descobrindo poucas diferenças entre grupos definidos por traços atributivos. As mulheres, os indígenas e orientais e os com níveis altos de instrução e riqueza participam um pouco mais da sociedade civil do que os homens, os brancos, pardos e pretos e os com pouca instrução ou riqueza. Por enquanto, a idade apresenta um efeito não linear, de tal modo que os brasileiros entre 31 e 45 têm a participação maior e os entre 18 e 30 têm a participação menor.



**Figura 6.15. Participação da sociedade civil no Brasil, segundo características demográficas, 2010**

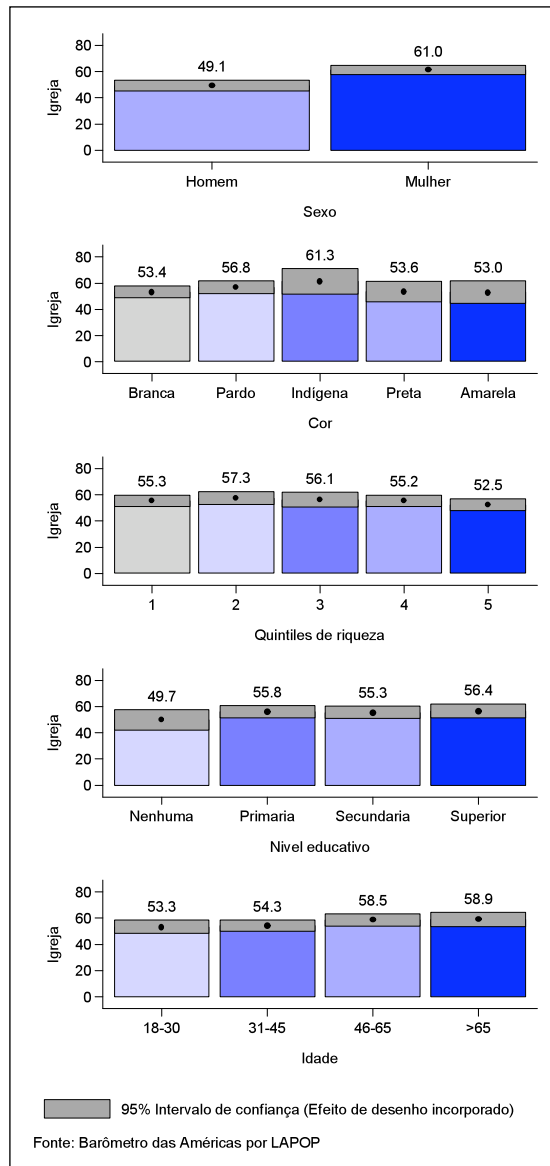
Por último, consideramos a distribuição do comparecimento à igreja em perspectiva comparada, por meio das Américas. O texto da pergunta Q5A encontra-se no final da listagem da bateria da sociedade civil acima. A figura 6.16 revela que, em contraste com outras formas da sociedade civil, a participação religiosa é relativamente elevada no Brasil, ficando em décimo primeiro lugar dentre os 26 países pesquisados, com uma média de 55.3 nessa escala de 0 a 100. Ou seja,

claramente há um espaço para influência das igrejas nas formas como os cidadãos brasileiros pensam sobre política, temas sociais e até econômicos. O vazio participativo, encontrado nas formas tradicionais de engajamento cívico, pode estar sendo preenchido pela participação em mecanismos participativos ligados à religião.



**Figura 6.16. Comparecimento à igreja, 2010**

Quem comparece à igreja no Brasil? Na figura 6.17, encontramos diferenças relativamente pequenas por escolaridade, riqueza e idade. Porém, as mulheres e as pessoas que se declaram indígenas participam muito mais do que os homens e os que se identificam com outros grupos étnicos.

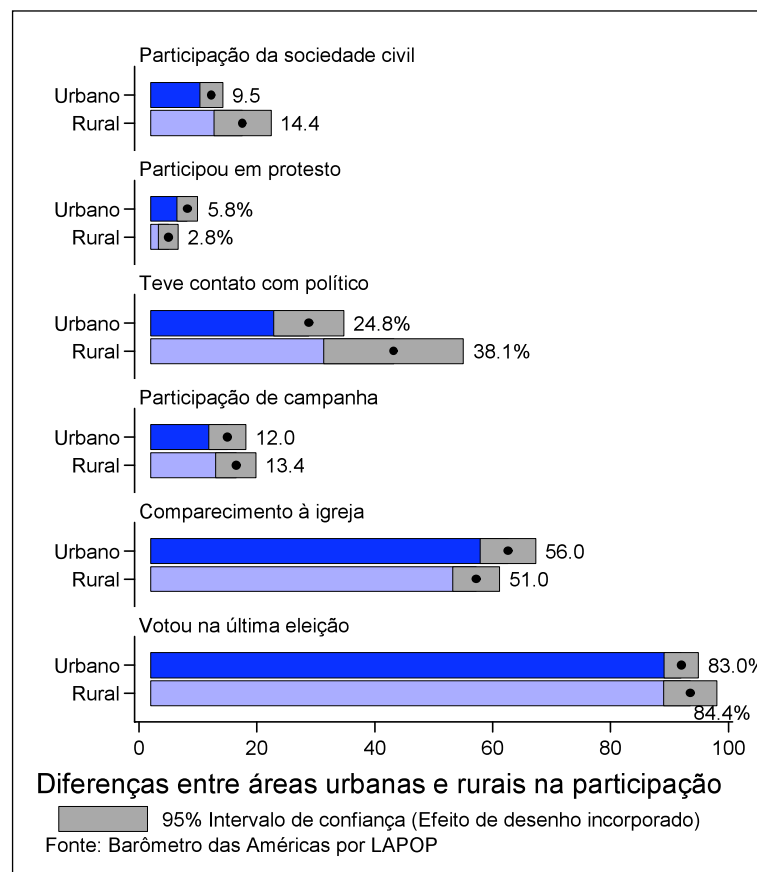


**Figura 6.17. Comparecimento à igreja no Brasil, segundo características demográficas, 2010**

## 6.8 Distribuição regional da participação

Como se distribui a participação através do país? Se a participação não for relativamente igual em cada região e entre áreas urbanas e rurais, a representatividade da democracia brasileira pode apresentar vieses favoráveis às áreas mais engajadas. Na figura 6.18, avaliamos as diferenças entre áreas urbanas e rurais em várias formas de participação. Apesar das diferenças importantes no que

tange à informação política, as áreas urbanas e rurais apresentam poucas diferenças entre si, em muitas formas de participação. Embora o comparecimento eleitoral e a participação de campanha sejam um pouco maiores nas áreas urbanas e o comparecimento à igreja seja um pouco maior nas áreas rurais, essas diferenças não chegam à significância estatística. Todavia, há algumas distinções mais importantes entre as zonas urbanas e rurais. De um lado, a participação em protestos é o dobro nas áreas urbanas do que nas áreas rurais, embora exista pouca participação de protestos mesmo nos contextos urbanos. Do outro, na zona rural o contato com políticos e a participação na sociedade civil são bem maiores do que na zona urbana.



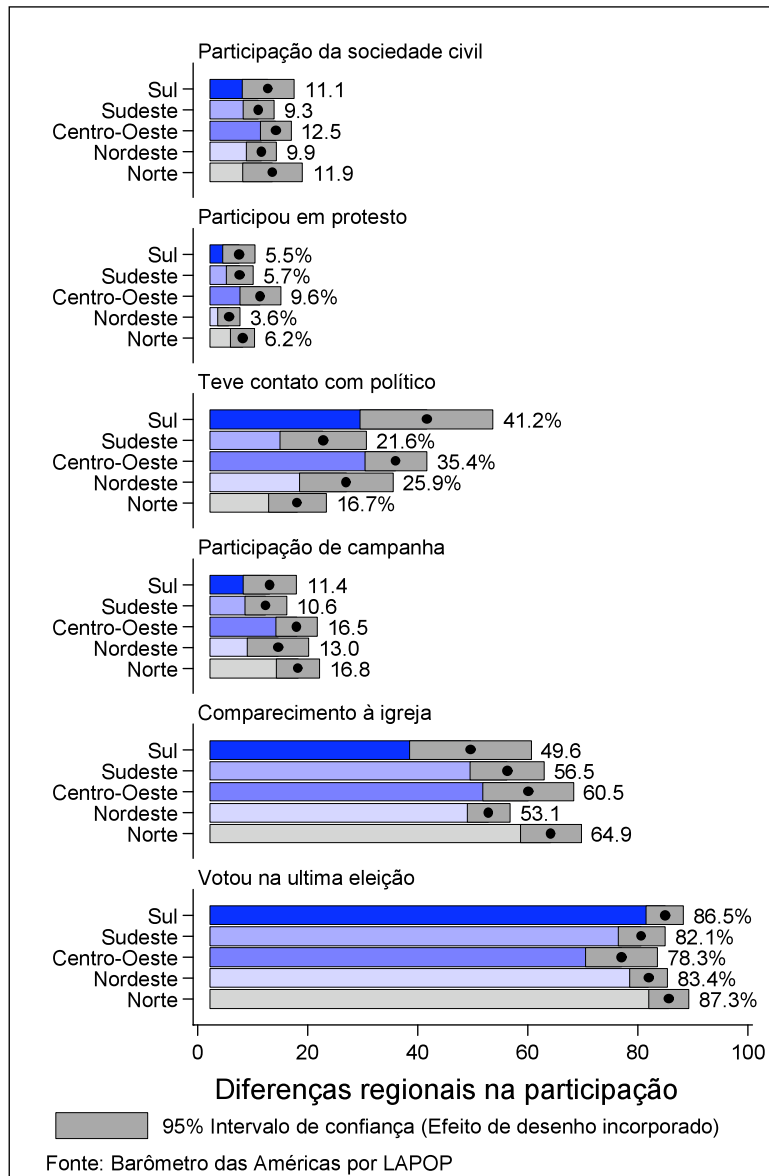
**Figura 6.18. Diferenças entre áreas urbanas e rurais na participação, 2010**

As diferenças entre zonas urbanas e rurais se traduzem em diferenças entre as regiões brasileiras? Na figura 6.19, investigamos a variação regional na participação política. Quanto à participação na sociedade civil, vemos pouca variação; o Centro-Oeste fica em primeiro lugar como a região mais participativa e o Norte em segundo,

mas as diferenças não são estatisticamente significativas. Considerando o comparecimento à igreja, descobrimos que o Centro-Oeste e o Norte são as regiões mais participativas, e que o Nordeste fica em último lugar, como a região que menos comparece à igreja. Um padrão similar se repete para a participação de protestos, mas dessa vez a diferença entre o Centro-Oeste e o Nordeste é estatisticamente significativa. Porém, embora a taxa de participação em protestos seja bem maior no Centro-Oeste do que nas outras regiões, tal diferença não alcança significância estatística no modelo multivariado.

Também percebemos que o nível de contato com políticos na região Sul é significativamente maior do que o nível registrado em qualquer outra região, com a exceção da região Centro-Oeste, e que o nível no Centro-Oeste é significativamente maior do que no resto das regiões. Por outro lado, o Norte é de longe a região menos participativa nesse sentido.

Considerando a participação de campanhas eleitorais, o Centro-Oeste é de novo uma das regiões mais participativas, agora junto com a região Norte. Nestas duas regiões, a média registrada em participação é significativamente maior do que no Sul e no Sudeste. Contudo, as taxas de comparecimento eleitoral seguem outro padrão: o Centro-Oeste é a região que menos participa nessa atividade mais básica para a democracia, e a taxa de votação naquela região é significativamente menor do que no Norte, que por sua vez figura como a região onde os cidadãos são mais propensos a votar.



**Figura 6.19. Diferenças regionais na participação cívica e política no Brasil, 2010**

Assim, é difícil identificar um padrão claro de participação que diferencie as regiões brasileiras. Nesse sentido, os resultados acima são positivos, pois não apontam para grandes desequilíbrios regionais na participação política e social dos brasileiros.

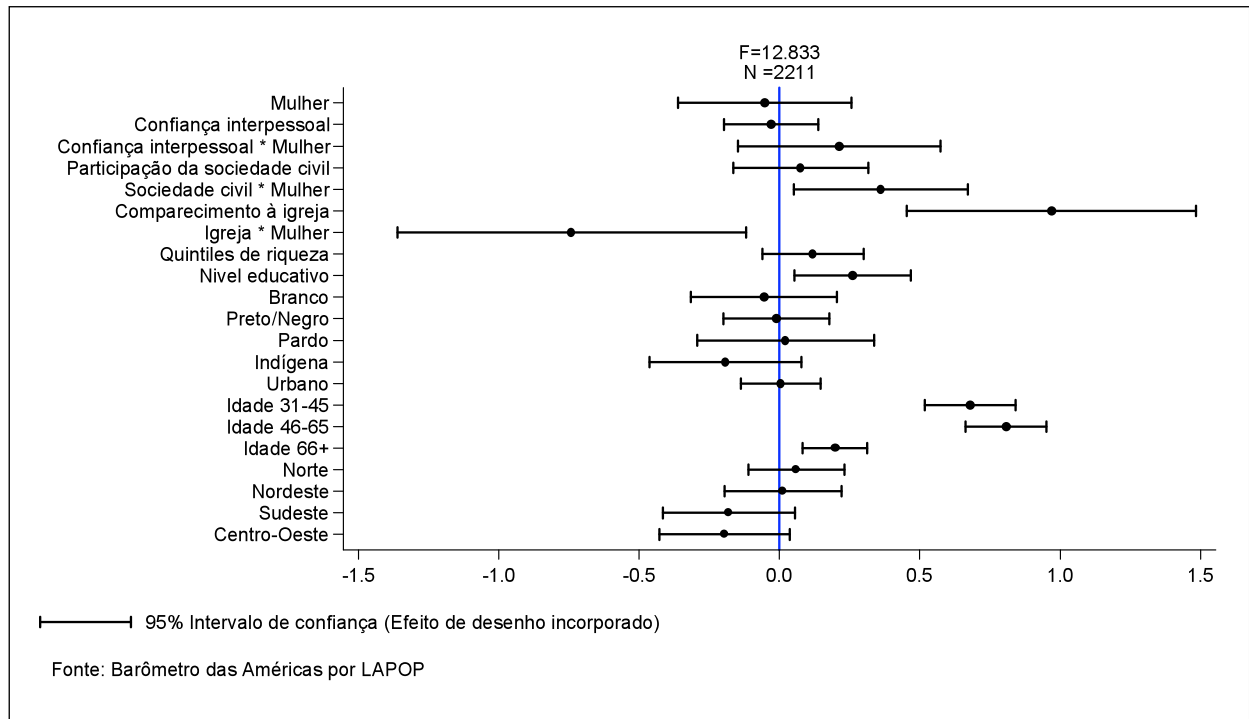
## 6.9 Capital social e participação política: análise multivariada

O capital social influencia no engajamento político, como argumentam os teóricos? Explicamos, na segunda seção do capítulo, que o capital social tem dois componentes: a participação na sociedade civil, a qual subdividimos em participação em grupos seculares e participação na igreja, e a confiança interpessoal. O primeiro objetivo da presente seção é testar a associação entre esses fatores e o engajamento cívico, prestando atenção também a diferenças entre homens e mulheres no impacto do capital social. O segundo objetivo é desenvolver modelos multivariados que permitam um melhor entendimento dos efeitos das variáveis demográficas como o sexo, a cor, a educação e a área de residência.

Na figura 6.20, apresentamos um modelo de regressão logística, avaliando o impacto do capital social e de traços atributivos no comparecimento nas eleições presidenciais de 2006. O efeito de cada variável listada no eixo vertical é representado pelo ponto correspondente e pelo intervalo de confiança, ou seja, a linha horizontal que se estende para a direita e esquerda do ponto. Quando o intervalo de confiança não sobrepuser o eixo vertical em “0”, indica que a variável tem um efeito estatisticamente significativo em um nível de confiança de 95%. Os pontos para a direita do eixo vertical em “0” indicam um efeito positivo, enquanto os pontos para a esquerda indicam um efeito negativo. Quanto mais longe o ponto é do “0”, maior a importância da variável.

Enfocamos primeiro nos efeitos das variáveis demográficas. A maioria dos resultados confirma o que já encontramos acima: os brasileiros mais jovens têm menor probabilidade de comparecer às urnas, os residentes do Norte comparecem em maior proporção do que os residentes do Centro-Oeste e do Sudeste e a escolarização tem uma relação positiva com o comparecimento. Todavia, é notável

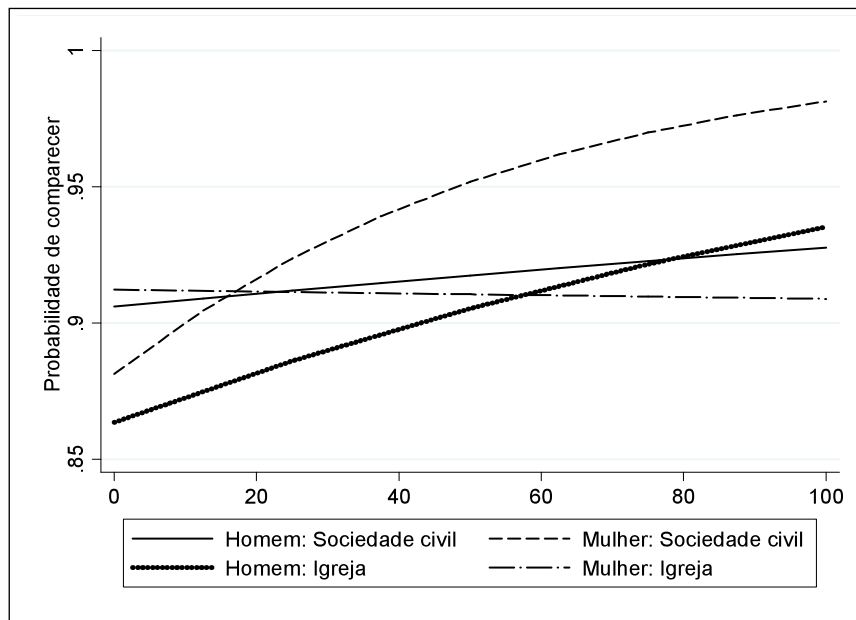
que ao controlar por outros fatores correlacionados com a etnicidade, como o lugar de residência e a escolarização, a taxa de comparecimento muito baixa entre os indígenas não é estatisticamente significativo.



**Figura 6.20. Determinantes do comparecimento eleitoral no Brasil, 2010**

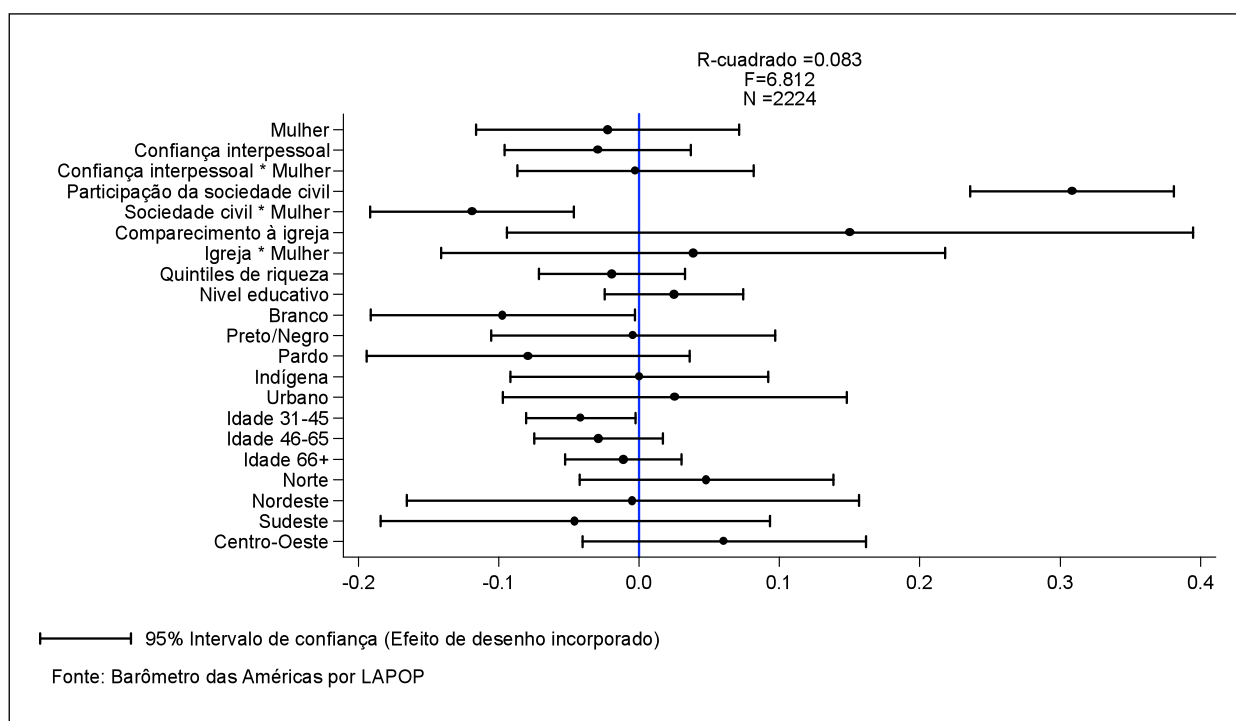
Procuramos entender também os papéis que desempenham o capital social e o gênero. Primeiro, assinalamos que *não encontramos efeitos significativos da confiança interpessoal* nem para mulheres nem para homens. Também, a variável para gênero não apresenta resultados significativos, mas o uso de termos interativos faz com que essa variável represente o efeito do gênero só entre os brasileiros com os níveis mais baixos de capital social. Como os termos interativos são difíceis de interpretar, na figura 6.21 apresentamos as probabilidades previstas de comparecimento para homens e mulheres com diferentes níveis de participação na sociedade civil e na igreja, calculadas à base do presente modelo. No eixo horizontal (X) apresentamos a variação em participação, desde os brasileiros menos participativos até os mais participativos. Nota-se que a sociedade civil afeta a participação das mulheres de modo muito mais pronunciado de que os homens, mas

que o comparecimento à igreja associa-se com o comparecimento dos homens, mas não das mulheres.



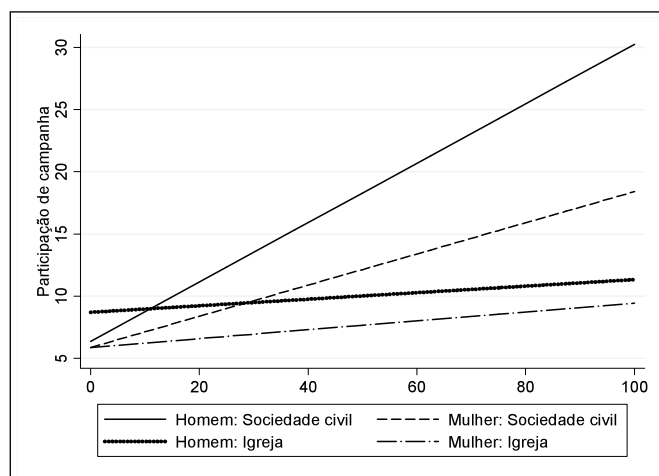
**Figura 6.21. Comparecimento segundo níveis de participação na sociedade civil e na igreja e sexo, Brasil 2010**

O que explica a participação em campanhas eleitorais? Na análise bivariada apresentada acima, descobrimos que a participação em campanhas ocorre de um modo mais igualitário entre os brasileiros. O modelo apresentado na figura 6.22 confirma essa conclusão. Existem poucas diferenciações entre cidadãos baseadas em fatores geográficos ou por nível de escolarização ou de riqueza. Os brasileiros mais jovens participam mais de campanhas eleitorais do que seus concidadãos mais velhos, e os brancos participam menos do que os brasileiros que identificam com outros grupos étnicos.



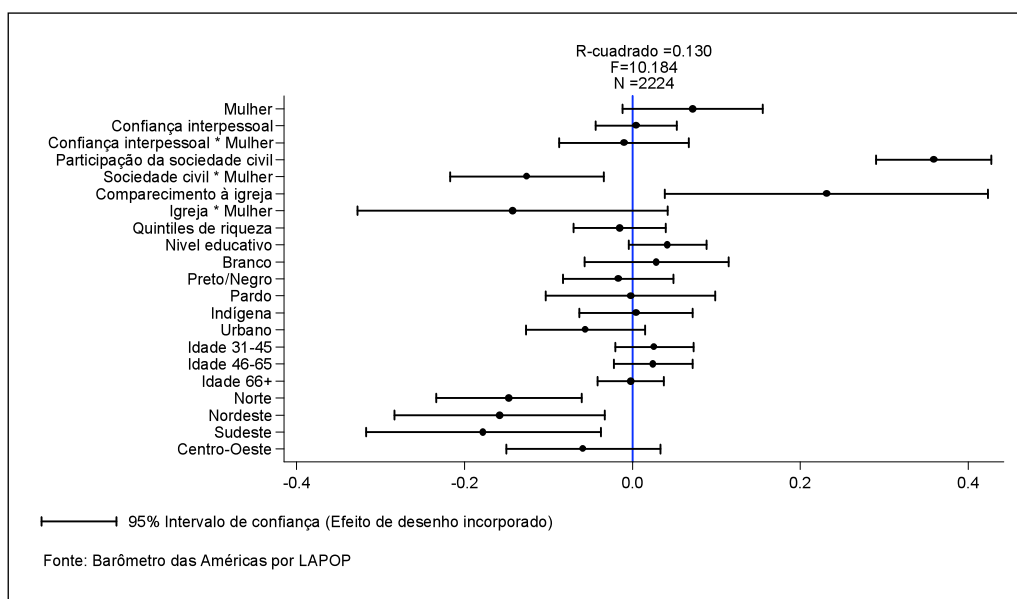
**Figura 6.22. Determinantes da participação de campanha no Brasil, 2010**

Considerando agora o efeito do capital social, encontramos novamente que a confiança interpessoal não tem nenhuma correlação com a participação em campanhas eleitorais. Além do mais, como a figura 6.23 demonstra, a participação em igrejas também não se associa com esse comportamento político. Porém, a participação na sociedade civil afeta de modo significativo o engajamento nas campanhas, e o efeito é significativamente maior para os homens do que para as mulheres.



**Figura 6.23. Participação de campanha segundo níveis de participação na sociedade civil e na igreja e sexo, Brasil 2010**

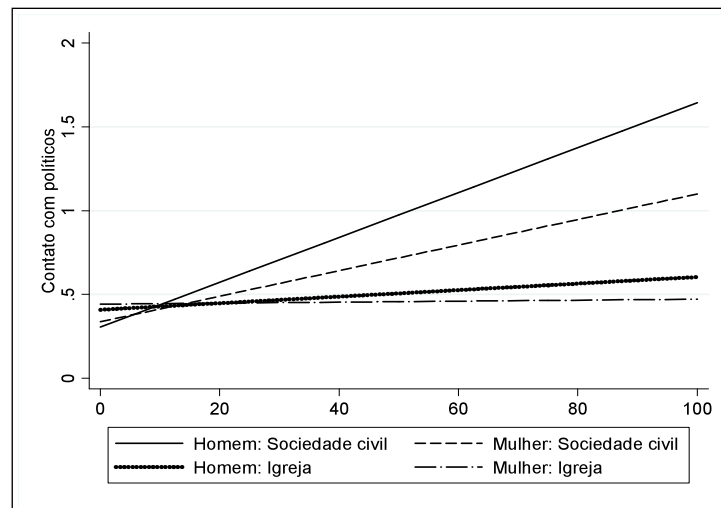
Agora desenvolvemos um modelo multivariado de contato com políticos.<sup>55</sup> Assim, como na análise bivariada, o Sul é de longe a região mais participativa, mas encontramos poucas diferenças entre grupos definidos por idade, riqueza ou cor. Já o nível educacional tem uma pequena relação com o contato com políticos, uma relação que chega a níveis marginais de significância estatística ( $p = .075$ ).



**Figura 6.24. Determinantes do contato com políticos no Brasil, 2010**

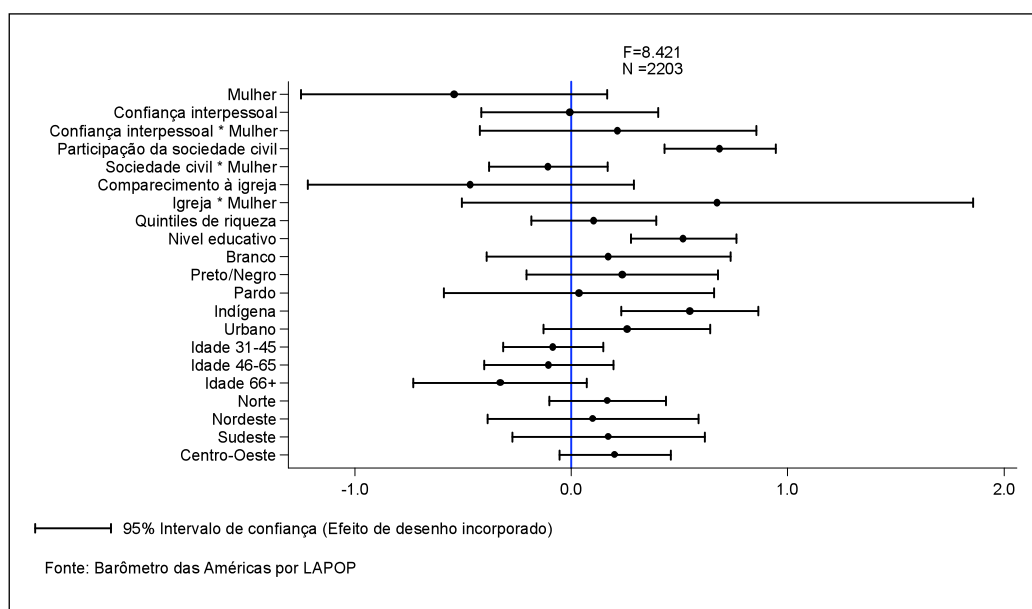
<sup>55</sup> A variável dependente na presente análise conta o número de contatos declarados pelo entrevistado.

Voltando para diferenças de gênero e de participação na sociedade civil, percebemos que para os brasileiros sem nenhuma forma de capital social, os contatos com políticos são um pouco mais frequentes entre as mulheres. Porém a Figura 6.25 demonstra que nos níveis mais altos de engajamento cívico, os homens têm mais contato com políticos do que as mulheres. Além do mais, enquanto o comparecimento à igreja afeta positivamente os contatos políticos entre os homens, não se encontra o mesmo efeito entre as mulheres.



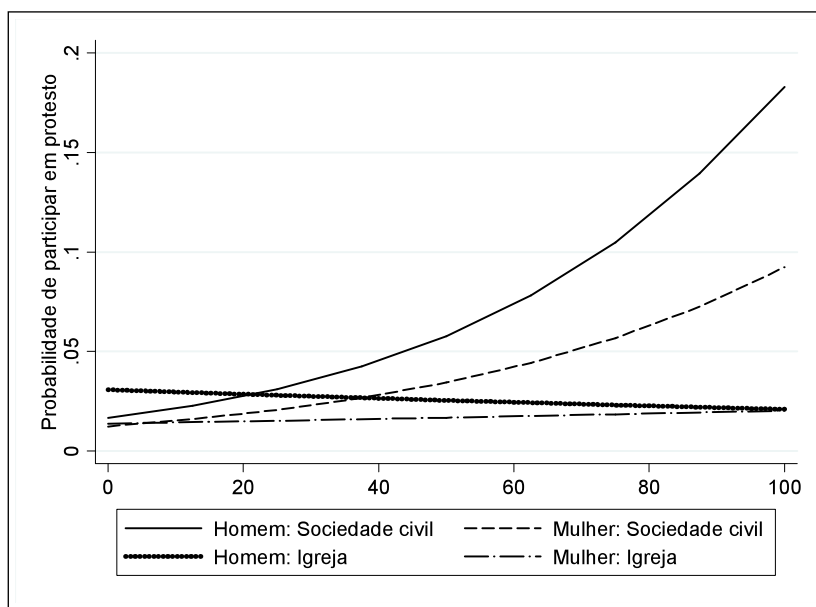
**Figura 6.25. Contatos políticos segundo níveis de participação na sociedade civil e na igreja e sexo, Brasil 2010**

Por último, analisamos os determinantes da participação em protestos. Como vemos abaixo, a participação em protestos não se relaciona com área geográfica de residência, com a riqueza ou com a idade. Contudo, há duas variáveis demográficas com efeitos fortes no protesto: autoidentificação como indígena e nível de escolarização.



**Figura 6.26. Determinantes da participação em protestos no Brasil, 2010**

Voltando para os efeitos do capital social e do gênero, encontramos que as brasileiras menos engajadas civicamente protestam a uma taxa menor do que os brasileiros do sexo masculino menos engajados, embora a relação não seja estatisticamente significativa. Contudo, as grandes diferenças entre homens e mulheres no que tange à participação em protestos encontram-se em patamares maiores de participação cívica. Não se encontram diferenças estatisticamente significativas nem para comparecimento à igreja nem para confiança interpessoal.



**Figura 6.27. Participação de campanha segundo níveis de participação na sociedade civil e na igreja e sexo, Brasil 2010**

### 6.10 Discussão e conclusão

Retomando a questão inicial de pesquisa, o que nos dizem os resultados apresentados a respeito da qualidade da democracia brasileira? Partindo do pressuposto de que quanto maior a participação, maior a qualidade da democracia, as conclusões são mistas. De um lado, o brasileiro “médio” tem altos níveis de comparecimento eleitoral, mesmo em comparação aos cidadãos de outros países com voto obrigatório e se engaja nas campanhas eleitorais. Por outro lado, o brasileiro participa pouco em protestos políticos ou em organizações da sociedade civil. De fato, enquanto os brasileiros constituem a terceira população *mais* participativa nas Américas no dia de eleição, são os penúltimos participativos no continente quando se trata de engajamento em grupos cívicos, como associações de pais e mestres ou de bairro.

A qualidade da democracia se relaciona também com a distribuição da participação por meio dos distintos grupos sociais. Até que ponto as clivagens como raça, gênero e classe social dividem os brasileiros em grupos menos participativos e mais participativos? Embora os brasileiros mais instruídos tendam a ser mais

participativos, a escolarização não constitui uma clivagem dominante na explicação da participação, e a riqueza influi muito pouco. A raça ou etnicidade importa sob algumas condições, mas de um modo não necessariamente esperado. Enquanto os brancos participam menos nas campanhas eleitorais, os cidadãos indígenas engajam-se a níveis significativamente maiores do que os não indígenas em todas as formas de participação, menos a de campanha. Ao mesmo tempo, existem poucas divisões por lugar de residência ou região. Os brasileiros entre 31 e 65 anos de idade comparecem às urnas em níveis muito maiores do que os concidadãos mais jovens. Finalmente, o sexo correlaciona-se com a participação, e muitas vezes as diferenças são maiores entre os cidadãos nos patamares mais elevados de participação cívica.

### **Parte 3. A Legitimidade da Democracia**

#### **Capítulo 7. Explicando a Legitimidade Democrática por meio da Qualidade da Democracia**

Finalmente, após uma extensa e aprofundada investigação sobre as visões populares acerca das diferentes dimensões da qualidade da democracia, estamos em condição de avaliar como cada um desses fatores afeta as visões populares sobre a legitimidade da democracia no Brasil. Nossa pergunta central neste estudo, quais dimensões da avaliação da qualidade da democracia impactam o apoio popular ao regime democrático, será finalmente enfrentada. Além dela, procuraremos desvendar se e como as crises da democracia recentes podem estar relacionadas com a qualidade e legitimidade da democracia, contrastando o Brasil e países que atravessaram tais crises.

Obviamente que não temos dados longitudinais suficientes para fazermos afirmações causais sobre como visões negativas, acerca da qualidade da democracia, levam à queda nos índices de legitimidade do sistema e posteriormente a protestos políticos e manifestações que estão na essência das novas formas de instabilidade política na região e que podem colocar em risco o próprio regime democrático. Essa é uma hipótese plausível, mas de difícil teste, pois exige dados de opinião pública com variação no tempo que antecedam as crises – limitando em muito a disponibilidade de fontes de dados que permitam tal análise. Mas, podemos avaliar *ex post* como os indicadores de legitimidade e qualidade da democracia se comportam em países que atravessaram crises – como Venezuela, Equador e Bolívia – e os que não atravessaram crises - Brasil. Podemos ainda avaliar a profundidade das possíveis cicatrizes deixadas pelas crises, principalmente entre os perdedores do saldo dessas crises: as atuais oposições aos regimes de Chávez, Morales e Correa.

Assim, avaliaremos se há diferenças entre oposição e situação no caso brasileiro e nos países em crise em suas visões sobre legitimidade e qualidade da democracia. Nossa principal hipótese é que as crises da democracia deixaram cicatrizes nos perdedores dos conflitos. Assim, esses grupos serão mais ressentidos e frustrados

com seus regimes democráticos do que os cidadãos que apoiam o governo e o regime na Venezuela, Bolívia e Equador.

Dessa forma, podemos argumentar que a oposição será menos leal ao sistema político em países que vivenciaram intensas crises do regime político e que atravessaram subsequentes processos intensos de reforma política. Nesses casos, as possíveis derrotas durante as crises e no saldo das reformas aprovadas pelos vencedores desses conflitos políticos poderão gerar maior descrença e distanciamento dos opositores aos atuais governos em relação às dimensões difusas e específicas do apoio ao regime. Assim, os cidadãos que declararam não ter votado nos governos que estavam no poder durante as crises e que acabaram por sair vitoriosos delas serão menos propensos a apresentarem índices positivos de apoio às instituições do regime, a seus atores e a valores mais difusos de comprometimento com o regime.

Por exemplo, no caso da Venezuela, aqueles que não votaram em Hugo Chávez serão menos propensos a apoiar o regime democrático venezuelano. Na Bolívia, o mesmo processo ocorrerá com os que não votaram em Evo Morales. No Equador, a situação se repetirá com os opositores a Rafael Correa. Assim, a oposição nos países andinos será mais desgostosa com os regimes devido não só às crises democráticas, mas também às mudanças institucionais implementadas posteriormente às crises. Nesse sentido, o caso mais extremo é o da Venezuela, onde esperamos encontrar o maior distanciamento entre oposição e visões sobre legitimidade política no país.

Nos casos que não vivenciaram tais celeumas, como o Brasil, a oposição não deverá demonstrar o mesmo comportamento, sendo mais leal ao sistema político. Isso deverá ocorrer porque não houve nenhuma ruptura dramática na continuidade do processo democrático no Brasil e muito menos reformas radicais. Portanto, não houve no Brasil reformas profundas do sistema político que alteraram a balança de poder entre diferentes grupos políticos. Dessa forma, não há no Brasil, e em outros países que não enfrentaram novas formas de instabilidade política no passado

recente, um potencial sentimento de perda da oposição com qualquer processo reformista recente.

Em suma, as crises democráticas na região poderão ter levado a uma corrosão do apoio ao regime mais acentuado dentre os opositores aos governos que saíram vitoriosos no encaminhamento de soluções às crises. Assim, a lealdade ao sistema das oposições poderá ter sido corroída pelas crises democráticas. Esse é um possível saldo das crises democráticas na região, que deixam marcas e cicatrizes com potenciais efeitos nefastos de longo prazo.

Abaixo, desenvolvemos nosso argumento em dois estágios. Primeiro exploramos dados em âmbito agregado pelos países, contrastando os que atravessaram alguma forma de crise recente e os que não. Embora nossa ênfase seja em distinguir os países andinos do caso brasileiro, cabe realçar que as crises do regime democrático espalharam-se pelo continente nas últimas décadas. Boniface identifica 19 episódios de crise constitucional na América Latina entre 1991 e 2007. Cinco referem-se a golpes de Estado ou autogolpes - Haiti (1991), Peru (1992), Guatemala (1993), Equador (2000) e Venezuela (2002) e um caso de ameaça militar de retirada de um presidente antes do término de seu mandato: Paraguai em 1996. Outro grupo de casos - Paraguai (1999/2000), Bolívia (2003), Haiti (2004) e Equador (2004/2005) - “ocupam uma área cinzenta” porque envolvem violência, renúncias de presidentes e acusações de golpes, mas não tão claramente quanto os primeiros seis casos. Os nove casos restantes são vistos como exemplos de falhas em eleições nacionais ou impasses constitucionais, incluindo República Dominicana (1994), Equador (1997), Haiti (2000/2003), Peru (2000), Argentina (2001), Trinidad e Tobago (2000/2001), Bolívia (2005) e Nicarágua (2001/2005). Não computado na lista acima, podemos também incluir a resistência da oposição mexicana, derrotada nas eleições de 2006, em aceitar os resultados do pleito no qual as manifestações populares foram muito ativas e o impasse se estendeu por alguns meses. Adicionalmente, após 2007 é possível contabilizar mais duas crises: o golpe em Honduras em junho de 2009 e a possível e ambígua tentativa de golpe pela polícia militar no Equador em setembro

de 2010. Assim, fica claro que não há, na América Latina, uma estabilidade institucional pró-democracia, conforme argumentam Booth e Seligson. A região, na verdade, é marcada por uma nova forma de instabilidade, que torna as democracias regionais bastante turbulentas.

Em seguida, será analisado se há variação nos fatores que diferenciam o apoio às distintas dimensões da legitimidade democrática no Brasil e nos países andinos. Exploraremos aqui o impacto de uma variável que tem sido apontada como central por Anderson *et al.* (2005): a probabilidade da oposição se sentir prejudicada pelo processo democrático. Anderson *et al.* apontam para o fato de membros da oposição serem mais propensos a apresentarem índices mais baixos de apoio ao regime político (2005). Nosso argumento é de que em países andinos, que compartilharam crises democráticas recentes, a oposição será bem mais ressentida com o sistema político do que os apoiadores do regime. Esse é um saldo das crises democráticas ainda não analisado: as cicatrizes deixadas na oposição, que perderam as disputas que geraram instabilidade política e que não foram beneficiadas pelas mudanças posteriores nesses regimes.

Esse quadro de acirramento do conflito interno, nos países que vivenciaram crises políticas recentes, é uma consequência desses momentos de instabilidade e pode ter implicações futuras importantes. Por exemplo, devido ao acirramento das diferenças e grau de conflito entre oposição e situação, fórmulas para a saída pacífica (*exit strategy*) dos atuais governos no poder podem ser comprometidas. Portanto, podemos nos deparar com situações futuras de tentativas dos atuais governantes se manterem no poder *ad infinitum*. Essa fórmula já foi claramente manifestada na Venezuela, com a mudança da constituição permitindo reeleições ilimitadas para o cargo mais alto do Poder Executivo. São essas implicações das crises recentes na região que podem levar a desafios sérios e imediatos para a legitimidade do regime democrático na região.

## 7.2 Contrastando as Dimensões da Legitimidade Democrática

Seguindo a classificação de Booth e Seligson, apontada na introdução deste livro, distinguimos diferentes dimensões da legitimidade da democracia. Há diversos motivos para a análise multidimensional do conceito de legitimidade democrática. Primeiramente, sem avaliar as diferentes dimensões e seus determinantes, podemos incorrer no erro de excluir alguma explicação importante sobre a legitimidade democrática, deixando de fora alguma relação que seja relevante para entendermos esse complexo problema. Ou seja, poderíamos incorrer em resultados espúrios se usássemos uma definição muito restrita de legitimidade. Dessa forma, é possível pensar que a qualidade da democracia pode se refletir mais claramente em algumas dimensões da legitimidade do sistema político do que em outras. Contudo, e esse é o segundo motivo para o uso de uma definição ampla das dimensões da legitimidade, não temos uma hipótese específica sobre qual dimensão da legitimidade democrática é mais relevante, mais importante do que outra. Poderíamos supor que dimensões mais latentes, difusas sobre o regime, sejam mais relevantes no longo prazo. Mas, há evidências que avaliações mais específicas, mais relacionadas com a atuação dos atores e instituições, podem levar à erosão do apoio de longo prazo à democracia. Assim, precisamos avaliar todas as dimensões. Além disso, não temos hipóteses claras sobre quais dimensões da legitimidade democrática seriam mais afetadas pelos diferentes tipos de avaliações da qualidade da democracia. Por último, também não há claros indícios sobre quais formas de legitimidade do regime seriam mais marcadas pelo potencial desgosto acentuado da oposição frente ao regime. Claro, é bastante plausível supor que a oposição será muito crítica quanto às dimensões mais específicas da atuação dos atuais governantes e instituições, mas pode haver reflexos também em aspectos mais difusos, voltados para sentimentos de identificação com a nação e de orgulho do país, por exemplo.

Assim, não temos um critério teórico rígido para exclusão de alguma dimensão de forma a priori. Preferimos, então, analisar todas as alternativas e deixar que os dados nos indiquem as relações mais fortes. Isso não significa que não tenhamos

expectativas teoricamente derivadas sobre o tema. Assim, esperamos teoricamente que visões sobre a qualidade da democracia afetem formas mais específicas de apoio ao regime, voltado para a atuação dos diferentes atores democráticos e menos para formas mais difusas de apoio ao regime. Essa é uma hipótese central do presente estudo. Mas, é possível que uma diferença clara entre oposição e situação nos países que atravessaram crises transborde também para quedas no apoio difuso ao sistema, e não apenas em suas formas mais específicas. Essa é a segunda hipótese central que será testada neste capítulo.

Começamos nossa análise descritiva por aspectos mais gerais, mais difusos da legitimidade democrática. A primeira dimensão a ser analisada é a da comunidade política, a mais geral e difusa das dimensões da legitimidade da democracia. A pergunta usada para analisá-la é: **B43. Até que ponto o(a)sr./sra. tem orgulho de ser brasileiro(a)?** Os entrevistados responderam numa escala que variava desde um (nada) até sete (muito). Obviamente, a nacionalidade varia para cada um dos países analisados. Essa pergunta avalia o sentimento de identificação com a nação e, possivelmente, o compromisso com a ideia mais ampla de comunidade nacional.

A Figura 7.1 apresenta a resposta média dos cidadãos em cada país das Américas, recodificadas para variar entre zero e 100. Em geral as diferenças entre os países não são gritantes, à exceção da Argentina, Haiti e dos países da América do Norte. O Brasil encontra-se mais abaixo nessa lista. Mas, não há diferenças grandes entre países que atravessaram crises e os demais. Porém, o que mais se destaca na figura é o alto nível de orgulho nacional nas Américas.

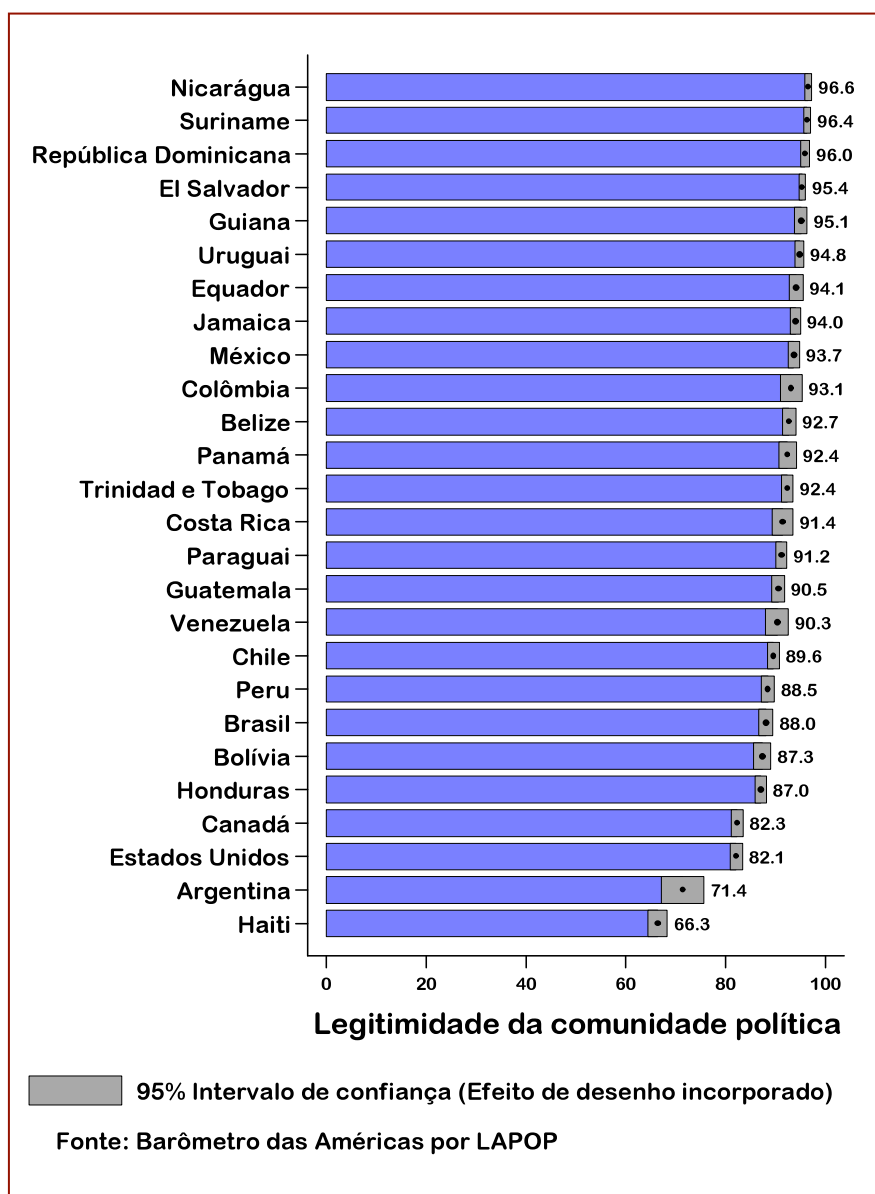


Figura 7.1: Visões sobre Comunidade Política nas Américas e Caribe

A segunda dimensão a ser analisada é a dos princípios do regime democrático, mensurada pela questão **ING4**. *A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?* Outra vez, essa pergunta usava uma escala de um a sete, recodificada na Figura 7.2 para variar de zero a 100. Essa é também uma forma difusa de apoio ao regime democrático.

Embora não haja padrões absolutamente claros no que tange uma diferenciação entre países que sofreram crises e os demais, podemos ver que Uruguai, Estados Unidos, Chile e Costa Rica, tidos como exemplos de estabilidade democrática na região, encontram-se nas camadas mais superiores de apoio ao regime democrático. No lado de baixo dessa lista, estão Honduras, que sofreu crise democrática recente, Haiti, que parece viver problemas perenes de conflitos políticos e instabilidade e Equador, que também sofre de problemas crônicos de instabilidade. Mas, a relação aqui não parece ser óbvia entre países que atravessaram crises e instabilidade política recente e os de democracia mais estável. O Brasil posiciona-se apenas nas categorias intermediárias nesse fator, abaixo da Venezuela, por exemplo.

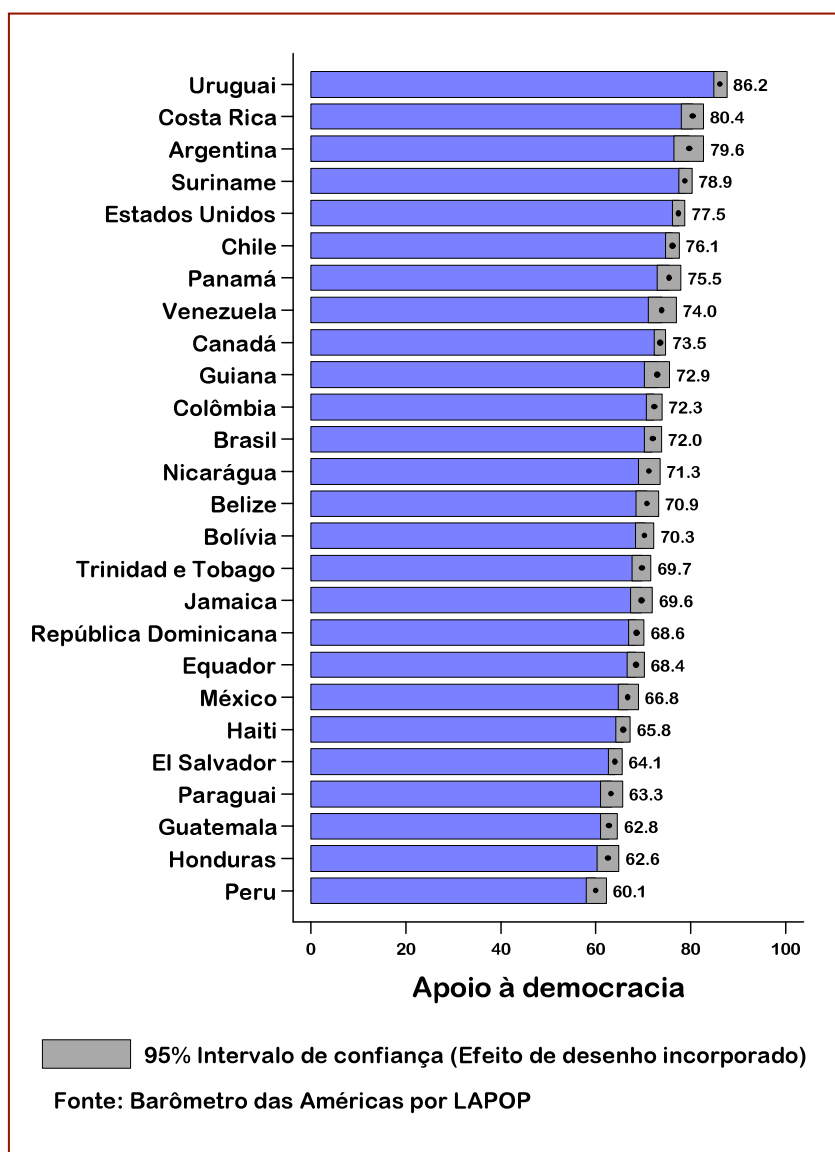


Figura 7.2: Apoio à democracia nas Américas e Caribe

Já, o apoio às instituições do regime democrático é mensurado por meio de um índice que conjuga diversas instituições essenciais para a existência da democracia representativa, como tribunais de justiça, Congresso Nacional, partidos políticos, entre outras. Essa questão caminha já na direção de formas mais específicas de apoio ao regime, voltada para a avaliação do desempenho das instituições. Contudo, como a questão trata de uma declaração de confiança nas instituições, isso fornece à escala um aspecto também de apoio difuso. Assim, essa questão representa um meio-termo entre um pólo mais difuso e outro mais específico de apoio ao regime

democrático. As perguntas utilizadas para mensurar esse aspecto da legitimidade democrática estão listadas abaixo.

**B1.** *Até que ponto o(a)sr./sra. acredita que os tribunais de justiça do **Brasil** garantem um julgamento justo?*

**B2.** *Até que ponto o(a)sr./sra. tem respeito pelas instituições políticas do **Brasil**?*

**B3.** *Até que ponto o(a)sr./sra. acredita que os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político **brasileiro**?*

**B4.** *Até que ponto o(a)sr./sra. se sente orgulhoso(a) de viver no sistema político **brasileiro**?*

**B6.** *Até que ponto o(a)sr./sra. acha que se deve apoiar o sistema político **brasileiro**?*

**B11.** *Até que ponto o(a)sr./sra. tem confiança na Justiça Eleitoral?*

**B13.** *Até que ponto o(a)sr./sra. tem confiança no Congresso Nacional?*

**B21.** *Até que ponto o(a)sr./sra. tem confiança nos partidos políticos?*

**B31.** *Até que ponto o(a)sr./sra. tem confiança no Supremo Tribunal Federal?*

As nove questões apresentam uma alta correlação entre si, com um coeficiente *alpha* de 0.88.<sup>56</sup> Para medir a legitimidade das instituições do regime, calculamos a média das nove questões, que foram medidas originalmente em uma escala de um a sete, e recodificamos o índice resultante em uma escala de zero a 100. A média de respostas para esse índice em cada país aparece na Figura 7.3.

Novamente, apesar de o Uruguai estar no topo da lista e Argentina e Haiti nas categorias mais baixas, essa variável não parece discriminar países que atravessaram crises e os demais. Mais uma vez, o Brasil está em categorias mais baixas dessa variável, apesar de não ter sofrido crises recentes.

---

<sup>56</sup> O coeficiente *alpha* mede até que ponto vários itens podem ser considerados como manifestações de uma única dimensão ou conceito. O coeficiente pode variar de 0 a um, e valores acima de aproximadamente 0.5 são considerados como evidência de que os itens formam uma dimensão. Dessa forma, um valor de 0.88 é altíssimo.

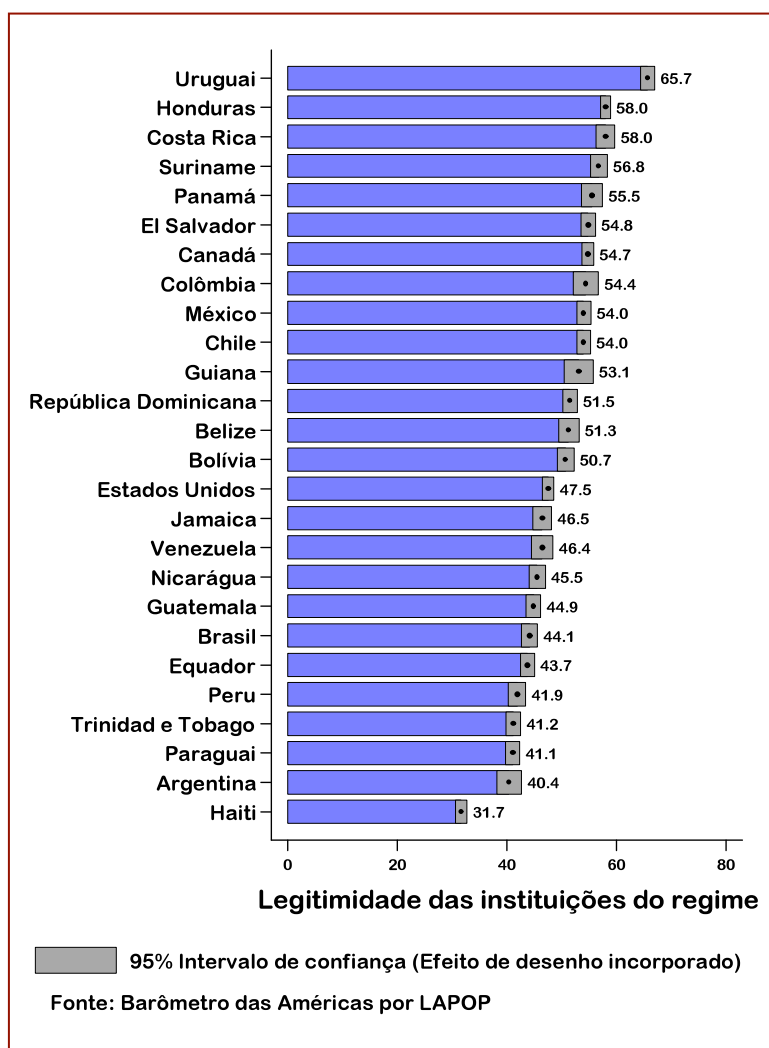


Figura 7.3: Legitimidade das instituições do regime democrático nas Américas e Caribe

A próxima categoria a ser analisada foi proposta por Booth e Seligson para captar a relação do cidadão com o nível mais próximo de governo para a maioria das pessoas: o governo local. Essa dimensão é composta por duas variáveis que medem o *apoio ao governo local*. São elas:

**B32.** *Até que ponto o(a)sr./sra. tem confiança no governo municipal? (No DF, governo Distrital)* (Mensurada em uma escala 1-7)

**SGL1.** *O(A)sr./sra. diria que os serviços que a prefeitura [No DF, O Governo do DF] oferece para as pessoas são... ? [Ler alternativas]*

(1) Muito bons

(2) Bons

(3) Nem bons nem maus

(regulares)

(4) Maus

(5) Muito maus (péssimos)

(88)NS

(98) NR

De novo, as duas questões foram convertidas em uma escala de zero a 100 e depois calculamos a média para chegar à medida de legitimidade do governo local. Dessa forma, essa dimensão volta-se para a conjunção da *legitimidade difusa*, item B32, e *específica*, item SGL1, dos governos locais na região. Essa natureza dúbia do índice proposto por Booth e Seligson reflete-se no fato da medida ter um coeficiente *alpha* menor, de só 0.5240.<sup>57</sup> Mesmo sendo uma medida controversa, optamos por incluí-la em nossa análise, já que ela é a única disponível que enfoca as visões sobre legitimidade do governo na esfera local.

Mais uma vez, não há indícios claros de que países que atravessaram crises são sistematicamente mais propensos a apresentarem índices baixos de legitimidade política. Os pólos dessa distribuição são novamente povoados por Uruguai, no ponto mais alto, e Haiti, no ponto mais baixo, mas não há claras evidências de que, de forma agregada, os países que atravessaram crises democráticas recentes encontram-se em posições inferiores nesse ordenamento, baseado na legitimidade dos governos locais.

---

<sup>57</sup> Esse coeficiente é também sensível à quantidade de itens que o compõe. Menos itens diminuem o tamanho do coeficiente, o que dificulta sua comparabilidade entre escalas distintas. De qualquer forma, o indicador de apoio ao governo local é problemático por ser composto por poucos indicadores que tem correlação apenas moderada entre si.

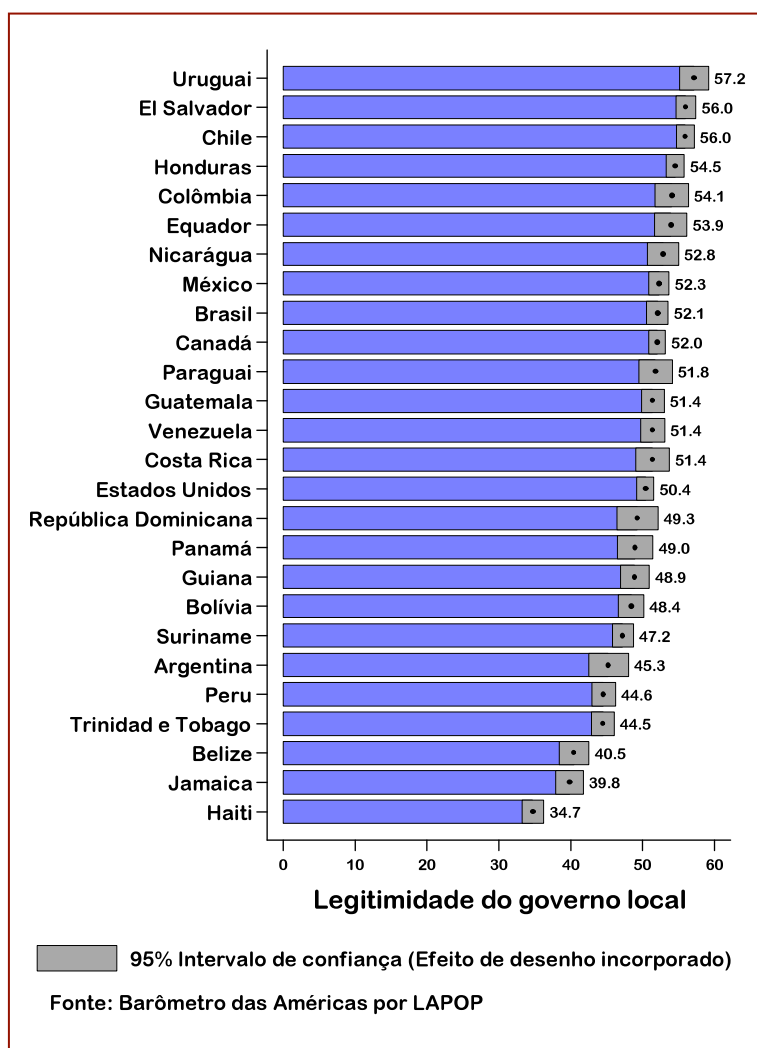


Figura 7.4: Legitimidade do governo local nas Américas e Caribe

Por último, nos voltamos para a análise da dimensão do apoio ao regime que mais se aproxima de fatores específicos, voltado para a atuação das autoridades públicas. Para a construção do indicador dessa dimensão, usamos a bateria de itens abaixo, que mede o *apoio às autoridades políticas no nível nacional*. Repare que essas afirmações dizem respeito ao atual governo federal, que é um dos principais atores dos regimes democráticos na região.

**N1.** Até que ponto o(a)sr./sra. diria que o atual governo federal combate a pobreza?

**N3.** Até que ponto o(a)sr./sra. diria que o atual governo federal promove e protege os princípios democráticos?

**N9.** Até que ponto diria que o atual governo federal combate a corrupção no governo?

**N11.** Até que ponto o(a)sr./sra. diria que o atual governo federal melhora a segurança do cidadão?

**N12. Até que ponto o(a)sr./sra. diria que o atual governo federal combate o desemprego?**

Essas cinco questões também foram mensuradas em uma escala de um (nada) a sete (muito), recodificadas em uma escala de zero a 100 e convertidas em um índice. Essa dimensão tem um alto grau de confiabilidade, demonstrado pelo coeficiente *alpha* de 0.8820. Na figura 7.5 apresentamos os resultados para cada país das Américas.

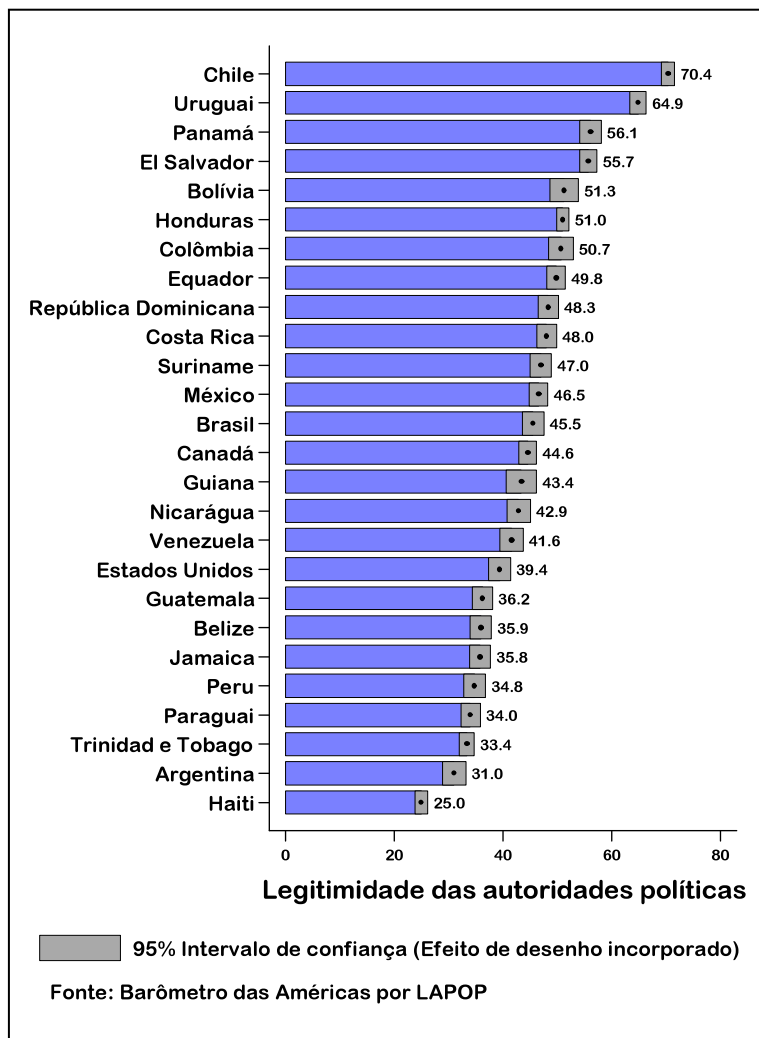


Figura 7.5: Legitimidade das autoridades políticas nas Américas e Caribe.

Apesar da Argentina e Haiti estarem na ribeira do ordenamento de países nessa dimensão, conforme evidenciado na figura 7.5, e Chile e Uruguai encabeçarem a

lista, os demais países da região se embaralham nas demais posição e não parecem se distribuir com base na ocorrência ou não de crises.

Por último, vamos analisar uma variável dependente que não se inclui nos debates sobre legitimidade democrática, por razões compreensíveis, mas que é relevante se queremos entender a satisfação dos cidadãos brasileiros e seus vizinhos latino-americanos com a democracia na região. Assim, optamos por incluir em nossa análise um indicador de satisfação com a democracia. Esse item mede, portanto, uma sensação mais geral de contentamento com o funcionamento da democracia na região e é baseada na pergunta **PN4**: De uma maneira geral, o(a)sr./sra. está muito satisfeito(a), satisfeito(a), **insatisfeito(a)** ou muito **insatisfeito(a)** com o funcionamento da democracia no Brasil?

A distribuição dessa variável em perspectiva comparada é apresentada na figura 7.6. Fica mais claro nessa análise que países que atravessaram crises democráticas como Venezuela, Argentina, Haiti e Paraguai encontram-se em situação pior no ordenamento dos casos. Já Uruguai, Chile e Brasil encontram-se nos pontos mais altos dessa distribuição. Claro, há alguns casos que contradizem esse padrão. Bolívia e Honduras, dois países que atravessaram crises recentes, estão muito bem colocados. Mas, de qualquer forma, pode ser que as cicatrizes das crises sejam sentidas de forma mais clara nesta variável, já que ela indica uma sensação de satisfação com o funcionamento do regime. Também é possível aventar que essa variável seja mais sensível ao efeito dos indicadores da qualidade da democracia, já que a ideia de satisfação relaciona-se com a de qualidade, pois ambas associam-se a resultados positivos de algum processo.

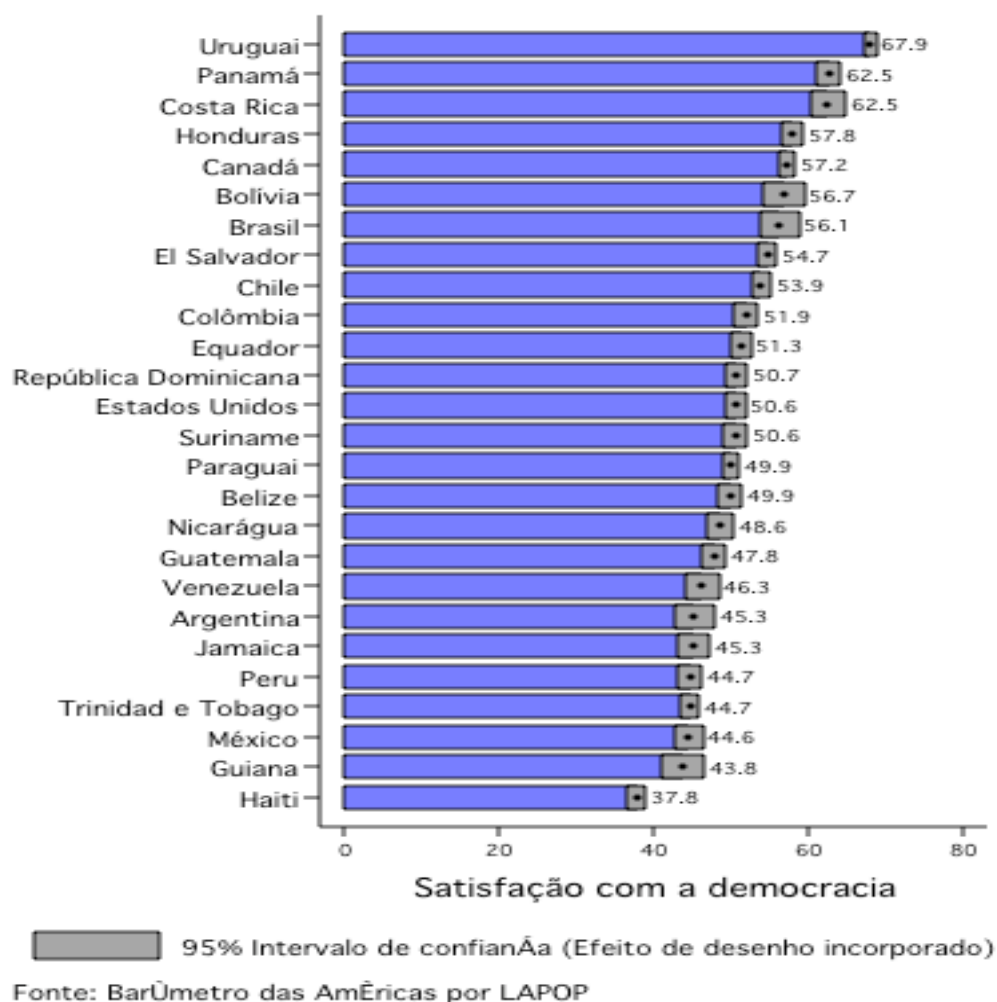


Figura 7.6: Satisfação com a Democracia nas Américas e Caribe

Portanto, quando olhamos a combinação dos dados acima, fica claro que Uruguai e Chile tendem a estar nos níveis mais altos de apoio ao regime, seja específico ou difuso, e Argentina e Haiti tendem a estar nas categorias mais baixas. Esse padrão repete-se no que tange à satisfação popular com a democracia na região. Os demais países parecem não se diferenciar significativamente e consistentemente nas dimensões acima. Assim, em princípio, as crises democráticas sofridas na Bolívia, Equador e Venezuela não parecem ter deixados resquícios na forma como os cidadãos desses países pensam sobre a legitimidade de seus regimes democráticos, embora no caso dos dois últimos, tenha afetado a satisfação geral desses cidadãos com suas democracias.

Obviamente, os dados descritivos acima não são suficientes para avaliarmos com precisão como as crises têm afetado as visões sobre a democracia na região em âmbito individual. A análise descritiva acima também não permite atestar quais dimensões das avaliações populares mais afetam o apoio ao regime em suas diversas formas. Para isso, é necessário investigar como os fatores que influenciam o apoio às diferentes dimensões da legitimidade democrática se comportam internamente em cada país. Ou seja, é plausível supor que o efeito das crises democráticas seja sentido não na tendência central de cada país, mas domesticamente, quando analisamos os determinantes da variação no apoio às diferentes dimensões da legitimidade democrática e diferenciamos vencedores e perdedores da solução das crises democráticas. Voltamos nosso olhar para essa questão agora, investigando também como cada aspecto da qualidade da democracia afeta a propensão individual a demonstrar apoio ao regime nas suas diferentes modalidades. Portanto, terminamos nosso livro nos remetendo às categorias de avaliação da qualidade da democracia discutidas anteriormente, nos capítulos três a seis, e podemos verificar como cada um desses fatores afeta as visões sobre legitimidade democrática na região.

Exploraremos abaixo os determinantes do apoio ao regime em quatro países: Brasil, Venezuela, Bolívia e Equador. Os três últimos atravessaram crises democráticas e o Brasil não. Resta ver se o saldo das crises democráticas se manifesta mais claramente de outra forma, quando analisamos o nível individual, interno a cada país e damos ênfase às diferenças de visão entre apoiadores e opositores aos atuais governos.

### **7.3 O Impacto das Avaliações da Qualidade da Democracia na Legitimidade Democrática**

Qual o impacto, então, das diferentes dimensões da avaliação da qualidade da democracia no apoio popular aos distintos componentes da legitimidade democrática? Para respondermos essa pergunta, nos remetemos à análise multivariada dos dados no âmbito individual, mensurados por meio do Barômetro das Américas. Nosso modelo explicativo é baseado nas distintas dimensões da qualidade da democracia, discutidas no transcorrer desse livro.

Assim, retiramos dos capítulos anteriores variáveis centrais que irão compor a base de sustentação para nossa argumentação sobre as influências nas percepções populares acerca da legitimidade do regime democrático no Brasil. Dessa forma, da discussão sobre o funcionamento do estado de direito na região, tiramos os indicadores sobre percepção e vitimização por corrupção e crime. Da discussão sobre desigualdade, investigamos o impacto de sensações de vitimização por discriminação (por razões de gênero, raça e renda), nas percepções sobre a legitimidade do regime.<sup>58</sup> Essas medidas de vitimização servem como um indício da capacidade do Estado de cumprir com duas funções básicas: garantir um Estado de direito e proteger os direitos básicos dos cidadãos de serem tratados como iguais.

Por fim, nos voltamos para duas dimensões que focalizam o cidadão em vez do Estado, pesquisando como o primeiro relaciona-se com o segundo. A primeira dimensão refere-se à participação política e está relacionada com o engajamento político em campanhas políticas, em reuniões de partidos políticos, no contato com políticos, nos protestos e movimentos sociais. A última dimensão é a referente à responsividade política e ela inclui um indicador da identificação partidária do cidadão, o grau de informação política que o eleitor detém e um último indicador que mede a avaliação do presidente que está no poder. No caso, essa é uma variável

---

<sup>58</sup> As variáveis sobre discriminação não estão disponíveis para o caso da Venezuela.

interessante para indicarmos como o grau de satisfação com o presidente transborda para influenciar apoio ao regime político.

Dessa forma, as principais hipóteses que serão testadas, todas oriundas do debate sobre a qualidade da democracia, são:

**Hipótese sobre a avaliação do Estado de Direito:** Percepções sobre extensão da corrupção e crime e vitimização por corrupção e crime terão efeitos negativos nas distintas formas de legitimidade democrática.

**Hipótese sobre visões acerca da desigualdade e seu combate:** Vitimização por discriminação de gênero, raça e classe terá um impacto negativo no apoio à democracia. Por outro lado, ser beneficiário de algum programa de transferência de renda deverá aumentar a credibilidade do sistema, seja ela difusa ou específica.

**Hipótese sobre responsividade:** Cidadãos mais bem informados sobre política, com inclinações político-partidárias definidas e que avaliam positivamente o governo serão mais sólidos apoiadores das distintas formas de legitimidade democrática. Contudo, deve ficar claro também que cidadãos melhor informados, em particular, poderão também ser mais críticos do governo e do regime, no sentido atribuído ao conceito de cidadãos críticos (Norris 1999).

**Hipótese sobre participação política:** Cidadãos mais engajados em formas tradicionais de participação política apresentarão maior apoio às diferentes dimensões da legitimidade democrática, principalmente o apoio às instituições democráticas básicas. Já cidadãos engajados em formas de protesto político estarão mais propensos a serem críticos da legitimidade da democracia, principalmente de suas instituições básicas e da atuação das autoridades políticas.

Espera-se que esses indicadores afetem a legitimidade democrática de forma homogênea nos países analisados. Contudo, a perspectiva comparada permitirá verificar se esses fatores se diferenciam entre os distintos casos, principalmente no que tange à ocorrência ou não de crises democráticas.

Por último, para avaliarmos se os opositores aos governos atuais, que é o mesmo que saiu vitorioso dos períodos de turbulência política na Venezuela, Bolívia e Equador, tendem a ter visões mais negativas sobre a legitimidade do regime, usamos uma variável que indica se o entrevistado votou na oposição ao atual governo na última eleição presidencial. Essa variável nos permite avaliar se os opositores aos atuais governos são mais críticos à legitimidade política de seus regimes do que os apoiadores do regime, principalmente em países que atravessaram crises. Assim, pretendemos avaliar não só sua significância estatística, mas também a direção e magnitude de seu impacto. A expectativa, seguindo Anderson *et al.* (2005), é que essa variável é um importante indicador do apoio difuso e específico ao regime, mas nossa suposição é que seu impacto será maior, em termos do seu impacto substantivo nas diferentes dimensões da legitimidade da democracia, em países que sofreram crises democráticas recentes.

Como as variáveis usadas na análise são medidas de forma idêntica em todos os países e são estimadas usando técnicas de regressão de mínimos quadrados, controlando pelo desenho em múltiplos estágios da pesquisa de opinião em que se baseia a análise, uma simples avaliação do tamanho do coeficiente estimado nos indica a magnitude, a força do impacto dessa variável em cada país. Dessa forma, testaremos a seguinte hipótese:

**Hipótese sobre oposições desleais:** A oposição aos governos no poder será menos propensa a apoiar as diferentes dimensões da legitimidade do regime político nos países que atravessaram crises democráticas no passado recente do que nos países que não atravessaram tais crises.

Iniciamos nossa discussão enfocando indicadores de legitimidade democrática voltados para aspectos mais difusos do apoio popular ao regime. Assim, nossa primeira variável a ser explicada são as visões sobre a legitimidade da comunidade política. A tabela 7.7 abaixo apresenta os resultados dessa análise.

Primeiro é importante destacar o baixo nível de explicação alcançado na variável apoio à comunidade política com o modelo testado. O R-quadrado, que indica a proporção de variação explicada no apoio à comunidade política pelo conjunto das variáveis incluídas na análise, é bastante baixo em todos os países. Isso se deve, em parte, ao fato de que o apoio à comunidade política é bastante homogêneo nos países. Simplesmente, é difícil explicar uma variável com tão pouca variação. Mas, isso também denota um aspecto teórico importante: esse aspecto da legitimidade democrática não é tão sensível ao modelo baseado na qualidade da democracia. Ou seja, é possível que indicadores mais difusos, baseados em atitudes mais abstratas frente ao sistema político, sejam menos permeáveis a influências circunstanciais baseadas nas visões sobre a qualidade da democracia.

No que tange ao impacto de cada variável independente, a avaliação do presidente e ter votado na oposição são as que afetam o maior número de países. A avaliação do presidente apresenta o resultado esperado: quanto mais satisfeito com o presidente, mais orgulho do país sente o cidadão. Ou seja, avaliação do presidente impacta positivamente sensações mais profundas e enraizadas de pertencimento à comunidade política.

Por outro lado, ter votado na oposição tem um impacto extremamente forte em reduzir a probabilidade de ter orgulho do país. Isso ocorre em todos os países, exceto no Equador, mas é extremamente forte na Venezuela, de forma bem mais marcante do que no Brasil e Bolívia, onde também são estatisticamente significativas, mas com impactos menores. Ou seja, temos aqui algum indício de que a forma como pensam as oposições nos diferentes países que vivenciaram crises recentes não é homogênea. A nossa hipótese parece confirmar-se de forma mais marcante para o caso venezuelano, mas nem tanto para os demais países que atravessaram crises.

As variáveis restantes apresentam resultados relativamente inconsistentes nos diferentes países, e às vezes, inverso ao esperado. Nessa última categoria, pode-se

destacar as percepções sobre crime. Pessoas que percebem altos índices de criminalidade tendem a ter mais orgulho de seu país, Bolívia e Venezuela, ao contrário do que é teoricamente esperado. Informação política também gera efeitos díspares quando comparamos Equador e Bolívia. No primeiro, cidadãos melhor informados têm menos orgulho de seu país, enquanto que na Bolívia ocorre o oposto. Assim, não podemos afirmar que as variáveis apresentam impactos semelhantes nos diferentes países, chamando a atenção para as particularidades contextuais de cada país como fator explicativo relevante e que merece mais estudos futuros (Collier e Adcock 2001).

Tabela 7.7: Determinantes do Apoio à Comunidade Política.

Variáveis	Brasil	Venezuela	Equador	Bolívia
Percepção sobre Corrupção	0.00 (0.02)	0.04 (0.03)	-0.00 (0.01)	0.00 (0.02)
Percepção sobre Crime	-0.03** (0.02)	0.05** (0.02)	0.01 (0.01)	0.03* (0.02)
Vitimização por Crime	-0.01 (0.01)	-0.03** (0.01)	-0.01 (0.01)	-0.00 (0.01)
Vitimização por Corrupção	-0.01 (0.01)	-0.02 (0.02)	-0.01 (0.01)	-0.03*** (0.01)
Vitimização por Discriminação	-1.45 (0.98)		-5.19*** (1.70)	-3.51*** (1.05)
Programa de Transferência de Renda	0.35 (1.06)	-3.01 (2.04)	0.15 (0.83)	1.57 (0.98)
Informação Política	-0.06 (0.24)	-0.14 (0.40)	-1.09*** (0.27)	1.60** (0.80)
Identificação Partidária	-0.57 (1.16)	-0.27 (1.62)	2.20*** (0.79)	3.81*** (1.10)
Avaliação do Presidente	0.12*** (0.03)	-0.01 (0.03)	0.03* (0.02)	0.13*** (0.03)
Votou na Oposição	-2.26* (1.15)	-9.18*** (1.51)	-0.11 (0.90)	-2.12* (1.21)
Contato com Políticos	0.00 (0.01)	-0.01 (0.01)	0.02** (0.01)	0.01 (0.01)
Reuniões de Partidos Políticos	0.00 (0.02)	0.08*** (0.02)	-0.00 (0.02)	-0.01 (0.02)
Participação em Campanhas	-0.01 (0.01)	-0.12*** (0.02)	-0.02 (0.01)	-0.02* (0.01)
Participação em Protestos	1.73 (2.26)	-2.80 (1.99)	-2.52* (1.44)	-0.31 (1.51)

Mulher	-0.92 (0.83)	-1.32 (1.25)	0.19 (0.81)	-1.32* (0.76)
Idade	0.58 (0.44)	0.94 (0.85)	0.25 (0.42)	-0.46 (0.48)
Escolaridade em Anos	0.06 (0.17)	0.14 (0.23)	0.06 (0.11)	0.02 (0.12)
Urbano	-1.16 (1.65)	5.83 (6.23)	-1.04 (1.27)	2.18 (1.90)
Constante	83.02*** (6.27)	93.51*** (9.00)	101.61*** (3.62)	77.31*** (5.84)
Observações	2165	1177	2754	2523
R-quadrado	0.037	0.108	0.053	0.064

Erros padrão entre parênteses

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

No que tange ao apoio difuso à democracia, cujos resultados são apresentados na tabela 7.8, novamente a quantidade de variação explicada na variável dependente é baixa, indicando que o modelo testado não explica bem as visões mais gerais sobre a democracia. Sensações mais difusas de apoio à democracia não são tão sensíveis à qualidade da democracia. De acordo com Easton, isso é boa notícia para a continuidade da democracia na região. As pessoas apóiam ao seu regime democrático e tem orgulho do país, em grande medida, a despeito da qualidade da democracia em prática no regime atual.

Mesmo assim, há algumas variáveis que merecem comentários. Avaliação do presidente, novamente, influencia claramente o apoio ao regime democrático. Quanto mais satisfeito com o desempenho do presidente, maior a probabilidade de aumentar o apoio à democracia. A exceção aqui é a Bolívia, que exigiria uma análise mais pormenorizada para explicar sua diferença acerca dos demais casos. Isso foge aos nossos objetivos presentes, mas abre boa linha de investigação para o futuro. As demais variáveis também apresentam certa inconsistência em seus efeitos. Há, ainda, variáveis que apresentam resultados bastante inesperados. Por exemplo, as percepções sobre corrupção na Venezuela e Equador relacionam-se positivamente com o apoio à democracia, como havia ocorrido com as percepções de crime em seu impacto no apoio à comunidade política na Venezuela. Outra variável que merece

comentário é o efeito da vitimização por discriminação no Equador e Bolívia, que reduz consideravelmente o apoio à democracia, assim como também havia reduzido o sentimento de orgulho no país nesses dois casos. Ou seja, discriminação parece ter um efeito muito forte em reduzir a legitimidade do regime político no Equador e Bolívia.

Tabela 7.8: Determinantes do Apoio à Democracia.

Variáveis	Brasil	Venezuela	Equador	Bolívia
Percepção sobre Corrupção	0.04 (0.03)	0.16*** (0.05)	0.08*** (0.02)	-0.00 (0.03)
Percepção sobre Crime	-0.03 (0.03)	0.03 (0.04)	-0.07*** (0.02)	-0.02 (0.03)
Vitimização por Crime	0.01 (0.02)	-0.03 (0.02)	0.00 (0.01)	-0.03* (0.01)
Vitimização por Corrupção	-0.03 (0.02)	0.05* (0.03)	-0.01 (0.01)	-0.01 (0.02)
Vitimização por Discriminação	-0.19 (2.17)		-4.36** (1.70)	-2.09* (1.10)
Programa de Transferência de Renda	-1.42 (1.82)	-1.40 (2.67)	-1.03 (1.68)	0.77 (1.15)
Informação Política	0.71* (0.40)	-0.05 (0.43)	0.17 (0.73)	1.53** (0.64)
Identificação Partidária	0.90 (1.26)	2.93 (3.36)	4.18** (1.85)	5.36*** (1.20)
Avaliação do Presidente	0.18*** (0.05)	0.12* (0.07)	0.12*** (0.03)	0.03 (0.04)
Votou na Oposição	-1.27 (1.87)	-0.73 (2.16)	-0.48 (1.53)	0.23 (1.16)
Contato com Políticos	0.03 (0.02)	-0.01 (0.03)	0.02 (0.01)	0.02 (0.01)
Reuniões de Partidos Políticos	-0.02 (0.03)	-0.04 (0.04)	-0.03 (0.03)	0.02 (0.02)
Participação em Campanhas	-0.03 (0.02)	-0.07* (0.04)	0.02 (0.02)	-0.05*** (0.02)
Participação em Protestos	0.47 (2.27)	0.10 (4.10)	-0.25 (2.51)	-1.75 (1.67)
Mulher	-1.22 (1.36)	-0.23 (1.94)	-1.12 (1.15)	-1.44 (1.24)
Idade	3.02*** (0.60)	3.17*** (1.03)	3.87*** (0.67)	0.82 (0.70)
Escolaridade em Anos	0.81*** (0.20)	1.15*** (0.28)	0.44*** (0.16)	0.00 (0.18)

Urbano	1.28 (3.93)	9.00** (3.61)	1.86 (1.54)	-1.03 (2.09)
Constante	44.02*** (9.63)	30.27*** (10.74)	47.06*** (7.56)	68.33*** (5.70)
Observações	2056	1174	2625	2443
R-quadrado	0.052	0.060	0.062	0.035

Erros padrão entre parênteses

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

Se as duas variáveis dependentes acima claramente indicam formas difusas de apoio ao regime político, a variável analisada abaixo começa a nos remeter ao lado mais específico, mais voltado para o funcionamento das instituições na prática. A legitimidade das instituições democráticas já abre espaço para avaliações sobre o desempenho direto dessas instituições, e não para valores e sentimentos mais abstratos e genéricos sobre o regime. Ainda assim, essa variável mede a confiança nas instituições, o que lhe dá também um grau de abstração considerável. Então, encontramos-nos a meio caminho entre avaliações mais difusas e específicas do regime quando enfocamos visões sobre as instituições democráticas básicas.

Primeiro, é interessante reparar que a quantidade de variação explicada nessa variável é bastante maior do que nas duas primeiras analisadas acima. O R-quadrado, indicado na tabela 7.9, chega a .50 na Venezuela, o que é bastante alto para pesquisas baseadas em dados de opinião pública, por natureza mais permeados por erros de mensuração e, portanto, menos precisos. Assim, podemos afirmar que as percepções sobre a legitimidade das instituições básicas do regime democrático são bastante mais sensíveis às avaliações populares acerca da qualidade da democracia.

Isso fica também evidenciado pelo impacto mais consistente de diversas variáveis independentes. Ou seja, na medida em que caminhamos para indicadores mais específicos da legitimidade democrática, melhor funciona o modelo explicativo proposto baseado na qualidade da democracia.

As variáveis que medem o impacto das limitações do Estado de direito na região parecem surtir efeito na legitimidade democrática. Percepções sobre corrupção e sobre crime passam a afetar negativamente a legitimidade das instituições democráticas, conforme esperado teoricamente. Vitimização por crime e corrupção também passam a ter o efeito esperado, exceto na Venezuela. A relação entre percepções sobre crime e corrupção e sobre vitimização precisam ser melhor avaliadas no caso venezuelano, através de estudos de caso que fogem ao nosso objetivo imediato. Por outro lado, vitimização por discriminação passa a ter impacto bastante relevante no caso brasileiro, mas perde na Bolívia e mantém constante no Equador.

Mais uma vez, uma variável que consistentemente afeta a legitimidade das instituições democráticas é a avaliação do presidente. Novamente, essa variável tem o impacto esperado em todos os países. Aumenta também, consideravelmente, o impacto que engajamento político tradicional, por meio de partidos políticos, passa a ter no apoio às instituições democráticas. Isso é bastante esperado, já que cidadãos que participam de formas institucionais de engajamento político devem ter visões mais positivas sobre as instituições democráticas. No capítulo cinco, essa relação já ficava clara na análise dos determinantes do partidarismo no Brasil. De fato, a identificação partidária é a variável com maior poder explicativo na análise. Ou seja, as pessoas que identificam com algum partido político apóiam em maior medida as instituições básicas do sistema político. O efeito é destacado em todos os países, mas é extremadamente elevado na Venezuela. Outro achado interessante é que a informação política não tem nenhuma relação com a legitimidade institucional em três dos quatro países, mais na Venezuela, as pessoas mais bem informadas apóiam menos as instituições. Por último, cabe aqui destacar um efeito interessante da análise: ser um beneficiário de programas de transferência de renda tem impacto positivo na legitimidade das instituições democráticas, principalmente na Venezuela e Bolívia. Esse efeito não é estatisticamente significativo no Brasil e Equador. A

inclusão de pessoas dentro da estrutura de distribuição de renda do Estado aumenta o apoio às instituições democráticas.<sup>59</sup>

Tabela 7.9 Determinantes da Legitimidade das Instituições Democráticas.

Variáveis	Brasil	Venezuela	Equador	Bolívia
Percepção sobre Corrupção	-0.12*** (0.02)	-0.09*** (0.02)	-0.08*** (0.01)	-0.04*** (0.02)
Percepção sobre Crime	-0.06** (0.02)	-0.09*** (0.03)	-0.07*** (0.01)	-0.06*** (0.01)
Vitimização por Crime	-0.02* (0.01)	-0.01 (0.02)	-0.02*** (0.01)	-0.02** (0.01)
Vitimização por Corrupção	-0.04*** (0.02)	-0.00 (0.02)	-0.02** (0.01)	-0.02** (0.01)
Vitimização por Discriminação	-4.06*** (1.41)		-1.76** (0.78)	-0.63 (0.91)
Programa de Transferência de Renda	0.77 (1.25)	3.81** (1.86)	0.66 (1.09)	2.15*** (0.68)
Informação Política	0.05 (0.26)	-0.76* (0.38)	-0.52 (0.36)	0.04 (0.40)
Identificação Partidária	3.04** (1.17)	7.35*** (1.75)	3.34*** (1.07)	2.04** (0.85)
Avaliação do Presidente	0.21*** (0.04)	0.49*** (0.03)	0.27*** (0.02)	0.28*** (0.02)
Votou na Oposição	-0.63 (0.85)	-2.29 (1.54)	-1.06 (0.82)	-0.66 (1.29)
Contato com Políticos	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	0.02** (0.01)	-0.02 (0.01)
Reuniões de Partidos Políticos	0.03* (0.02)	0.04** (0.02)	-0.00 (0.02)	0.02 (0.01)
Participação em Campanhas	0.00 (0.01)	0.04** (0.02)	0.02** (0.01)	-0.00 (0.01)
Participação em Protestos	0.10 (1.97)	-1.87 (1.53)	-0.30 (1.30)	-1.11 (1.53)
Mulher	0.65 (1.07)	0.11 (1.23)	1.09* (0.61)	-0.28 (0.73)
Idade	1.07 (0.70)	0.09 (0.79)	-2.36*** (0.39)	-1.57*** (0.56)
Escolaridade em Anos	-0.07 (0.23)	-0.23 (0.14)	0.04 (0.10)	-0.10 (0.12)
Urbano	-5.53**	-1.29	-1.56	1.05

<sup>59</sup> Rennó (2011) argumenta que ser beneficiário de programas de transferência de renda tem efeito indireto no apoio às instituições democráticas, ao afetarem fortemente as avaliações do presidente. Mas esse tipo de discussão vai além dos nossos objetivos imediatos.

	(2.41)	(2.41)	(1.34)	(1.37)
Constante	46.97***	42.51***	44.41***	45.82***
	(6.86)	(6.29)	(2.81)	(4.53)
Observações	2173	1176	2760	2530
R-quadrado	0.155	0.508	0.218	0.195

Erros padrão entre parênteses

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

A próxima variável dependente é uma inovação proposta por Booth e Seligson (2009). Essa variável tem como ponto positivo trazer o debate sobre legitimidade democrática para a esfera da política em âmbito local. Mas, tem como ponto negativo o fato de combinar em sua construção um componente relacionado à dimensão específica do desempenho do governo local e outro item que remete às dimensões mais difusas desse apoio. Até por isso, essa variável parece combinar alguns dos achados acima: baixa explicação geral típica de dimensões mais difusas do apoio à democracia e alguns efeitos de variáveis explicativas que seguem a lógica do apoio mais específico às instituições democráticas. Assim, percepção sobre corrupção e crime tem o efeito esperado, de redução da legitimidade democrática local. Vitimização por corrupção parece também ter efeito uniforme nos diferentes países. Por último, avaliação do presidente também é uma variável central para entender o aumento da legitimidade do governo local.

Por outro lado, é interessante reparar que, no Brasil e Equador, ser da oposição ao governo federal, leva a apoio ao governo local. É nessa dimensão que a oposição encontra mais espaço para se expressar nos dois países, o que torna seus membros mais propensos a apoiarem os governos locais. Por último, a participação em protestos políticos, que é uma variável com possível impacto negativo na legitimidade democrática, só é sentida no Equador e em âmbito local.

Tabela 7.10 Determinantes da Legitimidade do Governo Local.

Variáveis	Brasil	Venezuela	Equador	Bolívia
Percepção sobre Corrupção	-0.05*	-0.10***	-0.04*	-0.05***
	(0.03)	(0.03)	(0.02)	(0.02)

Percepção sobre Crime	-0.10*** (0.03)	-0.13*** (0.03)	-0.06*** (0.02)	-0.03* (0.02)
Vitimização por Crime	-0.02 (0.02)	-0.03** (0.01)	0.00 (0.01)	-0.03*** (0.01)
Vitimização por Corrupção	-0.04** (0.02)	-0.03* (0.02)	-0.03** (0.01)	-0.02* (0.01)
Vitimização por Discriminação	-2.12 (1.49)		-1.99* (1.05)	-0.81 (1.18)
Programa de Transferência de Renda	-1.85 (1.86)	-0.54 (2.00)	-0.02 (1.36)	0.47 (0.89)
Informação Política	-0.08 (0.29)	-0.55** (0.24)	-0.69 (0.54)	0.38 (0.92)
Identificação Partidária	0.96 (1.30)	1.93 (2.15)	4.21*** (1.59)	0.25 (1.04)
Avaliação do Presidente	0.13*** (0.04)	0.24*** (0.04)	0.07* (0.04)	0.09*** (0.03)
Votou na Oposição	2.27* (1.35)	-0.24 (1.86)	4.06*** (1.12)	1.48 (1.11)
Contato com Políticos	0.00 (0.01)	0.04** (0.02)	0.02 (0.01)	-0.03** (0.01)
Reuniões de Partidos Políticos	0.02 (0.03)	0.05** (0.02)	-0.02 (0.02)	0.03* (0.02)
Participação em Campanhas	0.01 (0.02)	0.00 (0.02)	-0.01 (0.02)	0.02 (0.01)
Participação em Protestos	-0.12 (2.07)	1.44 (1.87)	-9.05*** (2.46)	0.43 (1.75)
Mulher	-0.21 (1.17)	0.31 (1.00)	1.62* (0.93)	-0.02 (0.89)
Idade	0.76 (1.03)	0.81 (0.70)	-1.85*** (0.47)	-2.52*** (0.60)
Escolaridade em Anos	-0.08 (0.22)	-0.09 (0.25)	0.07 (0.13)	-0.35* (0.19)
Urbano	-6.33** (2.39)	1.64 (1.60)	5.10** (2.06)	2.21 (2.13)
Constante	52.78*** (7.23)	50.76*** (6.04)	71.62*** (6.90)	53.36*** (7.77)
Observações	2173	1174	2755	2524
R-quadrado	0.066	0.242	0.060	0.057

Erros padrão entre parênteses

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

A tabela 7.5 traz os resultados da análise daquele que é o indicador mais claro de apoio específico ao regime democrático: avaliação do desempenho das autoridades

públicas. Aqui, como na análise do apoio às instituições democráticas, a quantidade de explicação da variável dependente é bastante alta. Em geral, é nessa variável que o modelo proposto, baseado na qualidade da democracia, melhor se comporta.

As variáveis mais relevantes parecem se repetir também, em comparação com o apoio às instituições democráticas. Percepções sobre corrupção e crime são centrais para entender o apoio às autoridades políticas. Vitimização por crime, mais do que por corrupção, passa a ser relevante, principalmente nos países em que sofreram crises democráticas recentes. Por outro lado, a vitimização por discriminação passa a ser relevante no Brasil e não nos demais países. Também novamente, ser beneficiário de programa de transferência de renda tem efeito positivo no apoio às autoridades políticas na Venezuela e Bolívia, reforçando o impacto encontrado na análise anterior, de apoio às instituições básicas da democracia.

Mas, o que é realmente consistente nesta análise, assim como nas anteriores, é o efeito positivo da avaliação do presidente no apoio às autoridades políticas. Isto é de se esperar: formas mais específicas de apoio à democracia são condicionadas pelo desempenho dos políticos. Também é importante destacar que votar na oposição tem efeito claro na redução do apoio às autoridades políticas. Os opositores aos atuais governos são claramente críticos do desempenho desses governos. Não obstante, esse impacto é bem mais forte nos países que atravessaram crises democráticas do que no Brasil. Ou seja, a insatisfação da oposição com aspectos específicos da legitimidade democrática é mais intensa onde os processos de crise democrática foram mais profundos.

Tabela 7.11 Determinantes do Apoio às Autoridades Políticas.

Variáveis	Brasil	Venezuela	Equador	Bolívia
Percepção sobre Corrupção	-0.07** (0.03)	-0.11*** (0.04)	-0.06*** (0.02)	-0.09*** (0.02)
Percepção sobre Crime	-0.05** (0.02)	-0.03 (0.03)	-0.06*** (0.01)	-0.05** (0.02)
Vitimização por Crime	-0.02	-0.04**	-0.02*	-0.02*

	(0.01)	(0.02)	(0.01)	(0.01)
Vitimização por Corrupção	-0.01	0.03*	-0.00	-0.02*
	(0.02)	(0.02)	(0.01)	(0.01)
Vitimização por Discriminação	-2.63**		0.22	-0.96
	(1.09)		(0.84)	(1.14)
Programa de Transferência de Renda	1.78	4.31*	0.67	1.64*
	(1.51)	(2.33)	(1.36)	(0.86)
Informação Política	-0.53*	-0.97**	-0.29	-0.58
	(0.28)	(0.42)	(0.39)	(0.41)
Identificação Partidária	3.95***	5.13**	4.19***	3.19***
	(1.11)	(2.01)	(1.46)	(1.00)
Avaliação do Presidente	0.38***	0.61***	0.60***	0.53***
	(0.03)	(0.05)	(0.02)	(0.03)
Votou na Oposição	-2.82***	-6.89***	-5.99***	-7.94***
	(0.90)	(1.54)	(1.04)	(1.36)
Contato com Políticos	0.01	0.02	-0.00	-0.01
	(0.01)	(0.02)	(0.01)	(0.01)
Reuniões de Partidos Políticos	-0.01	0.02	0.02	0.03**
	(0.02)	(0.03)	(0.02)	(0.01)
Participação em Campanhas	0.03*	-0.01	0.01	-0.02*
	(0.01)	(0.02)	(0.02)	(0.01)
Participação em Protestos	-1.74	-2.28	4.11**	-3.39***
	(2.26)	(2.39)	(1.95)	(1.26)
Mulher	-2.99**	-2.21	-0.34	0.36
	(1.33)	(1.55)	(0.88)	(0.96)
Idade	1.58***	-0.50	-2.01***	-2.32***
	(0.43)	(0.93)	(0.53)	(0.43)
Escolaridade em Anos	-0.29	-0.36*	-0.33***	-0.20*
	(0.21)	(0.19)	(0.12)	(0.11)
Urbano	-8.66***	0.36	-0.03	0.32
	(1.90)	(2.32)	(1.56)	(1.54)
Constante	44.04***	40.48***	22.74***	46.04***
	(5.66)	(8.38)	(5.25)	(4.44)
Observações	2167	1177	2757	2524
R-quadrado	0.236	0.501	0.432	0.431

Erros padrão entre parênteses

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

Por último, voltamos nossa atenção para a análise da satisfação com a democracia. Essa variável apresenta resultados semelhantes aos da análise da avaliação das autoridades políticas e de formas mais específicas de apoio ao regime democrático. Vale destacar o consistente impacto da percepção sobre crime em reduzir a

satisfação com o regime e os fortes impactos positivos de ter alguma filiação partidária e avaliação positiva do presidente. Também é interessante ressaltar o impacto fortemente negativo que vitimização por discriminação tem na satisfação com a democracia no Brasil.

Por último, o efeito presente acima, nas formas de avaliação da democracia pela oposição, é confirmado abaixo. Nos países que atravessaram crises, as diferenças na magnitude da insatisfação da oposição são maiores na Venezuela, Equador e Bolívia do que no Brasil.

Tabela 7.12 Determinantes da Satisfação com a Democracia.

Variáveis	Brasil	Venezuela	Equador	Bolívia
Percepção sobre Corrupção	-0.07*** (0.02)	-0.02 (0.03)	-0.01 (0.02)	0.00 (0.02)
Percepção sobre Crime	-0.06*** (0.02)	-0.06** (0.02)	-0.09*** (0.02)	-0.05*** (0.02)
Vitimização por Crime	-0.01 (0.01)	-0.04* (0.02)	-0.01 (0.01)	-0.00 (0.01)
Vitimização por Corrupção	0.04** (0.02)	0.00 (0.02)	-0.01 (0.01)	-0.02** (0.01)
Vitimização por Discriminação	-4.00*** (1.05)		1.42 (0.95)	-0.57 (0.98)
Programa de Transferência de Renda	-0.40 (1.12)	-0.60 (1.92)	-0.85 (1.32)	1.43 (0.90)
Informação Política	-0.46 (0.30)	-0.58 (0.39)	-0.74 (0.53)	-0.98** (0.44)
Identificação Partidária	2.60** (1.14)	7.96*** (1.95)	3.57** (1.45)	1.89** (0.92)
Avaliação do Presidente	0.22*** (0.04)	0.54*** (0.04)	0.36*** (0.02)	0.45*** (0.03)
Votou na Oposição	-2.10** (1.03)	-3.80** (1.75)	-2.73** (1.19)	-3.59*** (1.19)
Contato com Políticos	-0.02** (0.01)	-0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	-0.01 (0.01)
Reuniões de Partidos Políticos	0.01 (0.02)	-0.03 (0.03)	0.03 (0.02)	-0.00 (0.02)
Participação em Campanhas	-0.00 (0.01)	0.02 (0.02)	-0.01 (0.02)	-0.01 (0.01)
Participação em Protestos	2.04	1.71	-2.82*	2.74

	(2.08)	(2.55)	(1.58)	(2.14)
Mulher	-1.56	-1.73	-2.63**	-0.98
	(1.09)	(1.44)	(1.10)	(0.88)
Idade	0.53	0.32	-0.39	-0.05
	(0.48)	(0.75)	(0.54)	(0.46)
Escolaridade em Anos	0.09	0.08	-0.21	-0.07
	(0.17)	(0.17)	(0.17)	(0.11)
Urbano	-0.93	-4.39*	1.15	-1.15
	(1.66)	(2.53)	(1.40)	(1.02)
Constante	46.76***	28.68***	46.14***	33.45***
	(4.92)	(7.87)	(5.48)	(4.59)
Observações	2099	1142	2644	2453
R-quadrado	0.128	0.448	0.170	0.259

Erros padrão entre parênteses

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

## 7.4 Conclusão

Neste livro, examinamos as visões populares sobre as diferentes dimensões da qualidade da democracia no Brasil e finalizamos nossa análise com a avaliação do impacto dessas percepções sobre o apoio popular a distintos aspectos do apoio ao regime democrático no Brasil, em perspectiva comparada. Dessa forma, propusemos um modelo de avaliação da legitimidade democrática por meio da qualidade da democracia, algo que ainda não havia sido proposto anteriormente. Portanto, contribuímos para o avanço teórico no estudo da opinião pública e do debate sobre legitimidade democrática ao propormos um modelo analítico que pode ser aplicado a diversos países. Esse modelo enfoca as visões populares sobre o funcionamento do Estado de direito, sobre desigualdade, participação política e responsividade. Cada um desses fatores foi amplamente analisado no caso brasileiro e posteriormente usado para testar os determinantes na variação da legitimidade democrática no Brasil e em alguns países que atravessaram crises democráticas no passado recente.

No caso brasileiro, fica claro que temos limitações sérias no que tange ao funcionamento do Estado de direito no país e que essa dimensão da qualidade da democracia parece ter efeito pernicioso nas avaliações populares da legitimidade

das instituições democráticas e na avaliação do desempenho das autoridades públicas. Esse efeito é menor no que tange aos valores mais difusos de orgulho do país e de acreditar que a democracia é preferível a outras formas de governo. Mas, de qualquer forma, confirmamos aqui a afirmação de Frances Hagopian (2005): no Brasil o problema é com a aplicação da lei e não com a representatividade e responsividade do sistema político.

Confirmando essa posição, a avaliação do presidente tem efeito positivo em todas as formas de apoio ao regime, sejam elas mais difusas ou mais específicas. Bons governantes geram sensações mais fortes de orgulho da nação, de preferência pela democracia, de apoio às instituições democráticas básicas e em âmbito local e de boas avaliações sobre o desempenho do governo em distantes frentes de ação. Assim, fica claro que um componente importante do apoio ao regime está condicionado pela atuação dos políticos. Isso, por um lado, é bom porque joga ainda mais responsabilidade nos ombros dos governantes. Assim, boas práticas de governança devem ser divulgadas e premiadas, como mecanismos de aprofundamento da qualidade da democracia. Mas, por outro lado, é preocupante porque governos ruins podem colocar em risco a estabilidade do próprio regime. Embora não tenhamos dados em série temporal para fazermos essa afirmação aqui, podemos propor a hipótese de que a instabilidade recente nos países andinos é resultado da insatisfação popular com os regimes que antecederam aos atuais. O fato da avaliação do presidente ser também relevante no aumento do apoio difuso ao regime nesses países dá indícios de que a hipótese acima é plausível.

Contudo, também não podemos deixar de lado o fato de que a qualidade da democracia tem menos capacidade de explicar a variação no apoio à comunidade política e ao apoio difuso ao regime democrático. Essas duas variáveis, conforme indicamos acima, são menos sensíveis ao modelo do que indicadores mais específicos de apoio ao regime. Portanto, apesar das diferentes formas de apoio à democracia serem influenciadas pelo desempenho do presidente, elas não são tão influenciadas por visões negativas da população em esferas como avaliações do

estado de direito, desigualdade, participação política e responsividade democrática em conjunto. Dessa forma, podemos afirmar que governos eficientes amplificam o apoio difuso ao regime, mas avaliações negativas das diferentes dimensões da qualidade da democracia não necessariamente afetam essas mesmas visões. Em suma, dados temporais são importantes para avaliarmos como, de fato, a qualidade da democracia pode levar à deteriorização de formas específicas de apoio ao regime e estas a quedas nas formas mais difusas de legitimidade democrática. O modelo baseado na qualidade da democracia é útil para avaliarmos, principalmente, formas específicas de apoio ao regime político.

Já, a hipótese sobre o saldo, os resquícios das crises democráticas na região, que motivaram a comparação entre Brasil, Venezuela, Bolívia e Equador, apresentam resultados esperados. De fato, votar na oposição tem os resultados negativos esperados em apoio à comunidade política e às autoridades políticas e positivos em apoio ao governo local. Como os governos locais podem ser administrados pela oposição, o efeito dessa variável não deveria ser negativo nesses casos. Ser da oposição também reduz em muito a satisfação declarada com o funcionamento da democracia.

Não obstante, esse efeito aparentemente homogêneo, ser da oposição no Brasil tem impacto substantivo muito menor do que em seus vizinhos andinos. Nos casos da Venezuela, Bolívia e Equador, o efeito de ser da oposição em sentimentos de pertencimento à comunidade nacional e de avaliação das autoridades pública é bem mais acentuado do que no Brasil. O mesmo ocorre com a satisfação declarada com o funcionamento da democracia. Assim, podemos afirmar que as crises democráticas na região deixaram também como legado um recrudescimento do ressentimento das oposições nesses países, que são críticas tanto em relação a aspectos difusos de apoio ao regime político, como sentir orgulho da comunidade nacional, quanto específicos, relacionados com o desempenho do governo no combate à corrupção, pobreza, violência, entre outros. Assim, há reverberações das crises democráticas que ultrapassam o momento de sua ocorrência e se prolongam no tempo, afetando a

legitimidade do sistema democrático nessas regiões de forma mais exacerbada do que no Brasil, que não atravessou turbulências políticas tão profundas quanto seus vizinhos ao norte.

Todavia, cabe aqui uma palavra de ressalva acerca da situação brasileira: embora a situação da responsividade política e da participação política não estejam criando cismas na distribuição do apoio ao regime, ainda há muito que se investir em reduzir o impacto daninho da corrupção e crime no país. Ao mesmo tempo, temos um sistema político que é responsivo ao cidadão e uma cidadania, em geral, satisfeita com o desempenho de seu governo e presidente. Dessa forma, é apropriado supor que o problema não esteja no sistema político, mas nas práticas diárias de desrespeito à lei. Reformas futuras devem combater diretamente a questão da corrupção e crime, passando por um aprimoramento das instituições de monitoramento, fiscalização e punição. Creditar o problema da corrupção e crime às instituições políticas representativas no Brasil pode ser um equívoco.

## Bibliografia

- Almond, Gabriel A., and Sidney Verba. 1989. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Newbury Park: California: Sage Publications.
- Alston, Lee, Melo, Marcus André, Mueller, Bernardo e Pereira, Carlos. 2008. "On The Road to Good Governance: Recovering from Economic and Political Shocks in Brazil." Em: Ernesto Stein; Mariano Tommasi; Carlos Scartascini; and Pablo Spiller. *The Policymaking Process in Latin America: How Politics Shapes Policies*. Cambridge: Harvard University Press.
- Ames, Barry. 2001. *The Deadlock of Democracy in Brazil*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Ames, Barry, and Amy Erica Smith. 2010. "Knowing Left from Right: Ideological Identification in Brazil, 2002-2006". *Journal of Politics in Latin America* 2 (3): 3-38.
- Ames, Barry, Miguel García, and Amy Erica Smith. Forthcoming. "Keeping up with the Souzas: Social Influence and Electoral Change in a Weak Party System, Brazil 2002-2006." *Latin American Politics & Society*.
- Anderson, Christopher J., André Blais, Shaun Bowler, Todd Donovan, and Ola Listhaug. 2005. *Losers' Consent: Elections and Democratic Legitimacy*. Oxford, Oxford University Press.
- Auyero, Javier. 2000. "The Logic of Clientelism in Argentina: An Ethnographic Account." *Latin American Research Review* 35 (3):55-81.
- Auyero, Javier. 2000a. *Poor People's Politics: Peronist Survival Networks and the Legacy of Evita*. Durham, NC: Duke University Press.
- Bailey, Stanley R. 2009. *Legacies of Race: Identities, Attitudes, and Politics in Brazil*. Stanford, Calif.: Stanford University Press.
- Baiocchi, Gianpaolo. 2005. *Militants and Citizens: The Politics of Participatory Democracy in Puerto Alegre*. Stanford: Stanford University Press.
- Baiocchi, Gianpaolo, ed. 2003. *Radicals in Power: Experiments in Urban Democracy in Brazil*. London: Zed Press.
- Baker, Frank & Kim, SH. 2004. *Item Response Theory*. New York: Marcel Dekker.

- Baker, Andy, Barry Ames, and Lúcio Rennó. 2006. "Social Context and Campaign Volatility in New Democracies: Networks and Neighborhoods in Brazil's 2002 Elections." *American Journal of Political Science* 50 (2):382-99.
- Balbachevsky, Elizabeth. 1992. "Identidade Partidária e Instituições Políticas no Brasil". *Lua Nova* 26: 133-165.
- Barber, Benjamin R. 1999. "The Discourse of Civility." In *Citizen Competence and Democratic Institutions*, ed. K. E. Softan and S. L. Elkin. University Park, PA: Penn State University Press.
- Belli, Robert F., Michael W. Traugott, Margaret Young, and Katherine A. McGonagle. 1999. "Reducing Vote Overreporting in Surveys: Social Desirability, Memory Failure, and Source Monitoring." *Public Opinion Quarterly* 63 (1):90-108.
- Benson, Michelle, and Thomas R. Rochon. 2004. "Interpersonal Trust and the Magnitude of Protest: A Micro and Macro Level Approach." *Comparative Political Studies* 37 (4):435-57.
- Bernstein, Robert, Anita Chadha, and Robert Montjoy. 2001. "Overreporting Voting: Why It Happens and Why It Matters." *Public Opinion Quarterly* 65:22-44.
- Boniface, Dexter. 2007. "The OAS's Mixed Record." In: Legler, T., Sharon, F. L., and Boniface, D. *Promoting Democracy in the Americas*. The John Hopkins University Press: Baltimore.
- Booth, John A., and Mitchell A. Seligson. 2009. *The Legitimacy Puzzle in Latin America: Political Support and Democracy in Eight Latin American Nations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Braga, Maria do Socorro S. 2006. *O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de Competição Política (1982-2002)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp.
- Brewer, Marilyn. 1999. "The Psychology of Prejudice: Ingroup Love and Outgroup Hate?" *Journal of Social Issues* 55(3): 429-444.
- Camargos, Malco. 1999. *Do bolso para as urnas: A influência da economia na escolha entre Fernando Henrique e Lula nas eleições de 1998*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Canache, Damarys and Michael Allison. 2005. "Perceptions of Political Corruption in Latin American Democracies". *Latin American Politics and Society* 47 (3): 91-111.

- Carreirão, Yan de Souza. 2002. "Identificação ideológica e voto para presidente". *Opinião Pública* VIII (1): 54-79.
- Carreirão, Yan de Souza, and Maria D'alva Kinzo. 2004). "Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002)". *Dados* 47 (1): 131-168.
- Carreirão, Yan de Souza. 2007. "Identificação Ideológica, Partidos e Voto na Eleição Presidencial de 2006." *Opinião Pública* 13 (2):307-39.
- Castro, Mônica M. M. 1994. *Determinantes do Comportamento Eleitoral: a centralidade da sofisticação política*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Castro, Mônica Mata Machado de. 2007. "Eleitorado Brasileiro: Composição e Grau de Participação." In *Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução*, ed. L. Avelar and A. O. Cintra. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- Clausen, Aage R. 1968. "Response Validity: Vote Report." *Public Opinion Quarterly* 32 (4):588-606.
- Cohen, Jean L., and Andrew Arato. 1992. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Converse, Philip. 1964. "The Nature of Belief Systems in Mass Publics". In: Apter, David. *Ideology and Discontent*. New York, Free Press. p. 206-261.
- Dalton, Russell J. 2000. "Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies." In *Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*, ed. R. J. Dalton and M. P. Wattenberg. Oxford: Oxford University Press.
- Dalton, Russell J. 2004. *Democratic Challenges, Democratic Choices: The Erosion of Political Support in Advanced Democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- Dagnino, Evelina; Olvera, Alberto J.; Panfichi, Aldo. 2006. "Por uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina". In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. (Coords.). *A disputa pela Construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra.
- Delli Carpini, Michael, and Scott Keeter. 1996. *What Americans Know About Politics and Why It Matters*. New Heaven: Yale University Press.

- Desposato, Scott W., and Barbara Norrander. 2009. "The Gender Gap in Latin America: Contextual and Individual Influences on Gender and Political Participation." *British Journal of Political Science*.
- Diamond, Larry, and Leonardo Morlino, eds. 2005. *Assessing the Quality of Democracy*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Djupe, Paul A., Scott D. McClurg, and Anand E. Sokhey. 2010. "The Political Consequences of Gender in Social Networks." In *Political Networks Paper Archive Working Paper*. Carbondale, IL: Southern Illinois University Carbondale.
- Downs, Anthony. 1999. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Edusp.
- Easton, David. 1965. *A Systems Analysis of Political Life*. New York: John Wiley.
- Fazio, Russell H, Joni R Jackson, Bridget C Dunton, and Carol J Williams. 1995. "Variability in Automatic Activation as an Unobtrusive Measure of Racial Attitudes: A Bona Fide Pipeline?" *Journal of Personality and Social Psychology* 69(6): 1013-1027.
- Federico, Christopher M. 2004. "When Do Welfare Attitudes Become Racialized? The Paradoxical Effects of Education." *American Journal of Political Science* 48(2): 374-391.
- Feldman, Stanley. 2003. "Enforcing Social Conformity: A Theory of Authoritarianism." *Political Psychology* 24(1): 41-74.
- Ferreira, Francisco H. G., Phillippe G. Leite, and Julie A. Litchfield. 2008. "The Rise and Fall of Brazilian Inequality: 1981-2004." *Macroeconomic Dynamics* 12(Supplement S2): 199-230.
- Figueiredo, Argelina Cheibub, and Fernando Limongi. 2000. "Presidential Power, Legislative Organization and Party in Brazil." *Comparative Politics* 32 (2):151-70.
- Filmer, Deon, and Lant Pritchett. 1999. "The Effect of Household Wealth on Educational Attainment: Evidence from 35 Countries". *Population and Development Review* 25 (1): 85-120.
- Gill, Graeme. 2000. *The Dynamics of Democratization: Elites, Civil Society and the Transition Process*. New York, St. Martin's Press, Inc.
- Greenwald, Anthony G, Debbie E McGhee, and Jordan L. K Schwartz. 1998. "Measuring Individual Differences in Implicit Cognition: The Implicit

- Association Test." *Journal of Personality and Social Psychology* 74(6): 1464-1480.
- Gutmann, Amy, and Dennis Thompson. 1996. *Democracy and Disagreement*. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press of Harvard University Press.
- Grzybowski, Candido. 1990. "Rural Workers' Movements and Democratisation in Brazil." *Journal of Development Studies* 26(4): 19-43.
- Hagopian, Frances. 1996. *Traditional Politics and Regime Change in Brazil*. New York: Cambridge University Press.
- Hagopian, Frances. Chile and Brazil. 2005. *Em: Diamond, L.; Morlino, L. (Ed). Assessing the Quality of Democracy*. The John Hopkins University Press: Baltimore.
- Hetherington, Marc J., and Jonathan Weiler. 2009. *Authoritarianism and Polarization in American Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hochstetler, Kathryn. 2006. "Rethinking Presidentialism: Challenges and Presidential Falls in South America." *Comparative Politics* 38 (4):401-18.
- Hochstetler, Kathryn. 2008. "Repensando el presidencialismo: desafíos y caídas presidenciales en el Cono Sur." *America Latina Hoy*, Vol. 49 Nuevas Formas de Inestabilidad Política.
- Hochstetler, Kathryn, and Margaret E. Edwards. 2009. "Failed Presidencies: Identifying and Explaining a South American Anomaly." *Journal of Politics in Latin America* 1 (2):31-57.
- Hochstetler, Kathryn, and David Samuels. 2011. "Crisis and Rapid Reequilibration: The Consequences of Presidential Challenge and Failure in Latin America." *Comparative Politics* 43 (2):127-45.
- Holston, James. 2008. *Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*. Princeton: Princeton University Press.
- Huddy, Leonie, Stanley Feldman, Charles Taber, and Gallya Laha. 2005. Threat, Anxiety, and Support of Antiterrorism Policies. *American Journal of Political Science* 49 (3): 593-608.
- Huntington, Samuel P. 1991. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman, Oklahoma: University of Oklahoma Press.

- Huntington, Samuel P. 1996. *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press.
- Inglehart, Ronald. 1988. "The Renaissance of Political Culture." *American Political Science Review* 82 (4):1203-30.
- Inglehart, Ronald, and Christian Welzel. 2005. *Modernization, Cultural Change, and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jackman, Simon. 1998. "Non-compulsory voting in Australia?: what surveys can (and can't) tell us." *Electoral Studies* 18 (1):29-48.
- Kaase, Max, and Alan Marsh. 1979. "Political Action: A Theoretical Perspective." In *Political Action: Mass Participation in Five Western Democracies*, ed. S. H. Barnes and M. Kaase. Beverly Hills: Sage Publications.
- Kamel, Ali. 2006. *Não Somos Racistas: Uma Reação Aos Que Querem Nos Transformar Numa Nação Bicolor*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira.
- Karp, Jeffrey A., and David Brockington. 2005. "Social Desirability and Response Validity: A Comparative Analysis of Overreporting Voter Turnout in Five Countries." *The Journal of Politics* 67 (03):825-40.
- Katz, Gabriel. 2008. "Policy-Based Abstention in Brazil's 2002 Presidential Election." In *Annual Meeting of the Midwest Political Science Association*. Chicago.
- Kerbaui, Maria Teresa Miceli. 2004. "Associativismo e Comportamento Eleitoral na Eleição de 2002." *Opinião Pública* 10 (2):254-67.
- Kim, Young Hun, and Donna Bahry. 2008. "Interrupted Presidencies in Third Wave Democracies." *Journal of Politics* 70 (3):807-22.
- Kinzo, Maria D'Alva. 2005. "Os Partidos no Eleitorado: Percepções Públicas e Laços Partidários no Brasil." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 20 (57):65-81.
- Krosnick, Jon, and Michale Milburn. 1990. "Psychological Determinants of Political Opinionation". *Social Cognition* 8 (1): 49-72.
- Kuklinski, James H., Michael D. Cobb, and Martin Gilens. 1997. "Racial Attitudes and the 'New South'." *The Journal of Politics* 59 (2): 323-349.
- Kuklinski, James H. *et al.* 1997. "Racial Prejudice and Attitudes Toward Affirmative Action." *American Journal of Political Science* 41(2): 402-419.

- Lamounier, Bolivar. 1975. "Comportamento Eleitoral em São Paulo: Passado e Presente". In: *Os Partidos e as Eleições no Brasil*, ed. Bolivar Lamounier and Fernando H. Cardoso. Rio de Janeiro, Paz e Terra. p. 15-44.
- Lamounier, Bolivar. 1978. "Presidente Prudente: o Crescimento da Oposição num Reduto Arenista". In *Os Partidos e o Regime: A lógica do processo eleitoral brasileiro*, ed. Fábio W. Reis. São Paulo, Edições Símbolo. p. 1-89.
- Lamounier, Bolivar (1980). "O Voto em São Paulo: 1970-1978". In *Voto de Desconfiança: eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979*, ed. Bolivar Lamounier. São Paulo, Vozes. p.15-80.
- Lavareda, Antônio. 1991. *A Democracia nas Urnas: O Processo Partidário Eleitoral Brasileiro*. Rio de Janeiro, Rio Fundo: Editora/IUPERJ.
- Leoni, Eduardo. 2002. "Ideologia, Democracia e Comportamento Parlamentar: A Câmara dos Deputados (1991-1998)." *Dados -- Revista de Ciências Sociais* 45 (3).
- Levendusky, Matthew, and Simon Jackman. 2003. "Reconsidering the Measurement of Political Knowledge". *Mimeo*.
- Licio, Elaine, Lucio Rennó, and Henrique Castro. 2009. "Bolsa Família e Voto na Eleição Presidencial de 2006: em busca do elo perdido". *Opinião Pública* 15 (1): 31-54.
- Linz, Juan J. 1990. "Transitions to Democracy." *Washington Quarterly* 13 (3):143-64.
- Linz, Juan J., and Alfred Stepan. 1978. *The Breakdown of Democratic Regimes*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Lipset, Seymour Martin. 1959. "Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy." *American Political Science Review* 53 (1): 69-105.
- Lippmann, Walter. 1922. *Public Opinion*. New York: Harcourt, Brace and company.
- Llanos, Mariana e Marsteintredet, Leiv. 2010. *Presidential Breakdowns in Latin America: Causes and Outcomes of Executive Instability in Developing Democracies*. New York: Palgrave Macmillan.
- Lovell, Peggy A. 1994. "Race, Gender, and Development in Brazil." *Latin American Research Review* 29(3): 7-35.
- Lovell, Peggy A. 2006. "Race, Gender, and Work in São Paulo, Brazil, 1960-2000." *Latin American Research Review* 41(3): 63-87.

- Lucas, Kevin, and David Samuels. 2010. "The Ideological "Coherence" of the Brazilian Party System, 1990-2009." *Journal of Politics in Latin America* 2 (3).
- Luskin, Robert. 1987. "Measuring Political Sophistication". *American Journal of Political Science* 31 (4): 856-899.
- Luskin, Robert. 1990. "Explaining Political Sophistication". *Political Behavior* 12 (4): 331-361.
- Lyne, Mona M. 2008. "Proffering Pork: How Party Leaders Build Party Reputations in Brazil." *American Journal of Political Science* 52 (2):290-303.
- Mainwaring, Scott. 2006. "The Crisis of Representation in the Andes." *Journal of Democracy*, 17:3.
- Mainwaring, Scott, Ana María Bejarano, and Eduardo Pizarro Leongómez. 2006. *The Crisis of Democratic Representation in the Andes*. Palo Alto, CA: Stanford University Press.
- Markoff, John. 1996. *Waves of Democracy: Social Movements and Political Change*. Thousand Oaks, CA, Pine Forge Press.
- Marques, Eduardo Cesar. 2009a. "As redes importam para o acesso a bens e serviços obtidos fora de mercados?" *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 24 (71).
- Marques, Eduardo Cesar. 2009b. "As redes sociais importam para a pobreza urbana?" *Dados -- Revista de Ciências Sociais* 52 (2).
- Marx, Anthony W. 1998. *Making Race and Nation: A Comparison of South Africa, the United States, and Brazil*. New York: Cambridge University Press.
- Matta, Roberto da. 1986. *O que faz o Brasil, Brasil?* 2nd ed. Rio de Janeiro, Rocco.
- Matta, Roberto da. 1987. *A casa & a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara.
- McClurg, Scott D. 2004. "Indirect Mobilization: The Social Consequences of Party Contacts in an Election Campaign." *American Politics Research* 32 (4):406-43.
- Mendes, Antonio, and Gustavo Venturi. 1994. "Eleição Presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco". *Opinião Pública* 2 (2): 59-72.
- Meneguello, Rachel. 1996.. "Electoral Behaviour in Brazil: The 1994 presidential elections". *International Social Science Journal* 147: 627-641.

- Meneguello, Rachel. 2010. "Aspectos do Desempenho Democrático: Estudo sobre a Adesão à Democracia e Avaliação do Regime." Moisés, José Álvaro. *Democracia e confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Edusp.
- Merolla, Jennifer, and Elizabeth Zechmeister. 2009. *Democracy at Risk: How Terrorist Threats Affect the Public*. Chicago: University of Chicago Press.
- Mitchell, Gladys Lanier. 2010. "Racism and Brazilian Democracy: Two Sides of the Same Coin?" *Ethnic and Racial Studies* 33(10): 1776-1796.
- Moisés, José Álvaro. 1995. *Os Brasileiros e a Democracia: Bases Sócio-Políticas da Legitimidade Democrática*. São Paulo, Editora Ática.
- Moisés, José Álvaro. 2010. *Democracia e confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Edusp.
- Moisés, José Álvaro e Carneiro, Gabriela Piquet. 2010. "Democracia, Desconfiança Política e Insatisfação com o Regime – O Caso do Brasil." Moisés, José Álvaro. *Democracia e confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Edusp.
- Morlino, Leonardo. 2010. "Teoria da Democratização, Qualidade da Democracia e Pesquisa de Opinião: Ainda em "Mesas Separadas"? Em: Moisés, José Álvaro. *Democracia e confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Edusp.
- Negretto, Gabriel L. 2006. "Minority Presidents and Democratic Performance in Latin America." *Latin American Politics & Society* 48 (3):63-92.
- Neuman, W. Russell. 1981. "Differentiation and Integration: Two Dimensions of Political Thinking". *The American Journal of Sociology* 86, (6): 1236-1268.
- Neri, Marcelo. 2007. *Miséria, Desigualdade e Políticas de Renda: O Real do Lula*. Rio de Janeiro, FGV/IBRE, CPS.
- Norris, Pippa, ed. 1999. *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press.
- Norris, Pippa. 2002. *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- O'Donnell, Guillermo. 2005. "Why the Rule of Law Matters." Em: Diamond, L.; Morlino, L. (Ed). *Assessing the Quality of Democracy*. The John Hopkins University Press: Baltimore.

- Oliveira, Maíra Ribeiro de. 2007. Nascimento de filhos : rede social de apoio e envolvimento de pais e avós, Psychology, Universidade de Brasília, Brasília.
- Payne, B. Keith, Clara Michelle Cheng, Olesya Govorun, and Brandon D Stewart. 2005. "An Inkblot for Attitudes: Affect Misattribution as Implicit Measurement." *Journal of Personality and Social Psychology* 89(3): 277-293.
- Pérez, Orlando J. 2003. "Democratic Legitimacy and Public Insecurity: Crime and Democracy in El Salvador and Guatemala." *Political Science Quarterly*, 118:4, pp. 627-644.
- Pérez, Orlando J. 2009. "Crime and Support for Coups in Latin America." *AmericasBarometer Insights*, no. 32.
- Pérez-Liñán, Aníbal. 2007. *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Perez-Liñan, Anibal. 2008. "Instituciones, coaliciones callejeras e inestabilidad política: perspectivas teóricas sobre las crisis presidenciales." *América Latina Hoy*, Vol. 49 Nuevas Formas de Inestabilidad Política.
- Pitkin, Hanna Fenichel. 1967. *The Concept of Representation*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Powell, G. B. 2005. "The Chain of Responsiveness." Em: Diamond, L. e Morlino, L. (Ed.). *Assessing the Quality of Democracy*. The John Hopkins University Press: Baltimore.
- Power, Timothy J. 2009. "Compulsory for Whom? Mandatory Voting and Electoral Participation in Brazil, 1986-2006." *Journal of Politics in Latin America* 1 (1):97-122.
- Przeworski, Adam, Susan C. Stokes, and Bernard Manin. 1999. "Democracy, Accountability, and Representation." New York: Cambridge University Press.
- Putnam, Robert D. 1993. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press.
- Reis, Fábio W. 1975. "As Eleições em Minas Gerais". In *Os Partidos e as Eleições no Brasil*, ed. Bolivar Lamounier, and Fernando H. Cardoso. Rio de Janeiro, Paz e Terra. p. 127-151.
- Reis, Fábio W. 1978. "Classe Social e Opção Partidária: Eleições de 1976 em Juiz de Fora". In *Os Partidos e o Regime: A lógica do processo eleitoral brasileiro*, in Fábio W. Reis. São Paulo, Edições Símbolo. p. 213-287.

- Reis, Fábio W. 2000. "A Razão do Eleitor". *Caderno de Resenhas (Folha de São Paulo)*. 9/9/2000: 3.
- Reis, Fábio W., and Mônica M. M. Castro. 1992. "Regiões, Classe e Ideologia no Processo Eleitoral Brasileiro". *Lua Nova* 26: 81-131.
- Rennó, Lucio. 2003. "Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina". *Revista de Sociologia e Política*, v.21.
- Rennó, Lucio. 2004. *Information and Voting: Microfoundations of Accountability in Complex Electoral Environments*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Pittsburgh, University of Pittsburgh.
- Rennó, Lucio. 2007a. "Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006". *Opinião Pública* 13 (2): 260-282.
- Rennó, Lucio. 2007b. "Desigualdade e Informação Política: As Eleições Brasileiras de 2002". *Dados* 50 (4): 721-755.
- Rennó, Lucio. 2008. Rewarding the Corrupt? Reelection and Scandal Involvement in the Brazilian 2006 Legislative Election. *Colombia Internacional*. , v.68, p.98 - 107.
- Rennó, Lucio. 2010. "Inequalities of Political Information and Participation: The Case of the 2002 Brazilian Elections." Em: Gootenberg, Paul e Reygadas, Luis. *Indelible Inequalities in Latin America: Insights from History, Politics, and Culture*. Durham, NC, Duke University Press.
- Rennó, Lucio. "Voto estratégico punitivo: transferência de votos nas eleições presidenciais de 2006." *Novos Estudos CEBRAP*, 86, p.141 – 161.
- Rizopoulos, Dimitris. 2006. "ltm: An R Package for Latent Variable Modeling and Item Response Theory Analysis". *Journal of Statistical Software* 17 (5): 1-25.
- Rosenstone, Steven J., and John Mark Hansen. 1993. *Mobilization, Participation, and Democracy in America*. New York: Macmillan.
- Rueschemeyer, Dietrich. 2005. "Addressing Inequality." Em: Diamond, L.; Morlino, L. (Ed). *Assessing the Quality of Democracy*. The John Hopkins University Press: Baltimore.
- Samuels, David. 2001. "Money, Elections, and Democracy in Brazil." *Latin American Politics & Society* 43 (2):27-48.

- Samuels, David. 2006. "Financiamento de Campanhas e Propostas de Reforma." In *Reforma Política: Lições da História Recente*, ed. L. Rennó and G. A. D. Soares. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Samuels, David. 2006. "Sources of Mass Partisanship in Brazil". *Latin American Politics and Society*, 48, 2: 1-27.
- Sansone, Livio. 2003. *Blackness Without Ethnicity: Constructing Race in Brazil*. 1st ed. New York: Palgrave Macmillan.
- Schwartzman, Luisa Farah. 2007. "Does Money Whiten? Intergenerational Changes in Racial Classification in Brazil." *American Sociological Review* 72(6): 940-963.
- Seligson, Mitchell. 2002. "The Impact of Corruption on Regime Legitimacy: A Comparative Study of Four Latin American Countries." *Journal of Politics* 64, pp. 408-433.
- Seligson, Mitchell. 2006. "The Measurement and Impact of Corruption Victimization: Survey Evidence from Latin America." *World Development*, 34:2, pp. 381-404.
- Sewell, William, Archibald Haller, and Alejandro Portes. 1969. "The Educational and Early Occupational Attainment Process". *American Sociological Review* 34 (1): 82-92.
- Singer, André. 1999. *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro*. São Paulo: EDUSP.
- Singer, André. 2009. "Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo." *Novos Estudos CEBRAP*, 95.
- Skidmore, Thomas E. 2004. "Brazil's Persistent Income Inequality: Lessons from History." *Latin American Politics and Society* 46(2): 133-150.
- Smith, Amy Erica. 2009a. "Knowing Left from Right: Ideological Thinking and the Meaning of Leftism in the Brazilian Electorate." Paper read at Conference of the Latin American Studies Association, at Rio de Janeiro.
- Smith, Amy Erica. 2009b. "Legitimate Grievances: Preferences for Democracy, System Support, and Political Participation in Bolivia." *Latin American Research Review* 44 (3):102-26.
- Smith, Amy Erica. 2010. "Local Connections: Social Networks and Neighborhood Leaders in a Municipal Election Campaign in Brazil." In *Annual Meeting of the American Political Science Association*. Washington, D.C.

- Smith, Peter e Ziegler, Melisa. 2008. "Liberal and Iliberal Democracy in Latin America." *Latin American Politics and Society*, 50:1, pp. 31-57.
- Soares, Rodrigo e Naritomi, Joana. 2010 "Understanding High Crime Rates in Latin America: The Role of Social and Policy Factors." Em: *The Economics of Crime: Lessons for and from Latin America*, National Bureau of Economic Research, Inc.
- Sniderman, Paul, Richard Brody, and Philip Tetlock. 1991. *Reasoning and Choice: Explorations in Political Psychology*. New York: Cambridge University Press.
- Stenner, Karen. 2005. *The Authoritarian Dynamic*. New York, NY: Cambridge University Press.
- Stokes, Susan C. 2001. *Mandates and Democracies: Neoliberalism by Surprise in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sullivan, John L., and John E. Transue. 1999. "The Psychological Underpinnings of Democracy: A Selective Review of Research on Political Tolerance, Interpersonal Trust, and Social Capital." *Annual Review of Psychology* 50:625-50.
- Telles, Edward E. 2004. *Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Tilly, Charles. 1998. *Durable Inequality*. Berkely, CA: University of California Press.
- Tilly, Charles. 2004. *Social Movements, 1768-2004*. Boulder, CO: Paradigm Publishers.
- Traugott, Michael W., and John P. Katosh. 1981. "The Consequences of Validated and Self-Reported Voting Measures." *Public Opinion Quarterly* 45:519-35.
- Veiga, Luciana Fernandes. 2007. "Os Partidos Brasileiros na Perspectiva dos Eleitores: Mudanças e Continuidades na Identificação Partidária e na Avaliação das Principais Legendas Após 2002." *Opinião Pública* 13 (2):340-65.
- Wampler, Brian, and Leonardo Avritzer. 2004. "Participatory Publics: Civil Society and New Institutions in Democratic Brazil." *Comparative Politics* 36 (3):291-312.
- Weyland, Kurt. 2005. "The Growing Sustainability of Brazil's Low-Quality Democracy." In *The Third Wave of Democratization in Latin America*:

*Advances and Setbacks*, eds. Frances Hagopian and Scott P. Mainwaring. New York: Cambridge University Press, p. 90-120.

Zaller, John. 1992. *The Nature and Origins of Mass Opinion*. New York: Cambridge University Press.

Zacharia, Fareed. 1997. "The Rise of Illiberal Democracy", *Foreign Affairs*, November/December 1997.

Zucco, Cesar. 2009. "Ideology or What? Legislative Behavior in Multiparty Presidential Settings." *Journal of Politics* 71:1076-92.

## Apêndice:

### Capítulo 4.

Tabela A.4.1A. Probabilidades (expressas como porcentagens) de ser discriminada

Urbano SE		1º (mais baixo) Quintil de Riqueza		5º (mais alto) Quintil de Riqueza	
Modelo	Cor de pele	Homen	Mulher	Homen	Mulher
Raça	Mais clara	2.15	2.95	1.74	2.39
	Mais escura	49.40	57.39	44.04	52.05
Gênero	Mais clara	2.93	8.51	3.37	9.68
	Mais escura	11.14	27.84	12.63	30.79
Gênero/Raça (interativo)	Mais clara	5.01	7.06	5.60	7.87
	Mais escura	4.71	34.93	5.26	37.62
Gênero (só mulheres)	Mais clara	--	6.22	--	8.66
	Mais escura	--	33.25	--	41.59
Classe	Mais clara	23.70	24.79	17.02	17.87
	Mais escura	38.99	40.42	29.67	30.93

Tabela A.4.1B. Probabilidades (expressas como porcentagens) de ser discriminada

Urbano N		1º (mais baixo) Quintil de Riqueza		5º (mais alto) Quintil de Riqueza	
Modelo	Cor de pele	Homen	Mulher	Homem	Mulher
Raça	Mais clara	3.36	4.58	2.73	3.72
	Mais escura	60.68	68.03	55.43	63.17
Gênero	Mais clara	3.19	9.22	3.67	10.48
	Mais escura	12.04	29.65	13.64	32.70
Gênero/Raça (interativo)	Mais clara	5.63	7.91	6.28	8.80
	Mais escura	5.29	37.76	5.90	40.53

Gênero (só mulheres)	Mais clara	--	6.24	--	8.69
	Mais escura	--	33.34	--	41.68
Classe	Mais clara	31.29	32.58	23.11	24.19
	Mais escura	48.38	49.86	38.22	39.63

Tabela A.4.1C. Probabilidades (expressas como porcentagens) de Ser Discriminada					
Urbano CO		1º (mais baixo) Quintil de Riqueza		5º (mais alto) Quintil de Riqueza	
Modelo	Cor de pele	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Raça	Mais clara	4.81	6.52	3.91	5.32
	Mais escura	69.15	75.56	64.37	71.36
Gênero	Mais clara	4.93	13.76	5.64	15.54
	Mais escura	17.71	39.84	19.88	43.30
Gênero/Raça (interativo)	Mais clara	8.77	12.16	9.74	13.46
	Mais escura	8.25	49.43	9.18	52.34
Gênero (só mulheres)	Mais clara	--	10.40	--	14.23
	Mais escura	--	46.56	--	55.47
Classe	Mais clara	38.89	40.32	29.59	30.84
	Mais escura	56.70	58.16	46.37	47.85

Tabela A.4.1D. Probabilidades (expressas como porcentagens) de Ser Discriminada					
Urbano S		1º (mais baixo) Quintil de Riqueza		5º (mais alto) Quintil de Riqueza	
Modelo	Cor de pele	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Raça	Mais clara	4.06	5.52	3.30	4.49
	Mais escura	65.25	72.14	60.21	67.61
Gênero	Mais clara	3.95	11.23	4.52	12.73
	Mais escura	14.57	34.42	16.44	37.71
Gênero/Raça (interativo)	Mais clara	6.73	9.42	7.50	10.46
	Mais escura	6.33	42.34	7.06	45.21
Gênero (só mulheres)	Mais clara	--	9.42	--	12.95
	Mais escura	--	43.86	--	52.75
Classe	Mais clara	21.02	22.03	14.95	15.72
	Mais escura	35.39	36.76	26.55	27.73

Tabela A.4.2. Determinantes de Avaliações das Causas da Pobreza das Pessoas Negras no Brasil, 2010.

	Coeficiente (erro padrão)
<i><u>Caráter</u></i>	
Cor de pele	-.056 (.032)†
Quintis de Riqueza	-.187 (.102)†
Mulher	-.131 (.095)
Nível educacional	-.363 (.163)*
Interação de Riqueza e Nível Educacional	.106 (.050)*
Idade	.023 (.036)
Sul	.920 (.305)**
Sudeste	.352 (.312)
Centro-Oeste	.328 (.328)
Norte	.427 (.310)
Constante	-1.081 (.428)*
-----	
<i><u>Educação</u></i>	
Cor de pele	-.026 (.029)
Quintis de Riqueza	-.000 (.107)
Mulher	-.226 (.099)*
Nível educacional	-.184 (.202)
Interação de Riqueza e Nível Educacional	.085 (.053)
Idade	.021 (.033)
Sul	.377 (.283)
Sudeste	.442 (.287)
Centro-Oeste	.544 (.268)*
Norte	.423 (.287)
Constante	-1.829 (.477)**
-----	
<i><u>Injustiça</u></i> (Categoria de Referência)	
-----	
<i>N</i>	2157
<i>F (gl)</i>	3.75 (20, 30)
<i>p</i>	0.0006

Nota: Resultados de uma regressão multinomial (probit)

\*\*p<.01; \*p<.05; †p<.10

## Capítulo 5.

### Construção da variável de conhecimento político

Para obter um construto contínuo de informação política a partir dos três itens foi estimado um modelo logístico de dois parâmetros da Teoria de Resposta ao Item (Baker & Kim, 2004; Rizopoulos, 2006). Trata-se da mesma técnica empregada por Levendusky e Jackman (2003) para itens de conhecimento político. Foi utilizado o pacote “ltm” do programa R para essa análise (Rizopoulos, 2006). Falando de maneira geral, esse modelo utiliza a estimação por máxima verossimilhança para encontrar os parâmetros de dificuldade e de discriminação de cada item. A partir desses parâmetros os escores finais de cada respondente no construto são computados com base em diferentes pesos que cada item recebe na estimação.

A Tabela 4 mostra a estimação dos parâmetros de dificuldade de discriminação para cada item de conhecimento político:

**Tabela 4: Modelo logístico de dois parâmetros (TRI) para os itens de informação política**

Itens	Dificuldade	Discriminação
Nome do Presidente dos EUA	-0.517	2.233
Número de estados brasileiros	0.795	1.982
Duração do mandato do Presidente do Brasil	-1.357	1.437

Com base nos valores acima, os escores são computados para cada respondente. Depois disso, o fator obtido foi reescalado para variar entre zero e três (os valores mínimo e máximo que o construto teria se fosse feito o simples somatório dos itens binários).

### Coeficientes omitidos

**Tabela 1: Modelos de regressão linear (Variável dependente: informação política)**

---

	Modelo 1 Coeficiente (Erro Padrão)	Modelo 2 Coeficiente (Erro Padrão)	Modelo 3 Coeficiente (Erro Padrão)	Modelo 4 Coeficiente (Erro Padrão)
Constante	1.424*** (0.148)	0.910*** (0.155)	0.226 (0.169)	-0.108 (0.170)
Região (Nordeste = 0)				
Norte	0.350*** (0.070)	0.273*** (0.077)	0.295*** (0.070)	0.259*** (0.077)
Centro-Oeste	0.537*** (0.093)	0.441*** (0.100)	0.347*** (0.088)	0.294*** (0.096)
Sul	0.208** (0.080)	0.125 (0.079)	0.026 (0.081)	-0.023 (0.088)
Sudeste	0.405*** (0.072)	0.390*** (0.078)	0.197*** (0.078)	0.193*** (0.086)
Área (urbana = 1, rural = 0)	0.195** (0.077)	0.125* (0.073)	-0.069 (0.070)	-0.084 (0.066)
Sexo (mulher = 1, homem = 0)	-0.312*** (0.041)	-0.225*** (0.046)	-0.276*** (0.043)	-0.226*** (0.046)
Raça (branco = 1, não branco = 0)	0.166*** (0.044)	0.145*** (0.044)	0.080* (0.042)	0.087* (0.045)
Idade	-0.008*** (0.001)	-0.007*** (0.001)	0.001 (0.002)	0.000 (0.002)
Motivação				
Interesse por política		0.115*** (0.020)		0.073*** (0.019)
Exposição à informação na imprensa		0.135*** (0.024)		0.092*** (0.021)
Eficácia política subjetiva		-0.036** (0.015)		-0.022 (0.014)
Competência política subjetiva		0.055*** (0.011)		0.037*** (0.010)
Oportunidade				
Renda			0.021 (0.014)	0.014 (0.014)
Escolaridade			0.078*** (0.006)	0.070*** (0.006)
Empregado (não = 0)			0.031 (0.048)	-0.000 (0.051)
Acesso a meios de comunicação			0.100*** (0.013)	0.095*** (0.014)
R2	0.099	0.142	0.230	0.238
Teste F	24.71***	29.53***	50.46***	46.51***

n	2433	2260	2260	2106
---	------	------	------	------

Fonte: Barômetro das Américas – LAPOP

\*\*\* Estatisticamente significativa a 0.01

\*\* Estatisticamente significativa a 0.05

\* Estatisticamente significativa a 0.10

**Tabela 2: Determinantes da preferência partidária no Brasil (modelos LOGIT)**

	Partidarismo	PT	Oposição
Constante	-3.554*** (0.649)	-3.535*** (0.789)	-7.142*** (0.947)
Escolaridade	0.026 (0.018)	0.022 (0.028)	-0.027 (0.039)
Informação política	0.209*** (0.073)	0.205*** (0.075)	0.462*** (0.161)
Interesse por política	0.211*** (0.046)	0.279*** (0.045)	0.060 (0.084)
Autolocalização (nenhuma = 0)			
Esquerda	0.723*** (0.175)	0.714*** (0.212)	-0.797* (0.472)
Centro	0.132 (0.161)	0.181 (0.248)	-0.229 (0.299)
Direita	0.565*** (0.204)	0.401 (0.290)	0.262 (0.273)
Confiança no Governo Federal	0.058** (0.035)	0.136*** (0.040)	-0.048 (0.085)
Confiança no Congresso Nacional	-0.077 (0.036)	-0.085* (0.044)	-0.001 (0.091)
Confiança nos partidos	0.150*** (0.039)	0.122** (0.048)	0.116 (0.089)
Confiança no sistema político	0.032 (0.036)	-0.028 (0.044)	0.144* (0.083)
Região (Nordeste = 0)			
Norte	0.278 (0.287)	0.237 (0.338)	-0.295 (0.385)
Centro-Oeste	0.152 (0.243)	-0.228 (0.353)	0.489 (0.538)
Sul	0.079 (0.293)	-0.188 (0.448)	0.346 (0.353)
Sudeste	-0.062 (0.216)	-0.032 (0.256)	0.175 (0.416)
Área (urbana = 1; rural = 0)	0.266 (0.255)	0.084 (0.277)	0.252 (0.428)
Sexo (mulher = 1; homem = 0)	-0.194* (0.109)	-0.088 (0.130)	0.118 (0.242)

Raça (branco = 1; não branco = 0)	-0.214 (0.145)	-0.254 (0.153)	0.437 (0.278)
Idade	0.012*** (0.004)	0.001 (0.006)	0.027*** (0.006)
Renda	0.006 (0.037)	-0.059 (0.058)	0.071 (0.062)
Teste F	13.29***	13.80***	4.76***
N	2117	2117	2117

Fonte: Barômetro das Américas – LAPOP

\*\*\* Estatisticamente significativa a 0.01

\*\* Estatisticamente significativa a 0.05

\* Estatisticamente significativa a 0.10

**Tabela 3. Determinantes das avaliações dos políticos e do voto para o candidato indicado por Lula**

	Mínimos Quadrados Ordinários		Modelo Logístico Binário
	Avaliação de Lula	Avaliação do Congresso	Voto no candidato do governo (Não = 0)
Constante	2.238*** (0.199)	0.761*** (0.219)	-1.143** (0.502)
Região (Nordeste = 0)			
Norte	-0.435*** (0.095)	-0.070 (0.076)	-0.867*** (0.261)
Centro-Oeste	-0.382*** (0.136)	-0.091 (0.102)	-0.755** (0.291)
Sul	-0.391*** (0.070)	0.017 (0.081)	-0.782*** (0.290)
Sudeste	-0.381*** (0.093)	0.153* (0.077)	-0.718*** (0.218)
Área (urbana = 1; rural = 0)	0.023 (0.080)	-0.024 (0.074)	-0.182 (0.220)
Sexo (mulher = 1; homem = 0)	0.017 (0.036)	0.092* (0.047)	0.187 (0.120)
Idade	0.001 (0.001)	-0.001 (0.002)	-0.006* (0.003)
Renda	-0.018 (0.011)	-0.027** (0.011)	-0.060 (0.042)
Escolaridade	-0.008 (0.006)	-0.011* (0.006)	-0.038** (0.018)
Informação política	0.006 (0.027)	-0.016 (0.026)	-0.082 (0.063)
Interesse por política	0.020	0.019	0.072

	(0.015)	(0.014)	(0.043)
Avaliação da economia			
Situação do país	0.239*** (0.025)	0.077*** (0.023)	0.110 (0.070)
Situação pessoal	0.098*** (0.025)	0.120*** (0.025)	-0.001 (0.069)
Preferência partidária (nenhuma e outros = 0)			
PT	0.321*** (0.057)	0.064 (0.052)	1.054*** (0.171)
Oposição	0.044 (0.096)	-0.011 (0.085)	-1.194*** (0.288)
Autolocalização ideológica (nenhuma = 0)			
Esquerda	0.021 (0.058)	0.050 (0.052)	0.169 (0.191)
Centro	-0.036 (0.065)	0.102* (0.055)	0.359** (0.145)
Direita	0.040 (0.069)	0.090 (0.059)	0.646*** (0.186)
Beneficiário do Bolsa-Família	0.092** (0.042)	-0.049 (0.038)	0.045 (0.144)
Economia como principal problema	-0.023 (0.052)	0.000 (0.053)	-0.113 (0.135)
Corrupção como principal problema	-0.162** (0.078)	-0.122 (0.080)	-0.114 (0.206)
Pobreza como principal problema	-0.109 (0.122)	0.033 (0.086)	0.087 (0.258)
Avaliações do Congresso Nacional			
Aprovação de leis		0.061*** (0.019)	
Cumprimento do papel		0.125*** (0.021)	
Avaliação de Lula			0.677*** (0.091)
R <sup>2</sup>	0.173	0.180	-
Teste F	16.91***	13.86***	11.06***
N	2237	2044	1904

Fonte: Barômetro das Américas – LAPOP

\*\*\* Estatisticamente significativa a 0.01

\*\* Estatisticamente significativa a 0.05

\* Estatisticamente significativa a 0.10

## Capítulo 6

### Modelo multivariado dos determinantes da participação política e cívica

	Votou	Campanha	Contato com políticos	Protesto
Mulher	-0.107 (0.308)	-0.922 (1.915)	0.142^ (0.082)	-1.085 (0.704)
Confiança interpessoal	-0.001 (0.003)	-0.020 (0.022)	0.000 (0.001)	0.000 (0.007)
Confiança interpessoal * Mulher	0.006 (0.005)	-0.002 (0.024)	0.000 (0.001)	0.006 (0.009)
Participação da sociedade civil	0.004 (0.007)	0.358*** (0.042)	0.020*** (0.002)	0.039*** (0.007)
Sociedade civil * Mulher	0.025* (0.011)	-0.170** (0.051)	-0.009** (0.003)	-0.007 (0.009)
Comparecimento à igreja	0.008*** (0.002)	0.026 (0.021)	0.002* (0.001)	-0.004 (0.003)
Comparecimento à igreja * Mulher	-0.009* (0.004)	0.009 (0.021)	-0.002 (0.001)	0.008 (0.007)
Nível educativo	0.084 (0.063)	-0.279 (0.372)	-0.010 (0.019)	0.073 (0.100)
Riqueza	0.331* (0.131)	0.646 (0.641)	0.053^ (0.029)	0.658*** (0.154)
Branco	-0.136 (0.316)	-4.886* (2.353)	0.069 (0.103)	0.419 (0.687)
Preto	-0.034 (0.288)	-0.270 (3.173)	-0.052 (0.099)	0.724 (0.677)
Pardo	0.043 (0.319)	-3.309 (2.389)	-0.005 (0.101)	0.071 (0.631)
Indígena	-0.838 (0.587)	0.008 (4.090)	0.018 (0.145)	2.389** (0.687)
31-45 anos	1.483*** (0.175)	-1.864* (0.867)	0.056 (0.050)	-0.185 (0.252)
56-65 anos	1.838*** (0.163)	-1.357 (1.065)	0.056 (0.053)	-0.238 (0.339)
> 65 anos	0.752** (0.217)	-0.893 (1.609)	-0.008 (0.074)	-1.252 (0.757)
Urbano	0.009 (0.149)	1.087 (2.626)	-0.117 (0.073)	0.538 (0.402)
Região Norte	0.199	3.261	-0.483**	0.556

	(0.281)	(3.055)	(0.141)	(0.443)
Região Nordeste	0.028	-0.212	-0.359*	0.228
	(0.238)	(3.776)	(0.142)	(0.556)
Região Sudeste	-0.375	-1.951	-0.365*	0.359
	(0.244)	(2.944)	(0.143)	(0.460)
Região Centro-Oeste	-0.607^	3.851	-0.179	0.626
	(0.359)	(3.198)	(0.140)	(0.396)
<i>Constante</i>	<i>-0.118</i>	<i>12.865**</i>	<i>0.440*</i>	<i>-5.446***</i>
	<i>(0.453)</i>	<i>(4.082)</i>	<i>(0.182)</i>	<i>(1.287)</i>
<i>Número de observações</i>	<i>2211</i>	<i>2224</i>	<i>2224</i>	<i>2203</i>
<i>R-quadrado</i>		<i>0.083</i>	<i>0.13</i>	

Nota: Erros padrão entre parênteses. Coeficientes são estatisticamente significativas ao nível ^p < .10; \*p < .05; \*\*p > .01; \*\*\*p < .001. Modelos de contato com políticos, participação de campanha, participação de sociedade civil e comparecimento à igreja utilizam mínimos quadrados ordinários. Modelos de comparecimento eleitoral e participação de protesto utilizam regressão logística.